www.valor.com.br
Quarta-feira, 28 de dezembro de 2022 | Ano 23 | Número 5656 | R$ 5,00
# Valor ECONÔMICO

INÊS249

Aras vai ao STF contra indulto de Bolsonaro a condenados por Carandiru A8

Economia frágil desafia gestão de Raquel Lyra em PE A9

Com modelo baseado em bem-estar de empregados, receita da grife de Brunello Cucinelli cresce 23,2% B6

# Tebet aceita Planejamento mais autônomo e formulador

**Vandson Lima, Caetano Tonet e Murillo Camarotto**
De Brasília

A senadora Simone Tebet (MDB) será ministra do Planejamento na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O anúncio oficial será nesta quinta-feira, junto com outros nomes que vão compor o primeiro escalão. Tebet esteve ontem com Lula, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e Alexandre Padilha, que será ministro de Relações Institucionais. No encontro, segundo fontes, o organograma proposto para o Planejamento foi mais discutido. A ideia é que a pasta entre de forma horizontal em todo o governo, atuando na liberação de recursos orçamentários, mas também na organização das estatais. O IBGE e o Ipea ficarão sob o seu guarda-chuva, para dar o caráter formulador de políticas públicas que Tebet quer imprimir.

A Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sobre a qual havia certa controvérsia, terá uma espécie de gestão compartilhada. O Planejamento participará do comitê gestor e fará o diagnóstico das medidas de fomento às concessões. Coordenação e fiscalização caberão à Casa Civil.

Desde o início das tratativas, a principal demanda da senadora era um ministério com autonomia, "instrumentos" de atuação e capacidade própria de entrega de resultados. No encontro com Lula, apurou o **Valor**, Tebet negou que quisesse abrigar sob o ministério os bancos públicos. Sua intenção seria planejar as ações da administração direta e indireta, atuando nas decisões sobre, por exemplo, políticas habitacionais e de apoio ao agronegócio, o que o Planejamento fará.

Com o acerto, Tebet forma com Haddad e Geraldo Alckmin (Indústria e Comércio) a trinca que comandará a economia. Os três já disputaram eleições presidenciais e são possíveis candidatos à sucessão de Lula, que promete não buscar a reeleição. **Página A6**

● **Maria Cristina Fernandes:** A Fazenda libera, mas é o Planejamento que aloca. Este dueto já causou disputas históricas, mas ganha chance de escrever novo roteiro com a dupla Haddad e Tebet. **A6**

# Governo desiste de desonerar combustíveis

**Fabio Murakawa e Estevão Taiar**
De Brasília

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), pediu ontem por telefone ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que a atual gestão não tome medida de impacto ao futuro governo. A ligação foi feita em meio à possibilidade de o governo Jair Bolsonaro prorrogar a desoneração dos combustíveis, que se encerra no dia 31 de dezembro. Segundo Haddad, Guedes disse que nesta semana recomendará que nenhuma medida de impacto seja aprovada. A manutenção do corte de tributos equivale à perda de R$ 52,9 bilhões à União em 2023, segundo o ministério. **Página A4**

## Destaques

**Cresce interesse por 'stock options'**
Mudança na jurisprudência, com decisões favoráveis às empresas, tem intensificado a busca por planos de "stock options" — opções de ações oferecidas aos funcionários — em escritórios de advocacia. Não há lei sobre o tema e a Receita tem feito autuações quando interpreta o mecanismo como forma disfarçada de pagar salário. Um projeto de lei para regular a prática começou a tramitar no Senado. **E1**

**Ativo externo fica mais atrativo**

A exposição a ativos externos faz mais sentido agora do que há 12 meses, segundo Gabriela Santos, estrategista de mercados globais da J.P. Morgan Asset. Para ela, o momento é difícil no curto prazo, com inflação e alta de juros. Mas depois de um ano complicado, isso deixa os mercados globais como um ponto de partida melhor. "A pergunta é quanto já está no preço a expectativa de recessão global", afirma. **C6**

**Vale busca melhoria operacional**
A Vale termina o ano com mudanças na diretoria-executiva num processo que deve se estender para 2023 e incluir alterações no conselho de administração. A reestruturação em cargos executivos visa, segundo fontes, a atender à expectativa de investidores em relação a melhorias operacionais, depois da tragédia de Brumadinho (MG), que completa quatro anos em 25 de janeiro **B3**

**Feijão tende a pressionar inflação**
A combinação de área menor de plantio e baixa produtividade, em virtude de problemas climáticos, fez o preço do feijão ao produtor atingir US$ 70 em novembro e dezembro, em média, com picos de US$ 74. São as mais altas cotações desde 2016, quando, devido a uma grave estiagem, a saca foi a US$ 81. O Ibrafe prevê pressão sobre a inflação. Em 2022, o preço para o consumidor subiu 20,04%. **B8**

**Viagem de negócios volta com força**
Depois de um ano de altos e baixos, em razão da pandemia, o setor de viagens corporativas deve fechar 2022 com receita de R$ 10,8 bilhões, 150% acima de 2021 e 4,8% abaixo de 2019, período pré-covid. Os dados, que fazem parte de projeção da Abracorp, não confirmam previsões de que reuniões on-line substituiriam as viagens. O setor deve seguir avançando em 2023, mas num ritmo ainda abaixo de 2019, segundo a entidade. **B7**

**Cresce o gasto com política agrícola**
O aumento da Selic e os problemas climáticos no Centro-Sul elevaram os gastos do governo federal com a política agrícola. Segundo consultoria, de janeiro a outubro, os recursos para a equalização do crédito rural, alongamento de dívidas dos produtores, programas de gestão de risco agropecuário e apoio a preços mínimos somaram R$ 16,4 bilhões, 108,9% mais do que em igual período de 2021 **B8**

## Ideias

**Lu Aiko Otta**
A discussão do arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos será o mais importante debate do início de 2023 **A2**

**Carlo Pereira**
O ano de 2022 será lembrado por crises agudas que resultam em insegurança energética e alimentar **B2**

## Indicadores

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Ibovespa** | 27/dez/22 | -0,15 % | R$ 19,9 bi |
| **Selic (meta)** | 27/dez/22 | | 13,75% ao ano |
| **Selic (taxa efetiva)** | 27/dez/22 | | 13,65% ao ano |
| **Dólar comercial (BC)** | 27/dez/22 | | 5,2826/5,2832 |
| **Dólar comercial (mercado)** | 27/dez/22 | | 5,2847/5,2853 |
| **Dólar turismo (mercado)** | 27/dez/22 | | 5,2964/5,4764 |
| **Euro comercial (BC)** | 27/dez/22 | | 5,6244/5,6271 |
| **Euro comercial (mercado)** | 27/dez/22 | | 5,6246/5,6253 |
| **Euro turismo (mercado)** | 27/dez/22 | | 5,6663/5,8463 |

# Riachuelo estuda fusão sem perda do controle

**Mônica Scaramuzzo e Maria Luíza Filgueiras**
De São Paulo

A Guararapes, controladora da Riachuelo, estuda uma fusão com uma de suas concorrentes no varejo de moda no país. Nos últimos meses, buscando fortalecer seu negócio com uma operação mais ampla e diversificada, a companhia da família Rocha abriu conversas com a Arezzo e com a SBF, dona da Centauro. Além de encontrar um parceiro com quem tenha sinergias, a família Rocha também busca manter a posição majoritária, segundo fontes.

O cenário de juros altos, inflação e inadimplência, além das incertezas sobre as diretrizes da política econômica, é um fator que tem pressionado as ações das varejistas listadas em bolsa. **Página B1**

## Retomada de investimentos

CLAUDIO BELLI/VALOR

**Fornecimento de papelão ondulado pode superar 4 milhões de toneladas em 2023, e empresas voltam a investir em expansão, diz Gabriella Michelucci, presidente do conselho da Empapel** Página B4

# Estatuto blinda governança da Eletrobras

**Fábio Couto**
Do Rio

O arcabouço estruturado na privatização da Eletrobras blinda a empresa de medidas que possam aumentar a influência da União, como acionista, sobre a companhia. Atualmente, o estatuto veda a qualquer acionista ou grupo o exercício do direito de voto acima do percentual de 10% de participação, independentemente de sua participação no capital social. A União detém 42,6% de participação societária. A equipe de transição recomendou ao futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva que avalie a viabilidade econômica, jurídica e política de mudar a estrutura de governança da companhia. Para especialistas, trata-se de tarefa difícil, que dependeria de aprovação no conselho de administração e assembleia de acionistas. **Página B2**

# Renda de negros não teve melhora

**Marsílea Gombata**
De São Paulo

A melhora do mercado de trabalho nos últimos trimestres não tem sido percebida com a mesma força pela população negra. Apesar da queda da taxa de desocupação, entre pretos e pardos o desemprego continua na casa de dois dígitos, e, a despeito do aumento do rendimento do trabalho, brancos hoje ganham 68% mais do que negros.

Dados consolidados pela Tendências Consultoria mostram que o rendimento médio real mensal de todos os trabalhos passou de R$ 2.640 no segundo trimestre para R$ 2.736 no terceiro trimestre. Entre os brancos, porém, o rendimento passou de R$ 3.393 para R$ 3.492 no período. Para os negros, praticamente não se mexeu: foi apenas de R$ 2 mil para R$ 2.078. E para os pardos, de R$ 2.009 para R$ 2.101.

"Por mais que o mercado de trabalho esteja apresentando recuperação, ainda é marcante a desigualdade econômica por cor", diz o economista da Tendências Lucas Assis. **Página A3**



# Mudanças na CLT são mapeadas pelas empresas

**Bárbara Pombo**
De São Paulo

Advogados e consultores têm mapeado pontos da legislação trabalhista que podem vir a ser alterados no novo governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Pelo menos três questões devem ser alvo de debate: justiça gratuita, contribuição sindical e a regulação do trabalho mediado por aplicativos como iFood, Uber e Rappi. A partir de declarações de Lula, do vice eleito Geraldo Alckmin (PSB) e de aliados, especialistas têm montado quebra-cabeças para apresentar às companhias de segmentos que mais podem ser atingidos. **Página E1**

# Inadimplência das famílias aumenta em novembro

**Larissa Garcia e Alex Ribeiro**
De Brasília e São Paulo

A inadimplência das famílias no segmento de crédito livre — sem taxas subsidiadas pelo governo — atingiu 4,3% em novembro, segundo o Banco Central (BC), maior patamar desde junho de 2018. A inadimplência subiu 1,2 ponto percentual no período acumulado em 12 meses. O aumento dos calotes ocorre em um contexto de aperto monetário, com juros bancários em crescimento, e endividamento elevado. **Página C2**

# Brasil

## O dramático fim de ano do caixa federal

**Lu Aiko Otta**

Diz a lenda que nem os formuladores do teto de gastos esperavam que o dispositivo fosse aprovado da forma como foi. Conhecedores das artimanhas do Congresso, os técnicos do governo colocaram “gordura” para “queimar” nas negociações, algo usual em discussões assim.

Por exemplo: congelaram as despesas primárias, em termos reais, por 20 anos, contando que o prazo seria cortado para dez anos pelos deputados e senadores. Não foi. O governo “congressual” de Michel Temer, que na época nem sonhava com o escândalo da JBS, estava forte e a proposta foi aprovada sem grandes “desidratações”.

Assim, meio involuntariamente, foi concebida uma regra fiscal que, segundo avaliaram seus próprios criadores à época, 2016, seria difícil de ser sustentada. Os cinco furos no teto durante o atual governo e o grau de dramaticidade e improvisação que se viu em 2022 demonstram que estavam certos.

Para cumprir o teto, a Esplanada dos Ministérios iniciou este mês de dezembro praticamente sem dinheiro para pagar despesas discricionárias. Foi um dos quadros mais duros já enfrentados pela administração pública, segundo se comenta nos escalões técnicos.

### No MEC, desespero para pagar bolsas de estudo e livros

No Ministério da Educação, o quadro era de desespero por falta de dinheiro para pagar bolsas de estudo e para encomendar os livros didáticos de 2023, problemas que deram espaço a ataques políticos por parte da equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. A Saúde precisava de recursos urgentes para os hospitais universitários. A Polícia Federal, de dinheiro para emitir passaportes. Havia ainda uma dívida de R$ 5,5 bilhões com organismos internacionais, outro ponto explorado pela equipe de transição.

Ao longo do ano, não foi uma nem duas vezes que o ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu ofícios da Receita Federal alertando-o para a iminente paralisação do sistema de arrecadação tributária. Como já mostrou este jornal, postos de fiscalização na fronteira estão desguarnecidos à noite por falta de funcionários, num convite ao contrabando.

Essa penúria toda ocorreu com a arrecadação batendo recordes e terminando o ano R$ 216 bilhões acima do previsto. Havia dinheiro, mas não havia autorização para gastá-lo.

O estica-e-puxa para acomodar despesas inadiáveis do governo é sazonal como a chuvarada de fim de ano em Brasília. O ano de 2022 levou os malabarismos a outro patamar.

No início de dezembro, foram editadas portarias que permitiram a Educação, Saúde e outras pastas a retirarem “sobras” orçamentárias de itens de gasto obrigatório para socorrer as despesas discricionárias que ameaçavam colapsar. Até aí, normal. A manobra trouxe alívio, mas não o suficiente para atender a todas as necessidades urgentes.

Em tese, o teto de gastos tem uma válvula de escape. É possível editar créditos extraordinários para realizar despesas acima do limite. Isso vale para eventos imprevistos e urgentes, como uma calamidade. O caráter impreciso do que pode ser considerado imprevisto e urgente é um problema.

O maior pesadelo dos técnicos é assinar uma autorização de crédito extraordinário e depois algum órgão de controle entender que não havia imprevisibilidade ou urgência. A responsabilização nesses casos recai sobre a pessoa, não sobre a instituição.

No entanto, a quantidade de gastos urgentes que se empilhavam no Ministério da Economia pedindo socorro não deixou outra saída. Assim, foi preciso inovar. A Casa Civil consultou o Tribunal de Contas da União (TCU) para saber se poderia fazer um crédito extraordinário e pagar despesas imprevistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

O sinal verde do TCU serviu como proteção para a área econômica emitir um crédito extraordinário de R$ 7,56 bilhões.

Os benefícios serão pagos fora do teto. Os recursos originalmente da Previdência foram distribuídos para os ministérios mais carentes. Educação e Saúde foram os mais contemplados. Será possível chegar ao dia 31 sem que nenhuma despesa essencial deixe de ser paga.

A dívida com organismos internacionais, por sua vez, foi resolvida com outra novidade: a margem de gastos de R$ 22,9 bilhões aberta este ano pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. Outros ministérios foram atendidos, num conjunto de portarias publicado na noite da última sexta-feira, 23, num total de R$ 8,3 bilhões.

Ainda há espaço fiscal e é possível que seja encaixado nele o repasse de R$ 3,9 bilhões para apoio à Cultura da Lei Paulo Gustavo. Um projeto de lei autorizando crédito especial para isso foi aprovado a toque de caixa pelo Congresso. O Ministério do Turismo tem até sexta-feira para empenhar (comprometer) os recursos. O dinheiro propriamente dito só será gasto em 2023, como “resto a pagar” deste ano.

Tudo isso mostra como foi complexo manter a máquina funcionando e, como brincam os técnicos, “todo mundo fora da cadeia” neste ano.

A PEC da Transição estabeleceu que o teto será substituído. A discussão do novo arcabouço fiscal será o mais importante debate do início de 2023.

Se resultar uma regra capaz de convencer os credores do governo de que a dívida pública estará controlada, apesar do forte e permanente aumento das despesas que se decidiu neste final de ano, as chances de retomar o crescimento econômico sustentado estarão dadas. Espera-se que haja condições para se construir essa credibilidade.

No fim desta semana, encerra-se um período sem precedentes de ataque às quatro linhas “pétreas” da Constituição de 1988: a Federação, a separação de Poderes, os direitos e garantias individuais e o voto secreto, direto, universal e periódico.

O clima é tão ruim que a esta altura estamos debatendo se o presidente eleito deve ou não usar um carro blindado para desfilar no dia da posse. A pergunta é se queremos continuar assim. Ou se vale o esforço para buscar um ambiente mais pacífico, que nos permita ter esperança. Feliz 2023 para todos!

*Lu Aiko Otta é repórter em Brasília*

## Manifesto luso-brasileiro quer reforçar estratégia ambiental do governo eleito

**Daniela Chiaretti**
De São Paulo

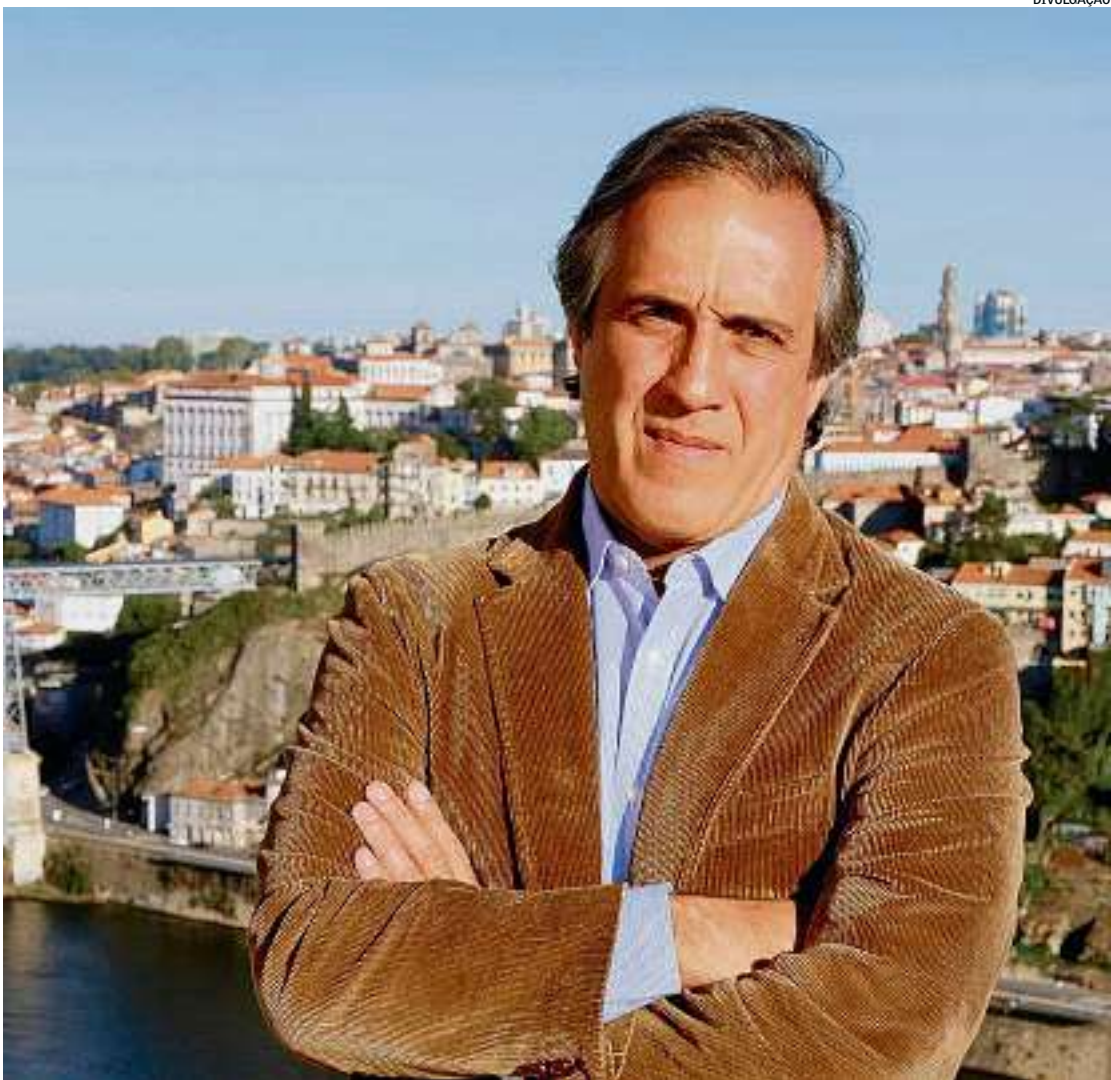
DIVULGAÇÃO

**Paulo Magalhães: "Alterações climáticas são uma preocupação global, mas não temos o clima estável como bem comum"**

Uma declaração lançada nesta quarta-feira, 28, e assinada por 50 personalidades brasileiras e portuguesas pretende dar impulso a uma nova estratégia ambiental e climática a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. A intenção é retomar o diálogo em torno do acordo UE-Mercosul com um anexo ambiental que ajude a estabilizar o clima e crie um fundo para a Amazônia.

O “Manifesto União Europeia-Brasil: Clima estável Patrimônio Comum da Humanidade” busca promover o que está no título: reconhecer que o “clima estável” deveria se tornar Patrimônio Comum da Humanidade pela ONU. “Uma questão que ninguém discute é o clima do ponto de vista jurídico. As alterações climáticas são uma preocupação global, mas não temos hoje o clima estável como um bem comum e um patrimônio da humanidade”, diz o pesquisador português Paulo Magalhães, da Universidade do Porto, que coordena esse esforço.

“O Acordo de Paris diz que o clima é uma preocupação comum, mas um clima estável é um bem comum, considerando as perspectivas legais e econômicas”, diz Magalhães, que também é presidente da Casa Comum da Humanidade, rede internacional de cientistas e juristas. “A vitória de Lula e o regresso do Brasil ao seu lugar indispensável na política internacional criam condições favoráveis para, a partir da questão ambiental e climática, construir uma resposta capaz e com efeito-cascata em várias áreas, de um multilateralismo eficaz”, diz o documento.

O texto retoma o compromisso de Lula, no discurso de vitória, com a agenda ecológica e a afirmação de que “o Brasil e o planeta precisam de uma Amazônia viva” ao mesmo tempo em que gostaria de retomar as relações com a UE “em novas bases”. A retomada do acordo UE-Mercosul, segundo o documento, deveria ter um anexo ambiental tendo a estabilidade climática no centro “das relações birregionais” e estabelecendo parâmetros e metas em todas as suas áreas.

“Ao mesmo tempo, deve-se garantir que (as cláusulas ambientais) não são um meio para a imposição de discriminações arbitrárias no comércio entre as duas regiões”.

Outro ponto é “reconhecer os limites de um estratégia que se limita a neutralizar emissões, mas mantendo o mesmo modelo econômico em que só através da extração de recursos se reconhece a riqueza na sociedade”. A ideia do manifesto é criar um sistema que compense os que contribuem para a remoção de $CO_2$ e um sistema de contabilidade ambiental para “limpar a atmosfera”.

“Recuperar e manter um clima estável implica a manutenção dos ecossistemas ainda preservados e um investimento em larga escala no restauro e regeneração das áreas já degradadas”, diz o texto. Como o papel da Amazônia é central na remoção do $CO_2$ da atmosfera, a ideia de criação de um fundo UE-Brasil-Mercosul teria por objetivo remunerar os serviços ecossistêmicos, preservar e apoiar projetos de pesquisa.

Um objetivo prioritário seria o de reconhecer o “clima estável como patrimônio da humanidade”, ideia que Magalhães impulsiona. A intenção é ter um tratado internacional da ONU para definir o que é “esse clima estável” a partir de dados da ciência, e “internalizar não só os custos, mas os benefícios, permitindo construir uma economia de restauro e manutenção do bem comum”.

O manifesto “Clima Estável, Patrimônio Comum da Humanidade”, foi lançado hoje em Portugal e assinado por escritores como Valter Hugo Mãe e Milton Hatoum, os ex-ministros Izabella Teixeira, Celso Lafer, Rubens Ricupero e Renato Janine Ribeiro, pesquisadores como Carlos Nobre e Ricardo Abramovay, além de lideranças indígenas como Telma Taurepang e jovens ativistas da Fridays for Future e Youth4Climate Justice.

Em um dos documentos do grupo lê-se que, como hoje o “bem clima estável não é juridicamente reconhecido, é impossível internalizar benefícios que os ecossistemas realizam em prol do clima, porque desaparecem em um vazio jurídico global. Hoje não existe um sistema de incentivos à realização de emissões negativas, nem é possível construir uma economia que mantenha e restaure ativamente o clima.”

## Saúde amplia vacinação anticovid para crianças

Folhapress, de São Paulo

O Ministério da Saúde publicou nesta terça-feira, 27, recomendação para ampliar a vacinação contra covid-19 para todas as crianças de seis meses de idade até quatro anos.

A vacina pediátrica produzida pela Pfizer era antes restrita às crianças nessa faixa etária com comorbidades. No caso dos menores sem comorbidades, alguns podiam ser vacinados por meio da xepa da vacina (as doses que restavam nos frascos após abertos e que não podiam ser guardadas para o dia seguinte).

Na Nota Técnica n° 399 de 2022, o Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI), entendeu que a incidência de covid na população menor de 5 anos de idade hoje é maior do que nas faixas etárias mais elevadas, e que nos bebês com menos de um ano a incidência de mortalidade chega a ser até oito vezes maior do que nos adolescentes de 15 a 19 anos.

“Considerando que a vacinação de crianças de 6 meses a 4 anos contra a covid poderá evitar infecções pelo Sars-CoV-2, hospitalizações, Srag [síndrome respiratória aguda grave] e óbitos, além de complicações como a SIM-P e pós-covid [...] a Coordenação Geral do Programa de Imunizações recomenda a vacinação de todas as crianças de 6 meses a 4 anos, 11 meses 29 dias de idade com o imunizante Pfizer/BioNTech”, diz a nota.

A nota ainda reforça a eficácia e segurança da vacina, conforme dados de ensaios clínicos e da aplicação do imunizante em diversos países, e afirma que “a ampliação da vacinação para esta faixa etária possibilitará maior segurança aos pais cujas crianças frequentam berçários, escolas e ambientes externos”.

Em setembro, a Anvisa aprovou a vacina pediátrica da Pfizer para bebês de 6 meses a 4 anos de idade, mas a Saúde só havia incluído crianças com comorbidades na campanha até então.

Para Renato Kfouri, diretor científico de imunizações na Sociedade Brasileira de Pediatria, a ampliação chega atrasada. “Menos mal que está ampliando para todas as crianças, mas isso vem desacompanhado de medidas de incentivo e de campanhas de esclarecimento sobre a segurança e importância da vacinação”, disse.

Além da Pfizer, a vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, foi liberada para aplicação em crianças de 3 e 4 anos. O encerramento de contratos do governo com o instituto paulista, porém, esgotaram as doses de Coronavac e atrasaram a aplicação da segunda dose em diversas capitais no país.

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, disse no início do mês que o governo vai começar “com uma grande campanha de vacinação já a partir de 2 de janeiro”. A retomada do PNI e recuperação das coberturas vacinais de diversos imunizantes, não só da covid, é uma das bandeiras do governo eleito.

Além da recomendação da vacinação nas crianças, uma segunda nota técnica pede a restrição das vacinas de vetores virais (AstraZeneca e Janssen) apenas para adultos com mais de 40 anos, sendo administradas preferencialmente outras vacinas na população abaixo de 40 anos. O ministério entende que isso é possível porque a situação epidemiológica está mais favorável, com grande parte da população já vacinada com o esquema primário, e pela ocorrência, embora rara, de eventos adversos graves relacionados às duas vacinas, como a trombose com trombocitopenia.

## Índice de empresas citadas em textos nesta edição

**Conjuntura** Salários são mais baixos e desocupação maior entre pretos e pardos

# Melhora do emprego é menor para trabalhadores negros

**Marsílea Gombata**
De São Paulo

Apesar da melhora do mercado de trabalho nos últimos trimestres, esse avanço não tem sido sentido com tanta força pela população negra. Dados recentes mostram que, apesar do aumento do rendimento do trabalho, brancos hoje ganham mais de 66% mais do que negros. Por outro lado, a despeito da forte queda da taxa de desocupação, dentre pretos e pardos (que compõem a população negra) o desemprego continua na casa de dois dígitos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), compilados pela Tendências Consultoria, mostram que o rendimento médio real mensal de todos os trabalhos passou de R$ 2.640 no segundo trimestre para R$ 2.736 no terceiro trimestre. Dentre os brancos, o rendimento passou de R$ 3.393 para R$ 3.492 no período. Para os pretos, de R$ 2 mil para R$ 2.078. E para os pardos, de R$ 2.009 para R$ 2.101.

"Vemos que o rendimento médio habitual tem mostrado recuperação. Isso se dá tanto por conta de menor inflação quanto por geração de mais postos formais com carteira assinada", afirma Lucas Assis, economista da Tendências.

Na abertura dos dados, argumenta, observa-se que a população branca ganha cerca de 66,2% mais do que pardos e 68% mais do que pretos. "Portanto, por mais que o mercado de trabalho esteja apresentando recuperação, ainda é marcante a desigualdade econômica por cor", diz.

Segundo Assis, dois pontos ajudam a explicar esse fenômeno. "A segmentação das ocupações e a persistência da segregação racial no mercado trabalho", afirma. "Por mais que haja recuperação e deva ser comemorada, ela segue heterogênea e desigual", comenta.

É o que se constata na maior presença de pretos e partos em agropecuária, construção, serviços domésticos e outras atividades que, em geral, possuem rendimento inferior.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no fim de 2021 havia 3,47 milhões de brancos no setor de agropecuária e 5,22 milhões de negros.

Na construção, eram 2,26 milhões de brancos e 4,53 milhões pretos e pardos. No grupo de informação financeira e outras atividades profissionais, brancos somavam 6,03 milhões e negros, 4,65 milhões.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Lucas Assis: recuperação do mercado de trabalho deva ser comemorada, mas "segue heterogênea e desigual"

Quando se observam dados do IBGE sobre número de horas trabalhadas, as desigualdades persistem. Em 2021, a população branca recebia mais do que pretos e pardos, qualquer que fosse o nível de instrução.

A discrepância é alta também quando se analisa a taxa de desocupação. No último ano, a taxa de desocupação total caiu de 12,6% no terceiro trimestre de 2021 para 8,7% no terceiro trimestre deste ano.

Enquanto o desemprego entre brancos caiu de 10,3% para 6,8% no período, o de pretos foi de 15,8% para 11,1%, e o de pardos, de 14,2% para 10%.

"Sabemos que a taxa desemprego vem apresentando queda contínua, tanto pelo aumento da população ocupada quanto pela menor quantidade de pessoas buscando trabalho. Quando abrimos por cor, vemos que as desigualdades permanecem. Pretos e pardos são maioria dentre os desempregados, informais e desalentados", observa Assis, ao ressaltar que a escolaridade não é o único fator explicativo para esse fenômeno.

Do total de 9,46 milhões de trabalhadores desocupados, 6,13 são pretos e pardos, o que equivale a 64,7%. Proporção maior do que o percentual de negros dentre os ocupados — 53,64% de um total de 99,26 milhões.

"As desigualdades no mercado de trabalho são mais consequências de outras desigualdades que ocorrem com esses grupos", afirma Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. "Nos 500 anos de história do Brasil houve um monte de políticas públicas contra ou a favor [dessas populações], muitas delas prejudicando-as, e até hoje não temos políticas afirmativas que conseguiram reparar isso."

O economista da LCA argumenta que há forte correlação entre educação e raça, com pretos e pardos muitas vezes recebendo educação inferior à dos brancos. "Pretos e pardos têm mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mas muito pela qualificação", afirma Imaizumi, ao acrescentar questões estruturais como moradia de baixa qualidade e violência. "O mercado de trabalho é um reflexo de outros problemas."

Para reverter esse quadro, ele afirma, seria necessário fazer reforma importante na educação e mais ações afirmativas para diminuir desigualdades.

Marcelo Tragtenberg, do conselho deliberativo do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra), afirma que, mesmo nas ocupações de predominância negra, os brancos costumam ganhar mais que pretos e pardos.

"Dados do Censo de 2010 mostram que nas ocupações com renda média de R$ 471, os brancos ganhavam R$ 539 e os negros, R$ 433. Ou seja, os brancos ganhavam cerca de 25% a mais que os negros nas ocupações de maioria negra", diz.

No dia 16 de dezembro o Cedra lançou uma plataforma aberta com dados raciais demográficos, econômicos e referentes ao mercado de trabalho. A ideia é compilar estatísticas relativas a essas populações para orientar a formulação de políticas públicas.

Assis observa que as desigualdades no mercado de trabalho alimentam e refletem outras discrepâncias socioeconômicas.

"Em geral, são pretos e pardos em trabalhos domésticos sem carteira assinada, que não contribuem para a Previdência Social. É uma população que apresenta vulnerabilidade econômica e que, do ponto de vista social, é desprotegida no mercado de trabalho", diz Assis.

Ele argumenta que a melhora conjuntural recente do mercado de trabalho beneficia populações em setores como comunicação e informação, atividades financeiras, que enfrentaram a pandemia com digitalização do trabalho e maior proteção social.

"Enquanto os mais vulneráveis, pretos e pardos, acabaram sofrendo mais com [oscilações] dos ciclos econômicos", afirma. "É preciso focar de forma estrutural para que essa população mais vulnerável não fique à mercê desses ciclos econômicos e para que possa se beneficiar [dos ganhos] igualmente."

No curto prazo, a perspectiva não é de criação massiva de empregos bem pagos e de qualidade para essa população, o que deve perpetuar essas assimetrias, prevê o economista.

O lado positivo, diz, seria em relação ao rendimento como um todo, com expectativa de reajuste real do salário mínimo em 2023, depois de dois anos sem alta acima da inflação.

## Negros em desvantagem

Taxa de desocupação - em %

**Assimetrias no mercado de trabalho**

Rendimento médio real por mês (R$)

Fonte: Pnad. Elaboração: Tendências Consultoria, com contribuição de LCA Consultores.

# IBGE vai entregar ao TCU prévia populacional do Censo de 2022

**Paula Martini**
Do Rio

Depois de tentar adiar mais uma vez a entrega de dados populacionais usados para calcular o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai enviar nesta quarta-feira (28) as informações para o Tribunal de Contas da União (TCU) com base na prévia do Censo de 2022. O TCU é o órgão responsável por determinar os percentuais distribuídos para as cidades e unidades federativas de acordo com dados da população. O IBGE informou que vai entregar à corte dados sobre população residente no país com base nos resultados do Censo Demográfico até 25 de dezembro deste ano.

O imbróglio envolve os atrasos no levantamento, que só deve ser concluído no início do ano que vem, depois de ser adiado em dois anos por causa da pandemia. Pela lei, o IBGE envia os dados para o TCU até o dia 31 de outubro. Mas com a realização do Censo a partir de agosto, a presidência do órgão pediu ampliação do prazo para incluir dados mais atualizados. Com os atrasos e a impossibilidade de concluir o levantamento ainda em 2022, o presidente do instituto, Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, pediu uma nova postergação, na segunda-feira, o que foi negado pelo presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, de acordo com o jornal "Folha de S.Paulo".

Diante da recusa, o conselho consultivo do Censo se reuniu ontem para decidir como apresentar os dados à corte. Uma das alternativas era elaborar uma estimativa com base no Censo de 2010, último concluído no país. A população dos Estados e municípios é calculada dessa forma em anos sem o Censo, realizado a cada 10 anos. Segundo o diretor de pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, é a primeira vez que o instituto vai trabalhar com o modelo de dados prévios devido à impossibilidade de concluir a coleta dentro do prazo.

"Eu tenho cerca de 4.052 municípios com contagem quase completa. Tem uma parcela de 111 que estão abaixo de 80%. O modelo desenvolvido pelos técnicos permite que eu estime a população para aquela parcela que eu ainda não completei", explicou Azeredo.

Até agora quase 179 milhões de pessoas foram recenseadas e 88 milhões de domicílios foram visitados, o equivalente a 83,8% da população estimada para o país. De acordo com o presidente do IBGE, um dos principais desafios para conclusão da pesquisa é a falta de recenseadores. Cerca de 60 mil profissionais estão em campo atualmente. Ontem, o IBGE realizou um evento para formalizar a assinatura de acordo de cooperação técnica com a secretaria municipal de saúde do Rio, que cedeu agentes de saúde para atuarem como recenseadores na cidade. Outra iniciativa para acelerar o trabalho foi o lançamento do Disque Censo em cidades onde a coleta está avançada. Pelo telefone, moradores de domicílios onde ninguém respondeu ao Censo podem pedir a visita de um recenseador. O serviço ficará ativo até fevereiro.

O Censo começou a ser realizado em 1º de agosto. O período de coleta de dados estava previsto para durar três meses, com conclusão até 31 de outubro. No início do mês, o IBGE admitiu que o levantamento não será finalizado neste ano, e deu nova previsão para janeiro de 2023. Ontem, no entanto, Azeredo reconheceu que o trabalho pode terminar só em fevereiro.

# Brasil

**Tributação** Futuro ministro disse que atual concordou em não tomar medidas que impactem governo eleito

# Haddad pede e Guedes deixa de renovar corte de imposto de combustíveis

**Fabio Murakawa e Estevão Taiar**
De Brasília

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), telefonou ontem para o ministro da Economia, Paulo Guedes, a fim de pedir que a atual gestão "se abstenha de tomar qualquer medida que venha a impactar o futuro governo". O telefonema foi realizado em meio à possibilidade de o governo Jair Bolsonaro prorrogar a desoneração dos combustíveis, que se encerra no próximo dia 31, véspera da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente.

"Telefonei para que o governo atual se abstenha de tomar qualquer medida na última semana que venha a impactar o futuro governo", disse ontem Haddad a jornalistas no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde está sem realizada a transição de governo. "Sobretudo em temas que podem ser decididos daqui a dez dias, daqui a 15 dias, daqui a um mês, sem qualquer atropelo. Para que a gente tenha a sobriedade de fazer cálculo de impacto, verificar a trajetória do que a gente espera nas contas públicas ao longo dos próximos anos".

Segundo Haddad, Guedes "respondeu afirmativamente, que ia recomendar nesta semana que não se tomasse nenhuma medida que impactasse o futuro governo".

Mais cedo na terça-feira, fontes do governo federal informaram a jornalistas que havia um acordo entre a atual gestão e o governo eleito para prorrogar a desoneração por 30 dias. A desoneração de tributos federais como o PIS/Cofins e a Cide foi feita em meados deste ano pelo presidente Jair Bolsonaro a fim de mitigar o impacto da guerra da Ucrânia nos preços dos combustíveis. Nos cálculos do Ministério da Economia, a manutenção do corte de impostos equivale a perda de R$ 52,9 bilhões para os cofres da União em 2023.

Questionado sobre o possível impacto inflacionário da reoneração, Haddad admitiu que esta é uma preocupação. Mas disse que o próximo governo tomará uma decisão a respeito considerando uma série de variáveis.

"Vamos aguardar a nomeação da Petrobras. Nós temos expectativa em relação a muitas variáveis que impactam essa decisão. A trajetória do dólar, do preço internacional do petróleo. Tem uma série de coisas que vão acontecer. Então, para a gente não tomar nenhuma decisão açodada, o governo atual se abstém e a gente com calma avalia", disse.

Ele também foi questionado sobre a possibilidade de criação de um fundo para amortecer os preços dos combustíveis, que tramita no Congresso, mas evitou responder se é favorável ou não à medida.

"Nos primeiros dias de janeiro nós vamos apresentar nosso plano para cobrir o rombo que foi aberto em 2022 nas contas públicas. Nós tivemos um cenário do meio do ano para cá muito preocupante, que tem que ser enfrentado. E nós vamos enfrentar a partir de janeiro do ano que vem", afirmou.

Durante a transição de governo, no início deste mês, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa já tinha defendido que em algum momento o governo eleito aumentasse novamente a cobrança de impostos federal sobre combustíveis. Mas disse que era importante que fossem levados em conta diversos fatores para decidir o momento da alta, como "inflação, crescimento, juros". Barbosa fazia parte do grupo de economia da equipe de transição e é um dos interlocutores de Lula na área econômica.

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

**Fernando Haddad: "Vamos apresentar nosso plano para cobrir o rombo que foi aberto em 2022 nas contas públicas"**

# Paes quer ampliar uso de títulos do Porto Maravilha

**Rodrigo Carro e Caio Sartori**
Do Rio

A Prefeitura do Rio de Janeiro negocia com a Caixa Econômica Federal o uso de títulos (Cepacs) emitidos dentro do projeto de revitalização urbana Porto Maravilha para financiar empreendimentos imobiliários em São Cristóvão, bairro vizinho à zona portuária. Cada Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac) emitido pelo Prefeitura equivale a um total de metros quadrados a serem construídos pelos empreendedores.

A lógica por detrás da mudança seria a de ampliar a possibilidade de uso dos papéis sem emitir novos Cepacs, explicou ontem o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), em almoço com jornalistas. Paes informou que planeja extinguir a parceria público-privada (PPP) criada para viabilizar o Porto Maravilha.

Firmada em 2010, entre a Prefeitura e a Concessionária Porto Novo, a PPP previa a reurbanização e a prestação de serviços públicos numa área de 5 milhões de metros quadrados na Região Portuária do Rio de Janeiro. Orçado originalmente em R$ 8,3 bilhões, o projeto seria custeado com a venda de Cepacs, mas o desaquecimento do mercado imobiliário fluminense no período que se seguiu à Olimpíada de 2016 freou a demanda pelos papéis.

Desde 2017 o mercado carioca de escritórios corporativos de alto padrão não registra novos empreendimentos. Relatório da empresa de serviços imobiliários Cushman & Wakefield indica que ao fim do terceiro trimestre deste ano a taxa de vacância — o percentual sem ocupação da área ofertada para aluguel — na zona portuária era de 31,1% enquanto na capital fluminense este percentual estava em 32,48%.

Paes esclareceu ainda que este ano as negociações com a Caixa Econômica Federal caminhavam bem até o início do período eleitoral, quando "deram uma estancada". A expectativa do prefeito é que sejam retomadas a partir da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O município estaria disposto inclusive — segundo Paes — a deixar de receber da Caixa cerca de R$ 4 bilhões a que teria direito como forma de reduzir o preço dos Cepacs e, com isto, alavancar a demanda pelos títulos.

No evento, Paes comentou ainda sobre a concessão da Linha Amarela, via expressa que liga a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão. A Prefeitura trava uma disputa judicial com a Lamsa, concessionária que administra a via, para tentar encerrar o contrato de concessão.

No entender da Prefeitura, a concessão termina no próximo dia 31 de dezembro, mas ainda há uma audiência de conciliação marcada pela Justiça para 2 de fevereiro para tratar do tema. A Prefeitura do Rio chegou a abrir processo administrativo para pôr fim ao contrato de exploração do pedágio da Linha Amarela, mas suspendeu a medida para aguardar o resultado da audiência com a Lamsa. "Não vou tomar uma atitude que não se sustente juridicamente", resumiu Paes.

Perguntado se já havia sido contactado por possíveis interessados em assumir futuramente a concessão caso a Prefeitura seja vitoriosa na disputa jurídica com a Lamsa, Paes informou que não, mas frisou que o negócio é atraente. "A torcida do Flamengo toda vai querer entrar na licitação quando ela for aberta", exagerou o prefeito.

LEO PINHEIRO/VALOR

**O prefeito Eduardo Paes: município estaria disposto a deixar de receber da Caixa cerca de R$ 4 bi para baratear os títulos**

# Do relativo otimismo ao labirinto do 'Bolsoverso'

**Fernando Exman**

Dois meses atrás, entre o primeiro turno e o segundo, o humor daqueles que frequentavam o Palácio da Alvorada oscilava entre a preocupação com o desempenho do morador da residência oficial da Presidência na reta final da campanha e um relativo otimismo com uma virada. Esta não aconteceu, mas a atenção com o comportamento de Jair Bolsonaro permanece.

Os que ainda têm livre acesso a ele tentam, em reunião nesta quarta-feira, convencê-lo a fazer um pronunciamento à nação. Uma despedida.

O formato ainda se discute. Pode ser a última das suas famigeradas "lives" ou, até mesmo, uma postagem protocolar nas redes sociais. Mas o apelo é para que Bolsonaro, sem foro privilegiado a partir do domingo e decidido a viajar aos Estados Unidos para não prestigiar a posse do sucessor, pelo menos dirija algumas palavras aos seus eleitores e aos apoiadores que se recusam a aceitar a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele não deve voltar antes do carnaval. Seus interlocutores defendem que espere os primeiros cem dias de Lula III para ver a popularidade do rival, retomando, na sequência, o projeto de viajar pelo país.

Uma declaração o recolocaria na condição de potencial líder da oposição. E poderia acalmar os ânimos daqueles que, acampados em frente a quartéis, já ultrapassaram a fronteira da legalidade e adotaram métodos terroristas.

## Aliados querem que presidente se pronuncie hoje

Incentivada pelo silêncio do presidente, essa turma vive de "fake news" no "Bolsoverso" — espécie de metaverso onde se experimenta uma vivência paralela fomentada por notícias falsas relacionadas a uma ruptura institucional. Outro dia, por exemplo, afirmou-se que a posse não poderia ocorrer até que fosse publicado um despacho específico no "Diário Oficial da União" formalizando a diplomação do eleito. Mentira.

Em outro caso, espalhou-se a informação falsa de que estava se dando mais respaldo jurídico para as Forças Armadas agirem como poder moderador, como pregam interpretações equivocadas do artigo 142 da Constituição. Eles se referiam a uma portaria regulamentando as atribuições da consultoria jurídica do Ministério da Defesa. Entre elas, "fixar a interpretação da Constituição".

Na vida real, fora do "Bolsoverso", regimentos internos de diversas pastas contêm exatamente o mesmo parágrafo. Segundo ele, cabe à consultoria jurídica do órgão em questão "fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União".

Foi também a vida real que atrapalhou os planos da reeleição na reta final da campanha, quando a vantagem de Lula nas pesquisas diminuía.

As sondagens internas do comitê de Bolsonaro captavam sinais semelhantes. Segundo esses levantamentos, o presidente estava numa curva ascendente: projetava-se que ela poderia cruzar com a linha gráfica que representava as intenções de voto em Lula no fim de semana anterior ao pleito. Isso, claro, se tudo corresse bem.

Depois de muita resistência e seguidas medidas eleitoreiras que ainda terão efeitos duradouros nas contas públicas, Bolsonaro chegou a admitir que não agira corretamente durante a pandemia. E intensificou a agenda de rua em Estados estratégicos.

Lula, por sua vez, ia ganhando adesões de peso. Criadores do Plano Real, outros economistas de renome e empresários importantes sinalizavam apoio ao petista, fortalecendo a construção da frente ampla que semanas depois o conduziria em seu caminho de volta para o Planalto.

À medida que se aproximava o prazo estipulado pelos estrategistas da campanha bolsonarista para a tal possível virada, crescia a tensão no entorno do presidente. Perguntado se havia tempo suficiente, um importante ministro avançou: Vocês estão achando que a volta de Lula e do PT vai ser legal, vai ser boa para o país? Sem esperar a réplica, ele mesmo respondeu. Disse que via o Brasil como a mocinha do icônico videoclipe da música "Thriller", de Michael Jackson.

No início do filme, o protagonista passa a imagem de bom partido. Todo arrumado, pede a moça em namoro. "Os dois vão ao cinema, assistem a um filme, comem pipoquinha." Depois caminham, até passarem por um cemitério, quando aquele que parecia um galã atrai zumbis para fora de suas covas.

Na peça de ficção, o suposto mocinho transforma-se, ele também, em monstro. E sai dançando, em coreografia, com as criaturas que retornaram de outro plano. Com a alegoria, o auxiliar de Bolsonaro criticava aqueles que estavam, na sua visão, deixando-se seduzir por alguém que, apesar de um discurso brando durante a campanha, retornaria mal acompanhado e com políticas públicas antiquadas.

O recado até poderia sensibilizar aqueles que dão expediente na Faria Lima. Para baixo da pirâmide social, contudo, o jogo era mais difícil.

Com sua postura negacionista na pandemia, Bolsonaro perdeu pontos e mais pontos entre mulheres de classe média. Na visão da ala política, o governo demorou a implementar o Auxílio Brasil e, quando o fez, adotou um valor modesto. Defendia-se um benefício de R$ 800, para que o efeito nas pesquisas eleitorais fosse mais rápido.

Bolsonaro acreditou que o discurso religioso seria mais importante do que falar de economia, da vida real. Percebeu que isso não era verdade quando, em um misto de inocência política e arrogância, integrantes do governo fizeram uma reunião para planejar 2023 antes de concluída a disputa. Nela, discutiu-se, entre os possíveis cenários, do mais exequível ao mais remoto, a desindexação do salário mínimo. Documento vazado, estrago eleitoral feito.

Aquele fim de semana usado como potencial ponto de inflexão pela campanha bolsonarista chegou e, com ele, o criminoso ataque do ex-deputado Roberto Jefferson a agentes da Polícia Federal. Na sequência, a deputada Carla Zambelli ameaçou um homem negro com uma arma, após ter uma discussão política.

Os episódios afastaram aqueles que ainda poderiam apoiar a reeleição do presidente, mas se assustaram com o nível de violência. Esta preocupação inexiste no "Bolsoverso", mas inclusive lá a posse de Lula será uma realidade no domingo.

**Fernando Exman** é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
**E-mail** fernando.exman@valor.com.br

# Tebet acerta gestão compartilhada do PPI e assumirá Planejamento

**Vandson Lima, Caetano Tonet e Murillo Camarotto**
De Brasília

ANA PAULA PAIVA/VALOR

**Tebet: senadora será a terceira ex-presidenciável a ocupar um cargo de condução da economia a partir do dia 1º**

A senadora Simone Tebet (MDB) será ministra do Planejamento na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. O anúncio oficial ocorrerá na quinta-feira, juntamente com o de outros nomes que vão compor o primeiro escalão do novo governo, que toma posse daqui a quatro dias.

Com o acerto, três políticos e ex-presidenciáveis estarão à frente da condução da economia: Fernando Haddad (PT), candidato em 2018, será o ministro da Fazenda; Geraldo Alckmin (PSB), que disputou o Palácio do Planalto em 2006 e 2018, vai comandar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; e Tebet, terceira colocada na última eleição, estará à frente do Planejamento. Assim, o protagonismo da área econômica do governo será o primeiro palco da disputa para 2026, já que Haddad, Alckmin e Tebet são possíveis candidatos à sucessão de Lula, que promete não buscar a reeleição daqui a quatro anos.

Tebet esteve na terça-feira (27) com Lula, Haddad e Alexandre Padilha, que será ministro de Relações Institucionais. No encontro, segundo fontes, o organograma proposto para o Planejamento foi discutido e pontos que estavam nebulosos foram esclarecidos.

A ideia é que o Planejamento atue na liberação de recursos orçamentários, mas também na organização das estatais através da Secretaria de Investimento Estratégico e Coordenação das Estatais, bem como participe do processo decisório da Junta Orçamentária e do Conselho Monetário Nacional.

A Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sobre a qual havia certa controvérsia, terá uma espécie de gestão compartilhada. O Planejamento participará do comitê gestor e fará o diagnóstico das medidas de fomento às concessões e parcerias público-privadas de Estados e municípios. A coordenação e fiscalização caberão à Casa Civil.

A definição do PPI era um dos principais entraves do acerto. No início do dia, aliados da senadora afirmavam que havia acordo para que o programa ficasse sob o guarda-chuva do Planejamento. Mais tarde, Padilha concedeu entrevista coletiva em que negou a possibilidade. "Não tem acordo [nesse sentido]. É um ministério muito importante. Participa dos comitês gestores do programas prioritários do governo, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e também do PPI. [O PPI] Será coordenado pelo Ministério da Casa Civil", garantiu. A fala provocou certo desconforto no MDB, mas as arestas foram aparadas na reunião de Tebet com Lula.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ficarão no Planejamento, para dar o caráter formulador de políticas públicas que Tebet quer imprimir à pasta. Desde o início das tratativas, a principal demanda da senadora era um ministério com autonomia, "instrumentos" de atuação e capacidade própria de entrega de resultados.

No encontro com Lula, apurou o **Valor**, Tebet negou que quisesse abrigar sob o ministério os bancos públicos. Sua intenção, argumentou, seria planejar as ações da administração direta e indireta, atuando nas decisões sobre, por exemplo, políticas habitacionais e de apoio ao agronegócio — o que o Planejamento fará.

Na véspera da decisão, a senadora conversou com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. Dele, ouviu que trazer os bancos públicos para a pasta não teria grande ressonância, especialmente por conta da autonomia operacional das instituições. Dantas, contudo, sinalizou que Tebet poderia comandar um processo conhecido como "spending review", pelo qual o governo realiza a revisão sistemática da qualidade dos gastos públicos. O TCU poderá auxiliar o Planejamento nesse processo e esta perspectiva animou a futura ministra.

Agora, Tebet começará a busca por um secretário-executivo, que será o número 2 do ministério. A ideia é encontrar um nome de sua confiança, mas cujas posições fiquem em um meio do caminho entre as posições da senadora, de formação liberal, e da área econômica do governo, mais desenvolvimentista.

# Parceria com Haddad pode minar paredão do PT

**Análise**

**Maria Cristina Fernandes**
*São Paulo*

A Fazenda libera, mas é o Planejamento que aloca. Este dueto já causou disputas históricas no governo Fernando Henrique Cardoso (Pedro Malan/José Serra) e Luiz Inácio Lula da Silva (Antonio Palocci/Guido Mantega), mas ganha uma chance de escrever um novo roteiro com a dupla Fernando Haddad e Simone Tebet.

Depois do estranhamento inicial, provocado pela demanda de uma Pasta robustecida por bancos públicos e PPI, que acabou não se confirmando, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) tem atributos a serem explorados para a parceria.

Podem até se tornar adversários em 2026, mas, para isso, precisam sobreviver no governo. E, nesta peleja, têm adversidades comuns a serem enfrentadas. A primeira delas é a máquina do PT, que tanto resistiu a Haddad na Fazenda quanto a Simone no ministério.

O futuro ministro da Fazenda tem relações mais fluidas com o vice-presidente Geraldo Alckmin ou a deputada federal eleita, provável ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede-SP), ambos também pré-candidatos em 2026, do que com muitas lideranças petistas.

A chance de esta relação se reproduzir com Simone passa pela possibilidade de uma dobradinha na negociação com o Congresso. Haddad estreitou relações com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com quem teve um encontro sem testemunhas às vésperas da votação da PEC da Transição, e outras lideranças da Casa. Não tem a mesma ponte no Senado, Casa da qual Simone é egressa.

O risco de esta parceria não se efetivar é se Simone, que foi uma candidata rejeitada por parte considerável do MDB e ministeriável igualmente refutada para compor a "cota" do partido no governo, passar a ser cortejada como um instrumento de pressão sobre Haddad. Simone já passou a ser tratada como emedebista de carteirinha pelas lideranças do partido.

As atribuições do Planejamento na alocação de recursos é uma janela para isso, mas não apenas. A Pasta também lhe abrirá a possibilidade de ocupar espaço no debate sobre a qualidade do gasto público. O tuíte do presidente do TCU, Bruno Dantas ("Ela poderá contar com o TCU para estruturar um programa robusto de avaliação de periódica de políticas públicas em busca de eficiência"), foi apenas um dos acenos a Simone.

A senadora tanto pode abraçar esta pauta em disputa com Haddad quanto em colaboração. Vai depender não apenas do formato que der à Pasta quanto da correlação de forças que se estabelecer na relação do governo com o Congresso. O ministro da Fazenda é o alvo preferencial, por excelência, da investida parlamentar em função do domínio sobre o Tesouro.

O atual ministro da Economia, Paulo Guedes, caiu na cilada com o discurso de que o Congresso deveria participar da gestão orçamentária, adotado desde a campanha de 2018. Foi a deixa para o "orçamento Secreto" que deu ao Congresso o direito de alocar recursos sem a obrigação de prestar contas.

Haddad pode até acreditar ser capaz de fugir desta sina por conta própria, mas poderá ser mais sucedido se o fizer em parceria com Simone que, ao contrário dele, tem experiência parlamentar e, pela sucessão de Pastas que disputou para entrar do governo, deu mostras de que tem ambição de participar do jogo.

# Política

**Executivo** Anúncio de Lula para o restante da equipe ministerial é aguardado para esta quinta-feira

# Negociação com MDB, União Brasil e PSD atrasa ministério

**Andrea Jubé, Raphael di Cunto e Marcelo Ribeiro**
De Brasília

SILVIA ZAMBONI/VALOR

**Renan Filho: indicado para os Transportes contempla o MDB do Senado**

A quatro dias da posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda tem que anunciar o lote final de 16 ministros, além dos presidentes do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras, conforme mostrou o **Valor** na segunda-feira.

Esse anúncio é aguardado para quinta-feira (29), segundo fontes do gabinete de transição. Para cumprir esse prazo, Lula resolveu o impasse com a senadora Simone Tebet (MDB-MS) e intensificou as conversas para definir os espaços dos indicados pelas bancadas do MDB, União Brasil e PSD na Câmara dos Deputados. O PSD pode ter três ministérios, assim como o MDB, enquanto União Brasil pode ficar com duas pastas.

A Esplanada lulista contará com 37 ministérios, dos quais 21 titulares já foram anunciados, bem como o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

Em 2002, após a primeira vitória nas urnas, Lula também não teve pressa em montar o time do primeiro escalão: ele divulgou o último lote de ministros no dia 23 de dezembro, antevéspera do Natal.

A articulação com o MDB avançou, com a decisão de indicar Simone Tebet, terceira colocada na eleição presidencial, para o Ministério do Planejamento, bem como o senador eleito Renan Filho (MDB-AL) para o Ministério dos Transportes, como representante da bancada de senadores.

A pendência com o MDB envolve o indicado da bancada de deputados, que deve ser agraciada com o Ministério das Cidades, uma das pastas mais concorridas da Esplanada, pelo orçamento vultoso e pelo programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que será retomado.

O nome mais forte hoje é o do empresário Jader Filho, irmão do governador reeleito do Pará, Helder Barbalho (MDB), filho do senador Jader Barbalho (MDB-PA) e presidente do partido no Estado. O MDB do Pará tornou-se o diretório mais forte na Câmara ao eleger nove dos 42 integrantes da bancada.

Parte da bancada prefere o deputado José Priante (MDB-PA), primo de Helder. Mas a favor de Jader Filho pesa o fato de que ele e o governador fizeram campanha aberta para Lula e ajudaram a eleger o deputado Beto Faro (PT) para o Senado.

Em paralelo, Lula precisa desatar os nós do União Brasil e do grupo multipartidário do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que envolve cerca de 150 deputados. Apesar da pressão pública de petistas contra a escolha do líder do União, deputado Elmar Nascimento (BA), para o Ministério do Desenvolvimento Regional, o partido que elegeu 59 deputados decidiu manter a indicação. Elmar também é o nome avalizado pelo grupo político de Arthur Lira.

Elmar virou alvo de petistas pela ligação com o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil), adversário do PT na Bahia. Durante a campanha, Elmar chamou Lula de "ladrão" e "condenado", fato lembrado pelos petistas em cartas públicas e redes sociais.

Parlamentares do União Brasil jantaram nessa segunda-feira (26) em Brasília com Elmar e com o presidente do partido, Luciano Bivar (PE), e o vice-presidente, Antonio Rueda. No encontro, a indicação de Elmar como representante da bancada foi reafirmada.

A deputada professora Dorinha Rezende (TO), eleita senadora, é outro nome escolhido pelo União para compor o ministério, mas seu espaço está indefinido.

Em paralelo, Lula ainda não contemplou os 42 deputados do PSD. O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), afirmou ao **Valor** nessa terça-feira (27) que recebeu garantias de interlocutores de Lula de que não há veto ao deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) para compor o ministério por causa das denúncias, já rejeitadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de suposta agressão à ex-mulher. Pedro Paulo é cotado para assumir o Ministério do Turismo.

O PSD ainda pode comandar dois ministérios, com nomes indicados pelo Senado. O senador Carlos Fávaro (PSD-MT) deverá assumir o Ministério da Agricultura e Pecuária. Já o senador Alexandre Silveira (PSD-MG) ficará à frente do Ministério de Minas e Energia, contemplando o grupo político do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Esses nomes estão confirmados nos bastidores, mas ainda não foram anunciados. Ampliando a cota do PT, o deputado federal Paulo Pimenta (RS) assumirá a Secretaria de Comunicação Social (Secom), que voltará à estrutura do Palácio do Planalto, e o deputado reeleito e secretário-geral do PT, Paulo Teixeira (SP), levará o comando das Comunicações.

Ainda deve ficar na cota do PT a pasta do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Resta definir os titulares de Pesca e Aquicultura e da Previdência Social. Lula deve confirmar a ex-jogadora de vôlei Ana Moser no Ministério do Esporte. E a deputada eleita pelo Psol de São Pau favorita para o Ministério dos Povos Indígenas.

## *Plano A de Lula, Marina Silva supera resistências do PT e do próprio Rede*

**Análise**

**Daniela Chiaretti**
*De São Paulo*

Nunca antes, em seus 30 anos de história, o Ministério do Meio Ambiente foi tão disputado. É o efeito bumerangue da ruína imposta ao sistema ambiental brasileiro nos quatro anos Bolsonaro. Luiz Inácio Lula da Silva prometeu parar o desmatamento e priorizar a agenda climática, e a cooperação internacional disse que irá atender ao chamado. O MMA pode sair do fundo do poço para se tornar uma pasta robusta, com recursos e sob os holofotes.

O nome de Marina Silva, ex-ministra de Meio Ambiente de Lula em seu primeiro mandato e parcialmente no segundo, deve ser confirmado em questão de horas. O presidente eleito tinha uma série de bons nomes para escolher para a pasta. A ex-senadora, famosa internacionalmente, era o mais forte. "Ela só não será ministra se não quiser", disse um interlocutor próximo.

Lula sempre quis que Marina voltasse a comandar o MMA. Em seu encontro, na sexta-feira, discutiram como a transversalidade do tema estará presente nas ações de governo e como Lula será o articulador dessa política. Trata-se de uma mudança radical na gestão das políticas governamentais.

A figura da Autoridade Climática não foi discutida no encontro. Na visão de Marina, trata-se de um cargo de perfil técnico, que coloque o país na trilha correta para cumprir as metas do Acordo de Paris.

A ex-ministra de Dilma Rousseff, Izabella Teixeira, um dos nomes favoritos do agronegócio para a pasta ambiental, tem outra concepção de autoridade climática. Teria de ser alguém ao lado da Presidência da República, com status de ministro e força para colocar os outros ministérios na rota da descarbonização.

A deputada eleita Marina Silva conta com a admiração do vice-presidente Geraldo Alckmin e do futuro ministro da Fazenda Fernando Haddad, duas pessoas de muito prestígio junto a Lula.

Entre alguns quadros petistas, contudo, há resistência ao nome de Marina. Circulou a crítica de que a ex-senadora seria "indemissível", como se ser competente e reconhecida a desqualificasse.

Houve uma articulação, mal sucedida, de sugerir o nome da senadora Simone Tebet (MDB) para o MMA. Tebet deve ser a ministra do Planejamento de Lula. O problema nunca foi o MMA, mas contemplar a fome do MDB por uma pasta com muitos recursos e capilaridade.

O cargo de ministro do Meio Ambiente do Brasil foi cobiçado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que em fevereiro desistiu da pré-candidatura a governador do Amapá para integrar o núcleo da campanha presidencial do PT.

O ex-senador e ex-governador do Acre Jorge Viana (PT), que coordenou o núcleo de transição do Meio Ambiente, também surgiu como candidato à pasta em um momento.

Ao contrário de 2003, Marina Silva, quando formalizada como ministra, terá que montar sua equipe com pessoas mais próximas de Izabella Teixeira e também do PV, que tem reclamado não ter recebido cargos.

Especula-se que o Partido Verde, de pouca expressão no Brasil, poderia ficar com o Ibama ou o ICMBio.



**ARTIGO**

# Compromisso fiscal do novo governo pode melhorar cenário

© GETTY IMAGES

Taxa de câmbio pode ceder a R$ 5 ou até menos, além de serem possíveis uma inflação mais baixa e juros menores

**IDEIAS-CHAVE:**

- **Caso a equipe econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresente um bom substituto para a regra de teto de gastos, o cenário econômico no Brasil em 2023 será mais favorável**
- **A PEC de R$ 148 bilhões está próxima dos gastos extras feitos pelo atual governo em 2022, mas ainda é necessário substituir a regra do teto de gastos por um mecanismo que seja eficaz e bem acolhido pelo mercado**
- **O mercado tem reagido à política fiscal mais expansionista com venda da moeda brasileira e de títulos públicos. Para 2023, a taxa de câmbio terá impacto fundamental sobre a inflação e, consequentemente, sobre os juros**
- **Um câmbio mais desvalorizado aumenta os preços em reais de combustíveis e alimentos e pode dificultar a trajetória de convergência da inflação brasileira para a meta**
- **Por outro lado, temos ainda o grande trunfo de US$ 320 bilhões em reservas cambiais, que podem aliviar uma possível pressão sobre a taxa de câmbio caso um cenário mais difícil se concretize**
- **A boa notícia para 2023 é que o surto inflacionário global de 2021 e 2022 está no fim. Suas principais causas já se esgotaram: desestruturação do comércio mundial por conta da pandemia; superestímulo dos governos com políticas de juro zero e gasto público; e guerra da Rússia contra a Ucrânia, que aumentou os preços dos grãos e de energia**

**POR PAULO GALA***

Caso a equipe econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresente um bom substituto para a regra de teto de gastos, assumindo compromisso com a estabilidade fiscal, o cenário econômico no Brasil em 2023 será mais favorável: a taxa de câmbio pode ceder a R$ 5 ou até menos, teremos inflação mais baixa e juros menores.

Esse quadro seria mais interessante para a economia como um todo, favorecendo o setor produtivo, o emprego e a renda. A PEC de R$ 148 bilhões está próxima dos gastos extras feitos pelo atual governo em 2022, mas ainda é necessário substituir a regra do teto de gastos por um mecanismo que seja eficaz e bem acolhido pelo mercado.

Se o governo não estabelecer uma regra fiscal eficiente e crível, o cenário pode ser mais desafiador, com câmbio mais desvalorizado, que pode pressionar a inflação e os juros futuros. O mercado tem reagido à política fiscal mais expansionista com venda da moeda brasileira e de títulos públicos.

Para 2023, a taxa de câmbio terá impacto fundamental sobre a inflação e, consequentemente, sobre os juros. Um câmbio mais desvalorizado aumenta os preços em reais de combustíveis e alimentos e pode dificultar a trajetória de convergência da inflação brasileira para a meta. Se houver um estresse financeiro muito forte, a taxa Selic poderá ficar no patamar atual até o final do próximo ano ou até mesmo voltar a subir.

Por outro lado, temos ainda o grande trunfo de US$ 320 bilhões em reservas cambiais, que podem aliviar uma possível pressão sobre a taxa de câmbio caso um cenário mais difícil se concretize. O Brasil está resistindo bem ao choque de juros americano, que deve levar a taxa dos FED funds a acima de 5% ao ano.

A boa notícia para 2023 é que o surto inflacionário global de 2021 e 2022 está no fim. Isso porque suas principais causas já se esgotaram: desestruturação do comércio mundial por conta da pandemia; superestímulo dos governos com políticas de juro zero e gasto público; e guerra da Rússia contra a Ucrânia, que aumentou os preços dos grãos e de energia.

O cenário de 2023 trará menos inflação e menor crescimento, mas poderá também anunciar um novo ciclo de juros mais baixos no Brasil e no mundo. Podemos ter um 2023 com boas notícias!

*** Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.**

**Poderes** Flávio Dino vai pedir ao STF que suspenda porte de armas de fogo até o dia 2 no DF

# Governo eleito negocia saída para desmobilizar acampamentos

**João Valadares, Matheus Schuch e Isadora Peron**
De Brasília

RENATO ALVES/AGÊNCIA BRASÍLIA

**Ibaneis e Dino: governador do DF e futuro ministro da Justiça reuniram-se no Palácio do Buriti para discutir a segurança em Brasília no dia da posse de Lula**

O futuro ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou nessa terça-feira (27) que, a pedido do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o novo governo articula uma saída pactuada para desmobilização dos acampamentos em frente ao quartel-general (QG) do Exército, em Brasília, até o dia da posse.

Dino comunicou no início da tarde que também iria solicitar ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das "fake news" e dos atos antidemocráticos no Supremo Tribunal Federal (STF), a suspensão do porte de armas de fogo no Distrito Federal entre esta quarta-feira (28) e 2 de janeiro.

Sem detalhar, Dino afirmou ainda que outras providências podem ser tomadas se não houver saída pacífica. "Há um cenário de uma desocupação voluntária dos acampamentos nos QGs", declarou. "Acreditamos numa saída pactuada. Se isso não ocorrer, aí se abre a possibilidade de retirada compulsória."

Questionado se a retirada com uso da força poderia ser feita antes da posse, no domingo, desconversou. Relatou apenas que haverá uma reavaliação dos cenários até quinta em relação aos acampamentos para definir se é preciso novas determinações.

O futuro ministro da Justiça concedeu entrevista ao lado do indicado para a Defesa José Múcio e do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Eles participaram de reunião no Palácio do Buriti, sede do governo do DF, para tratar da segurança na capital federal no dia da posse de Lula.

Durante a entrevista, as falas de Múcio e Dino soaram conflitantes. Enquanto Dino usou um tom mais duro, falando em terrorismo, Múcio classificou como pacíficos os movimentos antidemocráticos em frente aos QGs. Nos últimos dias, Dino mencionou que os acampamentos são "incubadoras de terroristas".

Questionado se a declaração não poderia estimular a mobilização dos acampamentos, Múcio afirmou que tudo será resolvido de forma pacífica. Na noite do sábado passado, o empresário bolsonarista George Washington de Oliveira Sousa foi preso pela Polícia Civil do Distrito Federal por tentativa de explosão de um caminhão de querosene nas proximidades do aeroporto de Brasília.

O planejamento do ato terrorista aumentou o clima de tensão na capital federal gerando preocupação em relação à segurança no dia da posse. José Múcio tratou como caso isolado a prisão do militante bolsonarista.

Logo no início da entrevista, Flávio Dino destacou que "não serão pequenos grupos extremistas que vão emparedar a democracia brasileira". "Eles não venceram e não vencerão", complementou.

Dino reiterou convite para que as pessoas compareçam à posse de Lula, diante da garantia dada pelo governo do DF. "Ibaneis garantiu que 100% das forças policiais do DF estarão mobilizadas para garantir a tranquilidade da posse."

Sobre a possibilidade de o tradicional desfile do presidente eleito ocorrer em carro fechado com vidros blindados, por recomendação da Polícia Federal, a avaliação é que a decisão cabe a Lula. "Até o dia da posse, Lula vai decidir se vai em carro aberto ou fechado", afirmou.

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também têm atuado para que o governo do Distrito Federal e as Forças Armadas adotem medidas para desmobilizar o acampamento de bolsonaristas em Brasília.

A avaliação é que os últimos acontecimentos — como o caso da bomba — mostram que não é possível deixar que os manifestantes continuem mobilizados e praticando atos antidemocráticos. A expectativa é que a mobilização seja encerrada até quinta-feira, antes da posse do presidente eleito.

Além do ministro Alexandre de Moraes, do STF, que tem mandado prender apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) envolvidos nas manifestações, o decano Gilmar Mendes também tem mantido conversas sobre o assunto com autoridades de diferentes áreas.



## Aras recorre ao STF contra indulto de Bolsonaro a condenados por Carandiru

De Brasília

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação para anular o indulto natalino concedido pelo presidente Jair Bolsonaro para beneficiar os 74 policiais militares condenados por participarem do massacre do Carandiru.

O ministro Luiz Fux foi sorteado do relator. Por conta do recesso do Judiciário, no entanto, a presidente da Corte, Rosa Weber, poderá tomar uma decisão em relação ao pedido do PGR.

O episódio ocorreu em 2 de outubro de 1992, quando uma intervenção da Polícia Militar para conter uma rebelião provocou a morte de 111 detentos da hoje extinta Casa de Detenção, na zona Norte de São Paulo.

A manifestação enviada por Aras ao Supremo foi vista, nos bastidores, como um movimento para se descolar da imagem de aliado do atual presidente, que deixa o cargo no domingo.

Segundo o PGR, a Constituição veda o benefício para quem comete crimes hediondos, e esse parâmetro deve levar em conta não o momento da prática do crime—em 1992 não havia essa figura na lei penal— mas sim a data da edição do decreto.

Aras também lembrou que os tratados internacionais de direitos humanos proíbem o indulto para crimes considerados de lesa-humanidade no plano internacional, como foi o caso do Carandiru, classificado como grave violação de direitos humanos por cortes internacionais.

Para o PGR, conceder o benefício aos envolvidos no caso significaria impunidade e afronta às decisões de órgãos de controle internacionais relativos a direitos humanos, o que pode gerar a responsabilização do Brasil perante cortes internacionais.

"O indulto natalino conferido pelo presidente da República aos agentes estatais envolvidos no caso do massacre do Carandiru representa reiteração do Estado brasileiro no descumprimento da obrigação assumida internacionalmente de processar e punir, de forma séria e eficaz, os responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade cometidos na Casa de Detenção em 2.10.1992", escreveu.

Segundo Aras, isso coloca o país "na contramão do processo evolutivo dos direitos fundamentais plasmados na ordem jurídica interna e internacional, com violação direta do dever constitucional de observância dos tratados internacionais de direitos humanos".

Na manifestação, o PGR disse ainda que o massacre representa um "triste capítulo da história brasileira". Aras também afirmou que o indulto é um ato político e que a Constituição dá ampla liberdade ao presidente para a concessão da medida, ressalvados os casos que envolvam crimes de tortura, de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e crimes hediondos. *(IP)*

## *O que está por trás do limite às decisões individuais*

**Luísa Martins**
De Brasília

O "aniversário" de quase três anos da liminar que suspendeu a implementação do juiz de garantias — assinada pelo ministro Luiz Fux em janeiro de 2020 — foi um dos principais impulsionadores da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que limitou as decisões individuais de seus integrantes.

Em sessão administrativa virtual, realizada longe dos olhos da sociedade, a Corte fixou normas para evitar que liminares permaneçam em vigor por meses — ou até anos — sem a validação dos demais colegas. A nova regra exige a submissão imediata de liminares para referendo do plenário ou das Turmas. As já proferidas, como a do juiz de garantias, devem ser disponibilizadas para votação em 90 dias úteis.

Uma ala de ministros considera esse processo um exemplo emblemático da necessidade de se corrigir a falta de colegialidade no tribunal. Em despacho assinado do mês passado, o decano da Corte, ministro Gilmar Mendes, chamou a atenção para o caso.

"O bloqueio da deliberação pelo plenário acarreta um imobilismo que constrange os integrantes desta Corte, e cujo resultado é o bloqueio da produção de efeitos de opções políticas legitimamente construídas no Parlamento, por tempo indeterminado", criticou.

Fux concedeu a liminar em janeiro de 2020 e só liberou o processo para o plenário oito meses depois, em setembro, quando já havia assumido a presidência do Supremo e, portanto, tinha controle sobre a pauta.

O caso não foi agendado por Fux e, até agora, nem pela nova presidente da Corte, ministra Rosa Weber, que o substituiu em outubro. Procurado, Fux disse que "o processo está liberado para a pauta e que a pauta de julgamentos é de responsabilidade da presidência". O calendário de 2023 ainda não foi divulgado.

O prestígio à colegialidade foi uma bandeira levantada pelo próprio Fux em sua gestão. Embora as sessões "relâmpago" para referendo de liminares em 24 horas tenham ganhado força sob seu comando, isso nunca havia sido formalizado como uma obrigatoriedade.

Ainda em 2020, Gilmar enviou um ofício a Fux sugerindo as mudanças e um período de transição para que os ministros pudessem se adaptar — foi essa proposta que foi votada, sem alarde, em sessão virtual finalizada no dia 14.

Além do referendo imediato das decisões individuais, ficou decidido que pedidos de vista também não poderão ultrapassar 90 dias. Passado esse período, os processos serão automaticamente liberados para julgamento em plenário.

O prazo anterior para a devolução de vista era de 30 dias, mas não havia consequências para casos de descumprimento. Na prática, isso permitia que o pedido de vista fosse utilizado, de forma proposital, como um instrumento de paralisação de ações relevantes na pauta do tribunal.

Atualmente, somando os acervos do plenário e das duas Turmas, há 437 processos parados em razão de pedidos de vista que nunca foram devolvidos, conforme informações estatísticas disponibilizadas pelo próprio STF. Em 90 dias úteis, todos estarão liberados para julgamento.

O pedido de vista mais antigo e ainda não devolvido foi feito pela ministra Cármen Lúcia em 2011 — ou seja, há mais de uma década — em ação movida por um servidor público contra uma mudança ocorrida no cálculo de suas gratificações.

A lista também inclui processos como a utilização de banheiros femininos por pessoas trans (com vista a Fux desde 2015) e a incidência de PIS/Cofins sobre as atividades das seguradoras (com vista ao ministro Ricardo Lewandowski desde 2016).

**Estados** Futura governadora ainda não fechou alianças para secretariado e tem relação distante com Lula

# Economia frágil desafia gestão de Raquel Lyra em PE

**Marina Falcão**
Do Recife

A ex-prefeita de Caruaru Raquel Lyra (PSDB) assumirá o comando de Pernambuco sob grande expectativa, por parte do seu partido, de fazer uma gestão modelo com projeção nacional. Para tanto, a nova governadora precisará dar fôlego à atividade econômica local, que se recupera em ritmo bastante inferior à média do Brasil no pós-pandemia.

Na área fiscal, Lyra encontrará um Estado que paga os salários em dia, mas não consegue alavancar investimentos. Segundo a vice-governadora eleita, Priscila Krause (Cidadania), Pernambuco tem R$ 1,8 bilhão em obras contratadas para 2023 e apenas R$ 322 milhões reservados no orçamento para tanto. A maioria dos contratos sem lastro são do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e muitos deles foram firmados a despeito da perda de arrecadação com ICMS dos combustíveis. "É uma preocupação muito grande o quadro que nos deparamos agora", disse Krause.

O governador do Estado, Paulo Câmara (PSB), que recebeu o governo em 2015 das mãos do pai de Raquel, João Lyra Neto, afirmou que as declarações de Krause demonstram "desconhecimento da matéria financeira" e que ela "optou por fazer uma leitura pontual e desconectada da realidade". Ele afirmou que vai deixar o Estado com R$ 3 bilhões em caixa e R$ 3,4 bilhões em operações de crédito com aval da União.

Segundo Krause, a nova gestão deve partir imediatamente para captar novos empréstimos com o governo federal, bancos e entidades internacionais. Ajudará o fato de Pernambuco ter conseguido melhorar sua nota de crédito de Capag (capacidade de pagamento) de C para B em função da injeção de recursos federais para combate à pandemia, algo que beneficiou os Estados de forma geral.

Uma mudança mais sustentável do quadro, no entanto, passa necessariamente pela recuperação da atividade econômica local e o consequente aumento da arrecadação. No auge da pandemia (2020), o baque econômico do Estado de Pernambuco foi maior que o nacional, com recuo de 4,1% do PIB, contra queda de 3,3% do país. Em 2021, o Brasil começou a se recuperar e cresceu 5%, mas Pernambuco avançou apenas 2,2%. Para este ano, a previsão é de outra performance abaixo da média: o PIB estadual deve subir em torno de 0,9%, enquanto o nacional pode avançar 3,1%.

A lenta recuperação do Estado, segundo o economista Écio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), está ligado ao mau desempenho do setor de serviços, incluindo turismo, que tem elevada participação no PIB pernambucano. O agronegócio recupera-se bem nesse ano, com avanço de mais de 10%, mas o setor tem pouco peso na economia estadual.

A atração de novos investimentos públicos e privados é crucial para melhorar os indicadores sociais do Estado, uma fragilidade da gestão do PSB. A região metropolitana do Recife tem hoje a segunda mais alta taxa de desemprego do país — atrás apenas da de Salvador — e metade da população vive com até R$ 400 por mês, o maior percentual de pessoas em extrema pobreza do país.

A reversão desse cenário pode ser dificultada pelo fato de Lyra ter sido a única eleita no Nordeste que não apoiou Lula no segundo turno e se manteve neutra na disputa até o fim. Concorrentes diretos de Pernambuco na atração de investimentos, Ceará e Bahia permaneceram sob comando do PT. "Não abrimos o voto para presidente, mas está nas prioridades de Raquel fazer a interlocução com o governo federal", disse Krause.

Lyra reuniu-se imediatamente com o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) após a eleição, mas ainda não se sentou à mesa sozinha com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em todas as entrevistas que dá faz aceno ao petista, afirmando ter certeza que ele "não faltará ao seu Estado natal". Os recursos, no entanto, são escassos. O governo federal, por meio da Caixa, só tem R$ 10,5 bilhões para emprestar aos Estados nas operações sem garantia e todos os entes querem a maior fatia possível.

O bom relacionamento com o governo federal pode ser crucial para destravar o trecho pernambucano da Transnordestina, considerada uma obra fundamental para alavancar a economia estadual. No ano passado, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos) reajustou o contrato da obra retirando a parte pernambucana, que ligaria Custódia (PE) ao Porto de Suape, em Ipojuca (PE). O trecho cearense foi mantido. A Bemisa, mineradora do grupo Opportunity, tem interesse em fazer o ramal de Pernambuco, mas o desenho financeiro ainda está indefinido.

Outro gargalo da infraestrutura de Pernambuco, o saneamento básico também estará nas prioridades de Lyra. Cerca de 70% dos pernambucanos não têm acesso ao serviço. O Estado firmou parceria público-privada (PPP) com a Odebrecht Ambiental em 2013 — posteriormente vendida para a BRK —, mas as obras estão empacadas. "Precisamos estudar o formato que precisa apresentar como solução. A PPP não cumpre as metas do marco do saneamento, pois foi feita antes", afirmou Krause.

Eleita com rede de apoios inicial ínfima, Lyra está até agora fazendo mistério sobre a composição do seu secretariado. Para conseguir montar sua base no legislativo estadual, ela precisará acomodar lideranças que também fizeram oposição ao PSB. Grupos políticos relevantes como o do deputado Eduardo da Fonte (PP) e o dos ex-prefeitos Anderson Ferreira (PL) e Miguel Coelho (União Brasil ) aguardam espaços no novo governo. "Vamos construir a maioria no legislativo. Temos total espaço para fazer essa construção política", disse Krause.

DIEGO NITRO/VALOR

Raquel Lyra: eleita precisará acomodar vários grupos em seu governo para montar sua base no legislativo estadual

## Câmara não preenche vácuo de liderança deixado por Campos

Do Recife

Com perfil técnico, o governador Paulo Câmara (PSB) não conseguiu preencher o vácuo de liderança deixado pelo ex-governador Eduardo Campos, morto em um acidente aéreo em 2014, durante campanha presidencial. Embora tenha conseguido se reeleger com facilidade em 2018, Câmara deixará o governo sem conseguir fazer seu sucessor, sem mandato e, até agora, sem cargo definido no governo Lula.

Segundo um aliado do PSB, a dificuldade de Câmara ocorreu muito em função da família Campos, que queria concentrar o protagonismo da legenda em João Campos (PSB), atual prefeito do Recife e filho do ex-governador. Além disso, Câmara governou oito anos em plena crise econômica nacional, sendo dois anos sem a simpatia de Dilma Rousseff, mais dois na oposição a Michel Temer e mais quatro na oposição à Jair Bolsonaro .

"Talvez eu tenha sido o único governador do país que governou oito anos na oposição. Tivemos que trabalhar sem o apoio federal", afirmou Câmara.

O legado mais positivo de sua gestão, avalia, foi na educação. O Estado passou à primeira posição do Ideb no ensino médio, universalizou o ensino em tempo integral e ampliou de 27 para 60 o número de escolas técnicas.

Apesar desses avanços, o PSB chegou a 16 anos no comando do Estado desgastado. Com pouca voz política nacional e limitada capacidade de mobilização no Estado, Câmara não conseguiu se candidatar ao Senado como pretendia. Durante as eleições desse ano, o passado prosperidade econômica da era Campos ficou distante. Além do declínio da renda da população, a memória recente do eleitor estava impregnada pelas operações da Polícia Federal que atingiram o PSB no Estado.

Com a derrota do candidato a governador do PSB no Estado, o deputado Danilo Cabral (PSB-PE), Câmara ficou sem vaga na composição ministerial do governo Lula (PT). A expectativa é de que ele assuma alguma função no segundo escalão com atribuições ligadas ao Nordeste.

A ascensão de Raquel Lyra (PSDB) coloca sob ameaça a reeleição de João Campos em 2024. O prefeito faz, até o momento, uma gestão bem avaliada, mas deve enfrentar nomes fortes da nova governadora na disputa, como deputado Daniel Coelho, que não foi reeleito, ou a vice-governadora Priscila Krause, ambos do Cidadania. *(MF)*

## Bolsonaro marca despedida no Planalto e deve viajar para os EUA

**Fabio Murakawa**
De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro marcou para esta quarta-feira (28) uma reunião de despedida com aliados, auxiliares próximos e assessores no Palácio do Planalto. Segundo fontes, ele tem viagem prevista para Orlando, nos Estados Unidos, até o fim da semana. Mas ainda existe a possibilidade de permanecer no país.

Fontes do Planalto relatam que um avião do Escav, escalão avançado da Força Aérea Brasileira (FAB) que precede as viagens do presidente, foi enviado a Orlando nos últimos dias, uma sinalização de que ele pretende viajar. Um amigo de Bolsonaro afirma que a previsão é que ele embarque para os Estados Unidos na noite de quinta ou, no máximo, sexta-feira.

Outra fonte, no entanto, afirma que a viagem ainda não está oficialmente confirmada. E que existe a possibilidade de que Bolsonaro permaneça no país.

O que está totalmente descartada é a possibilidade de Bolsonaro transmitir a faixa presidencial para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que toma posse no domingo.

O **Valor** apurou que o vice-presidente Hamilton Mourão não havia sido comunicado até essa terça-feira (27) sobre nenhuma viagem de Bolsonaro. Ele assume a Presidência quando o chefe de Estado deixa o país.

Em entrevista ao **Valor** após a eleição, Mourão afirmou que tampouco participará da cerimônia de posse de Lula no Planalto para entregar a faixa presidencial ao petista em caso de ausência de Bolsonaro.

Ao viajar para o exterior, Bolsonaro terá à sua disposição todo o aparato de segurança do presidente da República, mas somente até a meia-noite do dia 31 de dezembro, quando oficialmente se encerra seu mandato. A partir de então, ele terá direito apenas aos oito seguranças que a lei determina para ex-presidentes.

A despedida no Palácio do Planalto com aliados e assessores deve contar com as presenças do ex-ministro Braga Netto, que foi vice em sua chapa na última eleição, o ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria-Geral, e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

O presidente tem dado poucas declarações públicas desde que perdeu a eleição para Lula, em 30 de outubro. Ele tem passado a maior parte do tempo recluso no Palácio da Alvorada, residência oficial, e ido pouco ao Planalto, onde o presidente despacha.

Embora não tenha admitido publicamente a derrota, Bolsonaro autorizou o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, a dar início à transição de governo.

# Política

## Atividade econômica
Indicadores agregados

| | nov/22 | out/22 | set/22 | ago/22 | jul/22 | jun/22 | mai/22 | abr/22 | mar/22 | fev/22 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Indústria*** | | | | | | | | | | |
| **Produção física industrial (IBGE - %)** | | | | | | | | | | |
| Total | - | 0,3 | -0,7 | -0,6 | 0,5 | -0,4 | 0,3 | 0,1 | 0,6 | 0,6 |
| Indústria de transformação | - | 0,0 | -1,4 | -0,3 | 0,3 | -0,3 | 1,0 | 0,0 | 0,8 | 0,3 |
| Indústrias extrativas | - | 0,6 | 1,8 | -3,1 | 2,1 | 2,6 | -5,8 | 0,3 | 0,7 | 5,7 |
| Bens de capital | - | -4,1 | -0,7 | 5,8 | -3,4 | -1,7 | 6,6 | -8,8 | 10,1 | 1,6 |
| Bens intermediários | - | 0,7 | -1,0 | -1,6 | 1,9 | -0,7 | -1,0 | 0,6 | 0,8 | 2,2 |
| Bens de consumo | - | 0,3 | -0,8 | -1,1 | 0,9 | 0,1 | 0,3 | 2,6 | -3,1 | 0,2 |
| Faturamento real (CNI - %) | - | 0,3 | -0,5 | 1,3 | 1,2 | 1,5 | 0,8 | -0,2 | 1,1 | 0,6 |
| Horas trabalhadas na produção (CNI - %) | - | -1,2 | -1,0 | 2,3 | -0,1 | 1,0 | 0,6 | -2,3 | -0,1 | 1,4 |
| **Comércio** | | | | | | | | | | |
| Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2) | - | 0,2 | 0,2 | -0,3 | -1,5 | 0,4 | -0,1 | 0,1 | 7,5 | 2,4 |
| Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2) | - | 0,4 | 1,2 | 0,2 | -0,2 | -1,8 | 0,3 | 0,6 | 1,3 | 1,3 |
| Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) ** | - | - | 23,6 | 61,4 | 97,2 | 114,1 | 424,1 | 44,2 | 109,3 | 14,6 |
| Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) (1) ** | - | - | -17,0 | -11,1 | -5,6 | 7,8 | 127,2 | -29,0 | 45,0 | -4,3 |
| **Mercado de trabalho** | | | | | | | | | | |
| Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %) | - | 8,3 | 8,7 | 8,9 | 9,1 | 9,3 | 9,8 | 10,5 | 11,1 | 11,2 |
| Indicador Coincidente de Desemprego - (FGV/IBRE) (3)* | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Emprego industrial (CNI - %)* | - | 0,3 | -0,3 | -0,1 | 0,5 | 0,6 | 0,1 | -0,2 | -0,3 | -0,1 |
| Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (3)* | -6,7 | -4,0 | 1,5 | 1,2 | -0,8 | 1,0 | 1,4 | 4,5 | -0,1 | -1,4 |
| **Balança comercial (US$ milhões)** | | | | | | | | | | |
| Exportações | 28.164 | 27.299 | 28.661 | 30.775 | 29.861 | 32.766 | 29.648 | 28.954 | 29.399 | 23.512 |
| Importações | 21.489 | 23.381 | 24.953 | 26.663 | 24.491 | 23.859 | 24.694 | 20.764 | 21.806 | 18.876 |
| Saldo | 6.675 | 3.918 | 3.708 | 4.112 | 5.370 | 8.908 | 4.954 | 8.190 | 7.593 | 4.636 |

**Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIRJAN, ACSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses.**

## Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

| | Em % | | | | | | | | | Em R$ | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mês | TR (1) | Poupança (2) | Poupança (3) | TBF (1) | Selic (4) | TJLP | TLP | FGTS (5) | CUB/SP | UPC | Salário mínimo |
| mai/21 | 0,0000 | 0,5000 | 0,1590 | 0,2737 | 0,27 | 0,3888 | 0,2620 | 0,2466 | 2,23 | 23,54 | 1.100,00 |
| jun/21 | 0,0000 | 0,5000 | 0,2019 | 0,2891 | 0,31 | 0,3763 | 0,2839 | 0,2466 | 3,00 | 23,54 | 1.100,00 |
| jul/21 | 0,0000 | 0,5000 | 0,2446 | 0,3798 | 0,36 | 0,4111 | 0,2952 | 0,2466 | 0,96 | 23,54 | 1.100,00 |
| ago/21 | 0,0000 | 0,5000 | 0,2446 | 0,4248 | 0,43 | 0,4111 | 0,2992 | 0,2466 | 0,53 | 23,54 | 1.100,00 |
| set/21 | 0,0000 | 0,5000 | 0,3012 | 0,4221 | 0,44 | 0,3978 | 0,3234 | 0,2466 | 0,70 | 23,54 | 1.100,00 |
| out/21 | 0,0000 | 0,5000 | 0,3575 | 0,5046 | 0,49 | 0,4473 | 0,3483 | 0,2466 | 0,00 | 23,54 | 1.100,00 |
| nov/21 | 0,0000 | 0,5000 | 0,4412 | 0,5927 | 0,59 | 0,4329 | 0,3771 | 0,2466 | 0,24 | 23,54 | 1.100,00 |
| dez/21 | 0,0488 | 0,5490 | 0,4902 | 0,7191 | 0,77 | 0,4473 | 0,4026 | 0,2955 | 0,22 | 23,54 | 1.100,00 |
| jan/22 | 0,0605 | 0,5608 | 0,5608 | 0,7609 | 0,73 | 0,5096 | 0,4146 | 0,3073 | 0,35 | 23,55 | 1.212,00 |
| fev/22 | 0,0000 | 0,5000 | 0,5000 | 0,7272 | 0,76 | 0,4601 | 0,4249 | 0,2466 | 0,18 | 23,55 | 1.212,00 |
| mar/22 | 0,0971 | 0,5976 | 0,5976 | 0,8678 | 0,93 | 0,5096 | 0,4265 | 0,3440 | 0,25 | 23,55 | 1.212,00 |
| abr/22 | 0,0555 | 0,5558 | 0,5558 | 0,8159 | 0,83 | 0,5513 | 0,4416 | 0,3023 | 0,71 | 23,59 | 1.212,00 |
| mai/22 | 0,1663 | 0,6671 | 0,6671 | 0,9776 | 1,03 | 0,5697 | 0,4424 | 0,4133 | 4,13 | 23,59 | 1.212,00 |
| jun/22 | 0,1484 | 0,6491 | 0,6491 | 0,9496 | 1,02 | 0,5513 | 0,4472 | 0,3954 | 2,22 | 23,59 | 1.212,00 |
| jul/22 | 0,1631 | 0,6639 | 0,6639 | 0,9844 | 1,03 | 0,5851 | 0,4456 | 0,4101 | 0,73 | 23,67 | 1.212,00 |
| ago/22 | 0,2409 | 0,7421 | 0,7421 | 1,0929 | 1,17 | 0,5851 | 0,4630 | 0,4881 | -0,01 | 23,67 | 1.212,00 |
| set/22 | 0,1805 | 0,6814 | 0,6814 | 1,0020 | 1,07 | 0,5662 | 0,4670 | 0,4276 | -0,06 | 23,67 | 1.212,00 |
| out/22 | 0,1494 | 0,6501 | 0,6501 | 0,9506 | 1,02 | 0,6005 | 0,4702 | 0,3964 | 0,04 | 23,81 | 1.212,00 |
| nov/22 | 0,1507 | 0,6515 | 0,6515 | 0,9519 | 1,02 | 0,5811 | 0,4614 | 0,3977 | 0,15 | 23,81 | 1.212,00 |
| dez/22 | 0,2072 | 0,7082 | 0,7082 | 1,0489 | 1,12 | 0,6005 | 0,4670 | 0,4543 | - | 23,81 | 1.212,00 |
| **2022** | **1,63** | **7,90** | **7,90** | **11,71** | **12,39** | **6,88** | **5,51** | **4,68** | **8,93** | **1,15** | **10,18** |
| **Em 12 meses *** | **1,63** | **7,90** | **7,90** | **11,71** | **12,39** | **6,88** | **5,51** | **4,68** | **9,17** | **1,15** | **10,18** |
| **2021** | **0,05** | **6,22** | **2,99** | **4,40** | **4,42** | **4,87** | **3,50** | **3,05** | **14,00** | **0,00** | **5,26** |

**Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência**
**(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para dezembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)**

## Produção e investimento
Variação no período

| Indicadores | 3º Tri/22 | 2º Tri/22 | 2022 (1) | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PIB (R$ bilhões) * | 2.544 | 2.472 | 9.641 | 8.899 | 7.610 | 7.389 |
| PIB (US$ bilhões) ** | 477 | 488 | 1.801 | 1.609 | 1.448 | 1.873 |
| Taxa de Variação Real (%) | 0,4 | 1,0 | 3,0 | 5,0 | -3,3 | 1,2 |
| Agropecuária | -0,9 | 0,1 | -1,3 | 0,3 | 4,2 | 0,4 |
| Indústria | 0,8 | 1,7 | 0,8 | 4,8 | -3,0 | -0,7 |
| Serviços | 1,1 | 1,3 | 4,4 | 5,2 | -3,7 | 1,5 |
| Formação Bruta de Capital Fixo (%) | 2,8 | 3,8 | 0,8 | 16,5 | -1,7 | 4,0 |
| Investimento (% do PIB) | 19,6 | 18,3 | 18,8 | 18,9 | 16,6 | 15,5 |

**Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data**
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2022, nos últimos 12 meses**

## Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

| Salário de contribuições em R$ | Alíquotas em % (1) |
|---|---|
| Até 1.212,00 | 7,50 |
| De 1.212,01 a 2.427,35 | 9,00 |
| De 2.427,36 até 3.641,03 | 12,00 |
| De 3.641,04 até 7.087,22 | 14,00 |
| Empregador doméstico | 8,00 |

**Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência dez/22. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS**

## IR na fonte
Faixas de contribuição

| Base de calculo em R$ | Aliquota em % | Parcela a deduzir IR - em R$ |
|---|---|---|
| Até 1.903,98 | - | - |
| De 1.903,99 até 2.826,65 | 7,5 | 142,80 |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15,0 | 354,80 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 636,13 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 869,36 |

**Fonte: Secretaria da Receita Federal**
**Elaboração: Valor Data**
**Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59**

## Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

| Discriminação | Janeiro-novembro | | Var. | novembro | | Var. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2021 | % | 2022 | 2021 | % |
| **Receita Federal** | | | | | | |
| **Imposto de renda total** | **643,4** | **507,8** | **26,72** | **52,1** | **43,0** | **21,03** |
| Imposto de renda pessoa física | 54,0 | 51,9 | 4,04 | 4,3 | 3,9 | 12,02 |
| Imposto de renda pessoa jurídica | 297,9 | 231,1 | 28,87 | 20,2 | 16,8 | 20,25 |
| Imposto de renda retido na fonte | 291,6 | 224,7 | 29,76 | 27,5 | 22,4 | 23,17 |
| Imposto sobre produtos industrializados | 59,6 | 67,7 | -11,93 | 5,5 | 7,3 | -24,88 |
| Imposto sobre operações financeiras | 53,4 | 43,1 | 24,02 | 4,9 | 4,9 | -1,04 |
| Imposto de importação | 54,5 | 56,7 | -3,74 | 5,1 | 5,6 | -7,79 |
| Cide-combustíveis | 1,4 | 1,7 | -17,11 | 0,0 | 0,2 | -99,47 |
| Contribuição para Finsocial (Cofins) | 270,6 | 257,9 | 4,93 | 10,6 | 25,9 | -59,18 |
| CSLL | 155,6 | 116,3 | 33,84 | 10,6 | 8,4 | 25,34 |
| PIS/Pasep | 79,7 | 72,2 | 10,46 | 7,2 | 7,1 | 1,48 |
| Outras receitas | 689,9 | 561,7 | 22,84 | 76,2 | 54,9 | 38,76 |
| **Total** | **2.008,3** | **1.684,8** | **19,20** | **172,0** | **157,3** | **9,34** |

| | set/22 | | ago/22 | | set/21 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* |
| **ICMS - Brasil** | **58,7** | **3,21** | **56,8** | **-3,78** | **58,6** | **0,94** |
| | **out/22** | | **set/22** | | **out/21** | |
| | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* | Valor | Var. %* |
| **INSS** | **45,8** | **4,49** | **43,8** | **0,03** | **38,4** | **-2,87** |

**Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior**

## Inflação
Variação no período (em %)

| | | | Acumulado em | | | Número índice | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | dez/22 | nov/22 | 2022 | 2021 | 12 meses | dez/22 | nov/22 | dez/21 | dez/21 |
| **IBGE** | | | | | | | | | |
| IPCA | - | 0,41 | 5,13 | 10,06 | 5,90 | - | 6.434,20 | 6.120,04 | 6.120,04 |
| INPC | - | 0,38 | 5,21 | 10,16 | 5,97 | - | 6.660,19 | 6.330,59 | 6.330,59 |
| IPCA-15 | 0,52 | 0,53 | 5,90 | 10,42 | 5,90 | 6.346,64 | 6.313,81 | 5.992,99 | 5.992,99 |
| IPCA-E | 0,52 | 0,53 | 5,90 | 10,42 | 5,90 | 6.346,64 | 6.313,81 | 5.992,99 | 5.992,99 |
| **FGV** | | | | | | | | | |
| IGP-DI | - | -0,18 | 4,71 | 17,74 | 6,02 | - | 1.139,73 | 1.088,49 | 1.088,49 |
| Núcleo do IPC-DI | - | 0,27 | 5,85 | 4,96 | 6,41 | - | - | - | - |
| IPA-DI | - | -0,43 | 4,37 | 20,64 | 5,97 | - | 1.371,43 | 1.314,07 | 1.314,07 |
| IPA-Agro | - | -0,96 | 3,70 | 18,80 | 5,31 | - | 2.019,92 | 1.947,79 | 1.947,79 |
| IPA-Ind. | - | -0,22 | 4,63 | 21,39 | 6,25 | - | 1.130,86 | 1.080,78 | 1.080,78 |
| IPC-DI | - | 0,57 | 3,92 | 9,34 | 4,52 | - | 706,02 | 679,39 | 679,39 |
| INCC-DI | - | 0,36 | 9,18 | 13,85 | 9,56 | - | 1.050,70 | 962,32 | 962,32 |
| IGP-M | - | -0,56 | 4,98 | 17,78 | 5,90 | - | 1.155,83 | 1.100,99 | 1.100,99 |
| IPA-M | - | -0,94 | 4,77 | 20,57 | 5,76 | - | 1.406,72 | 1.342,67 | 1.342,67 |
| IPC-M | - | 0,64 | 3,84 | 9,32 | 4,71 | - | 689,84 | 664,32 | 664,32 |
| INCC-M | - | 0,14 | 9,11 | 14,03 | 9,44 | - | 1.048,43 | 960,89 | 960,89 |
| IGP-10 | 0,36 | -0,59 | 6,08 | 17,30 | 6,08 | 1.185,56 | 1.181,32 | 1.117,64 | 1.117,64 |
| IPA-10 | 0,31 | -0,98 | 6,08 | 19,72 | 6,08 | 1.454,37 | 1.449,93 | 1.370,95 | 1.370,95 |
| IPC-10 | 0,58 | 0,67 | 4,40 | 9,63 | 4,40 | 696,93 | 692,90 | 667,53 | 667,53 |
| INCC-10 | 0,36 | 0,19 | 9,55 | 14,20 | 9,55 | 1.038,60 | 1.034,89 | 948,04 | 948,04 |
| **FIPE** | | | | | | | | | |
| IPC | - | 0,47 | 6,75 | 9,73 | 7,36 | - | 651,16 | 610,00 | 610,00 |
| **DIEESE** | | | | | | | | | |
| ICV* | - | - | - | - | 3,07 | - | - | - | - |

**Obs.: IPCA-E no 4º trimestre = 1,21%, IGP-M 2ª prévia dez/22 = 0,77% e IPC-FIPE = 2ª quadrissemana dez/22 = 0,38%**
**Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data *Índice em 2020 até fevereiro**

## Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2022

| No prazo legal | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Quota | Vencimento | Valor da quota (Campo 7 do DARF) | Valor dos juros (Campo 9 do DARF) | Valor total (Campo 10 do DARF) |
| 1ª ou única | 31/05/22 | Valor da declaração | - | Campo 7 |
| 2ª | 30/06/22 | | 1,00% | |
| 3ª | 29/07/22 | | 2,02% | + |
| 4ª | 31/08/22 | | 3,05% | Campo 8 |
| 5ª | 30/09/22 | | 4,22% | |
| 6ª | 31/10/22 | | 5,29% | + |
| 7ª | 30/11/22 | | 6,31% | Campo 9 |
| 8ª | 30/12/22 | | 7,33% | |
| **Pagamento com atraso** | | | | |

**Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/22 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.**

**Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br**

## Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

| Dívida líquida do setor público | out/22 | | set/22 | | out/21 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % do PIB | Valor | % do PIB | Valor | % do PIB |
| **Dívida líquida total** | **5.542,5** | **58,33** | **5.487,5** | **58,25** | **4.865,8** | **57,17** |
| (-) Ajuste patrimonial + privatização | 3,6 | 0,04 | 5,3 | 0,06 | 5,7 | 0,07 |
| (-) Ajuste metodológico s/ dívida* | -725,8 | -7,64 | -768,0 | -8,15 | -1.004,5 | -11,80 |
| **Dívida fiscal líquida** | **6.264,7** | **65,93** | **6.250,3** | **66,35** | **5.864,6** | **68,90** |
| **Divisão entre dívida interna e externa** | | | | | | |
| Dívida interna líquida | 6.265,9 | 65,94 | 6.263,3 | 66,49 | 5.874,1 | 69,01 |
| Dívida externa líquida | -723,4 | -7,61 | -775,9 | -8,24 | -1.008,2 | -11,85 |
| **Divisão entre as esferas do governo** | | | | | | |
| Governo Federal e Banco Central | 4.654,7 | 48,98 | 4.604,3 | 48,88 | 3.938,6 | 46,27 |
| Governos Estaduais | 796,9 | 8,39 | 791,6 | 8,40 | 800,8 | 9,41 |
| Governos Municipais | 36,3 | 0,38 | 36,2 | 0,38 | 71,7 | 0,84 |
| Empresas Estatais | 54,6 | 0,57 | 55,4 | 0,59 | 54,7 | 0,64 |
| **Necessidades de financiamento do setor público** | **out/22** | | **set/22** | | **out/21** | |
| **Fluxos acumulados em 12 meses** | Valor | % do PIB | Valor | % do PIB | Valor | % do PIB |
| **Total nominal** | **400,1** | **4,21** | **410,6** | **4,36** | **398,7** | **4,68** |
| Governo Federal** | 394,8 | 4,15 | 403,1 | 4,28 | 490,4 | 5,76 |
| Banco Central | 20,4 | 0,21 | 37,3 | 0,40 | -33,6 | -0,39 |
| Governo regional | -15,6 | -0,16 | -31,4 | -0,33 | -60,3 | -0,71 |
| **Total primário** | **-173,1** | **-1,82** | **-181,4** | **-1,93** | **20,4** | **0,24** |
| Governo Federal | -337,9 | -3,56 | -336,7 | -3,57 | -130,2 | -1,53 |
| Banco Central | 0,5 | 0,01 | 0,4 | 0,00 | 0,5 | 0,01 |
| Governo regional | -86,2 | -0,91 | -96,7 | -1,03 | -95,2 | -1,12 |

**Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

## Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de outubro*

| Discriminação | Janeiro-outubro | | Var. | outubro | | Var. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2021 | % | 2022 | 2021 | % |
| **Receita total** | **1.945,2** | **1.723,7** | **12,85** | **203,3** | **194,7** | **4,43** |
| Receita Adm. Pela RFB** | 1.174,0 | 1.087,7 | 7,93 | 126,9 | 121,8 | 4,20 |
| Arrecadaçao Líquida para o RGPS | 427,5 | 397,8 | 7,45 | 45,8 | 40,8 | 12,00 |
| Receitas Não Adm. Pela RFB | 343,8 | 238,3 | 44,27 | 30,6 | 32,0 | -4,31 |
| **Transferências a Estados e Municípios** | **372,0** | **309,6** | **20,18** | **32,0** | **28,1** | **14,00** |
| **Receita líquida total** | **1.573,2** | **1.414,2** | **11,24** | **171,3** | **166,6** | **2,82** |
| **Despesa Total** | **1.506,3** | **1.472,8** | **2,28** | **140,5** | **136,2** | **3,10** |
| Benefícios Precidenciários | 677,6 | 666,1 | 1,72 | 61,7 | 58,0 | 6,37 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 274,3 | 294,4 | -6,84 | 25,8 | 26,3 | -2,22 |
| Outras Despesas Obrigatórias | 250,7 | 295,7 | -15,20 | 27,3 | 27,7 | -1,27 |
| Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira | 303,8 | 216,6 | 40,21 | 25,7 | 24,2 | 6,05 |
| **Resul. Primário do Gov. Central (1)** | **36,0** | **-89,0** | **-** | **30,8** | **30,3** | **1,57** |

| Discriminação | out/22 | | set/22 | | out/21 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Var. % | Valor | Var. % | Valor | Var. % |
| Ajustes metodológicos | -0,2 | -15,26 | -0,2 | 19,16 | -0,4 | 60,87 |
| Discrepância estatística | -0,4 | - | 0,6 | -23,90 | 1,0 | 159,19 |
| **Result. Primário do Gov. Central (2)** | **30,2** | **170,56** | **11,2** | **-** | **30,9** | **3.949,75** |
| **Juros Noniminais** | **-32,9** | **-48,66** | **-64,1** | **125,60** | **-60,6** | **9,77** |
| **Result. Nominal do Gov. Central** | **-2,7** | **-94,94** | **-53,0** | **-32,41** | **-29,7** | **-45,50** |

**Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data**
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

# Internacional

**Guerra na Ucrânia** Moscou reage a limitação de preços imposta pelo Ocidente

## Rússia veta venda de petróleo a país que usar teto de preço

Bloomberg, de Moscou

A Rússia proibiu a venda de petróleo e derivados russos para empresas de países que aderirem ao teto de preços do Ocidente, mas evitou adotar medidas de retaliação mais drásticas que poderiam criar problemas maiores no fornecimento mundial de petróleo.

A restrição às exportações do petróleo russo entrará em vigor em 1º de fevereiro e durará pelo menos até julho, segundo decreto publicado ontem. No caso dos derivados de petróleo, a data ainda não foi definida pelo Kremlin, mas não será antes de 1º de fevereiro.

A restrição se aplica a "contratos de fornecimento que, direta ou indiretamente, utilizam o mecanismo de fixação de um teto de preço", diz o decreto presidencial. "A proibição está em vigor para todos os estágios até o comprador final."

As diretrizes russas evitam medidas extremas que o mercado temia que pudessem prejudicar ainda mais o comércio, como determinar um preço mínimo para seu petróleo ou proibir países específicos de comprar petróleo russo.

O principal tipo de petróleo da Rússia já é negociado abaixo do teto de US$ 60 por barril estabelecido pela União Europeia (UE) e pelo G-7, o que significa que a maior parte do comércio pode prosseguir independentemente da proibição. Os EUA e a UE já suspenderam as compras de petróleo russo, o que sugere que o decreto pode ter um impacto inicial limitado.

Viktor Katona, analista da Kpler, disse que "o decreto é vago demais" e "não inclui nenhuma das contramedidas sinalizadas pela Rússia, como estabelecer um diferencial mínimo de preço". Para Katona, o decreto serve principalmente como documento-quadro.

O decreto do presidente Vladimir Putin encarrega o governo de preparar novos atos jurídicos para se contrapor ao teto de preço do Ocidente. Segundo fontes, a Rússia acompanhará os desdobramentos no mercado mundial de petróleo durante o primeiro trimestre de 2023 para ver o impacto do teto de preço antes de decidir se tomará outras medidas de retaliação, como adotar um preço mínimo.

O mercado esperava pela resposta de Moscou ao teto de US$ 60 por barril desde 5 de dezembro, quando entrou em vigor o limite para exportações de petróleo da Rússia por via marítima decidido pelo G-7, grupo que reúne as sete maiores economias ricas.

O teto de preço significa que qualquer importador que queira ter acesso a uma variedade de serviços vitais do Ocidente, especialmente na área de seguros, só poderá fazê-lo se pagar US$ 60 ou menos pelo barril do petróleo russo. A medida visa reduzir a receita que o Kremlin usa para financiar seu ataque à Ucrânia e, ao mesmo tempo, manter o fluxo do petróleo para o mercado mundial. O nível de preço será revisto a cada dois meses.

Na semana passada, Putin disse que o limite atual não causará perdas para a economia, o orçamento ou o setor de energia da Rússia, já que hoje o país vende seu petróleo por preço semelhante. O principal tipo de petróleo do país, o Urals, tem sido negociado bem abaixo dos níveis de referência globais.

Ainda assim, o vice-premiê russo Alexander Novak afirmou que a produção de petróleo da Rússia pode cair entre 500 mil e 700 mil barris por dia no início do ano que vem, o que equivale a cerca de 5% a 6% da produção atual do país.

"Vamos tentar encontrar um terreno comum com nossos parceiros para evitar esses riscos", disse Novak na sexta-feira. "Mas neste momento preferimos correr o risco de um corte na produção do que manter uma política de vender de acordo com o teto."

A produção diária média da Rússia foi de 10,9 milhões de barris no mês passado, a maior dos últimos oito meses, segundo dados do setor aos quais a Bloomberg teve acesso. Novak disse que é provável que a produção anual de petróleo da Rússia neste ano cresça para 535 milhões de toneladas, o que equivale a cerca de 10,74 milhões de barris/dia, com base em uma relação de 7,33 barris por tonelada.

## Ucrânia deve se desmilitarizar, diz chanceler russo

AP PHOTO/LIBKOS

**O chanceler russo, Serguei Lavrov, disse ontem que a Ucrânia deve cumprir com as demandas de Moscou de "se desmilitarizar", de "se desnazificar" e de eliminar qualquer ameaça militar à Rússia, caso contrário, "o Exército russo resolverá o problema". Lavrov também voltou a acusar o Ocidente de alimentar a guerra na Ucrânia para enfraquecer a Rússia e disse que depende de Kiev e Washington decidir quanto durará a guerra. "Eles podem parar a qualquer momento com essa resistência sem sentido." O assessor presidencial ucraniano Mykhailo Podolyak tuitou em resposta que "a Rússia precisa enfrentar a realidade". "Nem a mobilização total, nem a busca em pânico de munição, nem os contratos secretos com o Irã, nem as ameaças de Lavrov ajudarão." Na foto, fumaça após ataque russo a Bakhmut, hoje o principal cenário de combate no país.**

## Europa corre para produzir munição para a Ucrânia

**Bojan Pancevski**
Dow Jones Newswires

A Europa, que abriga alguns dos maiores fabricantes de armas do mundo, está com dificuldade para produzir munição suficiente para a Ucrânia e para si mesma, colocando em risco a capacidade de defesa da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) e seu apoio a Kiev, segundo autoridades e líderes do setor.

A falta de capacidade de produção, escassez de trabalhadores especializados, gargalos na cadeia de suprimentos, altos custos de financiamentos e até mesmo regras ambientais estão freando os esforços de aumento da produção, em um novo desafio para o Ocidente e para a Ucrânia em 2023.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia está agora se transformando em uma corrida de rearmamento entre Moscou e os membros europeus da Otan, que lutam para reforçar suas próprias defesas diante da crescente ameaça russa.

O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky destacou a questão durante sua visita a Washington na quarta-feira. "Os invasores têm uma vantagem significativa em artilharia. Eles têm vantagem em munição. Eles têm muito mais mísseis e aviões", disse ele em discurso ao Congresso americano.

O mais recente pacote de ajuda dos EUA para a Ucrânia, de cerca de US$ 1,8 bilhão, inclui a primeira bateria antimísseis Patriot. Também no pacote está um equipamento que converte projéteis não guiados em munição guiada com precisão, projéteis de artilharia, morteiros e foguetes de longo alcance. Mas a sorte militar da Ucrânia também depende de fornecedores europeus.

A batalha da Ucrânia contra a invasão russa está consumindo munição a taxas não vistas desde a Segunda Guerra Mundial. As forças de Kiev estão disparando cerca de seis mil projéteis de artilharia por dia e agora estão ficando sem mísseis antiaéreos, em meio a um ataque aéreo implacável da Rússia, segundo especialistas e autoridades de inteligência. No auge dos combates na área de Donbas, no leste da Ucrânia, a Rússia usou mais munição em dois dias do que todo o estoque das forças armadas britânicas, segundo o Royal United Services Institute, um centro de estudos britânico.

Nenhum país da Otan, a não ser os EUA, tem estoque suficiente de armas para travar uma grande guerra de artilharia, ou capacidade industrial para criar essas reservas, diz Nico Lange, ex-funcionário graduado do Ministério de Defesa da Alemanha. Isso significa que a Otan não seria capaz de defender seu território contra grandes adversários se fosse atacada hoje.

"Os governos vinham cortando as compras [de armamentos] há décadas, de modo que as empresas reduziram as linhas de produção e os números de funcionários", continua Lange, que é pesquisador sênior do Munich Security Conference, um fórum global de segurança.

A atual escassez de projéteis de artilharia e mísseis se deve em grande parte a uma mudança nas doutrinas militares dos aliados da Otan nas últimas décadas: em vez de se planejar para campos de batalha ao estilo da Segunda Guerra, eles se concentraram em uma guerra assimétrica contra oponentes pouco sofisticados, diz Morten Brandtzaeg, presidente-executivo da Nammo, um dos maiores fabricantes de armas do mundo.

"Precisamos de muito mais capacidade industrial", acrescenta Brandtzaeg, cuja empresa também é controlada pelos governos da Noruega e Finlândia.

A Ucrânia está usando até 40 mil projéteis de artilharia de calibre 155mm da Otan por mês, enquanto toda a produção anual desses projéteis na Europa está em torno de 300 mil, segundo Michal Strnad, dono do Czechoslovak Group, companhia checa que responde por cerca de 30% de produção europeia dessas munições.

"A capacidade de produção europeia é totalmente inadequada", diz Strnad. Mesmo que a guerra terminasse da noite para o dia, a Europa precisaria de até 15 anos para refazer seus estoques à taxa anual de produção, afirma ele.

Bem Wallace, secretário de Defesa do Reino Unido, disse que cerca de 500 milhões a 600 milhões de libras extras (US$ 604 milhões a US$ 725 milhões), foram acrescentados ao Orçamento britânico para começar a reabastecer os estoques de munições.

O presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou este ano que com a guerra a França teria que aumentar sua capacidade militar e velocidade de produção. E o premiê alemão, Olaf Scholz, afirmou que o país tomou "decisões erradas nas últimas décadas, no que diz respeito à oferta de munição".

Autoridades alemãs disseram que no momento a Alemanha não tem munição suficiente para mais de duas semanas, no caso de um ataque russo, estando muito aquém dos requisitos da Otan de que os países membros precisam ter munições suficientes para pelo menos 30 dias de combates.

Apesar de ser um dos cinco maiores exportadores de armas do mundo, a Alemanha não possui uma indústria de armamentos em grande escala, diz Wolfgang Schmidt, chefe de Gabinete de Scholz.

Segundo ele, a Alemanha precisa investir € 20 bilhões só para atender às exigências de munição da Otan, para 30 dias de combates. Mas autoridades do Ministério da Defesa disseram que o atual orçamento prevê apenas pouco mais de € 1 bilhão para a produção de munição em 2023.

Um obstáculo ao rápido rearmamento é a recente legislação da União Europeia (UE) que declarou que a fabricação de armas não é sustentável, excluindo-a dos financiamentos privados, aponta Hans Christoph Atzpodien, presidente da associação que defende os interesses da indústria de defesa.

Mas alguns esforços estão sendo feitos. A Alemanha ajudará a financiar a reforma e ampliação de uma fábrica da era soviética na Romênia, para a produção de projéteis no padrão da Otan e compatíveis com as armas soviéticas usadas pela Ucrânia, segundo autoridades alemãs e romenas.

As empresas também estão aumentando a produção. A Nammo, conglomerado norueguês, trabalha para entregar dez vezes sua produção normal de projéteis de artilharia. O Czechoslovak Group dobrará em 2023 sua produção de projéteis de 155mm para 100 mil unidades. A BAE Systems assinou recentemente um contrato de 2,4 bilhões de libras para fornecer munições para o Ministério da Defesa do Reino Unido.

A Rheinmetall, da Alemanha, fez uma oferta de € 2,1 bilhões pela fabricante espanhola de munições Expal Systems. Se aprovada pelas autoridades antitruste, a aquisição ajudará a Rheinmetall a aumentar sua produção. Ela também construirá uma nova linha de produção de projéteis de 35mm para sistemas de defesa aérea Gepard, que a Alemanha doou para a Ucrânia.

"A melhor maneira de a Europa apoiar a Ucrânia é aumentar a produção de projéteis de artilharia agora — esse será o maior problema no ano que vem", diz Rob Lee, pesquisador do centro de estudos Foreign Policy Research Institute.

## Retomada das viagens de chineses ao exterior deverá ser demorada

**Sophie Yu e Casey Hall**
Reuters, de Xangai

O afrouxamento das restrições chinesas às chegadas internacionais elevou a expectativa de que o setor de viagens do país, que movimenta vários bilhões de dólares, voltará a florescer em breve. Já os países que anseiam pela volta dos turistas chineses terão de enfrentar uma espera maior.

A Comissão Nacional de Saúde da China anunciou na segunda-feira que viajantes com destino ao país não terão mais de ficar de quarentena a partir do dia 8 de janeiro. Não há nenhuma restrição oficial à ida de chineses ao exterior, mas a nova regra facilitará muito a volta deles ao país. A China era o maior mercado de turismo com destino ao exterior antes de a covid-19. Os chineses gastaram US$ 127 bilhões em viagens ao exterior em 2019.

As companhias aéreas já avaliam expandir seus serviços, mas as agências de viagens e os chineses comuns sugerem que uma volta ao normal levará algum tempo.

"Foi ótimo eles anunciarem isso; assim posso fazer meus planos seriamente", disse o exportador Tom Guo, de 43 anos, de Pequim. Mas ele disse que deve esperar até o fim do segundo trimestre ou mesmo até o fim do terceiro trimestre até voltar a se aventurar no exterior, mais provavelmente em viagem aos EUA para visitar uma irmã.

A empresa aérea americana United Airlines disse considerar que o ambiente operacional e de demanda da parte do mercado determinarão qual será o tempo certo para restabelecer voos adicionais com destino à China continental. Atualmente a empresa opera quatro vezes por semana a rota entre San Francisco e Xangai.

A companhia aérea alemã Lufthansa estuda se alterar ou não seu programa de voos para a China depois das mudanças. "Isso vai contribuir para a recuperação do tráfego aéreo internacional entre a China continental e a Europa", segundo um porta-voz da empresa.

A operadora alemã de turismo TUI prevê um impacto positivo sobre seus voos, hoje escassos, à China, disse um porta-voz. A varejista "duty-free" Dufry estima que as mudanças terão "um efeito positivo nos aeroportos usados pelos chineses", disse um porta-voz.

Muitas outras pessoas, animadas com o afrouxamento das regras, começaram a fazer planos.

Dados da plataforma de viagens Ctrip mostravam que, na primeira meia hora após o anúncio das novas regras, as buscas por viagens ao exterior se multiplicou por dez. Japão, Tailândia e Coreia do Sul eram os destinos mais procurados.

Mas não se prevê que haja uma disparada imediata das viagens internacionais. O governo, que desde 2020 desestimula as viagens internacionais em vista dos perigos da covid-19, disse que as viagens ao exterior serão restabelecidas "de uma forma organizada", sem dar maiores detalhes.

O aplicativo de rastreamento VariFlight disse prever uma recuperação sólida dos voos com destino e procedentes da China continental até o feriado do Dia do Trabalho, em maio, mas não antes. Segundo a VariFlight, os voos internacionais de e para a China estão em 8% do nível pré-pandemia.

Liu Simin, autoridade do braço de turismo da Sociedade Chinesa de Estudos de Futuro, um instituto de Pequim, disse que as viagens ao exterior não retornarão aos níveis pré-pandemia antes de 2024.

O que está afetando os planos de viagem de muitas pessoas é a onda de novos casos de covid-19 que varre a China atualmente, disse Liu. Alguns países, como o Japão, anunciaram que viajantes vindos da China terão de fazer teste de covid-19 ao desembarcar.

Outro problema para muitas pessoas é dinheiro. "Leva tempo para as pessoas ganharem confiança após tantas terem perdido o emprego ou terem ganhado menos durante a pandemia", disse Liu. Em estudo sobre consumidores divulgados neste mês, antes do anúncio do afrouxamento das restrições às viagens, a consultoria Oliver Wyman detectou que mais da metade da população chinesa consultada esperaria de vários meses até um ano para retomar as viagens internacionais quando as fronteiras reabrissem.

## Angola congela bens de filha de ex-presidente

Reuters, de Lisboa

A Suprema Corte de Angola ordenou o bloqueio preventivo de cerca de US$ 1 bilhão em poder de Isabel dos Santos, filha de José Eduardo dos Santos, que presidiu o país por quase 40 anos. Isabel é considerada a mulher mais rica da África, com patrimônio acumulado durante o governo de seu pai.

De acordo com a agência de notícias Lusa, de Portugal, a decisão da corte de Angola — que data de 19 de dezembro — cita que autoridades têm evidências de fraudes e lavagem de dinheiro. O tribunal determinou que o bloqueio alcance "todas as instituições bancárias" das quais ela seja cliente.

O bloqueio também abarca todas as ações de Isabel dos Santos da companhia angolana Embalvidro, assim como 100% das ações que ela possui da Unitel T, companhia de telecomunicações Cabo Verde, e da Unitel STP, em São Tomé e Príncipe, segundo a Lusa.

A agência informou ainda que, de acordo com a decisão, 70% de todas as ações de Isabel das telecom moçambicanas MStar e Upstar Comunicações também devem ser bloqueadas.

Há anos Isabel vem sendo alvo de acusações de corrupção. Em 2019, a Suprema Corte de Angola determinou o congelamento de ativos pertencentes a ela porque ela supostamente canalizava, durante o governo de seu pai, fundos estatais para empresas nas quais ela tinha ações.

José Eduardo dos Santos morreu em julho. Ele governou Angola por quase quatro décadas, até 2017.

A assessoria de Isabel não retornou os pedidos de comentários a respeito da decisão da corte. Ela já negou por diversas vezes que tenha cometido qualquer irregularidade e, em novembro, afirmou à CNN de Portugal que os tribunais de Angola não eram independentes e que os juízes estão acostumados "a seguir uma agenda política".

A decisão da suprema corte foi tomada depois que a Interpol emitiu um alerta vermelho contra Isabel no mês passado, solicitando que ela fosse localizada e detida provisoriamente.

## Curta

**EUA x imigrantes**

A Justiça nos EUA decidiu ontem manter uma regra do governo Trump que prevê a expulsão imediata de imigrantes flagrados entrando ilegalmente pela fronteira com o México. A política foi adotada no início da pandemia sob alegação de que era preciso apertar o cerco aos imigrantes para prevenir a propagação do coronavírus. Um juiz federal decidiu em novembro que a medida não era mais necessária. Ontem, no entanto, a Suprema Corte manteve as regras, atendendo a apelos de Estados governados por republicanos.

# Opinião

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

# Governo Bolsonaro tem o dever de garantir sucessão segura

Não se pode dar chance ao acaso e a prisão de um bolsonarista radical que planejava explodir um caminhão de querosene nas imediações do Aeroporto de Brasília mostrou que há grupos interessados em impedir a posse do presidente eleito Lula, ainda que ao custo de muitas vidas. Há um frenesi de providências em Brasília, entre o governo que ainda não tomou posse e as autoridades do Distrito Federal. Falta um participante decisivo: o governo federal, a quem cabe zelar pela ordem e paz no país até que a transmissão de cargo seja efetivada. É do presidente Jair Bolsonaro, deprimido com a derrota, a responsabilidade por tudo o que possa ocorrer no país até que seu sucessor assuma. Alheio a tudo, Bolsonaro pretende passar o réveillon em Orlando.

Caberia ao presidente Bolsonaro solicitar a seus apoiadores mais radicais que aceitem o resultado eleitoral, algo que ele próprio não fez. Também é de sua competência, como chefe supremo das Forças Armadas, ordenar que elas atuem para garantir a segurança e a ordem democrática — o que até agora também não fez. As manifestações a favor de intervenção militar e de um golpe para impedir a posse de Lula são apenas amostras patéticas do que resta do sonho do presidente de continuar no poder, depois que a investida legal, nas urnas, tê-lo desapontado profundamente.

Os ministros militares são corresponsáveis pelo que possa vir a ocorrer. As imediações do Quartel General do Exército, em Brasília — um dos cenários principais do inconformismo anti-democrático — nunca foram livremente ocupadas como agora, exceto brevemente em comemorações cívicas. Os duradouros acampamentos bolsonaristas foram acolhidos com benevolência e serviram de objeto de rara nota em que são classificados como "manifestações pacíficas" pelo comando das Forças Armadas. A detenção do radical brasileiro George Washington indica que elas deixaram de sê-lo, para se tornarem território livre para atos ilegais.

Algazarras bolsonaristas já haviam iluminado a noite de Brasília na diplomação de Lula, com a tentativa de incendiar a sede da Polícia Federal e as piras em que se tornaram alguns veículos e ônibus urbanos. A confissão de Washington sobre sua tentativa de "criar caos" para provocar a intervenção das Forças Armadas, e de que as aglomerações em frente ao Forte Apache servem de valhacouto para este tipo de trama, é motivo suficiente para que todas as instituições deem basta aos protestos.

A fuga à responsabilidade na transição de governos é mais um dos fardos legais cujo descumprimento acarretará novas dificuldades com a Justiça para Bolsonaro, quando ele perder as prerrogativas do cargo — e ele já tem muito com que se preocupar pelo que fez e deixou de fazer em seu governo. Sua ascendência sobre os militares, de que foi sempre cioso, foi deixada de lado agora.

A história é estranha e constrangedora para a democracia. No início, houve uma trama de bastidores em que os comandantes das Forças Armadas ameaçaram entregar seus cargos antes da posse do presidente eleito, uma forma não muito polida de sugerir, entre vários significados possíveis, que não aceitariam Lula como comandante-em-chefe. Isso obrigou a equipe do vencedor das urnas a se desdobrar para impedir um conflito indesejável em todos os sentidos e evitar um péssimo sinal sobre o compromisso dos militares com a democracia e de seu alinhamento com um radical derrotado nas urnas.

A leniência do comando militar para com os manifestantes bolsonaristas produziu uma inversão esdrúxula do cenário. Agora, é o governo que ainda não assumiu quer que ministros militares sejam substituídos antes da posse, acarretando situações bizarras, como o bate-cabeças entre o futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, que pede ações firmes contra as manifestações, e o também futuro ministro da Defesa, José Múcio, que rejeita ações que desalojem os manifestantes "na marra". Por algum motivo, o titular da Defesa do novo governo aceita as razões dadas pelos militares, o eixo das desavenças: pelo que se tornaram, as manifestações são legais ou não?

A história recomenda cautela extrema contra lobos solitários extremistas, ainda mais se apoiados por matilhas anti-democráticas. Além disso, diferentemente de ações de radicais da esquerda, as de direita em geral contam com algum apoio velado de setores do aparato de Estado. A segurança de Lula na posse deve ser a máxima disponível. O atentado frustrado grita que sua proteção não deve ser negligenciada.

**Editor-executivo de Opinião**
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
**Editores-executivos**
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
**Sucursal de Brasília**
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
**Sucursal do Rio**
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
**Repórteres Especiais**
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
João Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
**Editor de Brasil**
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
**Editor de Política**
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
**Editor de Internacional**
Humberto Saccomandi (humberto.saccomandi@valor.com.br)
**Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia**
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
**Editor de Indústria e Infraestrutura**
Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)
**Editor de Agronegócios**
Fernando Lopes (fernando.lopes@valor.com.br)
**Editora de Finanças**
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
**Editor de S.A.**
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
**Editora de Carreiras**
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
**Editor de Cultura**
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
**Editor de Legislação & Tributos**
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
**Editor de Arte/ Fotografia**
Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)
**Editora Valor Online**
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
**Editora Valor PRO**
Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
**Coordenador Valor Data**
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
**Editores de Projetos Especiais**
Célia Rosemblum (celia.rosemblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares (tania.nogueira@valor.com.br)
**Correspondente internacional**
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
**Correspondentes nacionais**
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

**VALOR INVESTE**
**Editora**
Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

**PIPELINE**
**Editora**
Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

**COLUNA DE ECONOMIA E POLÍTICA**
Cristiano Romero (cristiano.romero@valor.com.br)

**VALOR INTERNATIONAL**
**Editor**
Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

**Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais** Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
**Valor Econômico** Av. 9 de Julho, 5229 – Jardim Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP – **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
**Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP:** Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
**Legal SP** 0 xx 3767 1323
**Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
**Sucursal de Brasília** SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
**Sucursal do Rio de Janeiro** Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240



PIXABAY

Arrecadação do imposto se concentra em uma faixa bem estreita da população. Por ***Rozane Siqueira***

# Por que o reajuste da tabela do IR aumenta a desigualdade

Em um seminário recente sobre tributação no Brasil, apresentei estimativas do impacto distributivo e orçamentário de um projeto de lei que propõe reajustar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Ao final da apresentação, um deputado participante do evento perguntou, preocupado, como ele explicaria aos colegas no Congresso que "uma medida que reduz a carga tributária sobre os contribuintes de renda mais baixa tem um efeito negativo sobre a desigualdade de renda".

A correção da tabela do IRPF foi uma promessa de campanha do governo que tomará posse em 2023. Mas o debate sobre o tema já estava acontecendo antes disso, pois desde 2015 as faixas de renda que definem as alíquotas a serem aplicadas a cada contribuinte, bem como os limites para deduções da base de cálculo do imposto, não foram reajustados. Como a inflação nesse período já ultrapassou 50% (medida pelo IPCA), a carga do imposto aumentou de forma significativa para muitos contribuintes, criando uma forte demanda por reajuste.

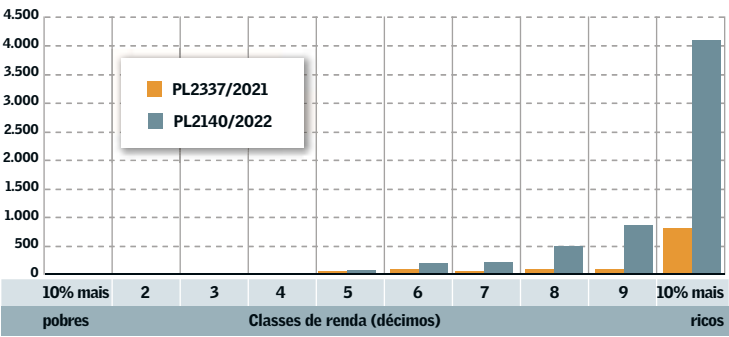
Há hoje várias propostas em discussão para a correção da tabela. É o caso do PL 2337/2021 e do PL 2140/2022, ambos em fase avançada de tramitação no Congresso Nacional. O primeiro propõe um reajuste de 31,3%, mas limita a possibilidade de declaração via desconto simplificado (quando não há a exigência de comprovação de despesas) a contribuintes com rendimento anual até R$ 40 mil. O segundo projeto de lei aumenta o limite de isenção dos atuais R$ 1.903,98 para R$ 5.200 (que supostamente seria o valor de quatro salários mínimos em 2023) e reajusta as outras faixas de forma consistente.

A tabela aqui apresentada mostra nossas estimativas do impacto de cada um desses PL's sobre a progressividade do IRPF (medida pelo índice de Kakwani) e sobre a desigualdade de renda (medida pelo índice de Gini)[1]. Cabe ressaltar que quanto mais concentrada a arrecadação de um imposto nas classes de renda mais altas, maior a sua progressividade.

Como esperado, os dois PL's têm o efeito de tornar o IRPF ainda mais progressivo. Atualmente, em torno de 87% da receita desse imposto provém de indivíduos que se encontram entre os 10% de renda familiar per capita mais elevada. Com os reajustes simulados, essa classe de renda passa a responder por cerca de 89% da arrecadação no caso do PL 2337/2021 e por 95% no caso do PL 2140/2022.

Acontece que o impacto distributivo de um imposto depende tanto de sua progressividade quanto do seu tamanho. Quanto maior o imposto, maior seu impacto sobre a desigualdade de renda. Estimamos que o PL 2337/2021 reduz a receita do IRPF em cerca de 8%, enquanto o PL 2140/2022 provoca uma queda de 38% na arrecadação. A tabela mostra que o encolhimento do imposto mais do que compensa o aumento de sua progressividade, reduzindo seu efeito equalizador.

## Ganho médio com o reajuste

Por classe de renda (em R$/ano)

**Impacto distributivo**

| | Tabela atual | Tabela do PL 2337/21 | Tabela do PL 2140/22 |
|---|---|---|---|
| Progressividade do IRPF (Índice de Kakwani) | 0,369 | 0,407 | 0,433 |
| Desigualdade de renda (Índice de Gini) | 0,502 | 0,508 | 0,510 |

Fonte: Elaboração da autora

## Os "contribuintes de renda mais baixa" no Brasil estão entre os 10% ou 20% mais ricos da população

A distribuição entre as famílias em diferentes classes de renda dos ganhos associados aos reajustes propostos por cada PL é mostrada no gráfico. As classes de renda são construídas ordenando as pessoas de acordo com sua renda familiar per capita e então separando-as em dez grupos, de forma que o primeiro grupo contém os 10% mais pobres da população e o décimo grupo os 10% mais ricos. A altura das barras em cada classe de renda indica o aumento médio (em reais por ano) da renda familiar pós-imposto.

Pode-se constatar que apenas o topo da distribuição de renda é beneficiado de forma significativa pelos reajustes. As famílias que se encontram entre os 10% de renda mais alta obtêm um ganho anual de cerca de R$ 800, em média, com o PL 2337/2021, e de cerca de R$ 4 mil no caso do PL 2140/2022.

Fica claro, portanto, que o aparente paradoxo que intrigou o deputado no seminário resulta do fato de que, no caso do IRPF, "os contribuintes de renda mais baixa" estão entre os 10% ou 20% mais ricos da população.

A concentração da arrecadação do imposto de renda brasileiro sobre uma faixa bem estreita da população resulta da combinação de dois fatores. Primeiro, a extrema desigualdade de renda observada no país, onde os 20% mais ricos da população respondem por mais da metade da renda total. O segundo elemento determinante é a estrutura bastante progressiva do IRPF, que tem um limite de isenção considerado alto, como percentual da renda média, em comparação com outros países.

Todavia, isso não implica que a estratégia de congelar a tabela do IRPF como forma de aumentar a base ou o impacto distributivo do imposto seja desejável. Estimamos que em torno de R$ 60 bilhões adicionais foram arrecadados em 2021, relativamente a permitir que a tabela fosse corrigida pela inflação acumulada desde 2015. Esse aumento de quase 30% ocorreu de forma furtiva e arbitrária, contando com o fato de que a inflação empurra os contribuintes para faixas de alíquotas mais elevadas e reduz o valor real das deduções.

O desejável é que o processo para alteração do tamanho ou do grau de progressividade de um programa governamental seja transparente, envolvendo um debate baseado em análise cuidadosa dos impactos orçamentários e redistributivos. Em particular, é necessário considerar como uma redução na receita tributária ou um aumento da despesa será financiado, e então identificar potenciais ganhadores e perdedores. Sem isso, não é possível avaliar a consistência das reformas propostas com os objetivos declarados e desses com os interesses da sociedade como um todo.

**Rozane Siqueira** é professora titular do Departamento de Economia da UFPE.

## Opinião

# Legado contraditório de Bolsonaro

**Nilson Teixeira**

O presidente Bolsonaro consolidou-se como o principal líder da direita, em particular no que se refere à agenda conservadora de costumes. Nos últimos 40 anos, não surgiu nenhum nome com peso relevante nesse espectro político. Apesar do seu comportamento recluso após a derrota eleitoral e das enormes desavenças com grande parte da imprensa, Bolsonaro tem condições de ocupar a liderança da oposição e, caso decida concorrer, será um forte candidato na eleição presidencial de 2026.

A liderança de Bolsonaro tende a ser ainda mais sólida se o futuro governo não conseguir nos próximos anos entregar uma inflação baixa e um crescimento econômico robusto, com menor desemprego e maior renda para a camada mais pobre da sociedade.

Os governadores eleitos de São Paulo e do Rio Grande do Sul seriam opções de liderança, com a vantagem de efetivos defensores dos preceitos liberais para a economia. Todavia, ambos, em particular o governador eleito de São Paulo, estarão focados, ao menos em 2023 e 2024, nos seus respectivos mandatos e em questões estaduais e, portanto, terão maior dificuldade de promover uma oposição ferrenha ao governo federal nesse período.

O desempenho da economia doméstica durante o governo Bolsonaro — em termos do crescimento e da inflação — foi aquém das expectativas daqueles que julgavam que seria implementada uma ampla agenda liberal. Essa avaliação, porém, precisa ser relativizada à luz da enorme tragédia sanitária dos últimos anos. No acumulado de 2019 a 2022, o crescimento do PIB do Brasil será próximo a 6,5%. Essa expansão não será tão baixa, quando comparada com a variação do PIB de 1% na África do Sul, -1% no México, 20% na China, 7% nos EUA e 3% na Área do Euro. Por outro lado, a inflação ao consumidor acumulada no período de 26% superará os 22% da África do Sul, 22% do México, 8% da China, 18% dos EUA e 16% da Área do Euro.

Apesar de a dívida bruta como percentual do PIB de 88% do Brasil pela métrica do FMI ser muito mais alta do que a da maioria dos países emergentes, sua elevação de 2,5 pontos percentuais (pp) frente ao fim de 2018 foi reduzida. Essa alta foi de 16 pp na África do Sul, 10 pp no México, 23 pp na China, 15 pp nos EUA e 7 pp na Área do Euro, com a dívida bruta alcançando o atual patamar de, respectivamente, 68%, 57%, 77%, 122% e 93%. Em suma, tomando por base apenas esses indicadores, o desempenho da economia do Brasil foi melhor do que o da África do Sul e o do México, mas pior do que o da China e o dos Estados Unidos.

Apesar do desempenho muito aquém do necessário, a agenda econômica do atual governo teve avanços importantes nos últimos quatro anos. O marco do saneamento, por exemplo, que vinha evoluindo desde o governo anterior, avançou de forma significativa. Salvo ajustes específicos para aprimorar a legislação, uma eventual proposta do futuro governo de impor restrições ao modelo atual seria um retrocesso por reduzir a probabilidade de atração de vultosos investimentos para o setor nos próximos anos. Ademais, esse caminho contrariaria a meta do futuro governo de melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

Os processos de desestatização do atual governo tendem, do mesmo modo, a ter repercussões positivas para a economia nos próximos anos. Apesar de as exigências dos parlamentares para a aprovação dessas operações, em particular a da Eletrobras, terem tido impactos negativos e sido muito custosas financeiramente, a desestatização elevará a eficiência da economia e direcionará o empenho do setor público para a área da regulação setorial. Seria positivo se o futuro governo mantivesse esses processos, ao menos em áreas com benefícios diretos favoráveis para os mais pobres.

Embora as renúncias tributárias tenham aumentado, a intervenção do BNDES na economia por meio de subsídios diminuiu neste governo. A instituição vendeu participações acionárias e dedicou maior atenção à preparação dos entes regionais para a venda de concessões, por exemplo, no setor de saneamento. Com a candidatura à OCDE, a atual equipe também acelerou a agenda do governo anterior de redução da burocracia e de melhoria das condições de negócios no país, com novas versões para a Lei de Falência, a Lei das Licitações e o Marco Cambial.

**Apesar do desempenho muito aquém do necessário, a agenda econômica teve avanços importantes**

O legado do presidente Bolsonaro embute, porém, contradições. Apesar de suas conquistas, a avaliação dificilmente deixará de ser muito negativa por conta de tantas políticas erradas em áreas cruciais como a da saúde pública, da educação, do meio ambiente e dos direitos humanos. O desmazelo com a saúde pública, em particular durante a pandemia, é inquestionável. A trágica perda de quase 700 mil vidas pela contaminação por covid-19 dificilmente será desassociada da atual gestão. O descaso com a educação pública também foi enorme. O aumento do déficit de aprendizagem de crianças e de jovens durante o longo período sem aulas presenciais na pandemia, frente às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, terá efeitos negativos no médio prazo em termos de distribuição de renda e de crescimento potencial.

As consequências da equivocada política de meio ambiente do governo Bolsonaro, alavancada pelo discurso de confronto com nações estrangeiras, também trouxe prejuízos, como a menor inserção do Brasil nos fóruns internacionais e a diminuição dos investimentos estrangeiros no país. Finalmente, além do desrespeito contínuo ao direito das minorias, os velados ataques à democracia atraíram receios há muito esquecidos.

A esperança é de que o futuro governo seja capaz de manter as conquistas dos últimos anos e de corrigir os disparates promovidos pela gestão Bolsonaro. Não é uma tarefa, porém, que terá pleno apoio de toda a sociedade, haja vista que não são poucos os que concordam integralmente com as atitudes e decisões do atual governo. Assim, o presidente eleito precisará de muita habilidade para contornar a oposição de parlamentares conservadores no que diz respeito, dentre outras agendas, à pauta dos direitos de minorias.

**Nilson Teixeira**, sócio da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço, twitter @EconomicsArtBR.

Bilionários pegam carona em tecnologias financiadas pelos contribuintes. Por ***Rana Foroohar***

# A nova corrida espacial

Os últimos anos foram marcados por guerras comerciais e guerras quentes. Este ano pode trazer guerras nas estrelas, à medida que o espaço — a “fronteira econômica final” — se torna o foco de uma corrida mundial de agentes públicos e privados pela supremacia.

A SpaceX de Elon Musk, a Blue Origin de Jeff Bezos, Orbital ATK, ViaSat, SES, OneWeb e mais de 10 mil outras empresas espaciais comerciais cresceram nas últimas duas décadas para constituírem um setor florescente conhecido como “novo espaço”, dedicado ao crescente acesso privado ao espaço e a serviços de estação espacial para operações de satélite, tecnologia de defesa, análise de dados e áreas ainda mais especulativas, como turismo espacial, manufatura e mineração de asteróides.

SpaceX é o mais conhecido dos novos operadores espaciais e já lançou milhares de satélites para uso público e privado. O serviço Starlink, de Musk, manteve a internet ucraniana em funcionamento até quando as forças russas fecharam outros meios de telecomunicação. Mas o serviço também se tornou um alvo potencial para as forças armadas de Moscou, mesmo enquanto Musk barganhava com o Pentágono sobre o custo de manter os ucranianos online.

Isso põe em relevo um debate cada vez mais acirrado sobre quem deve controlar a economia espacial, que valia US$ 469 bilhões em 2021, de acordo com a organização sem fins lucrativos Space Foundation, e, na previsão do Bank of America, será um setor de US$ 1,4 trilhão até 2030.

As receitas do setor espacial comercial cresceram 6,4% em relação a 2020, segundo o Relatório Espacial de 2022 da Space Foundation, e grande parte desse crescimento foi impulsionada por um aumento de 19% nos gastos governamentais com programas espaciais militares e civis (os gastos da Índia subiram 36%, os da China 23%, e os dos Estados Unidos, 18%).

A exploração espacial costumava girar sobre programas sustentados pelo Estado e com foco em segurança nacional, orgulho nacional e pesquisa científica. Mas os EUA começaram a recuar da ideia de controle centralizado do espaço pelo governo depois de dois acidentes fatais com ônibus espaciais (o Challenger, em 1986, e o Columbia, em 2003). Isso levou uma comissão presidencial sobre a política de exploração espacial dos EUA a concluir em 2004 que “o papel da Nasa deve ser limitado às áreas em que há provas irrefutáveis de que apenas o governo pode realizar a atividade proposta”.

**O Congresso mudou incentivos de financiamento e estimulou a privatização. A Nasa e outras agências governamentais tornaram-se clientes de empresas espaciais privadas, em vez de serem as criadoras ou mesmo supervisoras das novas tecnologias**

Embora os programas de satélites público-privados existam desde os anos 1960, foi só depois que o programa de ônibus espaciais passou a ser desmantelado (e finalmente cancelado em 2011) que a nova safra de empresas espaciais comerciais começou a decolar. O Congresso mudou incentivos de financiamento e criou uma política — o programa Commercial Orbital Transportation Services (serviços comerciais de transporte orbital) para estimular a privatização. A Nasa e outras agências governamentais tornaram-se clientes de empresas espaciais privadas, em vez de serem as criadoras ou mesmo supervisoras das novas tecnologias.

Como em todas as privatizações, a ideia era reduzir custos e ampliar a inovação. Dados de 2014 da Nasa mostram que a SpaceX conseguiu entregar 1 quilo de carga para a Estação Espacial Internacional por cerca de um terço do preço dos ônibus espaciais. Hoje os voos privados são responsáveis pela maioria das missões de reabastecimento para a estação espacial e até fazem algum transporte de tripulantes.

Mas, como argumenta Matthew Weinzierl, professor da Harvard Business School, enquanto os custos caíram e a inovação na reutilização de materiais e equipamentos aumentou, o mesmo aconteceu com o poder de monopólio. Um punhado de novas empresas espaciais pôde pegar carona em tecnologias da Nasa que levaram décadas para serem desenvolvidas, enquanto as empresas mais antigas que ajudaram a construí-las saíram perdendo. Os contribuintes que financiaram a pesquisa básica não têm participação na riqueza criada por bilionários no espaço, o maior patrimônio público de todos.

Isso reflete de muitas maneiras as assimetrias de poder entre público e privado observadas na construção das fortunas das ferrovias do século 19 (que levou à última grande era de quebras de monopólios nos EUA, nos anos 1930) ou na comercialização da internet, na qual um punhado de grandes empresas de tecnologia lucrou mais do que todas as outras.

Mas a nova corrida espacial é muito mais complexa, por causa da escala e do potencial de danos. Detritos espaciais — como satélites que deixaram de funcionar, peças de espaçonaves e o lixo criado por colisões entre eles — têm se tornado um fator de risco importante nas viagens espaciais. Só não existe um consenso sobre quem deve pagar por eles, fazer sua limpeza ou arbitrar sobre as consequências das colisões. A principal lei que rege o espaço comum ainda é o Tratado do Espaço Exterior, de 1967, época da guerra fria, que tem pouco a dizer sobre as tecnologias espaciais modernas. Ele simplesmente proíbe colocar no espaço armas nucleares ou outras armas de destruição em massa.

Os otimistas argumentariam que o potencial dos lucros da comercialização do espaço mais do que pagará pela limpeza dos detritos, ou que uma regulamentação melhor seguirá a inovação de forma natural. Mas é muito fácil imaginar vários desastres ao estilo da ficção científica, desde a criação de colônias no espaço onde os ricos podem escapar dos problemas deste planeta (por um preço) até bilionários malignos que acumulam minerais de terras raras no espaço. Surpreendentemente, Weinzierl sugere que Luxemburgo já começou a se posicionar para tornar-se para as empresas espaciais o que Delaware é para as empresas americanas que procuram evitar o pagamento de impostos.

Isso é inaceitável. Mas lidar com essas e inúmeras outras questões colocadas pela comercialização do espaço exigirá o tipo de cooperação mundial que hoje em dia falta na Terra. *(Tradução de Lilian Carmona)*

**Rana Foroohar** é editora especial do Financial Times em Nova York.

## Frase do dia

“Não é só um problema gerencial. É de desenho do programa. Não distingue famílias pobres das muito pobres”.

**De Marcelo Neri, diretor do FGV Social, sobre o Auxílio Brasil**

## Cartas de Leitores

**Legislativo**

Estes dias, lendo a obra “A Era da Incerteza”, do economista americano John K. Galbraith, deparei-me com crítica que acredito ser muito válida para o atual debate público brasileiro. Galbraith reclamava do excesso de protagonismo dado pela imprensa e pelos analistas políticos americanos às primárias, convenções partidárias, eleições presidenciais e aos primeiros cem dias de governo do presidente eleito — prática recorrente nos Estados Unidos dos anos 1970, que ainda resiste neste país e parece ser replicada no Brasil.

Urge, neste sentido, darmos o devido protagonismo, bem como a devida cobrança, aos mandatários do Poder Legislativo — deputados e senadores. Afinal, são estes que, além das competências constitucionais de fiscalizar o Poder Executivo e inovar/alterar nosso ordenamento jurídico, são capazes de pautar o debate público em Brasília, a partir da percepção do anseio dominante na população brasileira.

Se desejamos que o próximo governo, a despeito de suas convicções e dogmas ultrapassados, mantenha os avanços alcançados nos anos recentes (fim do imposto sindical, reforma da previdência, marco legal do saneamento básico, etc), e promova novas conquistas, à luz das demandas socioambientais e da inversão da pirâmide etária brasileira, temos de ter em mente que são os parlamentares os nossos representantes junto ao governo.

Eles têm, até por prerrogativas de função, capacidade de encaminhar, acelerar e obstruir os debates legislativos que condicionam a ação do Executivo federal. Que neste ano de 2023 voltemos mais as nossas atenções ao bom cumprimento dos mandatos legislativos no Congresso Nacional. Só assim caminharemos para uma reconfiguração partidária que de fato represente os cidadãos, alcançaremos certo nível de estabilidade institucional e avanço econômico e social permanente no nosso país.

**Elias Menezes**
elias.natal@hotmail.com

**Privatizações**

Alguma coisa está muito errada no processo de privatização brasileiro. Desde a década de 90 vendemos mais de 80 empresas estatais e o BNDES financiou como nunca o capital privado. Só que, desde então, o Brasil cresce bem abaixo da média mundial acumulando uma perda de 40%. Isso não é opinião, são dados oficiais. A pergunta que não nos fazemos é: o Brasil sabe privatizar?

**Roberto Pereira D’Araujo**
roberto@ilumina.org.br

**Terrorismo evitado**

O frustrado atentado a bomba em Brasília no sábado passado, objetivando criar um clima objetivo para que as Forças Armadas decretassem “estado de sítio”, é um triste e assustador ambiente que algumas mentes poluídas atualmente possuem neste momento.

**José de Anchieta Nobre de Almeida**

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

SERGIO AMARAL/VALOR

Osmar Terra: ministro de Temer foi mantido em primeiro ano do governo

ALAN SANTOS/PR

Onyx Lorenzoni: gaúcho era o ministro quando o Auxílio Emergencial surgiu

WENDERSON ARAUJO/VALOR

João Roma: baiano entrou no Ministério em composição com o Centrão

**Executivo** Os auxílios criados por Bolsonaro são o tema do oitavo balanço do Valor sobre governo atual

# Transferência de renda cresce e pobreza também

**Ricardo Mendonça e Cristiane Agostine**
De São Paulo

No papel, o presidente Jair Bolsonaro tinha tudo para encerrar seu mandato como um campeão das políticas de transferências de renda. Entre o início e o fim de seu governo, o orçamento do principal programa da área, o Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, quase quadruplicou, de R$ 35 bilhões em 2018 para R$ 156 bilhões neste ano. E o número de beneficiários também subiu, de 14,5 milhões em janeiro de 2019 para 21,6 milhões em agosto deste ano, às vésperas do período eleitoral. O auxílio médio, que era de R$ 189 no Bolsa Família, saltou para um valor médio de R$ 607.

Mas o país chega a 2023 com um contingente de pessoas abaixo da linha da pobreza superior do que havia quatro anos atrás.

Os últimos dados oficiais disponíveis, de 2021, mostram que o país tinha 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população) abaixo da linha da pobreza, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se do maior nível desde 2012. Neste grupo, 17,9 milhões (8,4% da população) eram extremamente pobres. Já na comparação de 2021 com 2022, conforme mostrou reportagem de ontem do **Valor**, deve ter ocorrido uma ligeira redução da proporção de pobres no país, grande parte disso em decorrência da melhoria do mercado de trabalho.

À oitava reportagem da série do **Valor** de balanço de políticas públicas durante os anos Bolsonaro, especialistas em programas sociais e pesquisadores avaliam que a principal marca criada pelo atual governo nesse segmento é a da instabilidade. De tantas mudanças, o programa de transferência de renda ficou mais caro e menos efetivo.

Para o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social na Fundação Getulio Vargas, as decisões mais importantes na área não foram orientadas pelo interesse de aumento de eficiência e sofisticação do programa, mas pelo calendário da eleição.

"O programa foi turbinado ao sabor do ciclo eleitoral. Funcionou muito bem como um incentivo ao voto, mas não como um benefício social", afirma. "O Auxílio Brasil é um programa que não veio para ficar."

"Bombou o orçamento e estragou todo o resto", resume a socióloga Letícia Bartholo, especialista em políticas públicas e gestão governamental, ex-secretária nacional adjunta de Renda de Cidadania no governo de Dilma Rousseff.

Um dos retratos da instabilidade no setor foi o troca-troca de ministros. Sob Bolsonaro, o programa foi abrigado no Ministério da Cidadania, inicialmente comandado pelo deputado federal Osmar Terra, um político do MDB gaúcho que já cuidava do setor no governo Michel Temer, mas como ministro do Desenvolvimento Social, pasta extinta. Em fevereiro de 2020, Terra foi substituído por Onyx Lorenzoni, que, por circunstâncias políticas da ocasião, não conseguiu se segurar como ministro-chefe da Casa Civil.

Na época ele era do DEM, que depois viraria União Brasil. Coube a Onyx, que assumiu um mês antes da eclosão da pandemia de coronavírus, implementar o Auxílio Emergencial, de R$ 600 por beneficiário. A proposta inicial do governo Bolsonaro era de R$ 200, mas o valor foi elevado durante a tramitação no Congresso Nacional.

Um ano depois, em uma reforma ministerial, Onyx foi deslocado para a Secretaria Geral, e o Ministério da Cidadania foi entregue ao deputado federal João Roma (Republicanos-BA), em um contexto de fortalecimento do Centrão dentro do governo federal.

No fim de março deste ano, Roma deixou o posto para ser candidato a governador da Bahia. Onyx, já no PL, tentou o governo do Rio Grande do Sul. Ambos foram derrotados. Desde então, a pasta ficou sob o comando do militar Ronaldo Bento, primeiro tenente da reserva do Exército.

Evolução do antigo Bolsa Escola, o Bolsa Família – produto da unificação de diversos programas sociais dispersos e às vezes sobrepostos – tinha 16 anos de relativa estabilidade em suas regras quando Bolsonaro chegou ao poder, em 2019.

Nos últimos quatro anos, sofreu as mais radicais alterações de sua história, com mudanças no alcance e nos valores pagos, nos critérios de elegibilidade e nas condicionantes.

A primeira alteração foi justificada pela pandemia de covid-19. Em abril de 2020, ante a necessidade de isolamento imediato e o risco de calamidade social, o governo criou às pressas o Auxílio Emergencial, uma adaptação do Bolsa Família com valor e alcance superiores ao que vinha vigorando até então.

O benefício médio de R$ 192 saltou para R$ 600 para cerca de 14,5 milhões de famílias inscritas no Bolsa Família.

No caso de mães solteiras, a elevação foi ainda maior, para R$ 1.200. Além disso, outras 5 milhões de famílias que aguardavam na fila do Cadastro Único passaram a receber. No total, nada menos que 67,7 milhões de inscritos receberam o benefício, ou cerca de um terço da população do País, que era de 211,8 milhões em 2020 segundo estimativa do IBGE. Com a economia brasileira em colapso em função da crise sanitária, o foco do governo era atender o maior número de pessoas no menor tempo possível. Programas de natureza análoga também foram criados em outros países, como

O número de beneficiários e o valor do repasse foi diminuindo ao longo dos meses, até o Auxílio Emergencial expirar. Em outubro de 2021, foram 34,4 milhões de atendidos, com parcelas de R$ 200. Nessa ocasião foi lançado o Auxílio Brasil, com benefício de R$ 400 e muitas modificações em relação ao antigo Bolsa Família.

De todas as alterações, uma das mais criticadas por especialistas é a que passou a desconsiderar as características dos grupos familiares como critério para definição dos benefícios.

GABRIEL DE PAIVA/AGÊNCIA O GLOBO

Fila para receber o Auxílio Emergencial: em 2020, no auge da da pandemia de covid-19, programa chegou a atender um terço da população do País

## Programa em mutação

As constantes alterações no principal programa de transferência de renda

| Data | Norma | Auxílio médio (em R$) | Beneficiários (milhões) |
|---|---|---|---|
| jan/19 | Novo governo herda o Bolsa Famíla de gestões anteriores | 189 | 14,5 |
| abr/20 | Para enfrentar a pandemia, surge o Auxílio Emergencial | 600 | 67 |
| set/20 | Após a primeira fase, resta o Auxílio Emergencial Residual | 312 | 51 |
| jan/21 | Expirado o prazo do Emergencial, é restabelecido o Bolsa Família | 189 | 14,5 |
| abr/21 | Sem o fim da pandemia, cria-se o Auxílio Emergencial 21 | 206 | 39,5 |
| nov/21 | Em substituição ao Bolsa Família, governo lança o Auxílio Brasil | 224 | 14,5 |
| dez/21 | Novo critério eleva benefício e alcance | 400 | 18 |
| ago/22 | No período eleitoral, valor-base do Emergencial é retomado | 607 | 21,6 |

Antes, o cálculo do valor a ser recebido era feito em função do tamanho e das características de cada família que se candidatava. Os valores cresciam conforme o número de crianças, as idades e as condicionalidades, como frequência escolar e vacinação.

Com Bolsonaro, esse critério foi substituído pelo pagamento de um valor fixo individualizado para o adulto da família inscrita. Inicialmente vigorou o montante arredondado de R$ 400, cifra determinada sem critério técnico divulgado. Já em meio à campanha eleitoral, o valor mínimo subiu para R$ 600.

Apesar de ampliar o alcance e o valor do pagamento, o governo federal não garantiu a continuidade do programa para depois de sua gestão. Na proposta de lei orçamentária para 2023 enviada ao Congresso Nacional, Bolsonaro previu o retorno do valor menor, de R$ 400.

A necessidade de garantir a manutenção do piso de R$ 600 a partir de janeiro foi o principal mote usado pela equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na elaboração da chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição – uma licença para gastar acima do limite estabelecido pela regra do teto de gastos.

Um pouco antes da aprovação da PEC, porém, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou o uso de recursos para o programa de transferência de renda fora do cálculo do teto de gastos.

A criação de um valor fixo individualizado, segundo especialistas, provocou o aprofundamento de desigualdades entre beneficiários. Um casal com cinco filhos ou mais passou a receber o mesmo valor de um beneficiário solteiro sem filhos. "Não é só um problema gerencial. É um problema do desenho do programa", diz Marcelo Neri. "Não distingue famílias pobres das muito pobres." O segundo reflexo negativo do desenho mal feito, segundo ele, foi o inchaço de inscrições individuais.

O novo desenho do programa incentiva o desmembramento artificial dos grupos familiares. Para ampliar a chance de recebimento ou até receber em dobro, membros de uma mesma família são induzidos a se apresentarem separadamente no momento de solicitação do benefício.

Além de gerar distorções, esse tipo de comportamento estraga a qualidade das informações constantes no Cadastro Único.

Dados consolidados do cadastro dão pistas da dimensão do fenômeno. Em novembro de 2021, as famílias inscritas tinham tamanho médio de 3,01 pessoas. Um ano depois, a taxa média era de 2,59. No mesmo período, a proporção de famílias com quatro pessoas ou mais caiu de 33% para 24%. E a de famílias unipessoais passou de 15% para 26%.

Em entrevista ao **Valor** na semana passada, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, lembrou que "essa proporção era relativamente estável até a criação do Auxílio Brasil, dando um salto expressivo após a implementação do valor mínimo de R$ 400, e outro após o incremento para R$ 600".

Com base nesses dados, um estudo recente conduzido pela equipe de economistas da instituição estimou que a União poderia economizar até R$ 20 bilhões ao ano com a eliminação desse tipo de distorção.

Letícia Bartholo lembra que o programa tem hoje 5,5 milhões de pessoas que recebem R$ 600 por mês sozinhas e outras 18 milhões que, por estarem registradas em famílias maiores, têm recebimento per capita de R$ 150 ou menos.

Outro problema, aponta ela, é que o governo passou a reduzir o nível de atenção às condicionalidades. No Bolsa Família, cita, havia acompanhamento sistemático da educação de 90% das crianças de 6 a 15 anos. Hoje, com o Auxílio Brasil, a taxa caiu para cerca de 70%. No caso da vacinação, a queda foi de 68% para 45%.

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro prometeu a criação de um benefício adicional de R$ 200 para cada inscrito que comprovasse estar trabalhando regularmente. Em que pese o aumento do benefício, a marca forte que fica da gestão Bolsonaro é o retorno do Brasil ao chamado Mapa da Fome – quando mais de 2,5% da população sofre com a falta de comida no prato. O país estava fora desse grupo desde 2014.

Conforme estudo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) sobre insegurança alimentar divulgado em julho, mais de 61 milhões de pessoas enfrentaram algum tipo de insegurança alimentar entre 2019 e 2021. No intervalo 2014-2016, o patamar era de 37,5 milhões de pessoas.

O Ministério da Cidadania foi procurado para falar sobre as ações do governo e responder críticas apontadas por especialistas, mas não atendeu ao pedido de entrevista.

Valor
# Empresas

O CEO da rede hoteleira Selina, Rafael Museri, planeja mais cinco empreendimentos no Brasil em 2023 B7

## Destaques

**Minério avança**
As medidas de estímulo à economia e o relaxamento da política de covid zero na China seguem impulsionando os preços das commodities metálicas e levaram o minério de ferro a marcar, ontem, o nível mais elevado em cinco meses. Segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, o minério com teor de 62% de ferro avançou 1,9% no norte da China, a US$ 114,65 por tonelada. Com isso, a principal matéria-prima do aço passou a exibir valorização de 13,4% em dezembro. No ano, as perdas no mercado à vista foram reduzidas a 3,7%. Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados, com entrega em maio, subiram 1,5%, a 833 yuan por tonelada.

**BNDES financia CBA**
O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R$ 565 milhões para a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que vai modernizar seus fornos de eletrólise em sua fábrica em Alumínio (SP). O financiamento, que ocorre por meio do Finem Fundo Clima e do Finem Meio Ambiente, será usado principalmente para aquisição de máquinas e equipamentos, montagem eletromecânica e materiais de instalação. Os investimentos da CBA neste projeto fazem parte da agenda ESG 2030. Um dos objetivos, até 2030, é reduzir em 40% as emissões de gases de efeito estufa em sua produção — desde a mineração até os produtos fundidos, tendo com ano base 2019.

**Escoamento de gás**
A Petrobras assinou o contrato do Sistema Integrado de Processamento de gás natural (SIP), que permite a inclusão da CNOOC Petroleum Brasil ao Sistema Integrado de Escoamento de gás natural da Bacia de Santos (SIE-BS). Dessa forma, a CNOOC estará autorizada a escoar o gás natural oriundo do campo de Búzios, por qualquer uma das rotas do SIE-BS e processá-lo nas plantas da Petrobras. Isso viabiliza que a CNOOC possa atender ao mercado a partir de 1º de janeiro de 2023. O acordo foi assinado em conjunto com Petrogal Brasil, Repsol Sinopec Brasil e Shell Brasil, sócios nos gasodutos offshore do pré-sal da Bacia de Santos, onde o campo de Búzios da CNOOC está localizado.

**Renovação da Compagas**
A Copel informou que a Compagas celebrou na terça-feira (27) o contrato que renova por 30 anos a concessão referente à exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado, com exclusividade de distribuição, no Estado do Paraná. A renovação da concessão exigiu que fosse adotado o modelo regulatório "price-cap", de tarifa-teto, em substituição ao modelo atual, do tipo "cost plus". Além disso, também foi estipulada uma remuneração com base no custo médio ponderado de capital (WACC), inicialmente de 9,125% ao ano. A base de remuneração regulatória líquida inicial será de R$ 647,8 milhões e o bônus de outorga ficará em R$ 508 milhões em favor do Estado do Paraná. O investimento esperado até 2054 é de R$ 2,5 bilhões e o plano indicativo inclui a interiorização nas 10 mesorregiões do Paraná. A Copel detém 51% da Compagas, e a concessão permitirá a continuidade dos trabalhos da empresa de alienação da totalidade de sua participação nesse ativo.

## Índice



**Varejo de moda** Com ações das empresas do setor em queda, rivais buscam consolidação

# Riachuelo avalia combinação dos negócios com concorrentes

Mônica Scaramuzzo e Maria Luiza Filgueiras
De São Paulo

A Guararapes, controladora da Riachuelo, estuda uma fusão com uma de suas concorrentes no varejo de moda no país. Nos últimos meses, buscando fortalecer seu negócio com uma operação mais ampla e diversificada, a companhia da família Rocha abriu conversas com a Arezzo e com a SBF, dona da Centauro. Mas, além de encontrar um parceiro com quem tenha sinergias operacional e cultural, os Rocha querem manter a posição majoritária, segundo fontes — um desafio extra para uma operação desse modelo.

O cenário de consolidação de empresas no setor tem como pano de fundo a taxa de juros alta, inflação ainda elevada, em especial de produtos de consumo, inadimplência, e por incertezas sobre as diretrizes da política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Esse conjunto de fatores tem pressionado as ações de empresas varejistas listadas em bolsa. A Guararapes não é exceção.

Avaliada em R$ 3,1 bilhões, e empregando quase 30 mil pessoas, a Guararapes acumula queda de 35,2% no ano e quase 62% em cinco anos na bolsa de valores.

As rivais não ficam atrás. Neste ano, até ontem, a C&A acumula queda de 65,04%, o SBF recua 43,84%, o grupo Soma cai 22,59% e a rede Renner tem baixa 14,59%. Arezzo é exceção, com ligeira alta de 1,9% no ano, segundo o **Valor Data**. As ações Renner e Arezzo acentuaram queda após o resultado das eleições. Do segundo turno até ontem, Renner cai 33,5%, Soma recua 32,8%, enquanto Arezzo tem queda de 26,09%.

Outra motivação para a Riachuelo se mexer é que os irmãos Flávio, Lisiane e Élvio Rocha, com cerca de 27% de participação cada um no negócio, têm interesses diferentes na companhia, desde a morte de Nevaldo Rocha, o patriarca fundador do negócio, em 2020 — ainda que a movimentação atual, segundo fontes, não tenha sido iniciada pela empresa.

Flávio Rocha e seus filhos são os mais engajados na companhia e não aceitam abrir mão do controle. Élvio, que não participa das decisões do dia a dia da empresa, e Lisiane e seus filhos são mais flexíveis em relação à venda de posição majoritária, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**.

Os três irmãos, contudo, seguem alinhados e devem tomar uma decisão conjunta sobre os rumos da empresa, segundo uma fonte a par do assunto.

As conversas entre a Riachuelo e as concorrentes foram antecipadas pela agência Bloomberg, em reportagem publicada na sexta-feira (23).

As conversas entre Riachuelo e a varejista de artigos esportivos Centauro, controlada pelo grupo SBF, foram superficiais. Com a Arezzo, que recentemente agregou vestuário às operações de calçados e bolsas, chegou-se a abordar potenciais sinergias e estruturas — mas a tratativa não foi adiante, por uma avaliação da família Birman de "falta de fit". Tanto Centauro, que contratou o BTG Pactual, quanto Arezzo, com Itaú BBA, continuam buscando outras oportunidades de fusões e aquisições.

Com a sondagem dos concorrentes, a Riachuelo começou a admitir a perspectiva de uma transação e contratou o banco Safra como assessor financeiro. O grupo também chegou a ser abordado por fundos de private equity (que compram participações em empresas), mas não houve interesse de receber aportes desse tipo de fundo.

Neste momento, não há uma oferta na mesa, mas a Riachuelo não descarta retomar as conversas com os rivais mais adiante, disseram as fontes.

Com a troca de governo, as varejistas preferem esperar mais um pouco antes de tomar uma decisão nesse sentido. A negociação, se voltar a andar, será por meio de troca de ações.

Também nos últimos meses, a varejista holandesa C&A sondou potenciais interessados em comprar sua operação brasileira. No início do ano, chegou a ser oferecida à Riachuelo, mas também não houve avanço. Na visão de uma pessoa familiarizada com as varejistas, a combinação entre C&A e Riachuelo não daria certo, uma vez que ambas tiveram desvalorização das ações, têm sobreposição de lojas e haveria pouca sinergia.

No caso da Arezzo e Centauro, essa mesma fonte avalia que há complementariedades. Em abril do ano passado, dois movimentos agitaram o setor. O grupo Soma comprou a Hering por R$ 5,1 bilhões. A operação envolveu dinheiro e troca de ações, desbancando uma proposta da Arezzo. Naquele mesmo mês, a Renner levantou R$ 4 bilhões no mercado de capitais para expandir seus negócios. À época, as especulações eram quais seriam os alvos da Renner, mas a empresa não fez nenhuma aquisição de peso.

Sem controlador e com valor de mercado de R$ 20 bilhões, a Renner poderia ser um par óbvio para a Riachuelo, com a família Rocha se tornando acionista minoritária de referência. Mas o conselho de administração da Renner não vê uma transação desse tipo como o melhor caminho para a empresa hoje — serviria mais para tirar uma rival do mercado do que efetivamente agregar aos negócios, cheios de sobreposições, disse uma fonte próxima à varejista.

Procurado, Flávio Rocha não retornou ao pedido de entrevista. Arezzo, Centauro e Safra não comentaram o assunto. Em nota, a Guararapes informou que "está sempre atenta a oportunidades de mercado que tragam valor aos acionistas, mas não há fundamento de que haveria mudança no controle da companhia". A C&A informou, em nota, que não comenta rumores ou especulações de mercado e segue intensamente focada no desenvolvimento dos seus planos de negócio no país. *(Colaborou Ana Luiza de Carvalho)*

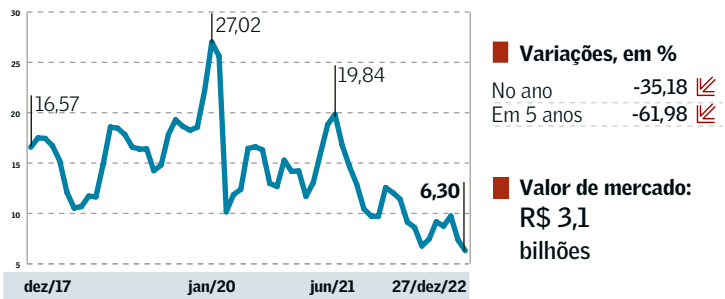
DIVULGAÇÃO

Avaliada em R$ 3,1 bilhões na bolsa de valores, a Guararapes, controladora da Riachuelo, tem seu futuro nas mãos dos irmãos Flávio, Lisiane e Élvio Rocha

### Na vitrine
Dados da Guararapes, controladora da Riachuelo

**Dados consolidados - em R$ milhões (exceto indicação contrária)**

| | Jan-set/22 | Jan-set/21 | Var. % |
|---|---|---|---|
| Receita líquida | 5.868,2 | 4.731,3 | 24,0 |
| Ebitda ajustado [1] | 558,6 | 449,1 | 24,4 |
| Prejuízo líquido [2] | -50,3 | -50,8 | -1,0 |
| Margem Ebitda ajustada (em %) | 9,5 | 9,5 | 0,0 pt. |
| Dívida financeira líquida [3] | 2.279,1 | 1.671,4 | 36,4 |
| Alavancagem financeira (em pontos) [3 4] | 2,9 | 2,2 | 0,7 pt. |

**Guararapes ON**

Fontes: CVM, release de resultados da empresa do terceiro trimestre de 2022 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Ajustado por incentivo fiscal de Imposto de Renda. [2] Exclui eventos não recorrentes. [3] Posição em 30 de setembro de cada ano. [4] Relação entre dívida financeira líquida e o Ebitda pré-IFRS 16 dos últimos 12 meses. * Divididos entre os irmãos Élvio, Flávio e Lisiane

# Temor da covid derruba ação da Apple

**Celular**

Dow Jones Newswires, de Nova York e Barcelona

As ações da Apple, dona do iPhone, na bolsa americana Nasdaq fecharam nesta terça-feira em queda de 1,39%, cotadas a US$ 130,03. Foi o fechamento mais baixo do papel desde 15 de junho de 2021.

Pesam nas ações da gigante de tecnologia os temores de um surto de covid na China, onde muitos componentes para os produtos da Apple são fabricados. A reação veio depois que a Nio, fabricante de veículos elétricos com sede no país asiático, reduziu suas perspectivas de entrega em meio aos desafios de produção relacionados à covid.

As ações da Apple caíram 12,4% em dezembro, até então, colocando-a no caminho para o desempenho mensal mais fraco desde que cedeu 12,8% em maio de 2019, e a primeira queda em dezembro desde 2018.

Desde o início de 2022, o papel já havia perdido 27%, o que marca o pior desempenho anual desde que as ações caíram 56,9% em 2008 durante a crise financeira. A fraqueza da ação neste ano se compara à queda de 33,8% no Nasdaq Composite e à retração de 8,5% no Dow Jones Industrial Average.

Há anos circulam rumores de que a Apple está trabalhando em versões dobráveis de alguns de seus produtos mais populares. Um iPad dobrável foi apontado como um precursor de desenvolvimentos semelhantes para o iPhone, mas um analista está minimizando a perspectiva de que a Apple faça uma grande aposta em tablets dobráveis.

Notícias recentes citaram que a Apple estaria desenvolvendo um tablet de 10 polegadas que poderia potencialmente substituir sua linha iPad mini. Seria um grande primeiro passo em dispositivos dobráveis para a Apple, que deixou esse espaço para rivais como a Samsung.

No entanto, Ming-Chi Kuo, analista da TF International Securities, falou nesta terça-feira contra a ideia de que a Apple estivesse se preparando uma grande investida em dispositivos dobráveis. "Acho improvável que a Apple substitua o iPad mini por um iPad dobrável em 2025", tuitou Kuo.

Kuo observou que um iPad dobrável provavelmente teria um preço notavelmente mais alto do que a linha iPad mini existente, que atualmente começa em US$ 499 para a versão mais barata no site da Apple e, portanto, não faria sentido como substituto direto.

Se o primeiro esforço da Apple em dispositivos dobráveis é limitado a uma versão premium do iPad, isso também sugere que a perspectiva de um iPhone dobrável permanece distante. Kuo já havia previsto que um iPhone dobrável poderia chegar em 2024, mas no início deste ano revisou sua previsão, dizendo que não esperava que os primeiros produtos dobráveis da Apple viessem antes de 2025.

Se a Apple estará a bordo com dispositivos dobráveis permanece uma questão em aberto. Eles continuam sendo uma pequena parte do mercado de smartphones e são aparelhos com desafios tecnológicos únicos. Embora a Samsung agora alardeie o sucesso de seus dispositivos dobráveis, a empresa teve que adiar o lançamento do Galaxy Fold em 2019, após vários relatos de quebra do telefone nos testes de pré-mercado.

A Apple não respondeu a um pedido de comentário.

**Apple**
Cotação, em US$/ação

Variações
Em %
Dia -1,39
Desde 2021 -0,83

Valor de mercado
US$ 2,3 trilhões

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data.
Obs.: Ação negociada na Nasdaq

**Gestão** Gestora busca ir além da reestruturação e mira longo prazo

# IG4 Capital amplia sua estratégia de investimento

**Maria Luíza Filgueiras e Taís Hirata**
De São Paulo

Depois de formar uma plataforma de negócios com cinco empresas controladas, que já somam faturamento de US$ 1,8 bilhão e Ebitda de US$ 500 milhões, a gestora de private equity IG4 Capital tem adotado uma postura que o fundador Paulo Mattos define "mais para grupo empresarial do que fund manager".

A firma, criada em 2016, se especializou em comprar ativos estressados — normalmente num desenho com bancos credores — e recuperá-los. Numa visão mais purista de gestor de fundos, uma vez que os ativos se tornam rentáveis e desalavancados, seria uma boa hora para revendê-los, embolsando o lucro e procurando a próxima encrenca. Mas, na tal postura empresarial, a IG4 quer surfar também a fase boa dos negócios, reciclando a base de investidores.

Para Mattos, uma inspiração de modelo é a 3G Capital, de Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles, e a Berkshire Hathaway, de Warren Buffett e Charles Munger. Ambas são firmas de investimento mais voltadas para portfólios de bons ativos, em que participam da administração e sem pressão de prazo para se desfazer da carteira.

Assim, o plano de longo prazo da IG4 é atuar durante toda a vida do negócio, mantendo controle sobre a gestão das companhias. "Dessa forma, a gente consegue pegar as duas fases do investimento. Consegue salvar o negócio por meio dos nossos fundos tradicionais e então trazer outro investidor para a plataforma, inclusive como forma de dar saída aos primeiros investidores", afirma o sócio-fundador.

É o que foi feito, por exemplo, com a Iguá Saneamento, antiga CAB Ambiental, comprada da Galvão Engenharia. Com a reestruturação, a gestora atraiu para seu capital os fundos de pensão canadenses AIMCo e, depois, o CPPIB, e fez um investimento bilionário no leilão de água e esgoto do Rio de Janeiro, em 2021.

No caso da companhia de saneamento, o plano para seguir expandindo a operação agora é focar em novas parcerias no âmbito das subsidiárias do grupo, tanto as existentes quanto novos projetos.

A empresa tem buscado um novo sócio investidor para continuar crescendo e fortalecer a base de acionistas, processo coordenado por Morgan Stanley e Bradesco BBI, mostrou o Pipeline (site de conteúdo de negócios do **Valor**) em novembro — questionado, Mattos não comentou o assunto.

Hoje, além da Iguá, a gestora opera outras quatro plataformas: Opy Health, empresa de gestão hospitalar; CLI, de terminais portuários (em sociedade com a Macquarie Infrastructure); Aenza (ex-Graña y Montero), empresa peruana de construção e concessões de infraestrutura; e a chilena Adelco, de armazéns e galpões logísticos.

Na IG4, todo o capital levantado no primeiro fundo já foi devolvido aos cotistas, e o que era capital proprietário dos sócios da firma segue sendo reinvestido. A gestora soma hoje US$ 1,2 bilhão em ativos sob gestão.

Nas estratégias de "special situations" e "value", a companhia consegue alcançar bolsos diferentes de investidores e ampliar sua base de potenciais cotistas. "O investidor de infraestrutura não quer ativos estressados", diz.

Como um time de 38 pessoas, a IG4 também tem reforçado a liderança das áreas novas. Acaba de contratar Thiago Silva, executivo que foi do Ontario Teachers Pension Plan (OTPP) e da Brookfield Asset Management no Canadá, para a área de Infraestrutura na América Latina, buscando novos investimentos e investidores.

Também trouxe Antonio Rabelo, ex-diretor jurídico da Oi, que coordenou a recuperação judicial da telecom e foi associado do escritório White & Case em Londres, para a área de soluções de crédito com Hélio Novaes, que foi sócio da Alvarez & Marsal, e Tatiana Benitez, que traz a experiência nas áreas de reestruturação de créditos do Itaú e Santander.

Em 2019, a gestora tomou a decisão de diversificar investimentos geograficamente na América Latina, para não ter somente risco Brasil em carteira. No segundo fundo, metade do capital foi alocado em mercados vizinhos, como na aquisição da peruana Aenza, que opera de concessões de metrô a terminais de armazenamento de combustível.

A IG4 também já tem escritório no Chile, onde avalia um investimento nos moldes da Opy Health, e vai abrir uma base também na Colômbia, no ano que vem. A firma vai se manter fora da Argentina por enquanto — apesar de ver bons ativos ali, há também uma incerteza grande para desinvestimentos.

A gestora avalia investir em saneamento fora do Brasil, aproveitamento a experiência adquirida com a Iguá — mas não por meio desta companhia, que tem mandato para operar apenas no Brasil — e pode expandir a operação da peruana Aenza.

Para além dos setores em que o grupo já atua, Mattos afirma que há novos mercados no radar.

"Estamos olhando ainda ativos minerais que tenham algum direcionamento, como produção de lítio voltada a baterias, e fertilizantes. Também estamos analisando ativos no setor de energia renovável e de telecomunicações, nas áreas de fibra e data center", afirma o sócio.

**Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico**

DIVULGAÇÃO

Terminal de Grãos do Maranhão, da CLI: a empresa de terminais portuários da IG4 recebeu neste ano um investimento da Macquire, que se tornou sócia

# Estatuto dificulta mudança no teto de voto na Eletrobras

**Governança**

**Fábio Couto**
Do Rio

A equipe de transição recomendou ao futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva que avaliasse a viabilidade econômica, jurídica e política da adoção de medidas que revisem a atual estrutura de governança da Eletrobras. O objetivo, segundo apurou o **Valor**, é retirar a limitação do poder de voto da União que, pelas regras atuais, tem no máximo 10% dos votos em assembleias de acionistas, embora possua 42,6% dos papéis com direito a voto. Mas especialistas apontam que mudar as normas atuais não será simples.

O arcabouço estruturado na privatização da Eletrobras hoje blinda a companhia da adoção de medidas que aumentem a influência da União como acionista, proporcional à participação acionária. No entanto, mudar a limitação de voto dos acionistas exigiria uma alteração importante no estatuto da empresa, com a necessidade de aprovação por diversas instâncias, como o conselho de administração e a assembleia de acionistas.

O artigo 6º do estatuto veda a qualquer acionista ou grupo de acionistas o exercício do direito de voto acima de 10% de participação, independentemente de sua fatia no capital social. O artigo 7º impede a celebração de acordos de acionistas a fim de regular o exercício de direito de voto acima do teto de 10%. "Não será arquivado pela companhia acordo de acionistas sobre exercício do direito de voto que conflite com as disposições deste Estatuto Social", diz o parágrafo 1º do Artigo 7º.

A União detém 42,6% de participação societária, somando as ações próprias, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da BNDESPar, mais fundos do governo.

A decisão de realizar tais estudos caberia ao novo ministro de Minas e Energia. Para uma fonte a par do tema, que falou sob condição de anonimato, a possível mudança — noticiada inicialmente pelo jornal "O Globo" — seria natural, uma vez que nenhuma empresa privada aceitaria deter 40% das ações e votar com 10% de participação. Além dos estudos, o grupo pretende propor à administração da Eletrobras que adie as assembleias de acionistas a serem realizadas, entre outras ações, a fim de preservar os interesses da União.

Para o Credit Suisse, mudanças por mais poder da União sobre a Eletrobras podem levar a disputas legais significativas. "O governo teria que convencer outros acionistas a aceitar grandes mudanças para implementar esta proposta, e isso teria um grande impacto para o setor e para a bolsa de valores", afirmaram em relatório os analistas Carolina Carneiro e Rafael Nagano. Segundo Carolina Fidalgo e Fabiana Topini, sócias do Rennó, Penteado, Reis & Sampaio Advogados, caso o governo consiga votos a favor da medida, o estatuto pode ser mudado, mas elas não veem sentido prático na aprovação.

As advogadas destacaram que a Lei 14.182/2022, que estabeleceu as diretrizes da privatização, condicionou a privatização à alteração do estatuto social, com a inclusão do teto de 10%, e estabeleceu poder de veto da Eletrobras, por meio da ação especial (golden share). Após ter sido privatizada, segundo elas, a companhia passou a ficar sujeita às regras que se aplicam às empresas privadas, como a Lei das S.A. Logo, avaliam, para a União mudar o estatuto social, teria que obter os votos dos demais acionistas. "Essa previsão legal se deu para dar mais conforto aos investidores", disse Fidalgo.

Para Topini, já se esperava que em algum momento pudesse haver tentativa de alterações na composição acionária ou no teto para votação, mas o problema é que a movimentação se deu muito cedo, seis meses após a capitalização. "É a questão da segurança jurídica. Com seis meses, isso é muito ruim", afirmou.

A ex-estatal foi privatizada em junho em transação que movimentou R$ 33,7 bilhões e uma das condições para transformar a companhia numa "corporation" — sem controlador definido — foi a inclusão de instrumento que protege a empresa contra aquisições hostis, o que dificultaria uma reestatização. Conhecido como "pílula de veneno", o dispositivo obrigaria o governo a fazer uma oferta pública para comprar os papéis de todos os acionistas minoritários, pagando o triplo do valor mais alto da ação da empresa verificado nos últimos dois anos (ou 504 pregões anteriores).

A Eletrobras anunciou a intenção de migrar para o Novo Mercado da B3, mas no fim de novembro adiou a iniciativa por causa de incertezas macroeconômicas. As ações ordinárias (ON) da companhia encerraram o dia cotadas a R$ 41,71, em queda de 2,68%, enquanto as preferenciais fecharam o pregão com queda de 2,21%, a R$ 43,33. Outras preocupações da equipe de transição são o impacto da descotização (mudança no regime de remuneração das hidrelétricas da companhia) sobre as tarifas e o poder de mercado da Eletrobras privada. ***(Colaborou Cristiana Euclydes, de São Paulo)***

# O que aprendemos neste ano tenso, intenso e complexo

**Gestão**

Carlo Pereira

Este ano foi muito desafiador. Para além do clichê colocado em todas as cartas de administração das empresas, foi especialmente complexo. Muito a se lamentar e a se repensar. Por isso, a reflexão hoje é sobre alguns aprendizados e avanços possíveis.

O ano de 2022 será lembrado pelas crises agudas — a pandemia da covid-19 e a guerra na Ucrânia, com a disrupção de cadeias de suprimentos e enormes impactos financeiro e humanitário. Com a mesma potência, mas de forma crônica, a crise climática. Isso tudo misturado resulta em insegurança energética e alimentar.

O ano de 2022 honrou a máxima popular "desgraça pouca é bobagem" com um vigor poucas vezes visto. Nem o pior roteirista de filmes de segunda categoria colocaria tanta coisa ao mesmo tempo.

Vamos lá. A guerra descortinou a importância da combalida cooperação internacional. Talvez, um dos maiores erros de cálculo de Putin tenha sido subestimar a capacidade de articulação dos Estados, que surpreenderam numa mobilização não vista desde o fim da Guerra Fria. Otan e ONU têm sido muito importantes, atuando no controle de redução de danos.

Se alguém duvidava da necessidade de cooperação e governança globais, não duvida mais. Não há possibilidade de enfrentar esse pot-pourri de desgraças se não pela cooperação entre governos, empresas e sociedade civil. Da ultrapolarização política fica o aprendizado do quão destrutiva é.

A facilidade na anexação da Crimeia, associada à dependência de gás russo pela Europa, contou muito para o movimento arriscado de Putin. Mas a acelerada implementação de geração de energia de fontes renováveis mostrou que a era da geopolítica baseada em energia está com os dias contados. Os países que viram o preço da energia aumentar em até 10 vezes reativaram algumas usinas a combustível fóssil e nuclear para garantir o inverno, mas também redobraram a aposta em energia verde. Futuro inevitável já em poucos anos.

Outra preocupação é com a segurança alimentar. A fome já vinha crescendo devido ao nexo causal entre clima, alimentos e energia. Uma guerra entre dois países que respondem por quase 30% das exportações de trigo no mundo levou esse problema a patamares alarmantes. Aqui, as Nações Unidas têm papel fundamental na manutenção do fluxo de cereais de Ucrânia e Rússia. Além disso, a inflação do pós-pico da pandemia que parecia arrefecer, reacelerou com o aumento dos preços de energia e alimentos — mais pressão aos mais pobres. Não à toa, o foco da conferência do clima neste ano foi justiça climática. Um dia dedicado a sistemas agroalimentares, à criação de um fundo de perdas e danos, além de muitos outros acordos relacionados à proteção de populações mais vulneráveis.

Nessa conta entra a biodiversidade. Foi estabelecido um acordo histórico, na COP15 em Montreal, no qual 23 metas foram contratadas para a contenção da acelerada perda de espécies. Diversidade de gênero e étnico-racial, saúde mental e direitos humanos também tiveram destaque. Os últimos meses de 2022 foram marcados por compromissos empresariais com metas ambiciosas.

Historicamente, momentos anticíclicos como o deste ano eram vento contra às agendas ambientais, sociais e de governança. Mas agora a sociedade percebeu que as dores da contemporaneidade são consequência da relativização de princípios e valores para pessoas, instituições e a natureza. Houve maior demanda por ação e transparência de empresas e líderes empresariais; e forte aumento na regulação por parte de países e blocos econômicos em direção a uma economia mais íntegra, inclusiva e regenerativa.

**Carlo Pereira** é CEO do Pacto Global da ONU no Brasil
**E-mail** coluna.carlo@pactoglobal.org.br

**Governança** Mineradora anunciou alterações em vice-presidências e conselho deve ter novos nomes em 2023

# Vale muda gestão e foca em ganho operacional

**Francisco Góes**
Do Rio

A Vale termina 2022 com mudanças na diretoria-executiva e no próximo ano as alterações no alto comando da empresa devem chegar ao conselho de administração. Na véspera do Natal, a companhia anunciou uma reestruturação em cargos executivos com o objetivo de garantir melhorias operacionais. A medida se justifica pela necessidade de buscar excelência nas operações a médio e longo prazos. Mas também pela demanda de investidores depois da tragédia de Brumadinho (MG), que completa quatro anos em 25 de janeiro, para que a empresa cumpra metas de produção em relação às quais tem tido dificuldades de entrega. "A ideia, com as mudanças, é ter uma empresa mais focada em execução. Consideramos o anúncio uma evolução no processo que a atual diretoria vem conduzindo", disse fonte ligada à companhia.

Na quinta-feira (22), a Vale divulgou comunicado ao mercado informando sobre um "novo desenho" na alta liderança da companhia. Chamou a atenção a decisão de extinguir a vice-presidência executiva de estratégia e transformação de negócios, criada em março de 2021. Essa área foi montada para pensar a Vale do futuro e vinha sendo conduzida por Luciano Siani Pires, que foi vice-presidente de finanças da empresa por cerca de nove anos. Quando Siani assumiu a nova função, em setembro do ano passado, foi substituído como vice-presidente de finanças por Gustavo Pimenta, que atuou no grupo AES por doze anos. Na quinta, a Vale disse que Siani deixa a empresa em janeiro de 2023. O **Valor** apurou que o executivo pode assumir posição em empresa ligada à Vale.

DIVULGAÇÃO

Spinelli, vice-presidente de soluções de minério de ferro: área do executivo foca na relação com clientes e passa operação das minas para Carlos Medeiros

Na reestruturação, as atribuições da área de Siani ficam sob o guarda-chuva de Marcello Spinelli, vice-presidente executivo de soluções de minério de ferro. O negócio de ferrosos é uma das plataformas de crescimento da Vale. A outra são os metais básicos. Mas no minério de ferro a empresa quer ser, cada vez mais, uma provedora de soluções para as siderúrgicas de forma a ajudá-las a reduzir as emissões de gases na produção de aço. A Vale tem assinado memorandos de entendimento com países do Oriente Médio, por exemplo, para desenvolver complexos industriais chamados internamente de "mega hubs" que vão criar produtos de baixo carbono para a indústria siderúrgica. Spinelli poderia vir a se instalar na Ásia, disseram fontes.

Até o anúncio pré-natalino, Spinelli cuidava não só da parte das soluções de ferro para os clientes e dos "mega hubs", entre outros temas, como também da parte operacional do minério de ferro, o que inclui a extração do produto das minas e a definição das metas de produção. Agora Carlos Medeiros, que respondia pela segurança e excelência operacional, vai cuidar da vice-presidência executiva de operações. Terá sob sua gestão as operações das minas, das pelotizadoras e da logística.

Alexandre Pereira, outro executivo dos quadros da Vale, assume a vice-presidência executiva de projetos. É uma área dedicada à implementação de projetos-chave na empresa. Houve ainda a promoção de Rafael Bittar, que era diretor de geotecnia da Vale, para a vice-presidência executiva técnica. É uma área que cuida de linhas de defesa e de gestão de riscos.

"Passamos a dar mais foco em atividades 'core' da companhia. No passado, quando a Vale tinha vários negócios, os líderes corporativos tocavam vários negócios e unidades ao mesmo tempo", disse uma fonte. Agora a Vale quer ter duas unidades de negócio — minério de ferro e metais básicos — mais focadas, com maior clareza dos objetivos estratégicos a serem perseguidos. A área de metais, que está em processo de cisão da Vale, também está montando liderança mais independente da empresa-mãe, sob o comando de Deshnee Naidoo, vice-presidente executiva de metais básicos, no Canadá.

No total, a Vale tem dez dirigentes no topo do comando do dia a dia, reunidos no que a empresa chama de "comitê executivo" (antiga diretoria executiva). O líder desse grupo é o presidente da mineradora, Eduardo Bartolomeo, que tem mandato até maio de 2024. Outros cargos desse comitê executivo não sofreram alterações. Fontes próximas da companhia disseram ao **Valor** que a reorganização foi proposta por Bartolomeo e encampada pelo conselho de administração da empresa.

O atual conselho da Vale tem mandato até abril de 2023 e, segundo apurou a reportagem, deverá passar por mudanças para o período que irá de 2023 a 2025. É dado como certo que o presidente da Cosan, Luís Henrique Guimarães, será indicado para uma vaga no colegiado da Vale. Também se espera a indicação de mais uma mulher para o conselho da mineradora. Hoje, entre 13 integrantes, só há uma: Rachel de Oliveira Maia.

Procurada sobre a possível indicação de Guimarães, a Cosan informou que não iria se pronunciar. A Cosan assumiu posição acionária relevante no capital da mineradora, que é uma empresa de capital pulverizado. Essa estrutura acionária sucedeu outra que vigorou desde a privatização da Vale, em 1997, marcada por controle acionário definido e por um grupo de acionistas que davam as cartas: os fundos de pensão estatais, liderados pela Previ, mais Bradespar, Mitsui e BNDES, que vendeu toda a posição em Vale. Em 2021, a mineradora passou por eleição conturbada para o conselho pois surgiu um grupo alternativo ao indicado pela empresa. Em 2023 não se espera disputa, mas há quem veja necessidade de um conselho mais alinhado.

# Minas Gerais avalia tornar a Cemig uma 'corporation'

**Privatização**

**Robson Rodrigues**
De São Paulo

Depois de fracassar na tentativa de privatização da Cemig no primeiro mandato, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), estuda vender as ações da estatal em poder do Estado no mercado financeiro e transformá-la em uma 'corporation', em que o controle acionário é pulverizado e a figura do Estado como acionista controlador ou bloco de controle deixam de existir.

O modelo é igual ao utilizado pelo governo federal para privatizar a Eletrobras e também está sendo replicado no Paraná, com a Copel. Em recente entrevista ao **Valor**, Zema disse que em 2023 quer colocar em curso uma agenda de privatizações, que inclui duas outras estatais: Copasa e Codemig.

"Com a Cemig talvez o processo seja de uma 'corporation'. O Estado não venderia, a empresa receberia novos investimentos e só de o Estado não ter a voz final eu fico satisfeito, porque a empresa fica blindada contra a má gestão. O Estado continua recebendo dividendos e vai ter uma valorização".

Se a investida do político der certo, o fato pode dar capacidade de investimento à estatal, além de garantir dividendos à Minas Gerais, que deve se manter como acionista relevante. Não está definido ainda se o Estado seguirá com a maior fatia das ações e se terá uma ação de classe especial, "golden share", com poder de veto.

A principal estatal mineira é alvo de tentativas de privatização desde o primeiro mandato de Zema. No caminho da privatização, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que investigou supostas irregularidades em operações que envolvem Cemig, Taesa, Light (RJ) e Renova (SP). O governador acusa a oposição de inviabilizar processo.

"A CPI foi mais uma comissão de perseguição e inquisição do que uma comissão parlamentar. Só gastaram milhões e não levaram nada adiante e partiu de um grupo pequeno de deputados que tinham interesses políticos e isso provocou na Cemig um atraso, mas nós vamos levar adiante. Vendemos a Light, vendemos a Renova, vamos vender as demais subsidiárias e também a Cemig", rebate.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Zema: em 2023 quer uma agenda de privatizações que inclui Copasa e Codemig

Responsável pelo fornecimento de energia para quase 9 milhões de consumidores em 774 municípios, a empresa atua em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e é o mais importante ativo de Minas Gerais. Ele acredita que agora será mais fácil a articulação na ALMG, já que o candidato venceu o pleito no primeiro turno e a coalizão de partidos que o reelegeu deve compor uma base na casa legislativa para viabilizar os planos.

Na esfera federal, ele espera que também exista reação contra a medida, já que o político do Novo se queixou da ofensiva da equipe de transição do futuro governo Lula, que tentou inviabilizar o leilão da privatização do Metrô de Belo Horizonte. Segundo Zema, "o novo governo tem aversão ao setor privado", ataca.

O discurso dos defensores é que as estatais são companhias ineficientes e não possuem capacidade de investimento, o próprio Zema já fez críticas à companhia no passado. A realidade hoje, no entanto, mostra outra coisa: a empresa apresentou um lucro consolidado de R$ 1,18 bilhão no terceiro trimestre de 2022, crescimento de 180,5% em comparação ao ano passado.

É incerto que Zema consiga privatizar a Cemig em apenas um ano, mas caso consiga, o fato reforçaria o caixa de Minas Gerais, que como todos os demais Estados, foi afetado pela queda na arrecadação causada pela redução da alíquota do ICMS para combustíveis, depois que o produto foi enquadrado como item essencial. A medida termina em 31 de dezembro, mas a decisão de flexibilizar ou não está no Supremo.

**Embalagem** Setor prevê expansão de até 3,5% nas expedições em 2023

# Com retomada, produtor de papelão investe R$ 3,4 bilhões

**Stella Fontes**
De São Paulo

Grandes produtores de embalagens de papelão ondulado instalados no Brasil estão investindo pelo menos R$ 3,4 bilhões em novas fábricas, expansão de capacidade ou modernização de unidades existentes com vistas a acompanhar o crescimento estrutural previsto para a demanda nos próximos anos, a despeito do desempenho mais fraco registrado neste ano.

Após cinco anos de alta, as expedições nacionais de caixas, chapas e acessórios desse tipo de papel vão encerrar 2022 com queda, mas devem retomar já em 2023 a trajetória positiva. Segundo a Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel), com base em estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a previsão é de crescimento de 3% a 3,5% no próximo ano, sustentada sobretudo pela expectativa de injeção de recursos públicos na economia via PEC da Transição — que concede ao novo governo federal um reforço de R$ 145 bilhões no orçamento.

Um dos principais motores do consumo adicional de papelão ondulado, conhecido como a embalagem das embalagens, tem sido o varejo digital. Com a pandemia, o comércio eletrônico avançou a taxas ainda mais aceleradas e gerou alguns apuros para o setor, que teve de se desdobrar para conseguir atender ao salto abrupto da demanda por embalagens. A leitura é que essa mudança de comportamento do consumidor veio para ficar e vem para somar com outros fatores, como a substituição de outros materiais, que sustentam o viés positivo no longo prazo.

"Durante 2020 e 2021, o setor viveu momentos de estresse para garantir o abastecimento. A indústria quase chegou ao seu limite. Não houve ruptura, mas o prazo de entrega teve de ser dilatado", lembra a presidente do conselho da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel) e diretora na Klabin, Gabriella Michelucci.

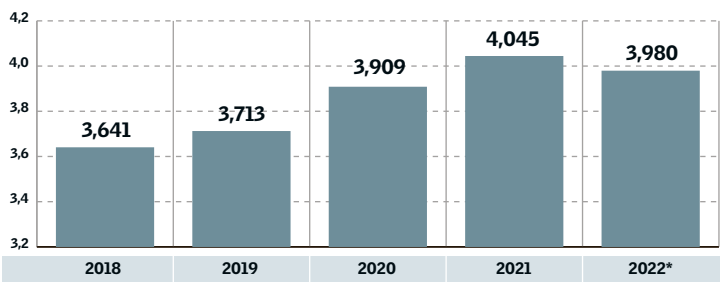
Em resposta a isso e à tendência de demanda crescente por embalagens em papel, praticamente todos os grandes da indústria estão investindo em expansão. Líder de mercado com uma fatia de 24%, a Klabin está ampliando sua operação de embalagens no Ceará, mediante investimento de R$ 188 milhões. Além disso, está construindo uma nova fábrica em Piracicaba, interior de São Paulo, com aporte de R$ 1,57 bilhão, incluindo cerca de R$ 200 milhões em impostos recuperáveis.

Vice-líder nesse mercado, a americana WestRock está concluindo um ciclo de investimentos de R$ 660 milhões no país e já começa a trabalhar em um novo pacote. A Irani Papel e Embalagem está aplicando quase R$ 1 bilhão em sua Plataforma Gaia, que compreende uma série de projetos, e a irlandesa Smurfit Kappa fechou nova aquisição por aqui, da Paper Box, por valor não divulgado. Já a chilena CMPC, que ainda não atuava no mercado brasileiro de embalagens em papel, fez sua estreia com a compra de ativos da Iguaçu Celulose por R$ 946 milhões.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Gabriella Michelucci, da Empapel: Apesar da queda estimada para 2022, expedições de papelão ondulado podem voltar a superar 4 milhões de toneladas

## Pausa nos recordes
Expedições saltaram com pandemia e comércio eletrônico

Volume (em milhões de toneladas)

Fonte: Empapel *Estimativa

Após um primeiro semestre de consumo menor e migração dos gastos do consumidor para o setor de serviços com o abrandamento das medidas para conter a pandemia, explica Gabriella, a indústria de embalagens de papelão assistiu à retomada das encomendas a partir de agosto. O movimento, contudo, foi insuficiente para compensar a fraqueza dos meses anteriores e o setor caminha para encerrar o ano com expedições 1,7% menores, de 3,98 milhões de toneladas, comparáveis a 4,045 milhões de toneladas em 2021.

"A gente sempre espera crescimento, mas 2021 foi um ano recorde, então essa queda em 2022 ainda mantém a indústria em patamar elevado", diz. Para o próximo ano, se a previsão de crescimento da Empapel se confirmar, o setor voltará a superar a marca de 4 milhões de toneladas expedidas anualmente.

Segundo o CEO da Smurfit Kappa no Brasil, Manuel Alcalá, o ano trouxe desafios nos cenários econômico e humanitário no mundo, e essa instabilidade afetou o mercado de consumo, com reflexo nas embalagens. No país, o setor como um todo exibia queda de pouco mais de 2% nas expedições no acumulado do ano até novembro — a companhia, conforme o executivo, andou na contramão, com saldo positivo dado seu foco estratégico.

"Estamos olhando para 2023 com otimismo e cautela, focados no que é controlável, como a eficiência operacional e no compromisso que temos com as nossas pessoas, nossos clientes e com a garantia de entregarmos soluções de embalagens de alto valor agregado, que ajudem os negócios dos nossos clientes e possibilitem consolidar cada vez mais as nossas parcerias de longo prazo", diz.

Para o próximo ano, de acordo com Gabriella, também há previsão de nova rodada de aumento de preços ao longo dos seis primeiros meses, com vistas a recompor margens. Energia, insumos químicos importados e cavaco de madeira seguem pressionando os custos, conforme a indústria.

A queda das expedições no primeiro semestre, após dois anos marcados por alguns momentos de demanda maior do que a oferta, deveu-se sobretudo à retomada do setor de serviços, incluindo viagens e eventos, com o avanço da vacinação e o maior controle da covid-19 no país.

Os gastos do consumidor, concentrados em bens duráveis e não duráveis no auge da pandemia, migraram para áreas que tem menor impacto na produção de embalagens com a reabertura. Números do levantamento "Webshoppers", da NielsenIQ | Ebit, por exemplo, mostram que o crescimento nominal das receitas do varejo on-line no 1º semestre foi de apenas 6%, contra 47% um ano antes. Ao mesmo tempo, a leve retomada do consumo percebida no segundo semestre veio acompanhada do maior endividamento das famílias, reduzindo assim o ritmo de recuperação.

Enquanto os dois primeiros trimestres foram marcados por quedas nas expedições de papelão — de 9,7% nos três primeiros meses do ano e de 2,2% entre abril e junho, na comparação anual —, o segundo semestre demonstrou mais vigor. No terceiro trimestre, as expedições avançaram 3,7% e, no quarto trimestre, 2%. "A redução nas expedições [em 2022] é pequena, com a volta da indústria a uma curva de crescimento normal", avalia a executiva.







# Recuo em materiais de construção e cautela nas incorporadoras em 2023

**Cenário**

**Ana Luiza Tieghi**
De São Paulo

O ano de 2022 está terminando com resultados negativos para a indústria de materiais de construção, na comparação com os 12 meses anteriores. Quatro entidades do setor já divulgaram projeções negativas para o desempenho no ano.

A Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) prevê queda de 6% no faturamento das associadas, enquanto para a Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer) o recuo previsto nas vendas é de 18%. Nos materiais de base, o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic) deve registrar redução de 2% nas vendas, e o Instituto Aço Brasil projeta um consumo aparente de aço 12% menor para o ano na comparação com 2021

Vale a ponderação de que 2021 foi um ano de alta para o setor, motivado pelo crescimento das obras tanto por parte das construtoras, com o boom de lançamentos residenciais, quanto do consumidor "formiguinha", que faz autoconstrução ou reforma e compra os materiais no varejo.

Ainda assim, pelo menos na Anfacer os resultados foram piores do que em 2019, com recuo de 4% a 5% nas vendas até novembro.

Empresas do setor que conseguiram manter crescimento no ano apostaram em uma expansão do mercado consumidor, com mais vendas para países próximos, e na mudança do perfil dos produtos, optando por itens de maior valor.

Foi o caso da fabricante de materiais elétricos Steck. Segundo o presidente Klecios Souza, a empresa projetava um crescimento de 25% para 2022, mas conseguiu um aumento de cerca de 11%. Em 2021, a companhia havia elevado o faturamento em 35%.

As vendas para países da América Latina cresceram 50% no período, e hoje representam 14% dos negócios. Para Souza, há oportunidades de crescer em países menores da América Central e também no México.

**Fatores mais críticos para lançamentos são cenário político, a taxa de juros elevada e o aumento da inflação**

Ele conta que o número de peças vendidas caiu no ano, mas o valor garantiu o aumento no período. A Steck tem apostado mais em produtos ligados à conectividade da casa, como os que se comunicam com assistentes domésticos e celulares. Também tem ampliado suas vendas pela internet, por meio de marketplaces.

"A Black Friday não foi tão boa para o mercado em geral, mas, para nós, que éramos iniciantes, foi espetacular", afirma.

Entre as incorporadoras, no terceiro trimestre 57% estavam adiando ou refazendo orçamentos e 16% cancelando ou reduzindo os novos projetos planejados, três vezes mais do que os 5% registrados no trimestre anterior, segundo pesquisa feita pela consultoria Brain para o GRI, clube de empresários do mercado imobiliário, divulgada neste mês. O levantamento foi feito com 166 companhias.

A parcela de companhias do setor que estavam investindo ou ampliando seus negócios caiu de 61% para 55% entre o segundo e o terceiro trimestre. Já a porcentagem daquelas que estão apenas "observando o mercado" aumentou de 32% para 40%. Ao mesmo tempo, o número de companhias que optaram por desinvestir também recuou, de 7% para 5% no período.

A inadimplência dos consumidores está acima do padrão histórico para 30% das companhias consultadas, mas o número representa uma queda de 9 pontos percentuais ante o segundo trimestre.

Quando a pesquisa foi realizada, os fatores mais citados que poderiam afetar os lançamentos futuros eram o cenário político, a taxa de juros elevada e o aumento da inflação do setor. Esse último, ao menos, dá sinais de melhora.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) fechou novembro com alta de 0,14%. No acumulado do ano, soma 9,11%, e, nos últimos 12 meses, 9,44%. Já é um alívio na comparação com o mesmo período de 2021, quando foi registrado 14,69% de alta em 12 meses.

O setor enxergou, neste ano, que o consumidor estava mais inseguro com a economia e preferindo adiar decisões importantes, como a compra da casa própria.

Para os próximos meses, segundo a pesquisa da Brain e do GRI, 41% das companhias entrevistadas esperam um crescimento do setor, ante 36% no segundo trimestre. Para 51% dos consultados, a expectativa é de um mercado regular.

**SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**
**CNPJ/MF nº 26.314.512/0001-16**
**NIRE nº 5330001751-4**

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIAREALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

1 – Data, Horário e Local: Em 26 de ABRIL de 2022, às 14:00 (quatorze horas), na sede social, localizada no SIG, Quadra 6, Lote 2.080, Torre II, sala 104, Zona Industrial, em Brasília/DF, CEP 70.610-460. 2 – Presença: Sicoob Participações em Seguridade S.A. – Sicoob Par Seguridade e Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações ordinárias, conforme assinatura lançada no Livro de Presença dos Acionistas nº 01. 3 – Convocação: Edital de convocação, datado de 14/04/2022, encaminhado aos acionistas pelo Presidente do Conselho de Administração, cuja publicação foi dispensada com base no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. 4 – Mesa Dirigente: Presidente do Conselho de Administração, Sr. Marco Aurélio B. de Almada Abreu, e Secretária, Luciana Oliveira Nascimento. 5 – Instalação: instalada a Assembleia Geral com a presença da totalidade dos acionistas, o Presidente do Conselho de Administração submeteu os assuntos para deliberação. 2 – Sumário dos Assuntos Tratados e das Deliberações Tomadas: I. Aprovar o pagamento de dividendos aos acionistas. Os Acionistas, por meio de seus representantes, deliberaram pela aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, no valor total de R$ 2.389.455,90 (dois milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) provenientes dos recursos disponíveis na conta Retenção de Lucros da Companhia referente ao exercício do ano de 2019, conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia. Desse montante total de dividendos: a) 80% (oitenta por cento), no valor de R$ 1.911.564,72 (um milhão, novecentos e onze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos) ao acionista Sicoob Par Seguridade, considerando que 30% (trinta por cento) do total distribuído, no valor de R$ 716.836,77 (setecentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos), refere-se à amortização total do saldo pactuado que ampara a distribuição desproporcional de dividendos; e b) 20% (vinte por cento), no valor de R$ 477.891,18 (quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e noventa e um reais e dezoito centavos) à acionista Mongeral Aegon Seguros e Previdência. II. Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, em ações ordinárias. Em seguida, os Acionistas, por meio de seus representantes, aprovaram, por unanimidade, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial. III. Aprovar, em decorrência da conversão de ações tratada no Item II anterior, a reforma dos artigos 5º e 32, Parágrafo Segundo do Estatuto Social da Companhia, que passarão a vigorar de acordo com a seguinte redação:"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), representado por 50.101.010 (cinquenta milhões, cento e um mil e dez) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.Parágrafo Primeiro. A ação é indivisível em relação à Companhia. A cada ação corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.Parágrafo Segundo. A Companhia deverá registrar as obrigações e ônus estabelecidos em quaisquer acordos de acionistas arquivados em sua sede no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, bem como nos seus respectivos certificados representativos, sempre que emitidos(...)Artigo 32 – Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais estarão sujeitas a auditoria pelos auditores independentes. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações contábeis semestrais, trimestrais ou com menor periodicidade, observadas as disposições legais(...)Parágrafo Segundo. Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76. IV.Aprovar a junção das Diretorias Administrativo-Financeira e Técnico-Operacional e a criação da Diretoria de Gestão de Riscos e Controles da Companhia. Por unanimidade, os Acionistas deliberaram por aprovar a junção das Diretorias Administrativo-Financeira e Técnico-Operacional e, também, a criação da Diretoria de Gestão de Riscos e Controles da Companhia, de modo a atender aos ditames da Resolução CNSP nº 416/2021 e da Circular SUSEP nº 638/2021.V. Aprovar, em decorrência do deliberado no Item IV anterior, a reforma dos artigos 15 e 17 do Estatuto Social da Companhia, que passarão a vigorar conforme se segue: "Artigo 15 – A Diretoria será constituída por 4 (quatro) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e Técnico- Operacional e 1 (um) Diretor de Gestão de Riscos e Controles, acionistas ou não, residentes no Brasil e eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sem qualquer limite do número de vezes que o mesmo membro possa ocupar o respectivo cargo. Parágrafo Primeiro. Com exceção do cargo de Diretor de Gestão de Riscos e Controles, em caso de vacância permanente de qualquer dos demais cargos da Diretoria, o Diretor Presidente indicará o substituto, dentre os Diretores remanescentes, até que o Conselho de Administração eleja o ocupante do cargo. Parágrafo Segundo. Em caso de vacância permanente do cargo de Diretor de Gestão de Riscos e Controles, o Conselho de Administração deverá promover imediatamente a eleição do substituto. Parágrafo Terceiro. Ocorrerá, em qualquer dos casos, a vacância permanente quando da destituição, renúncia, morte, invalidez permanente ou interdição do Diretor(...) Artigo 17 – Além das atribuições aqui designadas, outras atribuições específicas dos membros da Diretoria poderão ser estabelecidas na ata de Reunião do Conselho de Administração que os eleger, observadas as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, além daquelas previstas na legislação brasileira aplicável, ficando, contudo, desde já estabelecido que (i) o Diretor-Presidente coordenará e supervisionará todos os Diretores da Companhia, em observância ao cumprimento do Plano Operacional e Orçamento anual; (ii) o Diretor Comercial coordenará e supervisionará o departamento comercial e de marketing da Companhia; (iii) o Diretor Administrativo-Financeiro e Técnico- Operacional (a) coordenará, supervisionará , será responsável pelas atividades administrativas e econômico-financeiras, pelo jurídico, recursos humanos – RH da Companhia e também; (b) será responsável pelas atividades técnicas e operacionais da Companhia, bem como coordenará e supervisionará a área de tecnologia da informação – TI; e (iv) o Diretor de Gestão de Riscos e Controles será responsável pelos controles internos da Companhia, por orientar e supervisionar a implementação, a operacionalização e a integração entre o Sistema de Controles Internos e a Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia, além de acompanhar as atividades desenvolvidas pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos e aprovar os relatórios emitidos por tais Unidades, provendo-as dos recursos necessários ao adequado desempenho das suas atividades, responsabilizando-se, ainda, por informar periodicamente, e sempre que julgar necessário, aos órgãos de administração e, quando constituído, ao Comitê de Riscos, sobre questões relacionadas a controles internos, conformidade e gestão de riscos." VI. Consolidar, em razão das deliberações tomadas anteriormente, o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação do Anexo I à presente ata. VII. Fixar complemento à remuneração anual global dos administradores estabelecida pela AGO em 28/3/2022. Por unanimidade, os acionistas deliberaram estabelecer a seguinte remuneração para o Diretor de Gestão de Riscos e de Controles do Sicoob Seguradora, até a AGO de 2023: (i) honorários mensais (remuneração fixa) de R$10.000,00 (dez mil reais); (ii) benefícios: seguro de responsabilidade civil, com garantia de cobertura até 5 (cinco) anos após o encerramento do vínculo estatutário. 7 – Encerramento: Nada mais havendo a tratar, procedeu-se a lavratura da presente ata, a qual, tendo sido lida e aprovada por unanimidade, sem qualquer ressalva ou restrição, foi por todos assinada. Confere com o original ao qual nos reportamos [que foi assinado pelos representantes do Sicoob Participações em Seguridade S.A., Marco Aurélio Borges de Almada Abreu (Diretor-Presidente); e Marcelo Carneiro Costa (Diretor de Negócios); e pelos representantes da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., Helder Molina (Presidente); e Luiz Cláudio do Amaral Friedheim (Diretor de Operações)]. Marco Aurélio Borges de Almada Abreu – Presidente da Mesa. Jacqueline Rosadine de Freitas Leite – Secretária da Mesa. Brasília/DF, 26 de abril de 2022. Marco Aurélio B. de Almada Abreu Presidente da Mesa; Jacqueline Rosadine de Freitas Leite Secretária da Mesa Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 1875617 em 26/07/2022 da Empresa SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S.A. CNPJ 26314512000116 e protocolo DFE2200392350 26/07/2022.Autenticação: 174E3328D11165F0F743CB2742B7D-FB093830F1. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/088.666-1 e o código de segurança RYiN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/07/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

## ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

**ESTATUTO SOCIAL DA SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**
**CNPJ. 26.314.512/0001-16 / NIRE 5330001751-4**

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO Artigo 1º A Companhia é denominada SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. e é regida por este Estatuto Social e pela legislação brasileira aplicável, em especial a Lei nº 6.404/76, conforme alterada. Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SIG Quadra 06, Lote 2080, Bloco II, Sala 104. Mediante deliberação da Diretoria, poderá a Companhia abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País, seguindo as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e demais disposições legais aplicáveis. Artigo 3º A Companhia tem por objeto social a prática de todas as operações permitidas pela legislação aplicável às companhias seguradoras de vida e previdência, podendo ainda participar, como sócia ou acionista, em outras sociedades, em conformidade com as normas estabelecidas pelo CNSP e pela SUSEP e de acordo com a legislação brasileira aplicável. Artigo 4º A Companhia tem prazo de duração indeterminado. CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), representado por 50.101.010 (cinquenta milhões, cento e um mil e dez) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro. A ação é indivisível em relação à Companhia. A cada ação corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo. A Companhia deverá registrar as obrigações e ônus estabelecidos em quaisquer acordos de acionistas arquivados em sua sede no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, bem como nos seus respectivos certificados representativos, sempre que emitidos. Artigo 6º Na proporção do número de ações que possuírem, e observadas as disposições legais e do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, os acionistas terão preferência para a subscrição de ações em eventuais aumentos de capital. CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA Artigo 7º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, que contarão com o auxílio de Órgãos de Assessoramento da Administração. Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua nomeação, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, e permanecerão em seus cargos até a nomeação de seus substitutos. Parágrafo Segundo. A nomeação, eleição e posse dos diretores observará as disposições legais aplicáveis. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, e permanecerão em seus cargos até a nomeação e posse de seus substitutos. Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada. SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Artigo 8º O Conselho de Administração será composto por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sem qualquer limite do número de vezes que o mesmo membro possa ocupar o respectivo cargo. A Assembleia Geral poderá destituir os membros do Conselho de Administração a qualquer momento. Parágrafo Primeiro. Dentre membros efetivos, haverá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão indicados pelos acionistas. O Presidente será o responsável pela coordenação geral das atividades do Conselho de Administração e será secretariado por pessoa, membro ou não do Conselho de Administração, indicada pelo Conselho de Administração. Parágrafo Segundo. Em caso de vacância permanente de cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para eleição imediata do conselheiro que ocupará o respectivo cargo. Ocorrerá a vacância permanente quando da destituição, renúncia, morte, invalidez permanente ou interdição de Conselheiro. Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral poderá deliberar pelo aumento ou redução do número de conselheiros que compõem o Conselho de Administração, observado, em qualquer hipótese, o disposto na legislação aplicável e no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Artigo 9º O Conselho de Administração reunir-se-á, sempre que necessário, mediante convocação pelo seu Presidente ou por parte de 25% (vinte e cinco) por cento, no mínimo, dos membros do Conselho de Administração. Artigo 10 A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á mediante notificação, por escrito, enviada com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência da reunião, podendo ser entregue por courier, correio ou qualquer meio eletrônico, ao endereço fornecido, por escrito, por cada membro do Conselho quando da assinatura de seu respectivo termo de posse. A notificação deverá especificar o local, data e hora da reunião e deverá conter os assuntos da ordem do dia. Cópias de qualquer relatório, propostas ou qualquer outra informação relevante às matérias em questão serão entregues a todos os membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da respectiva reunião. Parágrafo Primeiro. Podem ser dispensadas as formalidades de convocação caso todos os membros estejam presentes a uma determinada reunião. Parágrafo Segundo. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração. Artigo 11 As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas mediante a presença da maioria de seus membros. Artigo 12 Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, alocar dentre os membros da Diretoria as funções específicas previstas nas normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, e demais atribuições legais. Suas deliberações serão tomadas pelo voto favorável de, pelo menos, a maioria dos membros presentes, exceto em relação às seguintes matérias, cuja aprovação dependerá do voto favorável de, pelo menos, a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração: (i) Estabelecimento das diretrizes gerais para os negócios da Companhia e avocação para seu exame e deliberação de qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral de acionistas ou da Diretoria; (ii) Nomeação e destituição dos Diretores; (iii) Convocação da Assembleia Geral de Acionistas; (iv) Fiscalização da gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e os papéis da Companhia e solicitando informações a seu respeito; (v) Criação e definição das competências dos comitês de auxílio e suas atribuições; (vi) Alteração da sede da Companhia; (vii) Celebração de alianças estratégicas, com exceção das expressamente autorizadas no Plano Operacional e Orçamento; (viii) Contração de dívida nos mercados público e privado; (ix) Venda de ativos da Companhia; (x) Cessão, a qualquer título, ou autorização do uso dos ativos de propriedade intelectual de propriedade da Companhia por outra seguradora; (xi) Aprovação e aditamento ao Plano Operacional e Orçamento anual, que incluirá, mas a tanto não se limitará, projeções de venda e de receita e planejamentos de marketing, projeções de despesa operacional, planejamento de necessidade de capital, esquemas de remuneração e de bônus, custos de pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento de produtos e objetivos de lucro, alianças estratégicas propostas (novas ou revisões das já existentes), política de investimento e desenvolvimento de administração; (xii) Eleição ou destituição de auditores externos; (xiii) Deliberação sobre operações que não sejam do curso normal dos negócios, isto é, que não estejam diretamente ligadas à comercialização de produtos de seguro de vida e previdência; (xiv) Aprovação de investimento ou desinvestimento diverso do já aprovado nas políticas de investimento aprovadas pelo Conselho de Administração; (xv) Aprovação de contratos, acordos ou operações entre a Companhia e quaisquer dos Acionistas ou suas Afiliadas, independentemente do valor, exceto se expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento; (xvi) Aprovação de acordos ou contratos entre a Companhia e terceiros que garantam exclusividade, exceto se expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento; (xvii) Aprovação de propostas e/ou projetos para desenvolver e comercializar qualquer negócio que não seja conduzido pela Companhia à época, salvo no que se refere ao lançamento de novos produtos já amplamente comercializados no mercado segurador ou se expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento; (xviii) Aprovação de proposta para registro de marca que inclua o nome da Mongeral Aegon e de qualquer de suas Afiliadas e de licença ou cessão de licença de propriedade intelectual de propriedade da Mongeral Aegon ou licenciada para a Companhia por parte da Mongeral Aegon; (xix) Aprovação de proposta para registro de marca que inclua o nome "SICOOB" e/ou "BANCOOB" ou de qualquer de suas Afiliadas e de licença ou cessão de licença de propriedade intelectual de propriedade da Bancoob Par Seguridade e/ou do Bancoob ou licenciada para a Companhia por parte da Bancoob Par Seguridade e/ou do Bancoob; (xx) Criação de planos de participação nos lucros da Companhia ou esquemas de bonificação ou similares para os funcionários, Diretores e/ou membros do Conselho de Administração da Companhia; (xxi) Redução ou aumento do capital da Companhia, ou o resgate de suas Ações; (xxii) Compra ou qualquer aquisição realizada pela Companhia que exceda 5% do seu patrimônio líquido; (xxiii) Manutenção de qualquer produto de baixa rentabilidade, que não apresente resultados satisfatórios e/ou não gere benefícios pré-estabelecidos para a Companhia; (xxiv) Definição do limite técnico de retenção a ser observado pela Companhia e de sua política de cessão de riscos, inclusive no que se refere a cosseguro e resseguro; (xxv) Aprovação da marca da Companhia e definição da estratégia de ação a ser adotada pela Companhia no que se refere aos elementos gráficos e visuais que serão utilizados pela Companhia e por seus produtos e serviços; (xxvi) O ajuizamento, apresentação de defesa ou a celebração de acordo quanto à quaisquer processos relevantes, judiciais ou de arbitragem, ou litígios relevantes nos quais a Companhia esteja envolvida, assim considerados aqueles cujo valor envolvido seja igual ou superior a 5% do patrimônio de referência da Companhia ou que envolvam assuntos que, a critério do Conselho de Administração, sejam estratégicos; (xxvii) Aprovação da política anual de investimentos da Companhia e a indicação da entidade gestora para a administração dos ativos financeiros da Companhia, para cada exercício fiscal, que poderá ser renovada; (xxviii) Aprovação de política de aceitação de riscos; (xxix) Aprovação da política geral de remuneração e/ou comissionamento pela venda e/ou arrecadação, participação nos resultados e excedente técnico. Artigo 13 Das reuniões do Conselho de Administração, serão lavradas atas a serem transcritas no livro próprio, as quais serão assinadas por, pelo menos, o Presidente e o secretário da reunião, quando se referirem às reuniões em que se deliberarem quaisquer das matérias previstas no Artigo 15, e por, pelo menos, 2 (dois) membros do Conselho de Administração nos demais casos. A lavratura das atas observará adicionalmente, sempre que aplicável, as demais formalidades previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Sempre que for necessário ou conveniente, as atas também serão registradas na Junta Comercial competente e publicadas conforme o disposto na Lei das Sociedades Anônimas. As atas de todas as reuniões do Conselho de Administração serão elaboradas na língua portuguesa. Artigo 14 As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência, ou qualquer outra tecnologia por meio da qual os Conselheiros presentes possam ouvir e serem ouvidos pelos demais. Nesses casos, as respectivas atas deverão ser enviadas por fax (ou outro meio eletrônico que assegure a autenticidade da transmissão) a cada Conselheiro que tenha participado da reunião através de telefone, videoconferência ou outra tecnologia, bem como confirmadas, assinadas e retransmitidas à Companhia pelo respectivo Conselheiro, por fax ou outro meio eletrônico. Uma vez concluído esse procedimento, 1 (uma) cópia da respectiva ata deverá ser enviada a cada um dos membros do Conselho de Administração, inclusive àqueles que porventura não tenham participado da reunião correspondente. As atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas nos termos deste Artigo 14 deverão ser averbadas nos livros da Companhia dentro de 30 (trinta) dias contados da data de realização da reunião a que se refiram. SEÇÃO II – DIRETORIA Artigo 15 A Diretoria será constituída por 4 (quatro) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e Técnico- Operacional, 1 (um) Diretor de Gestão de Riscos e Controles, acionistas ou não, residentes no Brasil e eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sem qualquer limite do número de vezes que o mesmo membro possa ocupar o respectivo cargo. Parágrafo Primeiro. Com exceção do cargo de Diretor de Gestão de Riscos e Controles, em caso de vacância permanente de qualquer dos demais cargos da Diretoria, o Diretor Presidente indicará o substituto, dentre os Diretores remanescentes, até que o Conselho de Administração eleja o ocupante do cargo. Parágrafo Segundo. Em caso de vacância permanente do cargo de Diretor de Gestão de Riscos e Controles, o Conselho de Administração deverá promover imediatamente a eleição do substituto. Parágrafo Terceiro. Ocorrerá, em qualquer dos casos, a vacância permanente quando da destituição, renúncia, morte, invalidez permanente ou interdição do Diretor. Artigo 16 O Diretor Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto, das resoluções registradas das Assembleias Gerais de acionistas e do Conselho de Administração, e do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Artigo 17 Além das atribuições aqui designadas, outras atribuições específicas dos membros da Diretoria poderão ser estabelecidas na ata de Reunião do Conselho de Administração que os eleger, observadas as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, além daquelas previstas na legislação brasileira aplicável, ficando, contudo, desde já estabelecido que (i) o Diretor-Presidente coordenará e supervisionará todos os Diretores da Companhia, em observância ao cumprimento do Plano Operacional e Orçamento anual; (ii) o Diretor Comercial coordenará e supervisionará o departamento comercial e de marketing da Companhia; (iii) o Diretor Administrativo-Financeiro e Técnico- Operacional (a) coordenará, supervisionará , será responsável pelas atividades administrativas e econômico-financeiras, pelo jurídico, recursos humanos – RH da Companhia e também; (b) será responsável pelas atividades técnicas e operacionais da Companhia, bem como coordenará e supervisionará a área de tecnologia da informação – TI; e (iv) o Diretor de Gestão de Riscos e Controles será responsável pelos controles internos da Companhia, por orientar e supervisionar a implementação, a operacionalização e a integração entre o Sistema de Controles Internos e a Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia, além de acompanhar as atividades desenvolvidas pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos e aprovar os relatórios emitidos por tais Unidades, provendo-as dos recursos necessários ao adequado desempenho das suas atividades, responsabilizando-se, ainda, por informar periodicamente, e sempre que julgar necessário, aos órgãos de administração e, quando constituído, ao Comitê de Riscos, sobre questões relacionadas a controles internos, conformidade e gestão de riscos. Artigo 18 A Diretoria se reunirá sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou sempre que convocada por iniciativa do Diretor-Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores. Artigo 19 As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pelo voto da maioria dos presentes. Artigo 20 Às reuniões de diretoria aplicam-se, mutatis mutandis, as disposições dos Artigos 11, 13 e 14 acima. Artigo 21 A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas: I. do Diretor Presidente e de 1 (um) Diretor; ou II. de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou III. do Diretor Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou ainda IV. de 2 (dois) procuradores constituídos por mandato assinado por 2 (dois) Diretores. Parágrafo Único. Todos os membros da Diretoria terão poderes para outorgar procurações, independentemente de atribuição específica pelo Conselho de Administração para este fim, observado o disposto neste Artigo. A outorga de procurações pela Companhia será informada ao Conselho de Administração, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Diretor Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores, terão prazo certo e limitado a 1 (um) ano, e estabelecerão expressamente os poderes dos procuradores e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins de participação e/ou patrocínio de processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que poderão ter prazo superior a 1 (um) ano. SEÇÃO III – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO Artigo 22 Os Órgãos de Assessoramento serão os seguintes órgãos da Companhia, instituídos com a finalidade de auxiliar a Diretoria e o Conselho de Administração na tomada de decisões que envolvam aspectos técnicos, jurídicos, financeiros e/ou operacionais relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia, observado o disposto no acordo de acionistas arquivado na sua sede: I. Comitê Técnico/de Gerenciamento de Riscos/Comercial; II. Comitê Jurídico; III. Comitê Financeiro; e IV. Comitê de Tecnologia da Informação – TI e Operacional. CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL Artigo 23 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei. Parágrafo Único. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 4 (quatro) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, que estabelecerá a sua remuneração, com mandatos de até 1 (um) ano, a encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária seguinte àquela em que se deu a sua eleição, admitida a reeleição, sem qualquer limite do número de vezes que o mesmo membro possa ocupar o respectivo cargo. CAPÍTULO V – ASSEMBLEIA GERAL Artigo 24 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 03 (três) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os membros do conselho de administração e os membros do conselho fiscal, quando for o caso; e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável demandarem deliberação aos acionistas. Artigo 25 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por seu suplente. Em caso de ausência de ambos, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por seu suplente. Na ausência de todos esses, a Assembleia Geral deverá ser presidida por acionista eleito para tal finalidade pela maioria dos presentes. O secretário será indicado por quem estiver presidindo a Assembleia Geral. Artigo 26 As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer Conselheiro, após tal convocação ser devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração, ou, de outra forma, em observância ao disposto na Lei n.º 6.404/76, para deliberar qualquer matéria sujeita à aprovação dos acionistas. Parágrafo Único. O edital de convocação deverá ser publicado nos termos da Lei n.º 6.404/76, e deverá indicar a data, hora e local da assembleia, bem como as matérias da ordem do dia, mesmo que resumidamente. Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, bem como aquela em relação a qual todos os acionistas declararem, por escrito, estarem cientes quanto à data, hora, local e assuntos da ordem do dia. Artigo 27 Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 50% (cinquenta por cento) mais uma ação de todas as ações do capital social com direito a voto, em segunda convocação, com a presença de acionistas representando qualquer percentual das ações da Companhia. Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da respectiva assembleia, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. Parágrafo Segundo. A Companhia deverá garantir a cada acionista ou seu representante legal o direito de examinar, inspecionar e copiar, a qualquer tempo, em prazo razoável após a devida notificação, para quaisquer fins devidos, qualquer um dos livros e registros, contas, propriedades e/ou operações da Companhia. Tal exame e inspeção poderão ser conduzidos pelos funcionários ou prepostos dos acionistas, às suas exclusivas expensas. Artigo 28 Se maior quórum não for exigido por lei, por este Estatuto ou por disposição do Acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos presentes. Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da respectiva assembleia, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. Parágrafo Segundo. A Companhia deverá garantir a cada acionista ou seu representante legal o direito de examinar, inspecionar e copiar, a qualquer tempo, em prazo razoável após a devida notificação, para quaisquer fins devidos, qualquer um dos livros e registros, contas, propriedades e/ou operações da Companhia. Tal exame e inspeção poderão ser conduzidos pelos funcionários ou prepostos dos acionistas, às suas exclusivas expensas. Artigo 29 Para a validade das resoluções tomadas em qualquer Assembleia Geral, será necessário o voto favorável da maioria dos acionistas presentes na Assembleia, exceto em relação às seguintes matérias, cuja aprovação requererá o voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante: I. Modificação do prazo de duração da Companhia; II. Dissolução da Companhia, bem como a venda, o aluguel ou a alienação total ou substancial de seus ativos; III. Aumento ou redução do capital da Companhia, venda de ações em tesouraria, qualquer oferta pública

**Luxo** Negociada na Bolsa de Milão, a Brunello Cucinelli faturou 642 milhões de euros neste ano, até setembro

# Grife italiana deve chegar à receita de 1 bi de euros em 2023

**Pedro Diniz**
Para o Valor, de São Paulo

Brunello Cucinelli, aos 69 anos, talvez seja o mais otimista dos magnatas do luxo. Utópico até, considerando que o capitalismo humanista que prega está sob ataque, inclusive entre seus maiores clientes, os executivos das "big techs" que anunciaram demissões em massa neste ano.

É fato que o modelo que prega o crescimento de uma companhia baseado no bem-estar dos empregados — cortes na folha e aumento da carga horário são evitados a todo custo — colaborou para o aumento de 23,2% de receita da grife Brunello Cucinelli nos primeiros nove meses do ano, para 642 milhões de euros. Deverá, também, apoiar o salto recorde de 28% neste ano. A projeção para 2023 é chegar à marca de 1 bilhão de euros.

Mas a visão mais humanista, que a ajuda a posicionar-se pela primeira vez no rol de etiquetas mais prósperas do setor, com taxa de crescimento comparável às das rivais LVMH, Kering e Hermès, não foi adotada neste ano por nomes como Mark Zuckerberg, CEO da Meta, e Jeff Bezos, controlador da Amazon.

Figuras importantes do terremoto de demissões que minou a confiança do mercado sobre o desempenho das "big techs" nos últimos meses, ambos são, curiosamente, os fãs mais famosos da longa lista de gurus do milênio que usam a moda luxuosa de cashmere, algodão pima e linho da grife italiana.

Uma simples camiseta cinza, que custa a partir de R$ 2.500 na loja da grife de São Paulo, no shopping Cidade Jardim, ficou conhecida como peça-chave do guarda-roupa de Zuckerberg.

"Virou conto popular. Começou quando fiz 400 camisetas para [o fundador da Apple] Steve Jobs. Mas, hoje, eles [os CEOs das "big techs"] procuram algo mais fresco, chique. Não dá para ir numa reunião de camiseta, não é?", brinca Cucinelli em entrevista ao **Valor**, por vídeo, de sua sala no prédio de Solomeo, na Úmbria, sede da empresa fundada há 44 anos.

Só a moda parece uni-los, ao que parece. Cucinelli paga salários 20% acima da média do mercado, não atende chamadas no celular após o expediente e evita demissões ao máximo.

Desde a abertura de capital na Bolsa de Milão, em 2012, o número de empregados cresce. No auge da pandemia de covid-19 não foi diferente. Além de não ter demitido nenhum funcionário, a força de trabalho do grupo passou de 1.889 em dezembro de 2019 para 2.254 pessoas em junho passado. A meta de 12% de aumento anual na receita é suplantada desde então.

O estilista credita a performance à procura por peças de moda duráveis num horizonte em que "a demanda é muito maior do que a oferta". Diz: "Pensamos em roupas que podem ser reparadas, reusadas e ajustadas, porque esse é o grande tema de fundo da moda. Não podemos usar mais a expressão consumo, porque o que o mundo te dá você não consome, você usa. Por isso, o pensamento é que não há mais clientes, mas sim usuários".

Nesse contexto, somou-se à estratégia o investimento em coleções mais enxutas com alto valor agregado do ponto de vista da manufatura. Cucinelli aponta que ele e toda a indústria de moda italiana se beneficiam do fato de que 60% da produção de artigos de luxo, em especial os itens de couro, são feitos sob o selo "made in Italy".

Aponta, porém, que mais do que uma questão de insumos, o mercado global deve passar a se preocupar mais com o sistema de trabalho, que deve ser repensado para garantir a sobrevivência do capital nos próximos anos. "Há jovens pedindo demissão mesmo sem uma proposta de trabalho para isso. As pessoas trabalham desestimuladas e os empresários precisam rever suas métricas [de metas] para oferecer qualidade de vida às pessoas", afirma. E avisa: "No caso dos meus competidores, mesmo aqueles que não acreditam nisso, deveriam. No futuro eles terão problemas em produzir."

Cucinelli planeja estender o recado aos "usuários" famosos de suas roupas, em março do próximo ano, quando deve mais uma vez se reunir com lideranças do mercado de tecnologia – ele costuma viaja para conversar com CEOs e estudantes em eventos que debatem as aplicações práticas do "capitalismo humanista".

"Eles [os gigantes das techs] governam a humanidade. Mas têm um problema, que é não saber ainda como humanizar a internet. Há aqueles iluminados, que trabalham para o bem, mas há os que não são assim. Falamos disso no passado, e voltaremos ao mesmo tópico", diz ele.

DIVULGAÇÃO

Brunello Cucinelli, fundador e CEO da grife, dá um recado às "big techs": é preciso saber como humanizar a internet

# Fim da quarentena de turista na China faz ação do setor de luxo subir na bolsa

**Silvia Aloisi**
Reuters, de Paris

As ações dos grupos internacionais de artigos de luxo, que dependem fortemente de compradores chineses, subiram nesta terça-feira, depois que Pequim relaxou ainda mais algumas das restrições relativas à covid-19 que estiveram em vigor nos últimos três anos, o que alimentou as esperanças de uma reabertura total em breve.

A China deixará de exigir que os viajantes que chegam ao país façam quarentena a partir de 8 de janeiro, segundo informou a Comissão Nacional de Saúde na segunda-feira, em um grande passo para amenizar as restrições em suas fronteiras, que estão praticamente fechadas desde 2020.

As notícias sobre o relaxamento das restrições animaram os mercados de ações em todo o mundo e beneficiaram particularmente a área de artigos de luxo. As ações da LVMH, o maior grupo de produtos de luxo do mundo e a empresa número 1 da Europa em termos de capitalização de mercado, teve uma alta de 2,7%, enquanto a Richemont, proprietária da Cartier, subiu quase 4%.

A China tem se afastado gradualmente da política estrita de covid zero que afetou sua economia, mantendo consumidores em suas casas e provocando uma onda de descontentamento público. O país responde por 21% do mercado mundial de artigos de luxo, de 350 bilhões de euros, atrás apenas da América do Norte e da Europa.

Antes da desaceleração atual, a China foi durante anos a região que crescia mais rapidamente, com profissionais jovens, urbanos e de classe média que impulsionavam o mercado de luxo.

A expectativa é que a China se torne o principal mercado do setor até 2025.

Com a Europa diante de uma crise de energia e o esfriamento da economia dos Estados Unidos por causa das taxas de juro mais altas, a China parece pronta para uma recuperação em 2023 e o mundo dos artigos de luxo espera tirar proveito disso. Mas alguns analistas advertem que os investidores não devem se deixar empolgar.

"Como os números de novos casos de covid ainda estão a aumentar (na China), isso não significa necessariamente que o comércio internacional voltará aos níveis anteriores à pandemia com muita rapidez", disse Susannah Streeter, analista sênior de investimentos e mercados da Hargreaves Lansdown.

"A recuperação ainda pode ser demorada, principalmente dada a cautela entre os consumidores, e é provável que ganhe corpo primeiro regionalmente, nos destinos populares para as compras das festas de fim de ano", afirmou a analista.

"As marcas estarão se preparando para a volta dos turistas chineses ricos que viajam com frequência.". De acordo com um relatório recente da consultoria McKinsey, enquanto as vendas de moda não ligada a produtos de luxo devem crescer entre 2% e 7% em 2023, as vendas do setor de artigos de luxo devem subir de 9% a 14% no mesmo período.

"A China provavelmente continuará a ser um mercado central para o consumo de moda no longo prazo, com oportunidades inexploradas significativas entre uma base de clientes cujo sentimento pelas marcas de luxo em particular se mantém forte", avalia o documento.

*(Tradução Lilian Carmona)*

QILAI SHEN/BLOOMBERG

China deixará de exigir que os viajantes que chegam ao país façam quarentena a partir de 8 de janeiro de 2023

## Movimento falimentar

### Falências Decretadas

Empresa: **Servam Serviços Amazônia Ltda. Epp -** CNPJ: 05.976.135/0001-00 - Endereço: Rua Rio Grande do Norte, 2183, Bairro Parque Industrial Novo Tempo - Administrador Judicial: Sr. Guido Hermann - Vara/Comarca: 4a Vara de Vilhena/RO

### Processos de Falência Extintos

Requerido: **Frigorífico Rio Machado Indústria e Comércio de Carnes S/A -** CNPJ: 33.129.474/0001-97 - Requerente: Mario Luiz Ramos Alferez - Vara/Comarca: 4a Vara de Ji Paraná/RO - Observação: Face ao pagamento do débito, o pedido foi julgado elidido.

### Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **Sold Fish Distribuidora de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 19.779.311/0001-29 - Endereço: Quadra Sofn, Quadra 04, Cjto. F, S/nº, Lote 20, Loja 01, Zona Industrial - Requerente: Banco Sofisa S/A - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Homologado o acordo celebrado entre as partes, foi revogada a sentença de quebra da requerida.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

**Turismo** Setor fatura R$ 10,8 bi, ainda 5% abaixo da receita de 2019

# Viagens de trabalho têm forte recuperação

**Cristian Favaro**
De São Paulo

MICHEL FILHO / AGÊNCIA O GLOBO

**Projeções de crescimento da Abracorp indicam que algumas previsões de que reuniões on-line substituiriam viagens de negócios se mostraram equivocadas**

Depois de um ano com muitos altos e baixos por causa da pandemia, o setor de viagens corporativas deve fechar 2022 com um faturamento de R$ 10,8 bilhões, com uma alta de 150% na comparação com 2021 e 4,8% abaixo de 2019, quando a covid-19 ainda não tinha desembarcado no país. Os dados são parte de uma projeção feita pela Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp) ao **Valor**.

A previsão, feita por alguns durante o auge da pandemia, que reuniões on-line substituiriam as viagens de negócios mostrou-se equivocada.

O setor, cuja retomada é o sonho de consumo das empresas de turismo, por ter um tíquete médio maior, deve continuar avançando no ano que vem. Entretanto, a aposta de Gervásio Tanabe, presidente da Abracorp, é que em 2023 a indústria ainda não ver a volta total dos passageiros em volume, que deve ficar cerca de 10% abaixo de 2019. Por outro lado, o faturamento do próximo ano tende a bater o de 2019.

"Eu diria que não devemos ter surpresas pela frente. Em termos de pandemia, já não vemos mais esse risco. Não temos mais fechamento de fronteiras e o mercado começou uma recuperação firme em 2022", disse Tanabe.

Os tempos pandêmicos, entretanto, transformaram o setor de viagens corporativas. "O que a gente percebeu é que alguns setores modificaram a dinâmica de viagens", disse. Esse fator, explicou, levou a uma quantidade menor de emissão de passagens.

"Nos dados da Abracorp a gente percebe que a quantidade de bilhetes emitidos teve redução de 25% em novembro contra 2019", disse. Mesmo com menos viajantes, o faturamento do setor saltou 9,8% em novembro, para R$ 1,062 bilhão — o que mostra um fim de ano já em linha com o período pré-pandemia pelo menos em termos de entrada de dinheiro. No acumulado de janeiro a novembro, o setor faturou R$ 10,23 bilhões, com queda de 3,6% ante 2019.

Apenas o modal aéreo, que representa cerca de 70% do segmento de viagens corporativas, teve faturamento de R$ 682,7 milhões em novembro, alta de 5,93% em relação a igual mês de 2019. O setor de hotéis, em novembro, também teve uma quantidade de diárias 12% menor do que igual mês de 2019. Mas o faturamento em igual base saltou 11%, para R$ 259 milhões.

"O que significa isso? Em 2022 tivemos uma alta de tarifa. São vários fatores, a inflação, questão de aumento cambial... tudo influenciou o aumento no preço", disse.

Para 2023, a expectativa é de um ano bom. "Mas vemos isso a partir de algumas premissas. Que a economia não tenha nenhum sobressalto, que a gente não tenha um salto cambial e diante de uma redução do nível inflacionário. Com isso, a economia entra no eixo e eu diria que podemos ver um crescimento da ordem de 15% em 2023 contra 2022", disse. Assim, em termos de faturamento, o setor deve superar 2019 no ano que vem.

Mas o volume de clientes em 2023 deve ficar ainda abaixo do que era na pré-pandemia. "É perceptivo que alguns setores diminuíram o número de viagens corporativas [como o financeiro], enquanto outros avançaram, como o industrial, agro e tecnologia. Em 2023 a gente espera um empate em número de viajantes contra 2019? Não. Mas a queda vai ser menor, de 10% a 12% menos bilhetes emitidos. Mas a indústria, o setor como um todo, tende a crescer."

Um dos setores que dispararam na pandemia foi o de locação de veículos, sustentado pela tendência de distanciamento social e redução da malha aérea do país. Em novembro, este segmento movimentou R$ 29,49 milhões nas agências de viagens corporativas, um salto de 125% na comparação com igual mês de 2019.

Na contramão, as viagens internacionais ainda representam um desafio ao segmento. "Hoje, o volume é baixo, mas não pela pandemia. As aéreas voltaram a ofertar mais assentos e desde setembro a gente percebe uma nítida melhora. A restrição das empresas é em função da economia. O câmbio nesse patamar pesa para esse tipo de viagem e não é só custo com passagem aérea", disse.

A aposta é que um câmbio abaixo de R$ 5 já seria suficiente para alavancar muitas viagens corporativas internacionais. "Temos de ter uma mudança no cenário econômico para a recuperação chegar. Do contrário, vamos sofrer um pouco mais", defendeu.

Em novembro, o setor registrou uma emissão de bilhetes internacionais 29% abaixo do que foi registrado em 2019. O faturamento foi de R$ 200 milhões, 14% inferior a novembro do ano pré-pandemia.

# Hotel para jovens traça plano no Brasil

De São Paulo

DIVULGAÇÃO

**O CEO Rafael Museri planeja mais cinco empreendimentos no país em 2023**

A rede Selina, marca do setor de hotelaria focada em turistas de 20 a 40 anos de idade, está de olho no mercado brasileiro e planeja mais cinco empreendimentos para o ano que vem. O plano da empresa panamense, com sede em Londres, ganhou impulso após sua entrada na bolsa americana Nasdaq em outubro, driblando um mercado de capitais volátil, para garantir caixa e expandir os negócios.

"Achamos que a Selina combina perfeitamente com o Brasil e por isso temos muitos projetos no cronograma", disse Rafael Museri, cofundador e diretor-presidente da empresa, ao **Valor**. Segundo o executivo, há conversas mais avançadas em andamento para empreendimentos em destinos turísticos com alta demanda: Ilhabela (SP), Pipa (RN), Arraial do Cabo (RJ), Alter do Chão (PA) e na baiana Salvador, todos com previsão para 2023.

Atualmente, a Selina tem nove hotéis no país (nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), totalizando 750 quartos. A décima unidade, localizada em Bragança Paulista (SP), será inaugurada ainda no primeiro semestre do ano que vem, elevando para 789 quartos — inicialmente o plano era lançá-lo em novembro, mas foi postergado por atrasos nas obras.

Brasil e México são focos da jovem empresa. "Mas queremos continuar crescendo nas regiões próximas. Peru, Argentina, Chile. Queremos ser capazes de cobrir toda a jornada na região, na área urbana e internas", disse o executivo.

Museri explicou que a pandemia trouxe desafios ao setor de hotelaria, mas o modelo de negócios da Selina acabou ganhando espaço, sobretudo com a tendência de home office. "A pandemia acelerou uma transformação já em curso e a gente acredita que essa tendência não vai se encerrar. Os CEOs no mundo todo estão tendo de lidar com funcionários que querem trabalhar remotamente", disse.

Além disso, o público-alvo da Selina acabou retomando suas viagens mais cedo que outros grupos, como famílias e idosos. "Isso ajudou a gente a manter uma ocupação razoável em comparação a outras marcas", disse.

A proposta da empresa é criar uma infraestrutura para atender sobretudo os hóspedes entre 20 e 40 anos, com infraestrutura para trabalho remoto. Segundo o executivo, a hotelaria tradicional é mais bem preparada para o cliente acima de 40.

A Selina fechou o primeiro semestre deste ano com uma receita recorde de US$ 86 milhões, alta de 142% na comparação anual. Fundada em 2014 no Panamá, a empresa tem 163 instalações ao redor do mundo hoje — a América Latina representa 65% do portfólio da companhia, uma vez que ela nasceu na região.

A companhia chegou à Nasdaq por meio de uma fusão com a Boa Acquisition, uma empresa do tipo "spac", ou veículo com propósito específico de aquisição, chamado normalmente de "cheque em branco". A conclusão do negócio com a spac, por si só, foi um feito, uma vez que este modelo tem sofrido nos últimos tempos.

Os fundadores da rede de hospedagem tinham acertado a fusão com a Boa Acquisition no fim do ano passado e esperavam estrear na Nasdaq no início deste ano. Com maior escrutínio da Securities and Exchange Commission (SEC), a agência reguladora do mercado de capitais americano, os processos de listagens via spacs têm sido mais lentos.

Quando uma spac escolhe um alvo operacional, seus investidores podem definir se continuarão a aposta ou querem o dinheiro de volta. Com a volatilidade de mercado e juros altos, a maioria dos investidores tem optado por resgatar o capital — sacando 90% do caixa das spacs, em média, e inviabilizando o negócio pretendido.

No caso da Selina, o percentual não foi muito diferente. A taxa de resgate alcançou 95,8%, deixando menos de 5% do montante para o caixa da empresa. Mas a companhia conseguiu fechar um aporte extra de outro grupo de investidores, para complementar a base de capital proveniente da Boa, no formato conhecido como "pipe" (investimento privado em empresa listada, na sigla em inglês) — semelhante ao que a empresa brasileira de tecnologia Semantix fez para conseguir estrear também na Nasdaq em agosto deste ano.

Assim, do total inicialmente pretendido de US$ 285 milhões, a companhia levantou cerca de US$ 65 milhões com suas ações. Garantiu ainda uma captação por dívida conversível de US$ 147,5 milhões. Questionada, a Selina disse que já esperava um percentual elevado de resgate na spac diante do atual cenário de mercado.

Com o arranjo final, os fundadores Rafael Museri e Daniel Rudasevski ficaram cada um com 21,9% das ações ordinárias da Selina, sendo os maiores investidores. Outros acionistas incluem as gestoras South Light Capital, More Investment House, Kibbutz Holding e Dekel Development. *(CF)*

# Avianca terá voos diretos de Manaus e BH para Bogotá

São Paulo

A companhia aérea Avianca, sediada na Colômbia, informou nesta terça-feira, por meio de nota, que vai abrir duas rotas em março de 2023: Manaus (AM) e Belo Horizonte (MG), que terão conexão direta para Bogotá, capital da Colômbia.

A companhia também informou que "em 11 de janeiro já daremos início às operações diretas entre Guarulhos e Cartagena".

As novas rotas entre o Brasil e a Colômbia serão operadas em aeronaves da família A320 com capacidade para até 180 passageiros. A Avianca oferecerá quatro voos semanais entre Bogotá e Manaus e cinco voos entre Bogotá e Belo Horizonte.

A Avianca também anunciou nesta terça-feira novas rotas que vão ligar as cidades de Boston (Estados Unidos) e Tegucigalpa (Honduras) à Colômbia no próximo ano. "Com a ampliação desta malha, serão cinco voos entre Bogotá e Boston e sete voos entre Bogotá e Tegucigalpa", explicou a companhia.

Considerando os anúncios feitos nesta terça, a companhia terá 5 rotas no Brasil, 11 destinos nos Estados Unidos, outro em Honduras e 70 em toda a América e Europa. A malha total da Avianca é composta de 129 rotas, com mais de 3,8 mil voos por semana e mais de 600 mil assentos semanais, segundo a nota divulgada pela companhia.

Na primeira semana de dezembro, o presidente da Avianca, Adrian Neuhauser, disse que a holding Abra, a ser criada entre os acionistas da Avianca e da brasileira Gol, já tem todas as aprovações regulatórias necessárias para avançar. A expectativa era que o negócio fosse concluído no fim deste ano ou em janeiro de 2023.

O magnata Roberto Kriete, que é controlador da Avianca, será o presidente do conselho de administração do Grupo Abra. Constantino de Oliveira Junior, atual presidente do conselho da Gol, será o diretor-presidente. Adrian Neuhauser, atual presidente e CEO da Avianca, e Richard Lark, atual diretor financeiro da Gol, serão copresidentes do Grupo Abra, enquanto mantêm suas atuais funções nas companhias aéreas.

A Avianca tem se esforçado para conquistar outra aprovação regulatória para a entrada da aérea Viva, também da Colômbia, no mesmo grupo econômico da Avianca. Desta forma, a aérea também faria parte da holding Abra. A realização do negócio, entretanto, foi vetada pelo órgão regulador colombiano.

## Neve e aéreas nos EUA

PAT NABONG/CHICAGO SUN-TIMES VIA AP

**A tempestade de neve nos Estados Unidos continua trazendo problemas para as companhias aéreas americanas, principalmente para a Southwest Airlines. A empresa, assim como as outras ações do setor, fecharam esta terça-feira em queda diante dos cancelamentos de voos e problemas em viagens causados pelo mau tempo. A Southwest recuou 5,96%, a US$ 33,94. Além disso, a JetBlue Airways perdeu 1,09%, a US$ 6,38; a American Airlines caiu 1,42%, a US$ 12,53; a Delta Air Lines desvalorizou 0,75%, a US$ 32,91; a United Airlines perdeu 0,49%, a US$ 38,20; e a Spirit Airlines fechou com queda de 1,30%, a US$ 19,38. A situação de Southwest se destaca entre as aéreas. A empresa cancelou 2.800 voos na segunda-feira.**

# Agronegócios

**Cenários** Taxa Selic em patamar alto deverá apertar orçamento em 2023

## Clima e juros elevam gasto com política agrícola

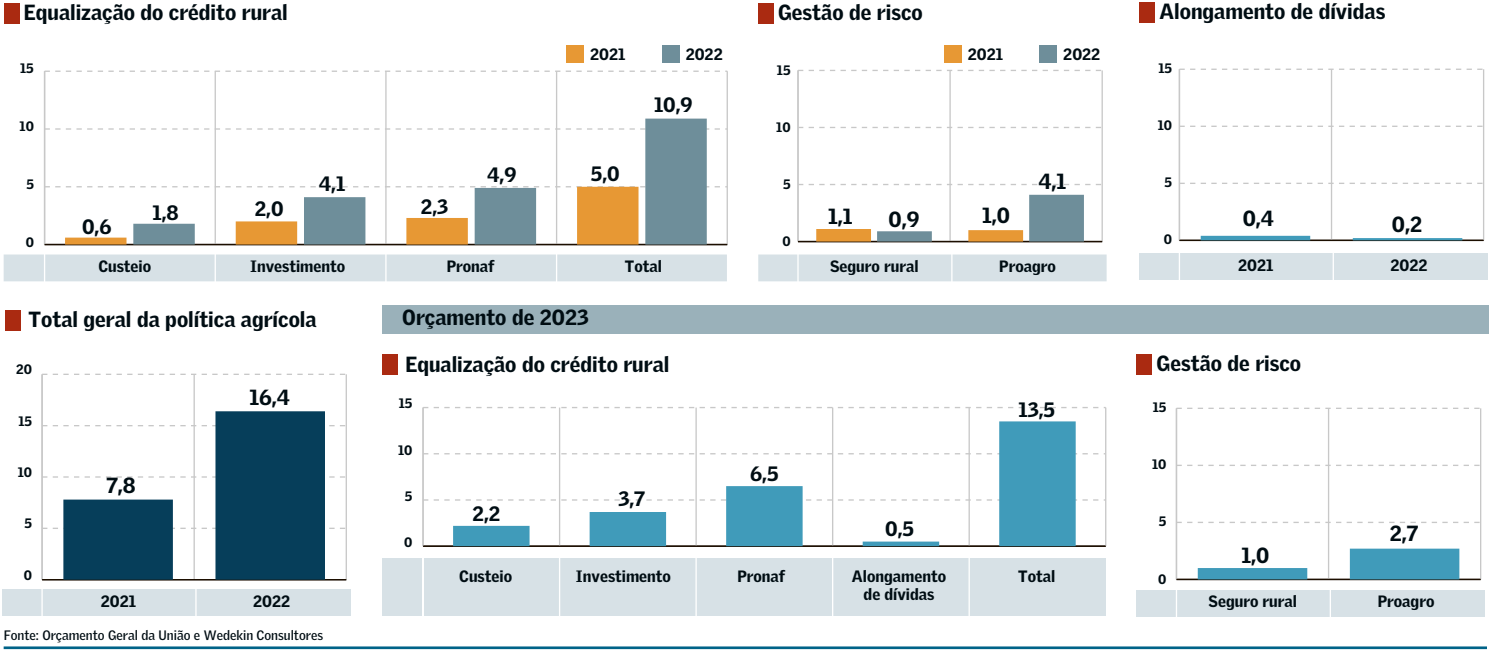
Rafael Walendorff
De São Paulo

O aumento contínuo da taxa básica de juros e os problemas climáticos no Centro-Sul do país fizeram os gastos do governo federal com a política agrícola disparar em 2022. De janeiro a outubro, os recursos do orçamento da União aplicados na equalização do crédito rural, alongamento de dívidas dos produtores, programas de gestão de risco agropecuário e apoio a preços mínimos chegaram a R$ 16,4 bilhões, um montante 108,9% superior ao do mesmo período de 2021, segundo cálculos do consultor Ivan Wedekin, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. O valor até outubro é 72% superior ao total empenhado na área em todo o ano passado, quando foi de R$ 9,5 bilhões.

O aumento de gastos ocorreu principalmente na equalização dos juros do Plano Safra e na política de gestão de risco, em particular o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que atende pequenos produtores. Para Wedekin, esse quadro aumenta as preocupações e os desafios para o ano que vem.

"O ponto zero para 2023 é o orçamento para a política agrícola, que precisa de negociação ampla com área econômica do governo e Congresso. [Esse cenário] cria uma insegurança brutal para 2023, já que 2022 foi de solavancos impressionantes", disse o especialista ao **Valor**. Se as negociações no Congresso não forem bem-sucedidas, afirma, "vamos ter uma agricultura manca".

Wedekin disse que a crise fiscal joga pressão sobre a verba que o setor terá no ano que vem para executar as políticas que estão em andamento. "O atual Plano Safra tem várias linhas já interrompidas e ninguém fala mais nisso. É um ponto crítico. Quem for para o Ministério da Agricultura vai ter que resolver isso de entrada".

O orçamento de 2023, aprovado na semana passada pelo Congresso e que aguarda sanção presidencial, destinou um montante de recursos para a subvenção da política agrícola similar ao deste ano. O que está em aberto é o futuro dos juros. A projeção do mercado para a taxa Selic no fim de 2023 subiu de 11,75% para 12%, segundo o último boletim Focus, do Banco Central. Esse patamar é inferior ao atual, de 13,75%, mas, de qualquer forma, a Selic média no ano que vem será maior que a de 2022.

A previsão para 2023 é de R$ 13,5 bilhões para financiamento e equalização de juros do crédito rural, como os programas de custeio, investimento e Pronaf, aprovados para o ano que vem. Outros R$ 972 milhões serão para ações de comercialização da produção agropecuária, como a formação de estoques e a garantia de preços mínimos. A peça orçamentária prevê ainda R$ 2,7 bilhões para o Proagro e R$ 1 bilhão para o seguro rural, valores menores que os deste ano, mas que podem ter suplementação.

Os recursos usados na subvenção do crédito rural, que havia somado R$ 5 bilhões entre janeiro e outubro de 2021, passaram a R$ 10,9 bilhões no mesmo período deste ano. Houve aumento em todas as categorias, com destaque para o custeio agropecuário (187%), Pronaf (110%) e investimento rural (103%). A explicação, diz Wedekin, foi o aumento da taxa Selic, que tem impacto sobre o diferencial de juros das operações que o governo subsidia.

"Houve uma elevação significativa na oferta de crédito rural e nos juros da economia. Isso significa que são montantes maiores equalizados a um diferencial de juros maior, inclusive de empréstimos antigos de investimentos", disse.

Os impactos da seca sobre a última safra de verão nos Estados do Sul e em Mato Grosso do Sul causaram um verdadeiro solavanco nos gastos com o Proagro. De janeiro a outubro deste ano, o governo gastou R$ 4,1 bilhões com indenizações para produtores afetados pelos problemas climáticos, valor quase três vezes superior ao empenhado nos dez primeiros meses de 2021, quando foi de R$ 1 bilhão.

O Tesouro Nacional precisou fazer várias suplementações no orçamento do Banco Central para arcar com a conta do Proagro. Enquanto isso, os recursos aplicados no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) caíram de R$ 1,1 bilhão em 2021 para R$ 948 milhões neste ano.

"O que tem de dramático em 2022 é a gestão de risco, cujos gastos já passaram de R$ 5 bilhões", comentou Wedekin, que defende mudanças na condução dessa área na política agrícola com a fusão do Proagro e do seguro rural. "O Proagro é um cheque em branco, e os números ressaltam a emergência dessa mudança. É um ponto ruim da nossa política, que precisa ser corrigido, independentemente de qual é o governo", defendeu.

O ponto positivo das contas da política agrícola é a diminuição de gastos com o alongamento de dívidas rurais, que ainda inclui programas antigos como Pesa e securitização, além de renegociações pontuais mais recentes. Em todo o ano passado, o governo federal aplicou R$ 712 milhões em prorrogações de débitos de produtores. Neste ano, o saldo está em R$ 279 milhões.

"Essa conta vai ser zerada, o que é ótimo. Esse custo era uma sujeira que havia nos gastos com a política agrícola, resquício de contas de renegociação. A queda nesse custo abriu espaço para o crescimento do crédito rural", apontou o ex-secretário.

Até pouco tempo atrás, os gastos com o alongamento de dívidas representavam mais de 50% das despesas do governo com o setor. "O peso agora é muito pequeno. A inadimplência caiu e não tivemos mais crises de dívidas estruturais, em virtude do próprio desenvolvimento da agricultura", completou.

### Gastos com política agrícola

Desembolsos de janeiro a outubro (em R$ bilhões)

Orçamento de 2023

Equalização do crédito rural: Custeio 2,2; Investimento 3,7; Pronaf 6,5; Alongamento de dívidas 0,5; Total 13,5

Fonte: Orçamento Geral da União e Wedekin Consultores

## Conab eleva projeção de moagem de cana no país

**Safra 2022/23**

De São Paulo

Com a colheita de cana-de-açúcar praticamente encerrada, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) elevou em 4,5% sua estimativa para a moagem da matéria-prima no país em 2022/23, para 598,3 milhões de toneladas. Se essa previsão se confirmar, o processamento de cana será 3,4% maior que o de 2021/22.

O levantamento da estatal considerou dados coletados em campo. Segundo a Conab, nesta temporada, que terminará em março, a cultura vai ocupar 8,31 milhões de hectares. A estimativa é superior à do último relatório, de 8,1 milhões de hectares, mas 0,5% inferior à área do ciclo passado.

Apesar da diminuição da área, a produção deve crescer, graças ao aumento de 3,9% na produtividade média. Segundo a Conab, o rendimento das lavouras deve ser de 76.026 quilos por hectare. A previsão anterior, de agosto, era de 7.500 kg/ha. Em 2021/22, ela foi de 69.355 quilos por hectare.

A produção de açúcar no país deverá crescer 7,3% em relação à temporada anterior, para 36,4 milhões de toneladas, de acordo com a Conab. A estimativa é 4,1% maior que a de agosto.

A previsão para o índice de açúcar total recuperável (ATR) passou de 133,2 para 133,5 quilos por tonelada Na comparação com 2021/22, a previsão para o indicador é de queda de 1,4%.

Já produção total de etanol de cana deve crescer 0,7% em relação a 2021/22, para 26,6 bilhões de litros. A estimativa anterior da estatal era de produção de 25,8 bilhões de litros neste ciclo. *(FP)*

## Produtividade do feijão cai, e preços têm alta fora de época

**Conjuntura**

Fernanda Pressinott
De São Paulo

O consumo de feijão normalmente cai no país nesta época de férias e festas de fim de ano, mas, mesmo com a queda da demanda, os consumidores podem se preparar para pagar mais pelo produto em janeiro. Uma combinação de diminuição da área de plantio e também da produtividade, causada por problemas climáticos, fez o preço médio do carioca ao produtor atingir US$ 70 em novembro e dezembro, com picos de US$ 74, um dos mais altos já registrados.

A última vez que a cotação do carioca chegou a esse patamar foi em 2016, quando o país enfrentou uma grave estiagem e a saca foi a US$ 81. Para efeito de comparação, em dezembro do ano passado, o preço médio da saca foi de US$ 43.

"Como o feijão é um item essencial aos brasileiros, é provável que o preço pressione a inflação", comenta Marcelo Lüders, presidente do Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses (Ibrafe). O aumento das cotações no campo indica elevação também ao consumidor final, mas Lüders não faz estimativas do possível reajuste no varejo.

Neste ano, o feijão-carioca subiu 20,04% nas prateleiras, segundo o IPCA, do IBGE, um aumento superior ao da inflação geral dos alimentos, que foi de 11,96%. Em dezembro, o carioca subiu 2,76% e os alimentos em geral, 0,69%.

Lüders afirma há tempos que a área de cultivo de feijão tem caído no Brasil e que isso tem impedido o aumento do consumo. "Há alguns anos, o consumo per capita era de 14 quilos ao ano. Ele está agora em 13 quilos, mas não porque o brasileiro substituiu a leguminosa ou mudou seu hábito, mas porque a oferta que tem sido irregular ao longo do ano", diz ele.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima colheita de 2,89 milhões de toneladas de feijão, entre todas as variedades, em 2022/23. O volume é 3,2% menor que o de 2021/22 e 7% inferior ao de uma década atrás.

Aos poucos, o produtor tem optado pelo cultivo de grãos como a soja, que são mais rentáveis e ainda oferecem a tranquilidade do contrato futuro. "O ideal é o produtor entender que o feijão é uma leguminosa que pode elevar a produtividade do solo, em rotação com a soja e o milho, e isso fazer o abastecimento ser mais uniforme", diz Lüders.

DIVULGAÇÃO

Lavoura de feijão: área de cultivo 7% menor que a de uma década atrás

O Ibrafe defende o apoio do governo com políticas públicas para o feijão, que é um item básico. Além disso, o dirigente também vê com esperança a possível abertura do mercado chinês ao feijão brasileiro. "Os preços do feijão estarão em bons patamares até abril, e isso pode incentivar o cultivo. Depois, temos que acompanhar essa questão da China e as perspectivas para o segundo semestre", completa.

## Cachaça tem regra

NELSON PEREZ / O GLOBO

**O Ministério da Agricultura publicou ontem a portaria que estabelece o Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) da aguardente de cana e da cachaça comercializadas no país. As regras entrarão em vigor em fevereiro de 2023. Os produtores terão prazo de até dois anos para adequarem produtos e estabelecimentos às normas. Uma das novidades é a definição da cachaça de alambique. De acordo com a regra, essa bebida deve ser produzida exclusivamente em alambique de cobre e obtida a partir da destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar crua. O ministério também estabeleceu critérios para as bebidas consideradas envelhecidas, que devem ter, no mínimo, 50% de seu volume envelhecido em recipiente de madeira pelo período de um ano.**


**valor.com.br**

**Grãos**
Anec corta projeções de embarques
A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) cortou suas projeções de embarque de soja e milho em dezembro.
valor.com.br/agro

**Alimentos**
Hambúrguer poderá ter mais gordura
O teor máximo de gordura nos hambúrgueres subirá de 23% para 25%, segundo novas normas do Ministério da Agricultura.
valor.com.br/agro

Valor

# Finanças

Área de atacado da Caixa representa hoje 13% do resultado financeiro da instituição, diz Mota C4

## Destaques

### Pix cresce no varejo

O número de compras no varejo realizadas por meio do Pix cresceu 141% no Natal de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, mostram dados levantados pelo Itaú Unibanco. O valor total movimentado nessas operações avançou 70%. Os dados consideram as transações feitas por pessoas físicas clientes do Itaú para empresas entre 1º e 18 de dezembro deste ano e de 2021. O tíquete médio das compras foi de R$ 321. A instituição não abre o número total de transações feitas no período nem o valor movimentado. De acordo com o Itaú, alguns setores foram destaque na ampliação do consumo via Pix no período. Entre eles, estão "exposições e festas", com crescimento de 563%, e "livros e revistas", com avanço de 544%. O segmento de "padarias e confeitarias" teve alta de 227%. ***(Mariana Ribeiro)***

### Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/dez/99

1.741 – 1.791; 16/nov 2022 – 27/dez 2022: 1.783,67

**Variações**

| | |
|---|---|
| No dia | 0,06% |
| No mês | 1,08% |
| No ano | 9,62% |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

### Safra entra no FGEnergia

O Banco Safra passou a operar a linha de crédito FGEnergia, criada pelo BNDES com o objetivo de promover a redução do consumo de energia por meio de ganhos de eficiência. Podem participar do programa projetos empresariais que aumentem a eficiência energética, com redução do consumo de energia, e que também promovam geração de energia nova de fonte renovável, como solar, eólica e a partir da biomassa. O FGEnergia é voltado a empresas brasileiras de pequeno e médio portes, com faturamento de até R$ 300 milhões. ***(MR)***

### Mudanças no Banese

O Banco do Estado de Sergipe (Banese) recebeu, por meio de ofício do gabinete do governador do Sergipe, a indicação de Marco Antônio Queiroz para assumir o cargo de presidente da companhia. Ele substituirá Helom Oliveira da Silva. Desde junho de 2019, Queiroz ocupava o cargo de secretário de Estado da Fazenda de Sergipe. O novo presidente é graduado em história e direito, com pós-graduação em direito civil. Trabalhou como servidor do município de Aracaju e do Estado de Sergipe. É funcionário da Caixa desde 1989, onde exerceu diversos cargos, incluindo superintendente. ***(MR)***

### Abono do PIS/Pasep

Cerca de 441 mil trabalhadores de empresas públicas e privadas têm até 29 de dezembro para sacar o valor do PIS e do Pasep relativos aos meses trabalhados em 2020. O montante soma R$ 387 milhões, segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência. Desse total, R$ 108,3 milhões são do PIS e R$ 278,5 milhões referem-se ao Pasep. ***(Folhapress)***

**Renda fixa** LFTs com vencimento em três anos voltarão a ser emitidas

# Tesouro tenta ser flexível para gerir dívida em 2023

**Victor Rezende**
De São Paulo

Diante da incerteza que ainda ronda a gestão da política econômica no próximo governo, foi recebida de forma positiva no mercado a estratégia do Tesouro Nacional de voltar a emitir, no primeiro trimestre de 2023, títulos atrelados à Selic (LFTs) com vencimentos mais curtos, de três anos, diante de um aumento da demanda pelos papéis. Com um colchão de liquidez que supera R$ 1 trilhão e que reduz os riscos de financiamento, o Tesouro tenta ganhar ainda mais flexibilidade para gerir a dívida caso um cenário de estresse elevado nos preços dos ativos se materialize mais à frente.

Desde abril, o Tesouro passou a ofertar ao mercado somente LFTs mais longas, que vencem em seis anos. Com a Selic em 13,75% e uma volatilidade elevada nos papéis prefixados, houve um aumento da demanda no mercado por títulos pós-fixados mais curtos, o que fez o Tesouro rever a estratégia ao planejar o cronograma dos leilões de títulos públicos do primeiro trimestre de 2023.

"Há incerteza sobre qual será a política econômica. O Tesouro claramente quis ter mais opções de financiamento caso tenha dificuldades, ao longo de 2023, para emitir papéis mais longos ou títulos prefixados e ligados ao IPCA. Foi uma decisão correta porque ele ganhará mais flexibilidade", avalia o trader de renda fixa de um grande banco local, que é dealer de mercado aberto. "É uma medida que dá mais flexibilidade para a gestão da dívida e é uma bandeira que o próprio mercado defendia bastante e ganhou espaço desde a pandemia, quando o Tesouro conseguiu gerir bem a crise."

Entre 2020 e 2021, houve um aumento do risco de financiamento, em um momento no qual o Tesouro se viu obrigado a encurtar o perfil da dívida pública, ao emitir primordialmente prefixados de curtíssimo prazo, com vencimentos em seis meses e em um ano. Agora, nos cálculos do Tesouro, o colchão de liquidez é suficiente para cobrir 9,3 meses de vencimentos à frente, ao se ter em vista que há grandes vencimentos adiante. Já na virada do ano, vencem R$ 276 bilhões em prefixados. Além disso, 2023 será o ano de vencimento recorde de LFTs (R$ 464 bilhões entre março e setembro).

"O risco de financiamento é bem baixo, já que o colchão é grande. As medidas que o Tesouro tomou nos últimos anos deixaram a situação confortável para, com o caixa, navegar em momentos de maior estresse e também modificar o perfil da dívida entre pós-fixados e prefixados", avalia o trader de renda fixa. Para ele, outra mudança importante foi a maior flexibilidade conquistada com a divulgação de calendários trimestrais para a realização dos leilões, uma forma de navegar durante o ano de acordo com as condições de mercado, que se modificam ao longo do tempo.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Ferez, da Necton: nova estratégia não deve encurtar muito o perfil da dívida

O estrategista-chefe macro da Tullett Prebon Brasil, Vinicius Alves, observa que, nas últimas semanas, o mercado passou a demandar mais as LFTs de curto prazo. "E temos, agora, um possível adiamento do início dos cortes na Selic. Acho que as LFTs curtas têm mais relação com esses problemas gerados pela preocupação fiscal e acredito que, no ano que vem, as NTN-Bs também devem ser bastante emitidas. Nesse cenário, a percepção de risco fiscal tira um pouco aquele desejo que o Tesouro tinha de conseguir deixar a dívida mais prefixada", afirma.

Na visão de Alves, o retorno das emissões de LFTs de curto prazo no próximo ano se deve muito mais ao contexto fiscal do momento, mas o ambiente está longe de ser avesso a risco. "É chover no molhado, mas o colchão é robusto. Temos um vencimento grande de papéis em janeiro, que vai diminuir o colchão, mas os níveis são confortáveis. Não vejo riscos de financiamento da dívida e nem isso entrando no radar por enquanto, a não ser que haja uma nova rodada de forte deterioração dos preços dos ativos", afirma o estrategista da Tullett Prebon.

Ao comparar com os temores de financiamento da dívida no fim de 2020 e começo de 2021, o estrategista Fernando Ferez, da Necton, avalia que o cenário atual é "totalmente diferente" diante do nível da taxa básica de juros. "Naquela época tínhamos a Selic rodando a 2% e não havia demanda por LFT no mercado. A procura era por prefixados de curto prazo, com vencimento em seis ou 12 meses, o que encurtou bastante o prazo médio da dívida. Hoje, a demanda está em outro ponto da curva", diz. O profissional, assim, aponta que, embora o Tesouro oferte LFTs de três anos em 2023, não deve haver um encurtamento do perfil da dívida que salte aos olhos.

"O cenário é bem diferente por causa do nível de juros mais alto. O carrego da dívida é ruim, mas são ciclos. A demanda acaba se ajustando para um ciclo de alta [de juros]", afirma Ferez. "O Tesouro achou que seria melhor voltar a emitir LFTs curtas e vai fazer isso conforme a demanda. Na virada do primeiro para o segundo trimestre, o Tesouro deixou de emitir as LFTs de três anos por ver que as coisas estavam indo bem, mas voltou agora, justamente, para ter essa opção caso a situação piore."

Nas contas do estrategista, com um déficit primário esperado pela Necton de 0,9% do PIB, o Tesouro deve ter uma necessidade líquida de financiamento em torno de R$ 1,3 trilhão no próximo ano. Diante de 50 semanas de leilão em 2023, o Tesouro precisaria emitir em média R$ 26 bilhões semanais no próximo ano para rolar 100% da dívida. Na visão de Ferez, a estratégia será de difícil execução.

"Na minha premissa, com a estratégia de gerenciamento da dívida dele, o Tesouro terá de usar um pouco do caixa. Mas, se houver piora no cenário, caso o país não cresça tanto ou o déficit piore por opções do novo governo, a estratégia teria de ser alterada e isso seria feito com a colocação de outros vencimentos, de prazo ainda mais curto", afirma Ferez, ao apontar para LTNs, LFTs e NTN-Bs de curto prazo.

Em relação às NTN-Bs, títulos atrelados ao IPCA, o diretor de investimentos (CIO) do Credit Suisse Brasil, Luciano Paiva, avalia que, neste ano, o Tesouro emitiu papéis com vencimento mais curto (em três e cinco anos) devido à maior demanda no mercado. "Não espero que o Tesouro pese a mão e faça emissões muito além do que está sendo demandado", aponta o executivo.

Um profissional da mesa de renda fixa de um grande banco, que também é dealer de mercado aberto, faz uma observação, ainda, sobre a possibilidade de maior demanda por NTN-Fs em 2023. "O mercado local não é comprador desse papel porque não temos um perfil de alongar muito a 'duration' em prefixado. Sem os estrangeiros, o Tesouro tem tido dificuldade em alongar a curva pré. Temos que ficar atentos em janeiro. Como o novo governo tem uma pegada mais 'friendly' com o exterior, precisamos ver se isso vai conseguir se traduzir em mais fluxo para o Brasil", afirma.

Para o profissional, que falou sob condição de anonimato, a única forma de o Tesouro conseguir alongar as emissões em prefixados seria com o retorno do estrangeiro, que teria de voltar a ver o Brasil com bons olhos e como um lugar seguro. Ele acrescenta, ainda, que, caso haja um discurso mais favorável ao meio ambiente, é possível ter espaço para uma presença maior do estrangeiro na dívida local. ***(Colaborou Matheus Prado)***

# Ritmo de emissão acelera e amplia liquidez

**Estevão Taiar**
De Brasília

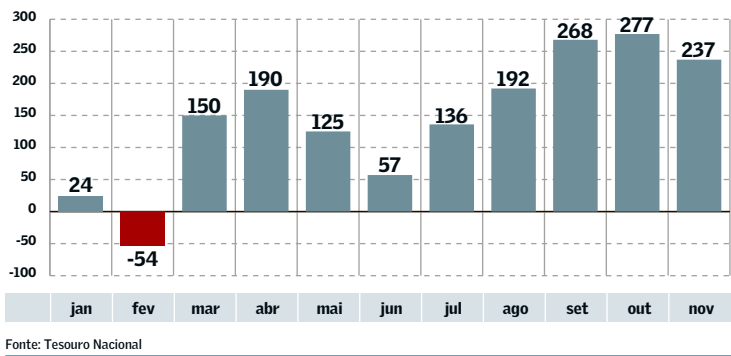
O Tesouro Nacional realizou emissão líquida da dívida pública em dezembro, o que fará com que o resgate líquido de 2022 fique abaixo do patamar atual. No mês passado, houve emissão líquida de R$ 41,25 bilhões da Dívida Pública Federal (DPF), conforme divulgado ontem pelo Tesouro.

"Isso contribuiu para reduzir o resgate líquido acumulado ao longo de 2022", afirmou o coordenador de Operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Roberto Lobarinhas, em entrevista para comentar o Relatório Mensal da Dívida (RMD) de novembro. "Em dezembro também fizemos emissão líquida, o que vai reduzir ainda mais o resgate líquido deste ano."

Com a emissão, sempre em termos líquidos, registrada em novembro, o resgate acumulado da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) neste ano

### Resgate líquido da dívida

Acumulado do ano - em R$ bilhões

Fonte: Tesouro Nacional

caiu de R$ 277 bilhões em outubro para R$ 237 bilhões no mês passado. Mesmo assim, por causa da apropriação positiva de juros (ocasião em que os juros são incorporados ao total da dívida), a DPF cresceu 1,6%, alcançando R$ 5,87 trilhões. O montante ainda é menor do que os parâmetros estabelecidos pelo Tesouro no Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2022, que variam de R$ 6 trilhões a R$ 6,4 trilhões.

Já o colchão de liquidez, usado pelo Tesouro para fazer a gestão da dívida, terminou novembro em R$ 1,142 trilhão, alta de 11% em relação ao mês anterior. O montante é suficiente para cobrir 9,3 meses de vencimentos de títulos à frente, contra 8,97 meses em outubro.

De acordo com Lobarinhas, três fatores principais explicam o aumento da reserva de liquidez registrado em novembro: a emissão líquida realizada pelo próprio Tesouro; a emissão líquida realizada também pelo Banco Central (BC); e a devolução de R$ 46,6 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) para o Tesouro. De qualquer maneira, o colchão está em "uma posição bastante confortável" para fazer a gestão da dívida em 2023.

No RMD, o Tesouro ainda afirmou que em dezembro "observou-se um cenário externo mais cauteloso, em linha com cenário de prolongamento do aperto monetário" pelos principais bancos centrais. O quadro "pesou sobre os ativos de riscos, aumentando a expectativa de recessão" para EUA e Europa em 2023. Já o "mercado local foi marcado por uma maior aversão ao risco, diante da continuidade do sentimento de incerteza quanto ao cenário fiscal brasileiro para 2023, o que refletiu no aumento de nível da curva de juros".

# Novo título é voltado para complementar aposentadoria

**Larissa Garcia**
De Brasília

O governo lançou ontem um título do Tesouro Direto para investidores que pretendam complementar a aposentadoria. Batizado como Tesouro RendA+ (NTN-B1), o papel será corrigido pela inflação, acrescida de uma taxa real fixa, hoje acima de 6% ao ano. Na nova modalidade, o aplicador deve escolher uma data para começar a receber a renda extra, que será paga por 20 anos, ou 240 meses.

Inicialmente, o Tesouro vai disponibilizar oito datas para o início do resgate: 2030, 2035, 2040, 2045, 2050, 2055, 2060 e 2065. Se o investidor escolher receber a renda complementar em 2030, por exemplo, ele terá direito ao valor mensal até 2050.

O novo título começará a ser vendido em 30 de janeiro. Quem não tem conta em banco pode fazer a aplicação por meio de um cadastro simplificado e transferir os recursos via Pix.

De acordo com Otávio Ladeira, subsecretário da dívida pública, o Tesouro fechou convênio com duas instituições financeiras, por enquanto, o Banco Inter e a Órama Investimentos. "Atualmente duas instituições estão integradas conosco, outras estão avançando. Ao longo do ano que vem teremos condição de colocar outras instituições financeiras com acesso direto", afirmou.

O simulador do novo título estará disponível a partir do primeiro dia de negociação. Pela ferramenta, o investidor pode informar em quantos anos deseja se aposentar e o valor desejado de renda extra para calcular o quanto precisa aportar antes do prazo escolhido.

A renda mensal a ser recebida depende de quantos títulos foram adquiridos até a data escolhida. O investidor pode programar aportes mensais, fazer compras aleatórias ou de uma única vez. É possível começar a investir na modalidade a partir de R$ 30, adquirindo uma fração do ativo.

O subsecretário de regime de previdência complementar, Narlon Nogueira, frisou que o público alvo são trabalhadores autônomos com renda entre dois e seis salários mínimos, mas qualquer um pode adquirir o produto. "Quem ganha até dois salários mínimos já tem proteção integral da previdência pública, acima de seis salários já estaríamos acima do teto do regime geral. Só nesse público principal vemos potencial de 3 milhões de trabalhadores", afirmou.

Segundo ele, o Brasil é o primeiro país do mundo a lançar título com características previdenciárias. "Não há intenção de substituir a previdência pública, que tem pacote de vantagens bastante amplo. Para se ter a mesma renda do INSS precisaria aportar mais", destacou.

O investidor que optar por receber até seis salários mínimos não pagará taxa de custódia se não vender o título até o vencimento. Acima desse limite, será cobrado 0,10% sobre o excedente. Diferentemente dos outros títulos, que podem ser resgatados a qualquer momento pelo preço de mercado, o Tesouro RendA+ só poderá ser vendido 60 dias após a compra. Depois desse prazo, o papel passa a ter liquidez diária.

O Tesouro Direto completa 20 anos com estoque de R$ 102 bilhões e 2,109 milhões de investidores ativos. O programa foi criado em 2002 para facilitar a venda de títulos públicos para a pessoa física.

# Finanças

**Ibovespa**
Em pontos
109.068 · 102.855 · 108.578
7/dez 2022 · 16/dez · 27/dez

**Ibovespa fecha pregão com queda de 0,15%**

**Bolsas internacionais**
Variações no dia 27/dez/22 - em %

| Dow Jones | S&P-500 | Euronext 100 | DAX | CAC-40 | Nikkei-225 | Xangai SE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0,11 | -0,40 | 0,48 | 0,39 | 0,70 | 0,16 | 0,98 |

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

**Mercados** Demanda por moeda estrangeira cresce com remessas de lucros e dividendos

# Dólar avança e bolsa recua com cautela na cena fiscal e sazonalidade

**Augusto Decker, Victor Rezende e Gabriel Roca**
De São Paulo

Na reta final de 2022 nos mercados, os investidores seguiram demonstrando alguma cautela com o cenário fiscal para o próximo ano e repercutiram a sinalização de que Simone Tebet (MDB-MS) deve mesmo assumir o ministério do Planejamento do novo governo. Em um contexto de liquidez bastante reduzida, o dólar fechou o dia em alta firme, afetado também por fatores sazonais, enquanto a bolsa exibiu leve queda.

No mercado de câmbio, a sazonalidade também jogou contra a moeda brasileira ontem, ao se ter em vista que, no fim do ano, a demanda por dólares costuma ser maior diante de remessas para o exterior de lucros e dividendos, o que se refletiu em pressão adicional sobre o real.

No fim da sessão de ontem, o dólar comercial era negociado a R$ 5,2853 no mercado à vista, em alta de 1,47%, enquanto o dólar futuro para o mês de janeiro subia 1,23%, a R$ 5,2880.

"O mercado está com falta de 'spot', o que é comum acontecer nesta época do ano. É possível que tenha acontecido alguma saída de dólar, o que demandou um leilão de linha pelo BC", observa um gestor de câmbio sob condição de anonimato. Ele, inclusive, nota que o desempenho da taxa de câmbio ontem foi mais negativo do que o observado em outros ativos brasileiros. "Parece ser algo bem pontual, algum fluxo específico e, como estamos em um período do ano de baixa liquidez, o efeito acaba sendo amplificado", diz.

Na bolsa, as medidas de reabertura na China e seus impactos nas commodities não foram suficientes para sustentar o Ibovespa, que terminou o pregão em leve queda. Segundo participantes do mercado, a possível prorrogação da isenção de impostos sobre combustíveis e os recuos nas bolsas de Nova York pressionaram o índice. Após ajustes, o Ibovespa caiu 0,15%, aos 108.578 pontos.

No radar dos agentes, a notícia de acerto entre o Ministério da Economia e o governo eleito para prorrogar por 30 dias a isenção de PIS/Cofins dos combustíveis preocupou investidores e ajudou a pressionar a bolsa e as taxas dos juros futuros. Atualmente, a medida está prevista para vencer no fim do ano.

Para o estrategista da RB Investimentos, Gustavo Cruz, a possibilidade de prorrogação pesou sobre a bolsa. "Há temores de que o governo não consiga acabar com essa isenção, e que isso mexa com a estimativa de equilíbrio fiscal. Quanto mais a retirada da isenção é postergada, menor é a arrecadação do governo e mais delicada fica a questão fiscal", afirma ele.

Ainda em Brasília, a expectativa é que a senadora Simone Tebet seja anunciada pelo governo eleito como a titular da pasta do Planejamento na quinta-feira. Ontem, a senadora se reuniu com Lula e com futuros ministros para discutir o organograma do ministério, e a sinalização é de que deve aceitar o convite.

"Por um lado, isso é visto de forma positiva, porque a Tebet é considerada mais liberal, contrabalançando com o [futuro ministro da Fazenda Fernando] Haddad", diz Cruz. "Mas Haddad já disse que quem vai definir as políticas econômicas é o Lula, e parece que será isso mesmo. O Haddad seria mais um interlocutor", conclui o profissional.

No mercado de juros, os movimentos foram contidos e as taxas fecharam o dia "de lado". A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 passou de 13,57% do ajuste anterior para 13,545%.

# Wall Street cai com aéreas e tecnologia

**Eduardo Magossi**
De São Paulo

Se o dia nos mercados globais começou otimista com notícias de que a China irá relaxar sua política de "covid zero" a partir de janeiro, o que elevaria o potencial de uma recuperação econômica mais rápida, logo o sentimento que prevaleceu foi o de que a medida vem em um momento em que os casos de covid-19 seguem elevados e um afrouxamento pode ser mais prejudicial do que benéfico.

Com isso, diferentemente das bolsas europeias e asiáticas, que surfaram com a reabertura chinesa, em Wall Street apenas o índice Dow Jones registrou ganhos. S&P 500 e Nasdaq também foram bastante afetados pela queda das ações das empresas aéreas e das gigantes de tecnologia Tesla e Apple.

No fim do pregão, o índice Dow Jones teve alta de 0,11%, a 33.241,56 pontos, enquanto o S&P 500 recuou 0,40%, a 3.829,25 pontos, e o Nasdaq cedeu 1,38%, a 10.353,23 pontos. As bolsas americanas caminham para fechar 2022 com perdas: até o momento, o Dow Jones caiu 8,52%, o S&P 500 recuou 19,66% e o Nasdaq perdeu expressivos 33,82%.

"A China foi com força total em abandonar o 'covid zero' e haverá problemas crescentes com essa decisão", disse Michael Reynolds, vice-presidente de estratégia de investimento da Glanmede, para quem o forte número de novos casos pode ser um impedimento para a recuperação econômica da China. "As interrupções provocadas pela covid também trazem risco para as empresas americanas com alta exposição na China", diz Louis Navellier, diretor de investimento da gestora Navellier & Associates.

Quase todas as empresas aéreas registraram queda por conta dos cancelamentos de voos provocados pelas tempestades de neve nos EUA, com destaque para a Southwest Airlines, que recuou 5,96%, pressionando o S&P 500.

Já o Nasdaq foi abatido pela forte queda da Tesla, de 11,4%, depois de fechar a fábrica de Xangai devido ao aumento dos casos de covid, e pela queda de 1,39% da Apple, com investidores receosos que fábricas asiáticas de componentes do iPhone também tenham que fechar.

No mercado de Treasuries, o rendimento do papel de dez anos fechou em alta a 3,847%, de 3,749% do fechamento anterior.

# Fusões e aquisições devem se recuperar em 2023 na AL

Reuters

Depois da forte queda no volume de negócios na América Latina em 2022, executivos de bancos de investimento esperam um crescimento lento no ano que vem, liderado pelas operações de fusões e aquisições. As ofertas públicas iniciais de ações (IPOs) podem demorar um pouco mais para voltar devido às altas taxas de juros em todo mundo.

O volume de fusões e aquisições na América Latina caiu 35% neste ano, para US$ 86 bilhões, segundo dados da Refinitiv. Roderick Greenlees, chefe global da área de banco de investimento do Itaú Unibanco, disse que o valor total das fusões e aquisições deste ano, embora abaixo dos recordes do ano passado, ficou dentro da média histórica dos anos anteriores.

Executivos preveem que o volume de fusões e aquisições pode crescer até 20% no ano que vem, com a América Latina assumindo maior protagonismo entre os mercados emergentes. Muitos investidores já tiveram que sair da Rússia devido à guerra na Ucrânia e estão agora reduzindo a exposição à China. Muitos estão preocupados com o impacto de políticas erráticas para lidar com a covid, tensões crescentes com os Estados Unidos e discussões sobre a opacidade contábil de empresas chinesas.

A América Latina tem uma grande oportunidade para aumentar sua participação em mercados emergentes, afirma o cohead de fusões e aquisições na América Latina do Citigroup, Nicolas Roca. "A volatilidade ligada às eleições na região tende a ficar restrita a longo prazo e não afetará essa tendência", afirmou, citando o exemplo da melhora dos mercados no Chile um ano depois da eleição de Gabriel Boric.

Os investidores estão aguardando mais clareza sobre as propostas econômicas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o último presidente de esquerda eleito na região depois do colombiano Gustavo Petro, disse Roca. Lula assume o governo no dia 1º de janeiro e já anunciou o nome do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad para o Ministério da Fazenda.

Pelo segundo ano consecutivo, fusões e aquisições na área de saúde estiveram entre as maiores da região. A compra da seguradora SulAmérica pela rede de hospitais Rede D'Or São Luiz por US$ 3,1 bilhões num negócio pago com ações ressaltou a forte atividade na indústria. Outro destaque foi a compra da operadora de shopping centers BR Malls pela rival Aliansce Sonae, por US$ 2,1 bilhões, iniciada com uma oferta não solicitada, um tipo de negócio só possível entre empresas listadas, que até pouco tempo era incomum no Brasil.

Empresas de energia devem dominar o ranking de fusões, especialmente da área de renováveis e empresas de transmissão, segundo Daniel Bassan, CEO da joint venture UBS BB. Fabio Medeiros, chefe da área de banco de investimento no Brasil no Morgan Stanley, também vê potencial de consolidação entre empresas de petróleo menores, que cresceram nos últimos anos comprando ativos vendidos pela estatal Petrobras. Espera-se que o governo Lula interrompa a venda de ativos pela petrolífera.

Já as altas taxas de juros e crescimento da inadimplência podem pressionar empresas de varejo a fechar negócios, aumentando o volume de fusões na indústria, acrescentou Bassan.

A volta dos IPOs em 2023 parece mais difícil, segundo as fontes. As emissões de ações caíram 61% este ano na América Latina, para US$ 13,4 bilhões, segundo dados da Refinitiv até 26 de dezembro. Investidores brasileiros estão alocando mais recursos para renda fixa, com as taxas básicas de juros em 13,75%. Embora os juros também estejam subindo em mercados desenvolvidos, a América Latina voltou ao radar dos investidores internacionais que estão reduzindo exposição em outros grandes mercados, diz Teodora Barone, diretora do UBS BB.

O primeiro IPO do ano deve ser a listagem de ativos de energia detidos no Brasil pela China Three Gorges. As empresas de saneamento que tinham intenção de listar ações na bolsa, como BRK Ambiental e Aegea, poderão voltar a avaliar as transações caso o governo Lula decida manter as recentes mudanças regulatórias que incentivaram mais investimento privado no setor, segundo as fontes.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Roderick Greenlees, do Itaú BBA: fusões e aquisições dentro da média histórica

# Inadimplência das famílias cresce em novembro, diz BC

**Larissa Garcia e Alex Ribeiro**
De Brasília e São Paulo

A inadimplência das famílias no segmento de crédito livre — sem taxas subsidiadas pelo governo — atingiu 4,3% em novembro, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), maior patamar desde junho de 2018. O aumento dos calotes ocorre em um contexto de aperto monetário, com juros bancários em trajetória de crescimento, e endividamento elevado.

A inadimplência do crédito livre subiu 1,2 ponto percentual no período acumulado em 12 meses e os atrasos no índice cheio, que inclui também linhas com recursos direcionados, ficou em 3,1% no mês, alta de 0,8 ponto nessa comparação.

A taxa média cobrada nos empréstimos alcançou 31,4%, alta de 1,3% em relação a outubro e de 7,4% em 12 meses. O percentual é o maior desde março de 2017. "Se olharmos para o crédito livre, a taxa média foi de 44,1%, tendo subido 1,4 ponto em relação a outubro e 10,4 pontos em relação a novembro de 2021", ressaltou Renato Baldini, chefe-adjunto do departamento de estatísticas do BC.

Segundo Baldini, as variações acompanharam a evolução da taxa Selic no período. "No crédito livre para pessoas físicas tivemos aumentos generalizados, com elevações de 2,1 pontos percentuais no cheque especial, de 2,9 no crédito pessoal e de 4,4% no consignado para servidores públicos", enfatizou.

Em contrapartida, houve um recuo de 8,1 pontos na taxa do consignado para trabalhadores do setor privado, de 15,4 pontos no cartão rotativo, de 4,3 pontos no parcelado e de 6,3 pontos em composição de dívidas, quando o cliente junta vários empréstimos em um só crédito.

O rotativo do cartão de crédito é uma das linhas mais caras. Mesmo com a queda, sua taxa média ficou em 392,6% em novembro. O cliente entra na modalidade quando não paga o valor total da fatura ou quando faz saques na função crédito. No caso de inadimplência, o banco deverá parcelar o saldo devedor ou oferecer outra forma para quitar a dívida em condições mais vantajosas dentro de 30 dias.

"A gente vê que no rotativo a taxa praticamente voltou ao patamar de setembro, mas aparentemente houve uma alta maior em outubro que foi revertida em novembro. Não há uma relação macroeconômica, mas talvez de composição na carteira", explicou Baldini.

Já o spread, que mede a diferença entre as taxas que os bancos cobram nos empréstimos e o custo de captação desses recursos, subiu 0,4 ponto percentual no mês, para 20,7 pontos. Nas operações para pessoas físicas, o indicador ficou em 27,4 pontos, 0,9 ponto maior que em outubro. Em movimento oposto, entre empresas, o spread caiu para 8,7 pontos em novembro, contra 9,4 pontos no mês anterior.

A autoridade monetária tem chamado atenção em documentos oficiais para o aumento do apetite ao risco pelas instituições financeiras, que têm emprestado mais em linhas mais caras. O estoque de crédito totalizou R$ 5,3 trilhões em novembro, alta de 1% no mês, com crescimento de 0,4% para empresas e de 1,5% para as famílias. Em 12 meses, o setor sustenta crescimento em dois dígitos, acumulando alta de 14,7%.

Os bancos emprestaram R$ 506,4 bilhões em novembro, o que representa aumento de 21,9% em 12 meses. Com ajuste sazonal, que retira peculiaridades como número de dias úteis a mais ou a menos e comportamentos que se repetem em determinado período, as concessões caíram 3,9% em relação a outubro.

Para as pessoas físicas, a queda foi de 4,5% na série com ajuste, enquanto para as pessoas jurídicas houve um recuo de 2,1%. No crédito livre total, as concessões caíram 2,0% e no direcionado, recuaram 7,3%.

# Finanças

**Estratégia** Divisão estruturada há quatro anos atingiu 40 mil clientes e carteira de crédito de R$ 145 bilhões

# Caixa consolida área de banco de atacado

Álvaro Campos e Estevão Taiar
De São Paulo e Brasília

Pouco após o início do governo Jair Bolsonaro, a Caixa Econômica Federal criou uma área de banco de atacado, concentrando o atendimento a empresas de maior porte, que até então era feito de maneira difusa pela rede de agências. Agora, na transição para o governo Lula, a área está bem consolidada, embora seu futuro na administração petista seja incerto.

Quando assumiu o comando da Caixa, no início de 2019, Pedro Guimarães trouxe para estruturar a área de atacado Eduardo Dacache, profissional experiente que tinha atuado no segmento em bancos como Santander, Safra e Mercantil. Depois ele acabou indo para a Caixa Seguridade, e o atacado ficou com Celso Leonardo Barbosa. Com a queda de Guimarães — denunciado por assédio sexual — e a chegada de Daniella Marques, novamente o atacado ganhou destaque, desta vez sob o comando de Alexandre Mota, outro executivo tarimbado, com passagens por BV, BankBoston, Pine, Indusval e outros.

A vice-presidência de atacado tem duas diretorias. A primeira, voltada a clientes, engloba as áreas de corporate, middle, private, agronegócio e ativos estressados. A segunda, dedicada a processos internos, cuida das atividades de tesouraria, cash management e banco de investimento. Nos últimos quatro anos, o número de clientes passou de 19 mil para 40 mil e os ativos sob gestão subiram de R$ 85 bilhões para R$ 182 bilhões, enquanto a carteira de crédito foi de R$ 100 bilhões para R$ 145 bilhões.

Mota diz que a área de atacado já representa 13% do resultado financeiro do banco, tendo apenas 1,6 mil funcionários, e que é fonte importante de funding. "No lucro líquido, o atacado beira os 20%. Nós damos um quinto do lucro com menos de 2% do total de funcionários." Ele admite que, se a próxima administração não tiver a mesma orientação estratégica, a área pode ser desmontada rapidamente. Mas diz que é preciso pensar nos custos. "O trabalho aqui é exclusivamente técnico. O que vai ser feito, não cabe a mim julgar. O que me cabe é entregar o banco da melhor maneira possível. Mas por que não fazer? Por que abrir mão dessa receita?"

DIVULGAÇÃO

Mota: área de atacado representa hoje 13% do resultado financeiro da Caixa

Mesmo Guimarães tendo dito muitas vezes que a Caixa não daria mais crédito a grandes empresas, que podem se financiar no mercado de capitais, Mota afirma que ter uma área corporate e middle faz sentido para todo tipo de banco. Primeiro porque a inadimplência nesses segmentos é bem menor do que no varejo, o que dá mais estabilidade para o balanço. Segundo porque, ao operar com debêntures de grandes corporações, por exemplo, é possível melhorar a liquidez e a rentabilidade da tesouraria.

Para atender essas empresas, a Caixa saiu de 58 escritórios para 73 nos últimos anos. "Quanto teríamos de ter? Talvez 100, 150, 200? Se eu tivesse uma equipe 50% maior eu faria muito mais? Com certeza."Segundo Mota, um banco do tamanho da Caixa atender 24 mil empresas no corporate e middle é muito pouco. "Sem dúvida a gente deixa muito dinheiro na mesa. Tem muito cliente que não é atendido, empresa que deveria estar no atacado e está no varejo, porque não se relaciona com o banco. Esse mato é muito alto, tem muita coisa a ser feita. Mas essa corrida não é um tiro curto, não é 100 metros, é uma maratona."

Uma área que ainda precisa avançar é o private banking. Com cerca de 16 mil clientes, é apenas o nono maior do país. O vice-presidente conta que muitos clientes têm milhões investidos na poupança, muitas vezes porque são pessoas com as quais a Caixa tem um "share of wallet" muito baixo, ou seja, elas usam muito mais outros bancos e têm apenas uma parte de seus investimentos na Caixa. O plano de criar uma plataforma de investimentos e lançar mais produtos não andou como o esperado nos últimos anos.

Na parte de banco de investimento, Mota diz que até o ano passado a Caixa era o 16º lugar no ranking da Anbima, e agora está subindo de faixa. O banco atua principalmente no mercado de dívida local, mas ainda não tem toda a estrutura necessária para coordenar uma emissão externa. Em ações, participou do IPO da subsidiária Caixa Seguridade, mas só foi fazer sua primeira oferta realmente "de mercado" quando participou este ano do "follow-on" da Vamos, do grupo Simpar. "Faz sentido um banco do tamanho da Caixa, com mais de R$ 1 trilhão em ativos, ser o 16º do ranking? Não faz. Eu não tenho pretensão de ser o primeiro, mas temos apresentado um crescimento consistente, e nos consolidando no top 10", diz.

Na parte de ativos estressados, Mota diz que a Caixa tem um portfólio grande, com valor de face de R$ 127 bilhões, dos quais R$ 29 bilhões são especificamente do atacado. Ele lembra que desde 2016 um decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) impede o banco de vender esses ativos, mas diz que tem conversado com o órgão, com o departamento jurídico do banco, e que uma operação poderia ocorrer no primeiro semestre de 2023.

# Finanças | Indicadores

## IMA - Índices de Mercado Anbima

**Em 27/12/22**

| Índice | Referência | Valor do índice | Var. no dia % | Var. no mês % | Var. no ano % |
|---|---|---|---|---|---|
| IRF-M | 1* | 13.404,7793110 | 0,05 | 1,01 | 11,83 |
| IRF-M | 1+** | 16.701,4057810 | 0,04 | 0,87 | 6,62 |
| IRF-M | Total | 15.315,3879850 | 0,04 | 0,92 | 8,22 |
| IMA-B | 5*** | 7.969,8829050 | 0,01 | 0,48 | 9,29 |
| IMA-B | 5+**** | 9.629,0738750 | 0,21 | -2,21 | 2,23 |
| IMA-B | Total | 8.472,0372180 | 0,12 | -0,95 | 5,56 |
| IMA-S | Total | 5.634,0963210 | 0,05 | 0,95 | 12,57 |
| IMA-Geral | Total | 6.894,6852480 | 0,06 | 0,33 | 9,18 |

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

## Crédito

**Taxas - em % no período**

| Linhas - pessoa jurídica | 13/12 | 12/12 | Há 1 semana | No fim de novembro | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Capital de giro pré até 365 dias - a.a. | 32,60 | 32,36 | 30,25 | 33,07 | 31,83 | 28,03 |
| Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a. | 24,96 | 25,18 | 25,52 | 24,86 | 26,12 | 25,47 |
| Conta garantida pré - a.a. | 49,00 | 49,39 | 48,52 | 48,72 | 46,69 | 35,85 |
| Desconto de duplicata pré - a.a. | 25,58 | 26,59 | 27,63 | 27,90 | 27,78 | 20,99 |
| Vendor pré - a.a. | 19,53 | 19,63 | 19,44 | 19,44 | 18,93 | 16,62 |
| Capital de giro flut. até 365 dias - a.a. | 22,77 | 23,05 | 21,58 | 21,10 | 21,09 | 19,82 |
| Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a. | 21,30 | 19,40 | 18,90 | 20,66 | 18,06 | 16,31 |
| Conta garantida pós - a.a. | 29,20 | 28,54 | 28,57 | 28,47 | 27,27 | 25,82 |
| ACC pós - a.a. | 8,10 | 8,16 | 7,87 | 7,73 | 7,77 | 3,74 |
| Factoring - a.m. | 3,71 | 3,69 | 3,70 | 3,71 | 3,67 | 3,73 |

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Juros externos

**Empréstimos - em % ao ano**

| | 27/12/22 | 26/12/22 | Há 1 semana | No fim de novembro | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Libor - empréstimos interbancários em dólar *** | | | | | | |
| 1 mês | Feriado | Feriado | 4,3613 | 4,1420 | 4,0547 | 0,1013 |
| 3 meses | Feriado | Feriado | 4,7526 | 4,7786 | 4,7339 | 0,2179 |
| 6 meses | Feriado | Feriado | 5,1767 | 5,2034 | 5,2187 | 0,3433 |
| 9 meses | - | - | - | - | - | - |
| 1 ano | Feriado | Feriado | 5,4587 | 5,5716 | 5,5980 | 0,5671 |
| **Euro Libor - empréstimos interbancários em euro *** | | | | | | |
| 1 mês | - | - | - | - | - | -0,6559 |
| 3 meses | - | - | - | - | - | -0,5920 |
| 6 meses | - | - | - | - | - | -0,5611 |
| 1 ano | - | - | - | - | - | -0,4887 |
| **Euribor **** | | | | | | |
| 1 mês | - | Feriado | 1,898 | 1,512 | 1,476 | -0,614 |
| 3 meses | - | Feriado | 2,081 | 1,973 | 1,922 | -0,590 |
| 6 meses | - | Feriado | 2,625 | 2,414 | 2,374 | -0,544 |
| 1 ano | - | Feriado | 3,118 | 2,830 | 2,860 | -0,495 |
| **Taxas referenciais no mercado norte-americano** | | | | | | |
| Prime Rate | 7,50 | 7,50 | 7,50 | 7,00 | 7,00 | 3,25 |
| Federal Funds | 4,50 | 4,50 | 4,50 | 4,00 | 4,00 | 0,25 |
| Taxa de Desconto | 4,50 | 4,50 | 4,50 | 4,00 | 4,00 | 0,25 |
| T-Bill (1 mês) | 3,65 | Feriado | 3,72 | 3,95 | 3,94 | 0,04 |
| T-Bill (3 meses) | 4,31 | Feriado | 4,31 | 4,35 | 4,29 | 0,06 |
| T-Bill (6 meses) | 4,67 | Feriado | 4,70 | 4,70 | 4,70 | 0,21 |
| T-Note (2 anos) | 4,40 | Feriado | 4,26 | 4,32 | 4,46 | 0,75 |
| T-Note (5 anos) | 3,94 | Feriado | 3,80 | 3,74 | 3,86 | 1,25 |
| T-Note (10 anos) | 3,85 | Feriado | 3,70 | 3,62 | 3,68 | 1,48 |
| T-Bond (30 anos) | 3,93 | Feriado | 3,76 | 3,75 | 3,74 | 1,89 |

Fontes: EMMI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa da British Bankers Association com base em informações de 16 bancos ** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

## Evolução das aplicações financeiras

**Rentabilidade no período em %**

| Renda Fixa | dez/22* | nov/22 | Mês out/22 | set/22 | ago/22 | jul/22 | Acumulado Ano* | Acumulado 12 meses** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Selic | 0,97 | 1,02 | 1,02 | 1,07 | 1,17 | 1,03 | 12,22 | 12,00 |
| CDI | 0,97 | 1,02 | 1,02 | 1,07 | 1,17 | 1,03 | 12,22 | 12,00 |
| CDB (1) | 0,79 | 0,95 | 0,83 | 0,90 | 0,86 | 1,00 | 10,35 | 10,10 |
| Poupança (2) | 0,71 | 0,65 | 0,65 | 0,68 | 0,74 | 0,66 | 7,90 | 7,73 |
| Poupança (3) | 0,71 | 0,65 | 0,65 | 0,68 | 0,74 | 0,66 | 7,90 | 7,67 |
| IRF-M | 0,92 | -0,66 | 0,93 | 1,40 | 2,05 | 1,15 | 8,22 | 9,26 |
| IMA-B | -0,95 | -0,79 | 1,23 | 1,48 | 1,10 | -0,88 | 5,56 | 6,82 |
| IMA-S | 0,95 | 1,01 | 1,08 | 1,11 | 1,19 | 1,04 | 12,57 | 12,38 |
| **Renda Variável** | | | | | | | | |
| Ibovespa | -3,47 | -3,06 | 5,45 | 0,47 | 6,16 | 4,69 | 3,58 | 10,37 |
| Índice Small Cap | -4,91 | -11,23 | 7,30 | -1,84 | 10,90 | 5,16 | -16,72 | -9,10 |
| IBrX 50 | -3,38 | -2,19 | 5,32 | 0,49 | 6,33 | 4,54 | 4,82 | 12,57 |
| ISE | -6,69 | -10,48 | 7,65 | -2,54 | 5,97 | 4,40 | -16,05 | -8,47 |
| IMOB | -7,26 | -16,57 | 2,17 | 12,40 | 7,01 | 8,73 | -12,07 | 0,91 |
| IDIV | -2,73 | 0,78 | 4,03 | -1,80 | 4,27 | 1,98 | 11,38 | 16,33 |
| IFIX | -1,14 | -4,15 | 0,02 | 0,49 | 5,76 | 0,66 | 1,06 | 11,20 |
| Dólar Ptax (BC) | -0,21 | 0,71 | -2,77 | 4,39 | -0,18 | -0,95 | -5,33 | -5,80 |
| Dólar Comercial (mercado) | 1,61 | 0,70 | -4,24 | 3,71 | 0,51 | -1,12 | -5,19 | -7,73 |
| Euro (BC) (4) | 3,19 | 4,91 | -1,75 | 1,49 | -1,53 | -3,47 | -10,98 | -13,84 |
| Euro Comercial (mercado) (4) | 3,88 | 6,08 | -3,43 | 1,16 | -1,18 | -3,57 | -10,91 | -15,16 |
| Ouro B3 | 4,95 | 6,64 | -5,57 | 0,70 | -1,72 | -3,40 | -8,09 | -9,69 |
| **Inflação** | | | | | | | | |
| IPCA | - | 0,41 | 0,59 | -0,29 | -0,36 | -0,68 | 5,13 | 5,90 |
| IGP-M | - | -0,56 | -0,97 | -0,95 | -0,70 | 0,21 | 4,98 | 5,90 |

Fontes: Anbima, BC, B3, FGV, IBGE e Valor PRO . Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 27/dez. ** Até nov/22 (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 2.703/2012. (4) Variação sobre o Real

## Fundos de Investimento

**Análise diária da indústria - em 22/12/22**

| Categorias | Patrimônio líquido R$ milhões (1) | Rentabilidade nominal - % no dia | no mês | em 2022 | em 12 meses | Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia | no mês | no ano | em 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Renda Fixa | 2.867.215,29 | | | | | -4.710,03 | -73.994,33 | 1.049,90 | -3.212,11 |
| RF Indexados (2) | 142.018,76 | 0,13 | 0,02 | 8,13 | 8,29 | -395,66 | -5.531,97 | -39.351,94 | -39.420,34 |
| RF Duração Baixa Soberano (2) | 526.032,86 | 0,05 | 0,76 | 11,18 | 11,43 | -3.623,66 | -35.214,88 | -25.020,67 | -37.425,43 |
| RF Duração Baixa Grau de Invest. (2) | 702.002,20 | 0,05 | 0,82 | 12,48 | 12,75 | 2.233,94 | -6.873,94 | 34.023,33 | 38.638,01 |
| RF Duração Média Grau de Invest. (2) | 93.025,12 | 0,06 | 0,05 | 12,31 | 12,58 | -290,14 | -529,84 | 7.979,71 | 8.795,69 |
| RF Duração Alta Grau de Invest. (2) | 153.741,74 | 0,09 | 0,10 | 9,74 | 9,77 | -98,41 | -1.398,46 | -2.220,40 | -2.058,36 |
| RF Duração Livre Soberano (2) | 203.816,56 | 0,07 | 0,55 | 10,68 | 10,89 | -131,70 | -8.613,39 | 11.663,64 | 15.317,72 |
| RF Duração Livre Grau de Invest. (2) | 626.815,90 | 0,06 | 0,62 | 11,71 | 10,98 | -417,15 | -7.887,10 | 45.128,83 | 39.762,41 |
| RF Duração Livre Crédito Livre (2) | 176.623,14 | 0,11 | 0,26 | 10,20 | 10,21 | 50,84 | -3.372,15 | 22.421,61 | 24.073,48 |
| Ações | 471.340,89 | | | | | -165,06 | -3.207,80 | -69.313,21 | -69.944,30 |
| Ações Indexados (2) | 9.577,49 | 0,09 | -4,38 | 1,43 | 1,02 | 135,18 | 249,39 | -2.503,51 | -2.648,39 |
| Ações Índice Ativo (2) | 35.069,37 | 0,04 | -4,54 | -0,26 | -0,56 | -6,39 | -251,05 | -14.354,03 | -14.686,51 |
| Ações Livre | 198.523,64 | -0,19 | -4,81 | -8,49 | -8,41 | -165,17 | -1.982,43 | -32.301,81 | -33.940,68 |
| Fechados de Ações | 48.090,63 | 0,04 | -5,06 | -5,34 | -6,79 | 0,00 | 48,24 | -2.130,60 | -2.125,76 |
| Multimercados | 1.614.377,82 | | | | | 467,49 | -6.658,33 | -87.473,68 | -76.473,00 |
| Multimercados Macro | 194.260,44 | 0,07 | 0,46 | 16,48 | 17,20 | -55,23 | -1.137,69 | -6.642,79 | -5.967,14 |
| Multimercados Livre | 565.946,77 | 0,05 | -0,17 | 8,73 | 9,21 | 180,44 | -501,94 | -61.129,28 | -52.984,56 |
| Multimercados Juros e Moedas | 63.943,70 | 0,05 | 0,70 | 11,59 | 11,87 | -21,98 | -473,32 | -1.957,99 | -526,34 |
| Multimercados Invest. no Exterior (2) | 707.781,44 | 0,02 | -0,38 | 2,67 | 2,65 | 366,08 | -3.047,38 | 828,71 | 1.872,70 |
| Cambial | 7.843,32 | -0,21 | -0,23 | -5,40 | -6,89 | -15,63 | -1,25 | 140,24 | 977,42 |
| Previdência | 1.171.589,97 | | | | | 448,89 | -436,75 | 10.901,43 | 13.741,39 |
| ETF | 37.945,75 | | | | | -78,12 | 1.857,66 | 923,51 | 1.088,11 |
| Demais Tipos | 1.677.254,19 | | | | | -1.719,69 | -7.779,29 | -79.268,38 | -72.564,55 |
| **Total Fundos de Investimentos** | **6.170.313,02** | | | | | **-4.052,46** | **-82.440,79** | **-143.771,81** | **-133.822,50** |
| **Total Fundos Estruturados (3)** | **1.198.172,04** | | | | | **1.246,05** | **-6.125,21** | **34.321,46** | **34.799,24** |
| **Total Fundos Off Shore (4)** | **58.945,68** | | | | | - | - | - | - |
| **Total Geral** | **7.427.430,75** | | | | | **-2.806,40** | **-88.566,00** | **-109.450,35** | **-99.023,25** |

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de novembro de 2022 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

## Custo do dinheiro

**Em % no período**

| Taxas referenciais | 27/12/22 | 26/12/22 | Há 1 semana | No fim de novembro | Há 1 mês | Há 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Selic - meta ao ano | 13,75 | 13,75 | 13,75 | 13,75 | 13,75 | 9,25 |
| Selic - taxa over ao ano | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 9,15 |
| Selic - taxa over ao mês | 1,5236 | 1,5236 | 1,5236 | 1,5236 | 1,5236 | 1,0425 |
| Selic - taxa efetiva ao ano | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 8,76 |
| Selic - taxa efetiva ao mês | 1,1233 | 1,1233 | 1,1233 | 1,0207 | 1,0207 | 0,7691 |
| CDI - taxa over ao ano | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 9,15 |
| CDI - taxa over ao mês | 1,5236 | 1,5236 | 1,5236 | 1,5236 | 1,5236 | 1,0425 |
| CDI - taxa efetiva ao ano | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 13,65 | 8,76 |
| CDI - taxa efetiva ao mês | 1,1233 | 1,1233 | 1,1233 | 1,0207 | 1,0207 | 0,7691 |
| CDB Pré - taxa bruta ao ano | - | - | - | 12,83 | 14,63 | 9,88 |
| CDB Pré - taxa bruta ao mês | - | - | - | 1,0107 | 1,1444 | 0,7883 |
| CDB Pós - taxa bruta ao ano | - | - | - | 12,37 | 12,06 | 6,99 |
| CDB Pós - taxa bruta ao mês | - | - | - | 0,9768 | 0,9535 | 0,5643 |
| **Taxa de juros de referência - B3** | | | | | | |
| TJ3 - 3 meses (em % ao ano) | 13,69 | 13,68 | 13,69 | 13,72 | 13,82 | 10,09 |
| TJ6 - 6 meses (em % ao ano) | 13,78 | 13,79 | 13,83 | 13,88 | 14,08 | 11,07 |
| **Taxas referenciais de Swap - B3** | | | | | | |
| DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano | 13,66 | 13,67 | 13,66 | 13,68 | 13,70 | 9,16 |
| DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano | 13,67 | 13,67 | 13,68 | 13,70 | 13,72 | 9,68 |
| DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano | 13,69 | 13,69 | 13,70 | 13,72 | 13,81 | 10,15 |
| DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano | 13,73 | 13,73 | 13,73 | 13,76 | 13,86 | 10,49 |
| DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano | 13,77 | 13,78 | 13,82 | 13,87 | 14,08 | 11,08 |
| DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano | 13,56 | 13,59 | 13,82 | 13,94 | 14,45 | 11,63 |

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Mercado futuro

**Em 27/12/22**

| DI de 1 dia | PU de ajuste | Taxa efetiva - em % ao ano | Contratos negociados | Cotação - em % ao ano Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em jan/23 | 99.796,98 | 13,659 | 71.315 | 13,652 | 13,660 | 13,652 |
| Vencimento em fev/23 | 98.688,07 | 13,655 | 55.162 | 13,654 | 13,660 | 13,654 |
| Vencimento em mar/23 | 97.786,91 | 13,675 | 9.057 | 13,660 | 13,680 | 13,678 |
| Vencimento em abr/23 | 96.644,66 | 13,697 | 88.168 | 13,685 | 13,710 | 13,695 |
| Vencimento em mai/23 | 95.752,62 | 13,732 | 11.315 | 13,735 | 13,750 | 13,745 |
| Vencimento em jun/23 | 94.668,52 | 13,773 | 3.216 | 13,760 | 13,780 | 13,770 |
| Vencimento em jul/23 | 93.657,68 | 13,769 | 168.081 | 13,755 | 13,805 | 13,780 |
| Vencimento em ago/23 | 92.657,22 | 13,767 | 980 | 13,745 | 13,785 | 13,770 |
| Vencimento em set/23 | 91.587,12 | 13,741 | 1.091 | 13,720 | 13,755 | 13,755 |
| Vencimento em out/23 | 90.673,00 | 13,713 | 19.776 | 13,700 | 13,765 | 13,720 |
| Vencimento em nov/23 | 89.735,19 | 13,671 | 1.184 | 13,670 | 13,710 | 13,670 |

| Dólar comercial | Ajuste do dia | Var. no dia em % | Contratos negociados | Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em jan/23 | 5.279,29 | 1,44 | 250.175 | 5.194,00 | 5.303,50 | 5.291,00 |
| Vencimento em fev/23 | 5.309,58 | 1,41 | 6.595 | 5.226,50 | 5.332,00 | 5.323,00 |
| Vencimento em mar/23 | 5.334,95 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em abr/23 | 5.369,51 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimento em mai/23 | 5.393,51 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Euro | Ajuste do dia | Var. no dia em % | Contratos negociados | Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em jan/23 | 5.624,73 | 1,60 | 4.175 | 5.610,00 | 5.632,00 | 5.620,00 |
| Vencimento em fev/23 | 5.670,85 | 1,58 | 3.715 | 5.656,20 | 5.681,20 | 5.663,50 |
| Vencimento em mar/23 | 5.709,66 | - | 0 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Ibovespa | Ajuste do dia | Var. no dia em % | Contratos negociados | Cotação - pontos do índice Mínimo | Máximo | Último |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencimento em fev/23 | 110.144 | -0,32 | 116.275 | 108.960 | 111.360 | 110.095 |
| Vencimento em abr/23 | 111.949 | - | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vencimento em jun/23 | 114.055 | - | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Indicadores do mercado

**Em 27/12/22**

| Indicador | Compra | Venda | Variações % No dia | No mês | No ano | 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$) | 5,2826 | 5,2832 | 1,85 | -0,21 | -5,33 | -6,74 |
| Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$) | 5,2847 | 5,2853 | 1,47 | 1,61 | -5,19 | -6,27 |
| Dólar Turismo (R$/US$) | 5,2964 | 5,4764 | 1,34 | 1,18 | -5,28 | -6,50 |
| Euro (BC) - (R$/€) | 5,6244 | 5,6271 | 2,04 | 3,19 | -10,98 | -12,24 |
| Euro Comercial (mercado) - (R$/€) | 5,6246 | 5,6253 | 1,57 | 3,88 | -10,91 | -11,91 |
| Euro Turismo (R$/€) | 5,6663 | 5,8463 | 1,42 | 3,85 | -10,94 | -12,17 |
| Euro (BC) - (US$/€) | 1,0647 | 1,0651 | 0,19 | 3,41 | -5,97 | -5,90 |
| **Ouro*** | | | | | | |
| B3 (R$/g) ** | - | 303,300 | 3,16 | 4,95 | -8,09 | -6,10 |
| Nova York (US$/onça troy) | - | 1.813,16 | 0,63 | 2,24 | -0,82 | 0,06 |
| Londres (US$/onça troy) | - | Feriado | - | 2,15 | -1,25 | -0,45 |

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Última cotação. ** Contrato = 250g

## Índices de ações Valor-Coppead

**Em pontos**

| Índice | 27/12/22 | 26/12/22 | No fim de nov/22 | No fim de dez/21 | Variação - em % dia | mês | Ano |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Valor-Coppead Performance | 151.538,07 | 152.758,03 | 155.496,88 | 134.046,86 | -0,80 | -2,55 | 13,05 |
| Valor-Coppead Mínima Variância | 79.358,84 | 79.352,04 | 80.792,69 | 86.927,17 | 0,01 | -1,77 | -8,71 |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Captações de recursos no exterior

**Últimas operações realizadas no mercado internacional ***

| Emissor/Tomador | Data de liquidação | Data do vencimento | Prazo meses | Valor US$ milhões | Cupom/ Custo em % | Retorno em % | Spread pontos-base ** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JBS | 02/02/22 | 02/02/29 | 84 | 600 | 3 | - | 145,0 |
| JBS | 02/02/22 | 02/02/52 | 360 | 900 | 4,375 | - | 220,0 |
| Usina Coruripe | 10/02/22 | 10/02/27 | 60 | 300 | 10 | 10 | 823,3 |
| Itaú Unibanco | 14/04/22 | 14/04/25 | 36 | 63 | 3,7 | 3,7 | 97,7 |
| Natura | 19/04/22 | 19/04/29 | 84 | 600 | 6 | - | 341,1 |
| Arcos Dorados | 27/04/22 | 27/05/29 | 85 | 350 | 6,125 | - | 317,0 |
| Aegea | 06/05/22 | 20/05/29 | 85 | 500 | 7 | - | 413,7 |

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 27/12/22. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo

## ADR - Índices

**Em 26/12/22**

| Índice | 26/12/22 | 23/12/22 | Em 30/11/22 | Em 31/12/21 | Em 26/12/21 | Variação - em % dia | mês | ano | 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| S&P BNY | Feriado | 142,15 | 144,14 | 160,14 | 159,29 | - | -1,38 | -11,23 | -10,76 |
| S&P BNY Emergentes | Feriado | 272,48 | 284,34 | 339,00 | 336,08 | - | -4,17 | -19,62 | -18,92 |
| S&P BNY América Latina | Feriado | 185,23 | 190,88 | 179,82 | 177,45 | - | -2,96 | 3,01 | 4,39 |
| S&P BNY Brasil | Feriado | 193,92 | 199,67 | 184,87 | 182,37 | - | -2,88 | 4,90 | 6,34 |
| S&P BNY México | Feriado | 255,92 | 263,31 | 279,00 | 273,96 | - | -2,80 | -8,27 | -6,58 |
| S&P BNY Argentina | Feriado | 102,48 | 94,32 | 70,86 | 71,14 | - | 8,65 | 44,62 | 44,06 |
| S&P BNY Chile | Feriado | 171,77 | 186,89 | 134,90 | 134,22 | - | -8,09 | 27,33 | 27,98 |
| S&P BNY Índia | Feriado | 2.798,02 | 3.067,86 | 3.190,48 | 3.108,11 | - | -8,80 | -12,30 | -9,98 |
| S&P BNY Ásia | Feriado | 162,58 | 167,10 | 207,32 | 206,02 | - | -2,70 | -21,58 | -21,08 |
| S&P BNY China | Feriado | 337,22 | 333,98 | 428,56 | 423,49 | - | 0,97 | -21,31 | -20,37 |
| S&P BNY Rússia | Feriado | 210,59 | 271,02 | 319,36 | 316,29 | - | -22,30 | -34,06 | -33,42 |
| S&P BNY Turquia | Feriado | 19,23 | 19,48 | 16,83 | 18,27 | - | -1,24 | 14,31 | 5,30 |

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

## TR, Poupança e TBF

**Variações % no período**

| Período | TR | Poupança * | Poupança ** | TBF |
|---|---|---|---|---|
| 10/12 a 10/01 | 0,1780 | 0,6789 | 0,6789 | 0,9995 |
| 11/12 a 11/01 | 0,2055 | 0,7065 | 0,7065 | 1,0472 |
| 12/12 a 12/01 | 0,2428 | 0,7440 | 0,7440 | 1,0949 |
| 13/12 a 13/01 | 0,2425 | 0,7437 | 0,7437 | 1,0946 |
| 14/12 a 14/01 | 0,2415 | 0,7427 | 0,7427 | 1,0936 |
| 15/12 a 15/01 | 0,2146 | 0,7157 | 0,7157 | 1,0464 |
| 16/12 a 16/01 | 0,1763 | 0,6772 | 0,6772 | 0,9977 |
| 17/12 a 17/01 | 0,1792 | 0,6801 | 0,6801 | 1,0007 |
| 18/12 a 18/01 | 0,2069 | 0,7079 | 0,7079 | 1,0486 |
| 19/12 a 19/01 | 0,2443 | 0,7455 | 0,7455 | 1,0964 |
| 20/12 a 20/01 | 0,2415 | 0,7427 | 0,7427 | 1,0936 |
| 21/12 a 21/01 | 0,2410 | 0,7422 | 0,7422 | 1,0930 |
| 22/12 a 22/01 | 0,2138 | 0,7149 | 0,7149 | 1,0456 |
| 23/12 a 23/01 | 0,1761 | 0,6770 | 0,6770 | 0,9975 |
| 24/12 a 24/01 | 0,1773 | 0,6782 | 0,6782 | 0,9988 |
| 25/12 a 25/01 | 0,2145 | 0,7156 | 0,7156 | 1,0463 |
| 26/12 a 26/01 | 0,2418 | 0,7430 | 0,7430 | 1,0939 |

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

## B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

**Índices de ações em 27/12/22**

| | Índice | No dia | No mês | No ano | Em 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|
| **Variação % em reais** | | | | | |
| Ibovespa | 108.578 | -0,15 | -3,47 | 3,58 | 2,86 |
| IBrX | 46.079 | -0,17 | -3,60 | 2,97 | 2,24 |
| IBrX 50 | 18.347 | -0,10 | -3,38 | 4,82 | 3,94 |
| IEE | 77.174 | -0,87 | -4,45 | 1,14 | 1,39 |
| SMLL | 1.969 | -1,68 | -4,91 | -16,72 | -15,84 |
| ISE | 3.081 | -1,15 | -6,69 | -16,05 | -16,56 |
| IMOB | 636 | -3,33 | -7,26 | -12,07 | -9,79 |
| IDIV | 7.072 | 0,01 | -2,73 | 11,38 | 11,27 |
| IFIX | 2.834 | 0,26 | -1,14 | 1,06 | 3,31 |
| **Variação % em dólares** | | | | | |
| Ibovespa | 20.552 | -1,96 | -3,28 | 9,41 | 10,30 |
| IBrX | 8.722 | -1,99 | -3,40 | 8,77 | 9,63 |
| IBrX 50 | 3.473 | -1,92 | -3,18 | 10,72 | 11,45 |
| IEE | 14.607 | -2,67 | -4,25 | 6,83 | 8,71 |
| SMLL | 373 | -3,48 | -4,73 | -12,06 | -9,77 |
| ISE | 583 | -2,95 | -6,50 | -11,32 | -10,52 |
| IMOB | 120 | -5,10 | -7,10 | -7,21 | -3,27 |
| IDIV | 1.339 | -1,82 | -2,54 | 17,64 | 19,31 |
| IFIX | 536 | -1,54 | -0,95 | 6,76 | 10,78 |

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Prêmio de risco do EMBI+*

**Spread em pontos base ****

| País | Spread 26/12/22 | Spread 23/12/22 | Variação - em pontos No dia | No mês | No ano |
|---|---|---|---|---|---|
| Geral | Feriado | 374 | - | -12,0 | -12,0 |
| África do Sul | Feriado | 399 | - | 13,0 | 51,0 |
| Argentina | Feriado | 2.173 | - | -75,0 | 485,0 |
| Brasil | Feriado | 263 | - | 12,0 | -63,0 |
| Colômbia | Feriado | 359 | - | -28,0 | 7,0 |
| Filipinas | Feriado | 85 | - | -17,0 | -6,0 |
| México | Feriado | 202 | - | 14,0 | -11,0 |
| Peru | Feriado | 144 | - | 0,0 | 4,0 |
| Turquia | Feriado | 413 | - | -22,0 | -165,0 |
| Venezuela | Feriado | 42.873 | - | 11.172,0 | -15.630,0 |

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

## Reservas internacionais

**Liquidez Internacional *, em US$ milhões**

| Fim de período | | Diário | |
|---|---|---|---|
| abr/22 | 345.097 | 15/12/22 | 339.913 |
| mai/22 | 346.415 | 16/12/22 | 339.581 |
| jun/22 | 341.958 | 19/12/22 | 339.054 |
| jul/22 | 346.403 | 20/12/22 | 339.064 |
| ago/22 | 339.664 | 21/12/22 | 339.272 |
| set/22 | 330.580 | 22/12/22 | 339.067 |
| out/22 | 329.546 | 23/12/22 | 338.523 |
| nov/22 | 335.505 | 26/12/22 | 338.659 |

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

## Índice de Renda Fixa Valor

**Base = 100 em 31/12/99**

| | 27/12/22 | 26/12/22 | 23/12/22 | 22/12/22 | 21/12/22 | 20/12/22 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice | 1.783,67 | 1.782,58 | 1.783,42 | 1.778,97 | 1.775,41 | 1.772,96 |
| Var. no dia | 0,06% | -0,05% | 0,25% | 0,20% | 0,14% | 0,38% |
| Var. no mês | 1,08% | 1,02% | 1,07% | 0,81% | 0,61% | 0,47% |
| Var. no ano | 9,62% | 9,55% | 9,61% | 9,33% | 9,11% | 8,96% |

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

## Câmbio

**Em 27/12/22**

| Moeda | Em US$ * Compra | Em US$ * Venda | Em R$ ** Compra | Em R$ ** Venda |
|---|---|---|---|---|
| Baht (Tailândia) | 34,5400 | 34,6100 | 0,15260 | 0,15300 |
| Balboa (Panamá) | 1,0000 | 1,0000 | 5,2826 | 5,2832 |
| Bolívar Soberano (Venezuela) | 16,5252 | 16,5666 | 0,3189000 | 0,3197000 |
| Boliviano (Bolívia) | 6,8600 | 7,0100 | 0,7536 | 0,7701 |
| Colon (Costa Rica) | 579,2800 | 582,7000 | 0,009066 | 0,009120 |
| Coroa (Dinamarca) | 6,9826 | 6,9832 | 0,7565 | 0,7566 |
| Coroa (Islândia) | 142,6800 | 142,9700 | 0,03695 | 0,03703 |
| Coroa (Noruega) | 9,8085 | 9,8125 | 0,5384 | 0,5386 |
| Coroa (Rep. Tcheca) | 22,7610 | 22,7760 | 0,2319 | 0,2321 |
| Coroa (Suécia) | 10,4509 | 10,4541 | 0,5053 | 0,5055 |
| Dinar (Argélia) | 137,1515 | 137,7415 | 0,03835 | 0,03852 |
| Dinar (Kuwait) | 0,3063 | 0,3064 | 17,2409 | 17,2484 |
| Dinar (Líbia) | 4,8077 | 4,8300 | 1,0937 | 1,0989 |
| Direitos Especiais de Saque *** | 1,3308 | 1,3308 | 7,0301 | 7,0309 |
| Dirham (Emirados Árabes Unidos) | 3,6722 | 3,6732 | 1,4381 | 1,4387 |
| Dirham (Marrocos) | 10,4497 | 10,4547 | 0,5053 | 0,5056 |
| Dólar (Austrália)*** | 0,6741 | 0,6743 | 3,5610 | 3,5625 |
| Dólar (Bahamas) | 1,0000 | 1,0000 | 5,2826 | 5,2832 |
| Dólar (Belize) | 1,9982 | 2,0332 | 2,5982 | 2,6440 |
| Dólar (Canadá) | 1,3495 | 1,3499 | 3,9133 | 3,9149 |
| Dólar (Cayman) | 0,8250 | 0,8350 | 6,3265 | 6,4039 |
| Dólar (Cingapura) | 1,3458 | 1,3466 | 3,9229 | 3,9257 |
| Dólar (EUA) | 1,0000 | 1,0000 | 5,2826 | 5,2832 |
| Dólar (Hong Kong) | 7,8008 | 7,8009 | 0,6772 | 0,6773 |
| Dólar (Nova Zelândia)*** | 0,6287 | 0,6289 | 3,3212 | 3,3226 |
| Dólar (Trinidad e Tobago) | 6,7522 | 6,8260 | 0,7739 | 0,7824 |
| Euro (Comunidade Européia)*** | 1,0647 | 1,0651 | 5,6244 | 5,6271 |
| Florim (Antilhas Holandesas) | 1,7845 | 1,8200 | 2,9025 | 2,9606 |
| Franco (Suíça) | 0,9284 | 0,9288 | 5,6876 | 5,6907 |
| Guarani (Paraguai) | 7340,9200 | 7354,8800 | 0,0007182 | 0,0007197 |
| Hryvnia (Ucrânia) | 36,9000 | 36,9340 | 0,1430 | 0,1432 |
| Iene (Japão) | 133,3400 | 133,3700 | 0,03961 | 0,03962 |
| Kuna (Croácia) | 7,0853 | 7,0934 | 0,7447 | 0,7457 |
| Libra (Egito) | 24,6500 | 24,7500 | 0,2134 | 0,2143 |
| Libra (Líbano) | 1505,7000 | 1518,7000 | 0,003478 | 0,003509 |
| Libra (Síria) | 2511,0000 | 2514,0000 | 0,00210 | 0,00210 |
| Libra Esterlina (Grã Bretanha)*** | 1,2018 | 1,2022 | 6,3486 | 6,3515 |
| Naira (Nigéria) | 446,1300 | 447,1300 | 0,01181 | 0,01184 |
| Lira (Turquia) | 18,7101 | 18,7205 | 0,2822 | 0,2824 |
| Novo Dólar (Taiwan) | 30,7490 | 30,7590 | 0,17170 | 0,17180 |
| Novo Sol (Peru) | 3,8131 | 3,8283 | 1,3799 | 1,3855 |
| Peso (Argentina) | 176,0800 | 176,1100 | 0,03000 | 0,03000 |
| Peso (Chile) | 873,2700 | 874,2200 | 0,006043 | 0,006050 |
| Peso (Colômbia) | 4767,5000 | 4777,4900 | 0,001106 | 0,001108 |
| Peso (Cuba) | 24,0000 | 24,0000 | 0,2201 | 0,2201 |
| Peso (Filipinas) | 55,7460 | 55,7660 | 0,09473 | 0,09477 |
| Peso (México) | 19,4267 | 19,4372 | 0,2718 | 0,2720 |
| Peso (Rep. Dominicana) | 55,6700 | 56,1500 | 0,09408 | 0,09490 |
| Peso (Uruguai) | 38,5800 | 38,6100 | 0,13680 | 0,13690 |
| Rande (África do Sul) | 17,2974 | 17,3044 | 0,3053 | 0,3054 |
| Rial (Arábia Saudita) | 3,7575 | 3,7600 | 1,4049 | 1,4060 |
| Rial (Irã) | 42000,0000 | 42005,0000 | 0,0001258 | 0,0001258 |
| Ringgit (Malásia) | 4,4200 | 4,4260 | 1,1935 | 1,1953 |
| Rublo (Rússia) | 69,7750 | 71,7750 | 0,07360 | 0,07572 |
| Rúpia (Índia) | 82,8760 | 82,9310 | 0,06370 | 0,06375 |
| Rúpia (Indonésia) | 15660,0000 | 15665,0000 | 0,0003372 | 0,0003374 |
| Rúpia (Paquistão) | 226,2500 | 227,0000 | 0,02327 | 0,02335 |
| Shekel (Israel) | 3,5159 | 3,5219 | 1,4999 | 1,5027 |
| Won (Coréia do Sul) | 1271,3300 | 1272,0300 | 0,004153 | 0,004156 |
| Yuan Renminbi (China) | 6,9600 | 6,9602 | 0,7590 | 0,7591 |
| Zloty (Polônia) | 4,4055 | 4,4070 | 1,1987 | 1,1992 |

| | Cotações Ouro Spot (2) | Cotações Paridade (3) | Em R$(1) Compra | Em R$(1) Venda |
|---|---|---|---|---|
| Dólar Ouro | 1825,22 | 0,01704 | 310,0117 | 310,0469 |

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

## Bolsas de valores internacionais

| País | Cidade | Índice | 27/12/22 | 26/12/22 | Variações % No dia | No mês | No ano | Em 12 meses | Em 12 meses Menor índice | Em 12 meses Maior índice |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Américas** | | | | | | | | | | |
| EUA | Nova York | Dow Jones | 33.241,56 | Feriado | 0,11 | -3,90 | -8,52 | -8,43 | 28.725,51 | 36.799,65 |
| EUA | Nova York | Nasdaq-100 | 10.822,51 | Feriado | -1,48 | -10,04 | -33,69 | -34,68 | 10.690,60 | 16.567,50 |
| EUA | Nova York | Nasdaq Composite | 10.353,23 | Feriado | -1,38 | -9,72 | -33,82 | -34,77 | 10.321,39 | 15.871,26 |
| EUA | Nova York | S&P 500 | 3.829,25 | Feriado | -0,40 | -6,15 | -19,66 | -20,08 | 3.577,03 | 4.796,56 |
| Canadá | Toronto | S&P/TSX | Feriado | Feriado | - | -4,63 | -8,09 | -8,07 | 18.206,28 | 22.087,22 |
| México | Cidade do México | IPC | 50.440,02 | 50.273,89 | 0,33 | -2,41 | -5,32 | -5,29 | 44.626,80 | 56.609,54 |
| Colômbia | Bogotá | COLCAP | 1.260,55 | 1.247,56 | 1,04 | 1,44 | -10,66 | -10,26 | 1.112,84 | 1.635,71 |
| Venezuela | Caracas | IBVC | 17.911,42 | 16.485,16 | 8,65 | 21,88 | 202,57 | 208,75 | 5.098,80 | 17.911,42 |
| Chile | Santiago | IPSA | 5.197,25 | 5.222,44 | -0,48 | -1,62 | 20,63 | 21,38 | 4.250,29 | 5.779,25 |
| Peru | Lima | S&P/BVL General | 21.347,23 | 21.168,78 | 0,84 | -4,93 | 1,12 | 1,54 | 17.752,60 | 25.642,58 |
| Argentina | Buenos Aires | Merval | 195.542,77 | 192.477,36 | 1,59 | 16,03 | 134,18 | 131,22 | 81.004,41 | 195.542,77 |
| **Europa, Oriente Médio e África** | | | | | | | | | | |
| Euro | - | Euronext 100 | 1.247,72 | Feriado | 0,48 | -3,05 | -8,37 | -8,26 | 2.995,33 | 3.620,57 |
| Alemanha | Frankfurt | DAX | 13.995,10 | Feriado | 0,39 | -2,79 | -11,90 | -11,62 | 11.975,55 | 16.271,75 |
| França | Paris | CAC-40 | 6.550,66 | Feriado | 0,70 | -2,79 | -8,42 | -8,26 | 5.676,87 | 7.376,37 |
| Itália | Milão | FTSE MIB | 23.855,86 | Feriado | -0,09 | -3,07 | -12,77 | -12,40 | 20.352,98 | 28.162,67 |
| Bélgica | Bruxelas | BEL-20 | 3.717,67 | Feriado | -0,22 | 0,89 | -13,75 | -13,24 | 3.313,82 | 4.362,21 |
| Dinamarca | Copenhague | OMX 20 | 1.831,80 | Feriado | 0,14 | 2,63 | -1,73 | -0,98 | 1.516,18 | 1.863,99 |
| Espanha | Madri | IBEX-35 | 8.270,10 | Feriado | 0,01 | -1,11 | -5,09 | -4,08 | 7.261,10 | 8.933,60 |
| Grécia | Atenas | ASE General | 923,26 | Feriado | 0,22 | 1,20 | 3,35 | 4,22 | 779,20 | 971,09 |
| Holanda | Amsterdã | AEX | 701,06 | Feriado | 0,00 | -3,18 | -12,14 | -12,07 | 630,58 | 804,28 |
| Hungria | Budapeste | BUX | 44.220,76 | Feriado | -1,75 | -3,83 | -12,82 | -10,94 | 37.035,79 | 54.405,84 |
| Polônia | Varsóvia | WIG | 56.574,46 | Feriado | -0,82 | 0,92 | -18,36 | -16,91 | 45.621,39 | 73.334,24 |
| Portugal | Lisboa | PSI-20 | 5.756,98 | Feriado | -0,42 | -1,80 | 3,37 | 4,01 | 5.190,28 | 6.349,21 |
| Rússia | Moscou | RTS* | 960,51 | 977,29 | -1,72 | -14,63 | -39,81 | -40,08 | 742,91 | 1.622,75 |
| Suécia | Estocolmo | OMX | 2.067,61 | Feriado | 0,65 | -1,66 | -14,55 | -14,09 | 1.794,39 | 2.456,17 |
| Suíça | Zurique | SMI | 10.839,22 | Feriado | 0,32 | -2,59 | -15,82 | -15,76 | 10.072,62 | 12.970,53 |
| Turquia | Istambul | BIST 100 | 5.434,51 | 5.504,09 | -1,26 | 9,18 | 192,55 | 186,46 | 1.850,48 | 5.504,09 |
| Israel | Tel Aviv | TA-125 | 1.799,75 | 1.784,80 | 0,84 | -4,47 | -12,49 | -11,75 | 1.784,80 | 2.152,16 |
| África do Sul | Joanesburgo | All Share | Feriado | Feriado | - | -1,78 | -0,29 | 2,69 | 63.263,94 | 77.536,12 |
| **Ásia e Pacífico** | | | | | | | | | | |
| Japão | Tóquio | Nikkei-225 | 26.447,87 | 26.405,87 | 0,16 | -5,44 | -8,14 | -7,77 | 24.717,53 | 29.332,16 |
| Austrália | Sidney | All Ordinaries | Feriado | Feriado | - | -2,58 | -6,32 | -5,90 | 6.609,50 | 7.926,80 |
| China | Shenzhen | SZSE Composite | 1.993,32 | 1.975,93 | 0,88 | -1,26 | -21,22 | -20,08 | 1.752,27 | 2.530,14 |
| China | Xangai | SSE Composite | 3.095,57 | 3.065,56 | 0,98 | -1,77 | -14,95 | -14,39 | 2.886,43 | 3.639,78 |
| Coreia do Sul | Seul | KOSPI | 2.332,79 | 2.317,14 | 0,68 | -5,65 | -21,66 | -22,23 | 2.155,49 | 3.020,24 |
| Hong Kong | Hong Kong | Hang Seng | Feriado | Feriado | - | 5,35 | -16,26 | -15,63 | 14.687,02 | 24.965,55 |
| Índia | Bombaim | S&P BSE Sensex | 60.927,43 | 60.566,42 | 0,60 | -3,44 | 4,59 | 6,11 | 51.360,42 | 63.284,19 |
| Indonésia | Jacarta | JCI | 6.923,03 | 6.835,81 | 1,28 | -2,24 | 5,19 | 5,29 | 6.568,17 | 7.318,02 |
| Tailândia | Bangcoc | SET | 1.643,16 | 1.626,80 | 1,01 | 0,48 | -0,87 | 0,41 | 1.533,37 | 1.713,20 |
| Taiwan | Taipé | TAIEX | 14.328,43 | 14.285,13 | 0,30 | -3,70 | -21,35 | -20,61 | 12.666,12 | 18.526,35 |

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

VALE

COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº 33.592.510/0001-54
NIRE 33.300.019.766

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA VALE S.A., REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Zoom, no dia 21 de dezembro de 2022, às 11h, e deliberou sobre alterações no Estatuto Social e sua consolidação. O respectivo ato foi registrado na JUCERJA sob o n° 00005224210 em 23/12/2022, e sua versão na íntegra com Estatuto Social, está disponível em www.vale.com/investidores e https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023 (P.A.15.742/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVITALIZAÇÃO (ESTOFAMENTO) DOS SOFÁS E POLTRONAS**, para atender as demandas do Teatro Municipal Marilu Moreira, Equipamento Cultural da Secretaria de Educação e Cultura, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 09 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980056**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos /Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023 (P.A.18425/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO INTEGRAL DE AUTOCLAVE HORIZONTAL, para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco Xavier – HMSFX**, vinculado à **Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 09 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980144**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos /Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2023 (P.A.19040/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE EQUIPAMENTOS, MOBÍLIAS E UTENSÍLIOS HOSPITALAR**, para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco Xavier – HMSFX, das Unidades Básicas de Saúde - UBS, da Estratégia Saúde da Família – ESF, e do Centro Médico de Especialidades – CEMES, Vigilância em Saúde, Samu, vinculados à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, à ser gerenciado pela mesma, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 10 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 978091**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos /Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2023 (P.A.18.875/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MATERIAL DESCARTÁVEL**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, das Unidade de Ensino Fundamental, Pré - Escola, Creches, CEMAEE, CEI/CESMI, Depósito Municipal, Oficina de Costura, Teatro Municipal, Casa de Cultura, Escola de Música, Subsecretaria de Cultura, Escola de Dança, Parque das Artes e Pracinha da Cultura, pelo período de 12 meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 10 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980082**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2023 (P.A.19.538/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS** a ser entregue conforme especificação definida no Termo de Referência, para atendimento as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Itaguaí, exceto as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Cultura e Assistência Social, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 11 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 977702**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2023 (P.A.19.863/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS PARA DEMANDA EM SAÚDE** para atender as necessidades das pacientes **Vanessa Moraes de Almeida e Ieda da Mota Araújo dos Santos**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 12 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980092**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos /Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2023 (P.A.19843/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE COBERTURAS PARA CURATIVOS** para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde – UBS's e das Estratégias Saúde da Família – ESF's, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 12 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980237**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023 (P.A.4153/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO CENTRAL**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Teatro Municipal Marilú Moreira, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 12 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980147**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023 (P.A.15886/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IGNIFUGAÇÃO (APLICAÇÃO DE PRODUTO RETARDANTE AO FOGO)**, para atender as demandas do Teatro Municipal Marilú Moreira, Casa de Cultura Marise Moreira de Brito, Escola Municipal de Música Chiquinha Gonzaga, Escola Municipal de Dança Itinga e Pracinha da Cultura, bem como, na Biblioteca Professora Nair Marinho de Mello, equipamentos da Subsecretaria de Cultura, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 13 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980304**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2023 (P.A.17.640/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO E INSTALAÇÃO**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 13 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 979070**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2023 (P.A.19.538/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GASES MEDICINAIS, com cessão de equipamentos, cilindros e acessórios, em regime de COMODATO**, para atender as necessidades do Hospital Municipal São Francisco Xavier – HMSFX, vinculado à **Secretaria Municipal de Saúde**, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 16 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980114**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2023 (P.A.18.100/2022 apenso p.a. n° 19.918/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE GÁS DE COZINHA (GLP) ACONDICIONADO EM BOTIJÃO (13KG E 45KG) E AQUISIÇÃO DE BOTIJAS, para um período de 12 (doze) meses, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA (Órgão Gerenciador) e da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Participante)**, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 16 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980007**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2023 (P.A.7843/2022)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE IMPRESSORA PARA CRACHÁS E INSUMOS**, para atender as demandas da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, à ser gerenciado pela mesma, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 17 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
**Licitação nº 980318**
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 (P.A.11.351/2021)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente Tomada de Preços é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR E.M TACIANO BASÍLIO – SACO DA PRATA** com fornecimento de mão de obra, material, ferramentas e equipamentos necessários, a ser gerenciado pela Secretaria de Obras e Urbanismo, conforme especificações e condições indicadas neste Projeto Básico, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 16 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão realizar-se-á no endereço supramencionado, no auditório da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos.
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 (P.A.11.358/2021)**

**Objeto resumido:** O objeto da presente Tomada de Preços é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REFORMA DE CRECHE MUNICIPAL PROFª TÂNIA MARA MOTTA DE MENEZES** com fornecimento de mão de obra, material, ferramentas e equipamentos necessários, a ser gerenciado pela Secretaria de Obras e Urbanismo, conforme especificações e condições indicadas neste Projeto Básico, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificado no edital e seus anexos.
**Condições e local para a retirada do edital:** trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
**Data e hora da realização:** dia 17 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
**Local:** A sessão realizar-se-á no endereço supramencionado, no auditório da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos.
**(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.**

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 184/2022**

O Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal nº 4.210/2017, em decorrência do processo administrativo **nº 17.888/2022, HOMOLOGA** o resultado do **Pregão Eletrônico n° 184/2022 (licitacoes-e sob o ID n° 974708).** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO INTEGRAL DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA O SETOR DE NUTRIÇÃO**, para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco Xavier - HMSFX, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde. **Empresas vencedoras: JRJ COMERCIO ATACADISTA E SERVIÇOS LTDA** - CNPJ N° 42.785.686/0001-13, R$ 46.197,84; **LAZZARI MARTINEZ COM VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA** - CNPJ N° 09.543.571/0001-47, R$ 2.910,76. Homologação na íntegra disponível nos autos do processo. Itaguaí, 21 de dezembro de 2022.
**(a) Carlos Eduardo Carneiro Zóia - Secretário Municipal de Saúde.**

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2022 – R1 – Licitação nº 974531**

O Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal nº 4.210/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018, em decorrência do processo administrativo **nº 874/2022, HOMOLOGA** o resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 151/2022 – R1 (licitações-e: ID. 974531).** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA O EQUIPAMENTO CULTURAL ESCOLA DE MÚSICA CHIQUINHA GONZAGA. Empresa vencedora: BR3 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.700.625/0001-67 no valor de R$ 441.241,56 (quatrocentos e quarenta e um mil duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos). Homologação na íntegra disponível nos autos do processo. Itaguaí, 22 de dezembro de 2022.
**Nilce de Oliveira Nascimento Ramos - Secretária Municipal de Educação e Cultura - Matrícula: 11.322.**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.841/2022**

A Secretaria Municipal de Saúde de Itaguaí, na forma do disposto no artigo 24, Inciso II da Federal 8.666/93, e do artigo 1º do Decreto Municipal 4210/17, **RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos autos do Processo Administrativo nº 19.841/2022, realizada com fundamento no artigo 24, Inciso II da Federal 8.666/93, em favor da empresa **LAZZARI MARTINEZ COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no 09.543.571/0001-47, no valor de R$ 3.147,20 (três mil cento e quarenta e sete reais e vinte centavos), visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO INTEGRAL DE UTENSÍLIOS DE LIMPEZA** para atender o Hospital Municipal São Francisco Xavier, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações constantes no termo de referência. Itaguaí, 26 de dezembro de 2022.
**(a) Carlos Eduardo Carneiro Zóia-Secretário Municipal de Saúde/Autoridade Competente**

# 'Ativo externo ficou mais atrativo após perdas no ano'

**Adriana Cotias**
De São Paulo

Após um 2022 de percalços para quem internacionalizou parte de seus investimentos e deixou para trás juros de dois dígitos no Brasil, a mensagem é que a exposição a ativos externos faz mais sentido agora do que 12 meses atrás, segundo Gabriela Santos, estrategista de mercados globais da J.P. Morgan Asset. Com a política de aperto monetário nos Estados Unidos e em outras economias para controlar a inflação, os preços em bolsa e renda fixa ficaram mais atrativos. O dilema é que pode haver novas baixas antes de render frutos.

"É um momento difícil no curto prazo, com inflação, alta de juros e discussões em torno de uma recessão, mas depois de um ano tão complicado, tudo isso deixa os mercados globais como um ponto de partida melhor", defende Santos. "Agora a pergunta é quanto já está no preço a expectativa de uma recessão global."

Neste ano, o índice S&P 500 da bolsa de Nova York acumula queda de quase 20%, enquanto o Nasdaq, que reúne ações do setor de tecnologia, amarga perdas de mais de 30%. Na renda fixa, com as taxas dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos subindo à medida que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) se viu obrigado a acelerar o passo monetário, os papéis de dívida como um todo perderam de 15% a 20%.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Gabriela Santos, estrategista da asset do J.P.: dúvida é quanto já está no preço a expectativa de uma recessão global

Para Santos, no mercado de crédito, principalmente no segmento de "high yield" — de maior risco e potencial de retorno —, os prêmios em relação aos títulos soberanos parecem não refletir as consequências de uma recessão. Na bolsa, a leitura é similar e as projeções para crescimento de resultados das empresas em 2023, na casa dos 6%, ainda carecem de alguma revisão para traduzir o freio econômico que está por vir. "Olhando os indicadores é possível ter volatilidade e correções adicionais, porém estamos mais próximos de uma recuperação."

A inflação será a variável-chave nos próximos meses porque afeta a direção dos juros, as expectativas para a atividade econômica e para o lucro das companhias, prossegue a especialista. "O mercado não vai esperar a inflação melhorar, os juros baixarem e a recessão ter terminado para ter uma recuperação, o mercado se adianta", diz Santos. Ela cita que, mesmo num ano que prenuncia ser mais difícil para a economia real, os ativos financeiros tendem a incorporar dias melhores adiante. E lembra que o investidor nunca vai conseguir acertar o momento perfeito, é melhor já estar exposto para quando o ciclo virar, porque as reações podem ser rápidas.

A dificuldade é ter convicção sobre qual será a taxa terminal do Fed e de outros bancos centrais. O próprio BC americano tem exposto essas dúvidas na sua comunicação à medida que o aumento de juros até aqui fez pouco para enfraquecer o mercado de trabalho. Até o início do mês, o cenário-base da asset do J.P. era que o ciclo poderia se encerrar com taxas entre 4,75% e 5%.

Santos reconhece que a conversa sobre internacionalização com o investidor local ficou mais difícil com a Selic em 13,75% ao ano, mas defende que a diversificação de regiões e classes de ativos independe do contexto macro. Permite que o investidor acesse mercados de maior profundidade e temas que não estão disponíveis no Brasil.

Ela cita a diversificação na renda fixa de melhor qualidade como uma alternativa que tende a funcionar numa fase de preocupações com a recessão. Compor com classes que tragam alguma proteção contra o risco inflacionário, como empresas exportadoras de commodities e de energia. E pensa também em ativos reais nos segmentos imobiliário, de infraestrutura e transportes.

Regionalmente, a China, "que dança no seu próprio ritmo", é um dos mercados a se monitorar. A grande pergunta é se vai conseguir relaxar a política de covid zero e injetar confiança para as famílias gastarem mais e as companhias contratarem e investirem. "Vemos os mercados chineses refletirem muito pessimismo, com o 'valuation' [da bolsa] 30% abaixo do normal e a moeda muito deprimida", diz Santos. Ainda falta um gatilho para a recuperação, mas o olhar está voltado para o que ela chama de "nova China", mais focada nos mercados locais, consumo doméstico e transição energética.

Para a especialista, a boa performance relativa dos ativos brasileiros em 2022 é resultado de movimentos táticos, está pouco relacionada a uma revisão de cenários para a economia local.

Nas estimativas de longo prazo da asset, considerando fatores estruturais que definem as expectativas de retornos, a projeção na última edição tinha sido de 4,3%, e agora as mesmas carteiras diversificadas apresentam potencial de 7,2%. "É difícil alongar o horizonte e isso acontece com todo investidor, porque somos seres humanos sujeitos as emoções e focados no aqui e agora. A assessoria financeira é para lembrar qual o propósito do investimento. Precisa dos recursos para amanhã ou é de longo prazo, para construir a aposentadoria?", aponta Santos. "É preciso lembrar que não se pode controlar o mercado, mas o comportamento, em momentos difíceis, sim."



**Estratégia** Carteiras que apostam em moedas e bônus estão a caminho da melhor marca desde crise global

# Fundo hedge macro reluz em ano duro para ações

**Laurence Fletcher**
Financial Times, de Londres

Os fundos hedge que negociam bônus e moedas estão a caminho de fechar seu melhor ano desde a crise financeira global, impulsionados pelas altas das taxas de juros, que infligiram pesadas perdas a especialistas em ações e a investidores tradicionais.

Os fundos hedge conhecidos como macro, que alcançaram fama pelas mãos de pessoas como George Soros e Louis Bacon, tiveram de suportar um período de penúria quando os mercados foram acalmados por trilhões de dólares em compras de bônus por parte dos bancos centrais, após 2008. Mas neste ano tiveram sucesso graças aos movimentos sísmicos dos mercados globais de bônus e a um período comprador no mercado de dólar em alta em vista do combate, pelo Federal Reserve (o BC dos EUA) e outros bancos centrais, à disparada da inflação.

Entre os que ganharam estão o investidor bilionário Chris Rokos, que se recuperou de perdas registradas no ano passado e ganhou 45,5% em 2022, ajudado por apostas na alta de juros, inclusive durante a turbulência do mercado britânico no último trimestre deste ano. Isso coloca Rokos, cofundador da Brevan Howard, em condições de usufruir de seu melhor ano desde que abriu seu fundo, atualmente um dos maiores fundos macro, com cerca de US$ 15,5 bilhões em ativos, em 2015.

O CEO da Caxton Associates, Andrew Law, computou ganho de 30,2% até meados de dezembro com seu fundo Macro, de US$ 4,3 bilhões, que está fechado para dinheiro novo, segundo um investidor. A Haidar Capital, de Said Haidar, com sede em Nova York, obteve ganho de 194% com seu fundo Jupiter, ajudado por apostas em bônus e em commodities, tendo, em determinado período deste ano, subido mais de 270%.

"Isso me lembra a fase inicial da minha carreira, quando os fundos macro eram o estilo de investimento dominante", disse Kenneth Tropin, presidente do conselho de administração do Graham, que fundou em 1995 e administra US$ 19 bilhões em ativos, referindo-se aos períodos de grande impulso para os investidores macro observado nas décadas de 1980, 1990 e no começo da de 2000.

"Havia verdadeiramente fundos hedge que, de propósito, não eram correlacionados à exposição subjacente das pessoas a ações e bônus", acrescentou Tropin.

As ações globais caíram 20% neste ano, enquanto os bônus registraram suas maiores retrações de décadas, o que transformou 2022 em um ano a ser esquecido pela maioria dos gestores de ativos. Mas fundos hedge que podem apostar contra bônus ou tratar as moedas como uma categoria de ativos deram um salto à frente. Os fundos macro, em média, subiram 8,2% nos 11 primeiros meses deste ano, segundo o grupo de dados HFR. Isso os deixa em condições de registrar seu melhor ano desde 2007, nos primórdios da crise financeira global.

Os investidores lucraram com apostas na alta dos rendimentos dos títulos, como o do papel americano de dois anos, que disparou de 0,7% para 4,3%, e o do papel de 10 anos do governo britânico, que subiu de 1% a 3,6%. Uma mudança inesperada adotada pelo Banco do Japão em sua política de controle da curva de rendimentos, que fez com que os rendimentos dos bônus do governo japonês disparassem, representou um impulso adicional para os retornos.

"Eles proporcionaram a todos os investidores macro um Natal encantador — até os guardas de segurança de escritório (têm posição vendida em bônus do governo japonês, acho eu)", brincou um gestor de fundo hedge macro.

Com o atual fim da "supressão artificial da volatilidade" decorrente da política monetária ultraexpansiva, os investidores macro provavelmente continuarão a lucrar com a pesquisa econômica, disse Darren Wolf, diretor global de investimentos e investimentos alternativos da Abrdn.

Os fundos hedge operados por computador também se beneficiaram, com muitas variações do mercado tendo gerado tendências duradouras. Esses fundos futuros conhecidos como administrados subiram 12,6%, o que configura seu melhor ano de retorno desde 2008.

A Aspect Capital, que gerencia US$ 10 bilhões em ativos, teve lucro de 39,7% em seu fundo principal, o Diversified. Lucrou em mercados como bônus, energia e commodities, e seu maior ganho isolado veio de apostas contra os títulos do governo britânico. A Systematica, de Leda Braga, registrou avanço de 27% em seu fundo BlueTrend.

"Estamos em uma nova era em que o inesperado continua acontecendo com regularidade alarmante", disse Andrew Beer, membro executivo da empresa americana de investimentos Dynamic Beta. O salto dos rendimentos e a variação acelerada das moedas constituíram oportunidades para os fundos atrelados a tendências, acrescentou.

Os lucros representam um forte contraste em relação ao desempenho dos fundos hedge de ações, muitos dos quais viveram um ano tenebroso quando as ações de alto crescimento, mas não lucrativas, do setor de tecnologia, que subiram durante o mercado comprador, caíram com a alta de juros.

O Tiger Global, um dos que mais ganharam com a valorização dos papéis de tecnologia no auge da pandemia, perdeu 54% neste ano. O Viking, de Andreas Halvorsen, que deixou as transações com ações devido ao elevado patamar dos múltiplos no começo deste ano, tinha perdido 3,3% até agora.

Por seu lado, a Whale Rock, com sede em Boston, sofreu retração de 42,7%. E a Skye Global, fundada por Jamie Sterne, ex-analista da Third Point, perdeu 40,9%, prejudicada por perdas com ações como Amazon, Microsoft e Alphabet. Sterne escreveu em carta aos investidores que tinha errado com relação à "gravidade dos riscos macro".

Os fundos de ações, no total, caíram 9,7%, o que os situa prestes a registrar seu pior ano de retornos desde a crise financeira de 2008, segundo o HFR.

"Nossa maior decepção veio dessas gestoras, mesmo das bastante conhecidas, com longos históricos de bons serviços, que não conseguiram prever o impacto da alta das taxas de juros sobre as ações de alto potencial de crescimento", disse Cédric Vuignier, diretor de fundos alternativos líquidos administrados e de pesquisa da SYZ Capital. "Eles não reconheceram a mudança de paradigma e taparam o sol com a peneira."

Com exceção de 2020, este ano marcou o maior diferencial entre os décimos superior e inferior de desempenho dos fundos hedge desde o período que se seguiu à crise financeira em 2009, segundo o HFR.

"Nos últimos 10 anos, as pessoas foram recompensadas por investir em estratégias de fundos hedge correlacionadas com "[os retornos do mercado]", disse Tropin, do Graham. "No entanto, 2022 foi o ano certo para lembrar que um fundo hedge, idealmente, deveria proporcionar diversidade também." *(Colaborou Katie Martin)*

# Como a geopolítica ditará os investimentos em 2023

**Palavra do gestor**

Marcel Arins

As eleições no Brasil — e os primeiros passos do novo presidente — têm movimentado o mercado nos últimos meses. Certamente a nomeação dos novos membros do governo e a discussão da política fiscal impactam diretamente no dia a dia dos investidores. Mas não é só isso que deve pesar nas análises e alocações. As tensões geopolíticas recentes, apesar de parecerem distantes da nossa realidade, impactam ainda mais no cenário e escolha de portfólios.

A guerra entre Rússia e Ucrânia contribui com a inflação de países com políticas econômicas desenvolvidas e estáveis, como a Alemanha e a Holanda, onde o índice inflacionário chegou a 14,3% em outubro — com a alta da energia marcando 99,8%, e comida, 13,8%. O conflito acentuou a crise energética na Europa, dada sua dependência do gás russo.

Mesmo no Brasil, a inflação foi influenciada pelo preço dos alimentos e petróleo, também impactados pela guerra e pela retomada da economia pós-pandemia — consideremos aqui o aumento dos gastos públicos, que aconteceu mesmo em governos fiscalmente conservadores.

Não bastasse isso, pouco se tem falado sobre a reivindicação de Pequim sobre quase todo o Mar do Sul da China, uma das mais importantes rotas comerciais do mundo, acompanhada de uma possível ofensiva chinesa contra Taiwan — que é responsável por 50% da produção mundial de semicondutores.

A importância de semicondutores vai de telefones a carros, e espera-se que atinga US$ 1 trilhão de vendas anuais daqui a 10 anos. Atualmente o PIB de Taiwan é de US$ 800 bilhões, e o valor de mercado da Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC), principal fornecedor mundial de semicondutores, é mais do que 50% do PIB de Taiwan.

Os EUA, sozinhos, têm mais de US$ 1 trilhão circulando no Mar do Sul da China, por exemplo. A ameaça de uma tomada chinesa aumenta a tensão entre as duas potências, já agravada pela posição imparcial da China em relação ao conflito Rússia-Ucrânia. Quem controlar essa área certamente controlará grande parcela do comércio global, já que mais de 20% dele passa por lá, de acordo com a Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

Somando-se os interesses comerciais da indústria de semicondutores, interesses econômicos e sociais no futuro do estado de Taiwan, e o fluxo livre de mercadorias no Mar do Sul da China, é improvável que exista lugar que concentre maior importância macroeconômica quanto o sudeste da Ásia.

Não são poucos os desafios relacionados à segurança no mundo e, com certeza, não são pequenas as suas consequências. Novas guerras e a intensificação dos conflitos existentes estão longe do que todos desejam, mas são uma realidade que não pode ser deixada de lado pelos investidores.

O Brasil tem a chance de se tornar um dos principais destinos dos investidores, visto a possibilidade de recessão nos EUA, e iminência da recessão na Europa.

Para o país, é desejável o aumento do investimento estruturante, que aumente a capacidade competitiva de produtos e serviços nacionais, e não investimento especulativo, que é o que o Brasil está acostumado a receber, com a alta taxa de juro e volatilidade da bolsa e do câmbio. Equities e empreendedores competentes são imprescindíveis neste momento.

Para os investidores, continuam os princípios da cautela e o de que o país traz oportunidades para quem constrói e não para quem especula. Pensar em renda fixa e em dívida como únicas opções aumenta a dependência do investidor do desempenho político econômico brasileiro.

Ativos no exterior, desassociados do risco Brasil, são uma compensação natural e arriscada dado o contexto geopolítico. Já estruturas de equity, que utilizem crédito para garantir um prêmio ao CDI, apresentam maior possibilidade de valorização e retornos no longo prazo.

**Marcel Arins** é sócio-fundador da gestora de venture capital CapSur
**E-mail** marcel@capsurcapital.com

Valor
# Legislação & Tributos SP

## Destaques

### Honorários

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou dois recursos especiais, de relatoria do ministro Benedito Gonçalves, para julgamento sob o rito dos repetitivos. Os ministros vão definir se "é possível, ou não, a condenação da União ao pagamento de honorários de sucumbência em sede de ação civil pública" (Tema 1.177). O colegiado determinou a suspensão do trâmite, em segunda instância e também no STJ, dos recursos especiais e agravos em recurso especial fundados na mesma questão de direito. Ao propor a afetação, o ministro Benedito Gonçalves apontou que o caráter repetitivo da matéria foi verificado a partir de pesquisa à base de jurisprudência do STJ, que recuperou 30 acórdãos e 658 decisões monocráticas proferidas por ministros da 1ª e da 2ª Turmas em processos que discutiam a mesma controvérsia. A ministra Assusete Magalhães defendia a afetação do tema para a Corte Especial em vez da 1ª Seção, mas foi vencida. Ela apontou que a controvérsia sobre a aplicação do princípio da simetria, o qual isentaria tanto o autor quanto o réu do pagamento de honorários em ação civil pública, tem sido discutida nos órgãos de direito público e privado do STJ (Resp 1.981.398 e 1.991.439).

### Remoção das redes

Uma empresa de mídias sociais deverá reativar as contas de um profissional autônomo que teve seus perfis cancelados sem justificativa. A empresa também foi condenada pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais a pagar o internauta uma indenização por danos morais de R$ 5 mil. O empresário apontou, nos autos, que utilizava os perfis para comercializar produtos e complementar sua renda. Porém, em dezembro de 2021, foi surpreendido por uma mensagem informando o encerramento de suas contas, sem qualquer explicação. Ele alega que suas tentativas de solucionar a questão pelos canais oficiais e de forma administrativa foram ineficazes. A empresa sustentou que o cancelamento do acesso não foi arbitrário, mas deveu-se à violação dos termos de uso do e das políticas de funcionamento do serviço. O pedido do empresário foi julgado procedente em julho de 2022. Ao analisar o caso, o juiz Sergio Pacelli considerou que a empresa não esclareceu as infrações supostamente cometidas pelo usuário. A decisão foi mantida, por unanimidade, pelo TJMG (processo nº ?5013294-81.2022.8.13.014).5

### Viagem com animal

A Justiça Federal do Paraná determinou que o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) entregue Certificado Veterinário Internacional (CVI) para que animal de estimação acompanhe seu dono em viagem internacional. O mandado de segurança foi concedido pelo juiz federal Vicente Ataide Jr., durante plantão judiciário. Moradora de Curitiba, a autora da ação queria realizar viagem turística de ônibus até a cidade de Mendoza, na Argentina. Alegou que após enviar a declaração solicitada a respeito das datas de nascimento do animal, aplicação da vacina antirrábica e do respectivo reforço, houve a negativa em emitir o e-CVI sob o argumento de que o feito só deveria retornar "após atender as solicitações anteriores". Ao analisar a documentação, o juiz entendeu que não prevalecem as dúvidas suscitadas administrativamente ou que questionem a legibilidade dos documentos. "Cabe destacar, ao fim, de que se trata de animal sem raça definida, com características visivelmente semelhantes aos de animais obtidos em adoção para os quais não se faz registro (e nem é razoável fazer) da data de nascimento ou obtenção/doação" (com informações do JFPR).

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Advogada Janaína Vanzelli: procura para a elaboração de planos de stock options cresceu de 50% a 60% no SFCB

**Previdenciário** Decisões recentes e projeto de lei para regular o tema contribuem para adoção da política

# Nova jurisprudência impulsiona planos de opções de ações

**Laura Ignacio**
De São Paulo

A mudança na jurisprudência vem impulsionando a busca das companhias por planos de "stock options" — opções de ações oferecidas aos funcionários. Recentes decisões têm se firmado a favor das empresas, segundo balanço realizado pelo escritório SFCB Advogados. Somado a isso, um projeto de lei específico começou a tramitar no Senado para regular esse tipo de política, vista como eficaz, especialmente para atrair e reter jovens profissionais da geração Z.

O maior entrave para a implementação de planos de stock options sempre foi o risco de acabar no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ou nos tribunais. Isso porque ainda não há lei sobre o assunto e a Receita Federal autua as companhias quando interpreta a adoção desse mecanismo de remuneração como uma forma disfarçada de pagamento de salário. O objetivo, segundo o Fisco, seria evitar a incidência da contribuição previdenciária.

De acordo com balanço do SFCB Advogados, nos últimos cinco anos, foram proferidas pelo Carf ao menos 21 decisões relevantes sobre o assunto e a maioria desfavorável ao contribuinte. "Mas a recente decisão da Câmara Superior favorável ao plano de stock options da Gerdau aponta uma nova tendência", diz a advogada da banca Janaína Vanzelli. "Ficou claro para os conselheiros que tem algum risco, alguma imprevisibilidade na compra de ações, então não é remuneração", acrescenta.

A Gerdau havia perdido a discussão na câmara baixa do Carf e recorreu da decisão à Câmara Superior (processo nº 16682.721015/2013-46). Por maioria de votos, os conselheiros afastaram a incidência de contribuição previdenciária por entender que o ganho do funcionário com as stock options decorre do mercado de capitais.

No mesmo período, o SFCB Advogados identificou nove decisões judiciais relevantes sobre o tema nos tribunais regionais federais do país. Segundo o levantamento, nas Cortes localizadas em São Paulo (TRF-3), Rio de Janeiro (TRF-2) e Porto Alegre (TRF-4) os entendimentos são mais favoráveis aos contribuintes.

"É no Judiciário onde a discussão sobre stock options termina e lá a análise sobre a natureza jurídica das stock options, se é mercantil ou contraprestação laborativa, é mais densa", diz Janaína. "O que mais faz os desembargadores afastarem a incidência previdenciária é a característica de ganho sujeito a um evento sem previsibilidade de quando vai ocorrer", explica. "Não se trata de importância pecuniária paga usualmente pelo empregador, mas um ganho eventual", diz decisão proferida este ano pelo TRF-4 (processo nº 5011291-12.2019.4.04.7205).

Por isso, a principal orientação para as empresas é que elas criem planos com critérios claros de não previsibilidade e onerosidade para o beneficiário, segundo Janaína. "Também de que é uma opção e não uma obrigação, de que existe risco para o profissional e sem atrelar as stock options à performance do funcionário".

De acordo com a advogada, recentemente a procura para a elaboração de planos de stock options cresceu de 50% a 60% no SFCB, principalmente por startups. Além disso, diz ela, essa não é mais uma política voltada para o C-level. "As empresas vêm colocando funcionários de gerência em um contexto de partnership, como se fossem sócios da companhia, por meio dos planos de stock options", afirma.

A busca pela estruturação de planos de opções de ações também tem aumentado no Lobo e de Rizzo, de acordo com Maria Carolina Bachur, sócia da área tributária do escritório. Por lá, segundo a advogada, a procura acontece principalmente por companhias em processo de internacionalização, subsidiárias brasileiras de multinacionais que precisam adaptar planos globais à realidade do país e aquelas que querem aperfeiçoar os termos atuais do plano.

Para Maria Carolina, as decisões recentes favoráveis às empresas, tanto no Judiciário quanto no Carf, mostram que hoje há uma linha consagrada na jurisprudência de que o plano de stock options deve ser considerado mercantil e não salário. "O primeiro precedente favorável do órgão máximo do Carf [Gerdau] certamente permitirá que outros casos cheguem à Câmara Superior, servindo de paradigma para recursos especiais de outros contribuintes", diz a advogada.

Já a sócia do Bocater Advogados Luciana Ibiapina Lira Aguiar afirma que, de 2020 para cá, sem uma decisão final do Judiciário a respeito, viu uma tendência de migração de planos de stock options para os Restricted Stock Units (RSU). Nesse outro tipo de remuneração para atrair e reter talentos, o funcionário recebe ações da empresa (não opções). Mas há condições restritivas estipuladas em contrato para que ele possa dispor delas, como tempo na empresa e resultados obtidos. Assim, incide contribuição previdenciária.

Contudo, Luciana vê a decisão da mais alta instância do Carf no caso Gerdau como uma boa notícia para quem agora pensa em adotar as stock options. "Os conselheiros compreenderam que incentivo dessa natureza não é remuneração pelo trabalho, mas uma forma extraordinária de reter, atrair", diz a especialista.

A possibilidade de regulamentação dos planos de stock options também ajuda a conferir segurança jurídica para a adoção da prática, segundo advogados. Com esse objetivo, está em tramitação no Senado o Projeto de Lei n° 2.724, de 2022, de autoria do senador Carlos Francisco Portinho (PL/RJ).

Para Portinho, a aprovação do marco legal também é importante para gerar oportunidades no mercado, especialmente no setor da tecnologia, como startups. A expectativa, segundo ele, é que, com o engajamento dos setores produtivos, haverá força para o Senado aprovar o PL.

"Essa importante forma de incentivo financeiro, que pode ser concedido aos colaboradores e prestadores de serviços, tem sido alvo constante de discussões administrativas e judiciais", diz a justificativa do PL. "O que, por via oblíqua, impacta negativamente o crescimento econômico do país", acrescenta.

O PL conceitua os planos de stock options como de caráter mercantil e estabelece, entre outros, o dever de se estipular condições e prazos para o exercício da opção de compra das ações.

Quanto à tributação, o marco legal determina apenas o pagamento do Imposto de Renda, no momento da alienação das participações societárias. O IR incidiria sobre a diferença positiva entre o preço de venda das ações e o de compra.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não retornou até o fechamento desta edição.

# Advogados mapeiam futuras mudanças na legislação trabalhista

**Bárbara Pombo**
De São Paulo

Advogados e consultores têm mapeado para as empresas pontos da legislação trabalhista que podem vir a ser alterados a partir de 2023, quando assume o novo governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Pelo menos três questões devem ser alvo de debate: justiça gratuita, contribuição sindical e a regulação do trabalho mediado por aplicativos e plataformas na internet como Ifood, Uber e Rappi.

A partir de declarações do futuro presidente, do vice Geraldo Alckmin (PSB) e de outros aliados, os especialistas têm montado quebra-cabeças para apresentar às companhias de segmentos que devem ser mais duramente atingidos.

No plano de governo protocolado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a campanha petista prometeu a revogação dos "marcos regressivos" da atual legislação, modificada pela reforma trabalhista, em vigor há cinco anos. Não especificou quais seriam esses marcos, mas previu expressamente o restabelecimento do acesso gratuito à Justiça do Trabalho.

A reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017) — uma das marcas do governo do ex-presidente Michel Temer (MDB) — mudou a dinâmica para abrir as portas do Judiciário. Antes, bastava o trabalhador declarar insuficiência financeira para ficar livre do pagamento das custas do processo.

Com a alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o benefício da gratuidade foi limitado àqueles que recebem menos de 40% do teto do INSS, o equivalente a R$ 2,8 mil em valores atuais. Para os que recebem mais é exigida a comprovação de falta de condição financeira.

Há questionamento sobre o assunto no Supremo Tribunal Federal (ADC 80). No Senado, tramita uma proposta para retomar a regra anterior à reforma trabalhista. O Projeto de Lei nº 362, de 2017, de autoria do senador Paulo Paim (PT), conta com o apoio da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

"Foi uma perversidade do legislador [com a reforma] enfraquecer o acesso à Justiça que qualquer brasileiro tem, e dificultar ainda mais para o trabalhador comparado aos outros cidadãos, como o consumidor ou outro postulante na área civil", afirma o presidente da entidade, o juiz Luiz Colussi.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) proferiu uma decisão recente de que, mesmo após a reforma, basta a declaração de insuficiência de recursos para obter o direito à isenção de custas judiciais. É da Subseção I Especializada em Dissídios (SDI-1), responsável por uniformizar a jurisprudência (processo nº 415-09.2020.5.06.0351).

Advogados que representam empresas ponderam, por outro lado, que o filtro contribuiu para a redução de "aventuras judiciais". "É preciso ter critérios para uma análise caso a caso e exigência de informações mais detalhadas que a mera declaração individual", afirma Leticia Ribeiro, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe.

Por pressão das centrais sindicais, a discussão sobre a contribuição sindical também deve voltar e como prioridade, apontam advogados e consultores. Antes obrigatória com desconto na folha de salários, a contribuição passou a ser facultativa com a reforma trabalhista de 2017, reduzindo a arrecadação das entidades.

De acordo com Letícia, uma alternativa ao financiamento das atividades sindicais deve ser proposta. Um caminho previsível, diz, é estipular um percentual a ser pago às entidades em negociações em que os empregados sejam beneficiados.

"É um modelo equivalente ao que há na Argentina, que foi testado e funciona bem. Os empregados pagam de forma menos reativa porque percebem um ganho imediato. Na prática, existe no Brasil, mas ainda gera questionamentos", afirma a advogada.

Seria uma forma de resolver, segundo Leticia, um paradoxo criado pela reforma trabalhista que tirou uma fonte de custeio dos sindicatos, ao mesmo tempo em que ampliou a possibilidade de negociações coletivas. "A tendência do novo governo é equalizar essa questão", afirma.

A campanha de Lula também prometeu propor uma nova legislação trabalhista "de extensa proteção social" a alguns grupos. Isso inclui, por exemplo, os entregadores que trabalham por meio de aplicativos. No Congresso, existe mais de uma centena de projetos de lei que criam regras para este tipo de prestação de serviço.

A discussão sobre vínculo de emprego desses trabalhadores disparou no Judiciário. Gerou dezenas de ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, além de ações individuais. Esse cenário de judicialização é um dos elementos que faz com que consultores apostem que essa questão estará na pauta do novo governo.

"No sentido de encontrar um ponto de equilíbrio e de acenar para empresas e trabalhadores, que poderiam entrar em um regime especial da CLT", afirma o engenheiro Lucas Pena, CEO da Pact, legaltech que analisa o comportamento de passivos judiciais para empresas.

DIVULGAÇÃO

Advogada Leticia Ribeiro: mudança sobre justiça gratuita reduziu "aventuras judiciais"

# Mudanças no Perse e insegurança jurídica

**Opinião Jurídica**

Guilherme S. Grava e Gustavo Vaz Faviero

A concessão de benefícios fiscais, criando vantagens ou desagravamento tributário, deveria seguir a lógica da simplificação. Ao desonerar determinados setores da economia, o Poder Público tem o potencial de reverter, estrategicamente, diferentes cenários de crise, estimulando o desenvolvimento de empreendimentos relevantes ao país.

Ocorre que as constantes mudanças nas regras do jogo, muitas vezes realizadas por meio de iniciativas infralegais, comprometem essa finalidade, gerando incertezas para o contribuinte e proliferando o número de ações judiciais evitáveis. O que era para ser uma vantagem se torna uma dor de cabeça.

É exatamente isso o que vem ocorrendo com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A iniciativa, cujo nome remete à ideia de "perseverança", vem se demonstrando uma verdadeira armadilha às empresas que, de beneficiárias, podem repentinamente se tornar alvos de autuações indesejadas.

Como se sabe, as medidas restritivas à circulação que foram necessárias no contexto de crescimento da covid-19, geraram consequências negativas ao segmento de eventos. Este, em particular, foi um setor severamente impactado nas suas diferentes áreas — turismo, festas, e até eventos corporativos. Muitos negócios foram encerrados e diversos postos de trabalho foram fechados.

Nesse sentido, a desoneração criada pelo Perse, reduzindo temporariamente a 0% as alíquotas de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL, foi recebida como uma importante e bem-vinda iniciativa de retomada do setor.

Com essa vantagem as empresas viram diante de si um cenário para criar melhores condições para a recuperação e retomada das atividades.

Contudo, embora a proposta seja louvável, sua implementação não é isenta de críticas, já que desde a promulgação da lei os contribuintes vêm sendo surpreendidos por reviravoltas na regulamentação que, na prática, têm restringido o acesso e o escopo do programa.

A primeira delas veio com a Portaria nº 7.163/2021, do Ministério da Economia, que criou duas regras novas que não existiam no texto legal original. Uma foi a limitação do enquadramento no benefício às empresas inseridas num rol específico de CNAEs indicados no novo documento. Outra foi a exigência de um prévio registro no Cadastur às empresas de turismo.

De fato, vincular o benefício ao CNAE torna mais objetivo o processo de concessão. Efetivamente, porém, o que ocorreu é que diversas empresas antes inseridas no conceito amplo de "setor de eventos" passaram, do dia para a noite, a ficar fora do Perse — sendo especialmente afetados os negócios não previamente registrados no Cadastur.

Uma segunda inovação impactante foi a da Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022 que, mais uma vez, em total desprendimento das regras fixadas pela lei, alterou completamente o funcionamento original do programa.

Enquanto a lei concedia desagravamento às empresas inseridas no setor de eventos, a IN passou a tratar como beneficiadas somente um rol limitado de receitas que, para o Fisco, seriam aquelas ligadas às atividades mais severamente impactadas pela crise.

**Insatisfeito, o Poder Executivo sai da sua esfera de competência para alterar o texto legal por vias infralegais**

Independentemente do que se possa pensar a respeito desta nova forma de interpretar o benefício, esta segunda mudança foi extremamente drástica, esvaziando de sentido o sistema que foi debatido e aprovado pelo Congresso.

Isso gerou uma nítida fragilidade: sem amparo em lei, estas novas restrições tinham legalidade muito questionável.

Eis que surge, então uma terceira grande mudança, desta vez pela Medida Provisória nº 1.147/2022.

O novo texto já surge com a missão de dar ares de legalidade a esta nítida contradição: de um lado, mantém o rol original de empresas que podem se enquadrar no programa; de outro, passa a incorporar as regras questionáveis da IN, alterando o escopo do programa para beneficiar um rol limitado de receitas de um rol limitado de empresas. Na prática, transfere-se ao Executivo a prerrogativa exclusiva de definir quais são as atividades contempladas pela redução de carga tributária.

Neste contexto de discussões sobre reformas, o caso do Perse é um bom lembrete do que não fazer. O que era para ser um programa amplo tem se tornado diminuto; o que era para gerar segurança tem gerado contencioso; o que deveria simplificar a vida do contribuinte, acabou por complicá-la.

É preciso rever este modo um tanto atabalhoado de conceder benefícios fiscais — o sistema tributário brasileiro já é complexo o suficiente.

Insatisfeito, o Executivo, em vez de aplicar a lei definida pelo Congresso, sai da sua esfera de competência para alterar por vias infralegais o texto legal.

Inseguros, contribuintes se vêm forçados a ingressar com ações judiciais para discutir temas tão básicos quanto "posso ser contemplado por este benefício?" ou "quais das minhas receitas estão desoneradas?".

Abarrotado, o Judiciário, atola-se de ações desnecessárias que continuarão tramitando por anos e anos a fio.

O Perse, como benefício fiscal tão fundamental na retomada da covid-19, segue indefinido. Por ora, sua real eficácia tem sido a de criar inseguranças jurídicas. Resta-nos aguardar a reação do novo Congresso Nacional e a interpretação do Judiciário a estas novas manobras do Executivo. Enquanto isso, a novela tributária continua.

**Guilherme Saraiva Grava e Gustavo Vaz Faviero** são, respectivamente, sócio da área tributária; e sócio e coordenador da área tributária no escritório Diamantino Advogados Associados.



---

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

**PG 10.47.179 – Licitação nº 179/2022** – Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação de Área de Preservação Permanente – APP, para atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, no empreendimento denominado SP-Jaraguá "Q", no município de São Paulo/SP. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br** a partir das 00h00min do dia 29/12/2022 – Esclarecimentos até 12/01/2023 – Abertura: 19/01/2023 às 10h, na Rua Boa Vista, 175, Edifício CIDADE II – Térreo – Auditório da CDHU, Centro, São Paulo/SP.

CDHU | GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

---

**ORE SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

**TERCEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 46ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 46ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Terceira Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("3ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **27 de janeiro de 2023, às 10 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 3ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 3ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 3ª AGT tem como objetivo deliberar sobre as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 3ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e agentefiduciario@framcapital.com. A 3ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Investidores que representem a maioria dos CRI em Circulação presentes à 3ª AGT, conforme cláusula 15.8. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 28 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

---

**ORE SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

**SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 36ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 36ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Sétima Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("7ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **17 de janeiro de 2023, às 10h00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 7ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 7ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 7ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a substituição do Cronograma de Pagamentos, conforme proposta publicada no site da Securitizadora; **(ii)** a exclusão da unidade 114 ("Unidade"), do empreendimento "Condomínio Alto de França", das Unidades em Estoque, em decorrência da quitação da Unidade pela compradora diretamente à Devedora; **(iii)** as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022; e **(iv)** a autorização para a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente 7ª AGT. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 7ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e agentefiduciario@vortx.com.br. A 7ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI representando a maioria dos CRI em Circulação presentes na 7ª AGT, conforme da cláusula 14.8. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 27 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

---

**CM HOSPITALAR S.A.**

CVM 02568-2 - Companhia Aberta ("Companhia")
CNPJ/ME nº 12.420.164/0001-57 - NIRE nº 35.300.486.854

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08/09/2022**

**Data, Hora e Local:** Realizada no dia 08/09/2022, às 09 hrs, reunidos por vid. Conf., nos ter. do art. 13 do Est. Soc. da Comp.. **Convocação e Presença:** Disp. a conv. prévia em virtude da presença da totalidade dos mem. do Cons. de Adm.. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro e secretariada pelo Sr. Luiz Felipe Duarte Martins Costa. **Ordem do Dia:** Em observância ao Art. 15, Parág. 1º, item (v), do Est. Soc. da Comp., apreciar e deliberar sobre: (i) o potencial investimento, pela Comp., no capital social de pessoa jurídica que opera no seg. de saúde ("Sociedade"), conforme os ter. e condições previstos nos Doc. da Ope., conf. definido no item "(ii)" abaixo ("Op."); (ii) a celebração, pela Comp., do Acordo de Investimento e Outras Avenças e seus respectivos anexos ("Acordo de Investimento") e demais documentos relacionados, incluindo o Acordo de Acionistas da Sociedade, cujas minutas substancialmente em suas versões finais foram disp. aos membros do Cons. de Adm. e ficam arq. na sede social da Comp. ("Doc. da Op."); e (iii) a real. de quaisquer providências, incluindo o aumento de capital da Soc., conforme os termos e condições previstos nos Doc. da Op. ("Obrigações da Op."); e (iv) a autorização para que a Diretoria da Comp. pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. **Deliberações:** Instalada a reunião, os membros do Cons. de Adm., após analisarem a ordem do dia e os materiais que lhe foram disponibilizados, deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições, aprovar: (i) a realização, pela Comp., da Op.; (ii) a celebração dos Doc. da Op. pela Comp.; (iii) a realização de quaisquer providências para cumprimento das Obrigações da Op.; e (iv) a autorização para que a Diretoria da Comp. pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Secretário: Luiz Felipe Duarte Martins Costa; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Paula Paschoal Queiroz de Morais. Ribeirão Preto, 08/09/2022. Mesa: Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro - Presidente, Luiz Felipe Duarte Martins Costa, Secretário. JUCESP nº 610.354/22-0 em 10/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

---



---

**VELOCE LOGÍSTICA S.A.** - CNPJ/MF nº 10.299.567/0001-64 - NIRE 35.300.360.711

**Extrato da Ata da Assembléia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Dezembro de 2022.**

**Data, Hora, Local:** 01.12.2022, às 9hs., na sede social, na Avenida Luiz Merenda, nº 215, Diadema/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa:** Naoya Kubo, Presidente; Junji Mizuno, Secretário. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** a destituição a partir de 01.12.2022, do **Naoya Kubo,** japonês, casado, do comércio, passaporte japonês nº TK6370303, residente e domiciliado em Tóquio/Japão, cargo de Presidente do Conselho de Administração e sua eleição como Conselheiro do Conselho de Administração; **(ii)** eleição do **Yusuke Shionoya**, japonês, casado, do comércio, passaporte japonês nº TZ0831311**,** residente e domiciliado em Tóquio/Japão, cargo de Presidente do Conselho de Administração. Os Conselheiros, eleitos, serão empossados em seus cargos nos termos da lei e do Estatuto Social, mediante assinaturas dos respectivos termos de posse, contendo a declaração de desimpedimento, devidamente arquivado no livro da Companhia, dispondo de todos os poderes necessários à administração, observadas, contudo, as restrições legais e as constantes do Estatuto Social. Os conselheiros, declaram que não estão impedidos, de exercer atividade mercantis. Os conselheiros eleitos permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, e não receberão qualquer remuneração pelo exercício do cargo, com prazo de mandato unificado até a data de realização da AGO que aprovar as contas relativas ao exercício encerrado em 31/03/2023. Tendo em vista as alterações constantes nos presentes itens, fica ratificada a composição do Conselho de Administração: Presidente - Yusuke Shionoya; Vice-Presidente - Mitsuhiko Okubo; e Conselheiros - Junji Mizuno e Naoya Kubo**. Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 01.12.2022. **Acionistas:** Mitsui & Co., Ltd. (p.p. Mitsuhiko Okubo) e Mitsui & Co. (Brasil) S.A. (p.p. Mitsuhiko Okubo). **Mesa:** Naoya Kubo - Presidente, Junji Mizuno - Secretário. JUCESP nº 687.173/22-0 em 12.12.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

---

**SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

A Sociedade Rural Brasileira convoca, nos termos dos artigos 11º e 32º, parágrafo único, do Estatuto Social, os associados, para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 9 de fevereiro de 2023, na sede social, à Rua Formosa, nº 367 – 19º andar – Centro – São Paulo - SP, para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Superior da Sociedade Rural Brasileira. A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á, em 1ª convocação, às 09h00, havendo número legal de presentes e, em 2ª convocação, às 10h00, com qualquer número, encerrando a votação às 17h00.

São Paulo, 28 dezembro de 2022

A Diretoria

---

**CNPJ SOB Nº 47.865.597/0001-09 - NIRE Nº 3530003189-0.**
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2022.**

**1) DATA, HORA, LOCAL:** 27 de outubro de 2022, às 11:00 horas, na Sede Social, à Rua Boa Vista, nº 170 - 13º andar. São Paulo - SP. **2) CONVOCAÇÃO:** Editais de Convocação publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", Caderno Empresarial, nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2022, nas páginas 6, 5 e 5 respectivamente, e no jornal "Diário Comércio Indústria & Serviços", nos dias 19 e 20 e 21 outubro de 2022, nas páginas E2, E3 e E2, respectivamente. **3) QUORUM:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do Capital Social, conforme assinaturas lançadas às fls. 086 no Livro de Registro Presença de Acionistas. Presentes os acionistas: Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Procuradora do Estado: Dra. Laura Baracat Bedicks; Dr. Rogerio Pecoraro pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB; Dr. Otoni França da Costa Filho pela DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A. **4) MESA DOS TRABALHOS:** Instalada a Assembleia, presidiu os trabalhos Dr. Rogerio Pecoraro, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, e escolhido para secretariar os trabalhos o Sr. Dauton Emerson de Mello. **5) ORDEM DO DIA:** 1) Eleição de membros para o Conselho Fiscal; 2) Outros assuntos de interesse da Companhia. **6) ESCLARECIMENTOS:** 1) A matéria foi devidamente apreciada pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, através do Parecer nº 080/2022, de 19/10/2022, referente ao Processo Eletrônico SOG-PRC-2022/00072; 2) A ata foi lavrada de forma sumária, de acordo com o que faculta o parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei federal nº 6.404/1976 e atualizações. **7) DELIBERAÇÕES EM ASSEMBLEIA:** Pelo **item "1"** da ordem do dia foi eleita para compor o Conselho Fiscal, por votação unânime a Sra. **HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA**, brasileira, casada, bacharel em arquitetura e urbanismo, portadora da cédula de identidade R.G nº 6.391.685-X, inscrita no CPF/MF sob. nº 042.304.748-57, residente na Rua Silvia Celeste de Campos nº 129, Bairro Alto de Pinheiros, nesta Capital como membro suplente do Conselho Fiscal, em vaga deixada por Gabriela Miniussi Engler Pinto Portugal Ribeiro, face a sua renúncia. O membro ora indicado contou com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 354/2022-SG), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00406, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações deste CODEC, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. Assim, o Conselho Fiscal ficará composto conforme segue: **FÁBIO GUIMARÃES SERRA** e seu respectivo suplente **RODRIGO BEZERRA DA SILVA** (ambos em 1º mandato); **ELISABETE FRANÇA** (2º mandato – 1ª recondução) e seu respectivo suplente **ANTONIO JOSÉ IMBASSAHY DA SILVA** (3º mandato – 2ª recondução); **LEONARDO MAURÍCIO COLOMBINI LIMA** (2º mandato – 1ª recondução) e sua respectiva suplente **KATHELEEN REGINA DA SILVA DARDIS DE CAMARGO** (1º mandato); **JOSÉ LUIZ GAVINELLI** (2º mandato – 1ª recondução) e sua respectiva suplente **HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA** (1º mandato) e **SILVIA APARECIDA MEIRA** e seu respectivo suplente **GUILHERME BUENO DE CAMARGO** (ambos em 1º mandato). Os conselheiros fiscais exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. As declarações de desimpedimento dos Conselheiros ora eleitos estão arquivadas na sede da Companhia. No **item "2"** da pauta, "outros assuntos de interesse da Companhia", o representante da acionista Fazenda do Estado de São Paulo destacou que não deverão ser deliberadas outras matérias, sem a prévia e expressa manifestação do CODEC, o que foi aprovado por unanimidade de votos. **ENCERRAMENTO:** Nada mais foi deliberado e havendo a tratar, a Presidente da Mesa, após agradecer o comparecimento dos acionistas da Companhia, declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e aprovada é por todos os presentes assinada. São Paulo, 27 de outubro de 2022. **Assinaturas Mesa:** Dr. Rogerio Pecoraro - Presidência da Mesa e Sr. Dauton Emerson de Mello - Secretário. **Acionistas presentes:** Dra. Laura Baracat Bedicks - Representante da Fazenda do Estado de São Paulo; Sr. Rogério Pecoraro - pp. Cia. Ambiental do Est. de S. Paulo – CETESB; Dr. Otoni França da Costa Filho pp. DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, Dr. Rogerio Pecoraro - Presidente da Mesa e o Sr. Dauton Emerson de Mello - Secretário. Secretaria de Desenvolvimento Econômico – JUCESP, certifico o registro sob nº 695.786/22-2 em 20/12/2022, Gisela Simiema Ceschim - Secretária Geral.

CDHU | GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

---

**ORE SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

**QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 25ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Quarta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("4ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **13 de janeiro de 2023, às 10h00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 4ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 4ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 4ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a não recomposição do Fundo de Liquidez no prazo de 5 Dias Úteis após notificação, enviada pela Securitizadora para a Devedora; **(ii)** a proposta para aumento do prazo de cura do cumprimento de obrigações pecuniárias para até o último dia útil do mês de vencimento da obrigação, mantendo, quando aplicável, a cobrança dos atuais encargos moratórios previstos na CCB para pagamento dentro deste período, bem como para alterar a multa para 5% sobre o saldo total, acrescido dos demais encargos moratórios previstos na CCB, caso o pagamento ocorra após o último útil dia do mês de vencimento da obrigação; **(iii)** as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022; e **(iv)** autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 4ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 4ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e fiduciario@commcor.com.br. A 4ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à 4ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 24 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

---

**ORE SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

**QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 28ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 28ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Quarta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("4ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **16 de janeiro de 2023, às 10h00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 4ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 4ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 4ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a não recomposição do Fundo de Liquidez no prazo de 5 Dias Úteis após notificação, enviada pela Securitizadora para a Devedora; **(ii)** a proposta para aumento do prazo de cura do cumprimento de obrigações pecuniárias para até o último dia útil do mês de vencimento da obrigação, mantendo, quando aplicável, a cobrança dos atuais encargos moratórios previstos na CCB para pagamento dentro deste período, bem como para alterar a multa para 5% sobre o saldo total, acrescido dos demais encargos moratórios previstos na CCB, caso o pagamento ocorra após o último útil dia do mês de vencimento da obrigação; **(iii)** as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022; e **(iv)** autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 4ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 4ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e fiduciario@commcor.com.br. A 4ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à 4ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 24 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

---

**ORE SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

**QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª E 44ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª e 44ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Quarta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("4ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **16 de janeiro de 2023, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 4ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 4ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 4ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a alteração conjunta dos seguintes cláusulas, termos e definições: **(i.a)** alteração do item xxviii, da Cláusula 5.1.2, da Escritura de Emissão de Debêntures, para que o valor limite da Dívida Líquida de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) seja atualizado monetariamente pela variação do IPCA desde a data de emissão das Debêntures, com efeitos válidos a partir da apuração já realizada com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora referentes a 31 de dezembro de 2021 (inclusive); **(i.b)** a alteração da Cláusula 4.13.4 e 4.13.4.1, da Escritura de Emissão de Debêntures, para prever o pagamento de prêmio equivalente a 1,00% (um por cento) a ser pago em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, aplicável sobre a soma do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e da Remuneração, devidos na data do Resgate Antecipado Facultativo Total; **(ii)** a alteração da Remuneração das Debêntures e da Remuneração dos CRI **de** 10,75% (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano **para** 12,00% (doze inteiros por cento) ao ano, com vigência a partir da parcela de remuneração a ser paga aos investidores em janeiro/2023, isto é, referente a remuneração acumulada entre 25/12/2022 a 25/01/2023; **(iii)** aprovação das demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022; e **(iv)** autorização para a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente 4ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 4ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. A 4ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.6 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.10 do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 27 de dezembro de 2022.
Diretor de Relação com Investidores

# Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 06.136.920/0001-18 – NIRE 35.300.315.588

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2022**

**Data, Hora e Local:** Aos 31/03/2022, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 23º andar, sala 04, Cidade Monções, São Paulo/SP. **Quorum:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação de editais. **Publicações Legais:** Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, publicadas no jornal Valor Econômico em 24/02/2022, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa:** Presidente: Marcelo Malanga; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Aviso:** A Companhia esclarece aos acionistas que em razão da entrada em vigor da Lei nº 13.818/19, em 01.01.2022, que modificou a redação do artigo 289 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Companhia realizará suas publicações legais no jornal "Valor Econômico", com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet e deixará de realizar suas publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, observando-se a legislação vigente. **Ordem do Dia: Em matéria Ordinária: (I)** Apreciar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Atuário da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(II)** Deliberar sobre a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(III)** Determinar a forma de distribuição do montante total do lucro líquido acumulado do exercício social encerrado em 31/12/2021; **(IV)** Deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros do Comitê de Auditoria, até a próxima Assembleia Geral Ordinária ("AGO"); **Em matéria Extraordinária: (V)** Reformar o Estatuto Social da Companhia; **(VI)** Constituição do Comitê de Auditoria; **(VII)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia; e **(VIII)** Eleição dos membros do Comitê de Auditoria. **Deliberações:** Por unanimidade dos acionistas presentes e com abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: **Em matéria Ordinária: (I)** Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, o Parecer do Auditor Independente e o Atuarial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2021, que foi publicado no jornal Valor Econômico, no dia 24/02/2022. **(II)** Aprovar a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021, no valor de R$182.806.600,12, na forma que segue, conforme proposta da administração constante nas Demonstrações Financeiras da Companhia: (i) A Companhia deixou de destinar o percentual de 5% à Reserva Legal, conforme limite previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) Para pagamento de dividendos referente ao resultado do exercício de 2021, no valor de R$182.806.600,12, os quais foram pagos aos acionistas no dia 10.12.2021. **(III)** Distribuição de dividendos constante na conta de Reserva de Lucro no montante de R$17.193.399,88, com data de crédito no dia 10.12.2021, conforme deliberação em Reunião do Conselho de Administração de 09.12.2021. **(IV)** Consignar que a remuneração anual global dos Administradores e também dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia, é realizada integralmente pela acionista Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. **Em matéria Extraordinária: (V)** Reformar o Estatuto Social da Companhia, de modo a alterar as redações dos seguintes artigos: a) Art. 2º, para alterar o andar da sede da Companhia para o 20º andar, Parte; e para incluir o parágrafo único ao referido artigo; b) Art. 3º, para inserir o parágrafo único ao referido artigo; c) Incluir o Art. 6º e renumerar os artigos subsequentes seguintes; d) § 3º do Art. 6º, que passou a constar como o novo § 2º do Art. 7º; e) § 5º do Art. 6º, que passou a constar como o novo § 5º do Art. 7º; f) Art. 9º, excluindo o parágrafo único, que passou a constar como o novo Art.10º; g) Excluir o Art. 11; h) Incluir o Art. 12 e Art. 13, referente a Administração da Companhia; i) Art. 13, que passou a constar como o novo Art. 15, modificando também o § 1º deste artigo; j) Art. 14, que passou a constar como o novo Art. 16, incluindo ainda novo parágrafo § 3º ao referido artigo e consequente renumeração do parágrafo subsequente; k) Art. 15, que passou a constar como o novo Art. 17, para incluir o inciso XVI e XVII, de forma a prever a competência do Conselho de Administração para acompanhar e celebrar acordos pela Companhia; l) Art. 16, que passou a constar como o novo Art. 18, incluindo ainda novo inciso II ao referido artigo, e consequente renumeração dos incisos subsequentes; m) Art. 17, que passou a constar como o novo Art. 19, para prever a criação do cargo de 1 Diretor responsável pelos controles internos; n) Excluir o § 1º do anterior Art. 18, que passou a constar como o novo Art.20, com a renumeração dos parágrafos subsequentes; o) Incluir o novo Art. 25 para definir as atribuições do Diretor responsável pelos controles internos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/2021; p) Art. 24 que passou a constar como o novo Art. 27, para incluir o § 1º e consequente renumeração dos parágrafos subsequentes; q) Art. 25, que passou a constar como o novo Art. 28; r) Incluir o Art. 29, para prever a instalação do Comitê de Auditoria, nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021; s) Art. 26, que passou a constar como o novo Art. 30, alterando os parágrafos 2º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º; e t) Art. 28 que passou a constar como o novo Art. 32. O conteúdo dos demais artigos permaneceram inalterados, tendo sido apenas renumerados. **(VI)** Constituir o Comitê de Auditoria, nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, o qual vigerá pelo tempo em que persistirem os requerimentos legais e regulatórios para sua exigência, nos termos do Estatuto Social; **(VII)** Diante das reformas acima aprovadas, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante, como **anexo** desta ata. **(VIII)** Eleger como membros do Comitê de Auditoria, os Srs.: (i) **Hélio Fernando Leite Solino**, portador da carteira de identidade nº 36.581.098-8 SSP/SP, e do CPF/ME nº 186.274.477-72, com mandato até 29.06.2022. (ii) **Luiz Roberto Cafarella**, portador da carteira de identidade nº 16.448.495-4, e do CPF/ME nº 060.839.468-83, com mandato até 16.06.2022. (iii) **Fernando Antonio Sodré Faria**, portador da carteira de identidade nº 00.374.319-51, SSP/BA, e do CPF/ME nº 000.621.385-53, com mandato até 16.05.2022. Os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos, não estão incursos em crime algum previsto em lei, que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei de Sociedades por Ações, bem como atende as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021. Os eleitos tomam posse no cargo nesta data, dia 31.03.2022, conforme Termos de Posse, arquivados na sede da Companhia. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no art. 134, § 1º, da Lei 6.404/76. **Auditor Independente e Atuário:** Foi dispensada a presença dos Auditor Independente e do Atuário. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Marcelo Malanga, **Secretário da Mesa:** Felipe Name Francisco, **Acionista:** Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., representada por seu Diretor Marcelo Malanga. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo (SP), 31/03/2022. **Felipe Name Francisco** – Secretário da Mesa. **Estatuto Social de acordo com AGOE de 31.03.2022. Título I – Da Denominação, Sede, Prazo e Objeto Social. Art. 1º.** A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º.** A Sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 20º andar, Parte, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04.576-010. **Parágrafo único.** A Sociedade poderá, por deliberação da Diretoria Executiva, instalar ou suprimir dependências em qualquer Praça do País ou do Exterior, observadas as normas legais pertinentes. **Art. 3º.** A Sociedade tem como objeto social a exploração das operações de seguros de danos, em qualquer de suas modalidades, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, bem como a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, ainda, participar, como sócia ou acionista, em quaisquer sociedades, observada a legislação aplicável. **Art. 4º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Título II – Do Capital e das Ações. Art. 5º.** O capital social é de R$ 138.961.331,56, representado por 70.284.367 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Art. 6º.** O aumento do capital social, mediante subscrição de ações, será deliberado pela Assembleia Geral na forma do artigo 170, da Lei nº 6.404/76, assegurando-se o direito de preferência dos acionistas, na forma do disposto no artigo 171 do mesmo diploma legal. **§ 1º.** Caberá à Assembleia Geral estabelecer e destino a ser dado às eventuais sobras. **§ 2º.** O acionista que deixar de realizar o pagamento das ações subscritas, nas condições previstas pela Assembleia Geral que autorizar o aumento do capital social, ficará, de pleno direito, constituído em mora. **§ 3º.** O acionista constituído em mora, ficará sujeito ao pagamento dos juros de 1% ao mês e multa de 10%, calculados sobre o valor em atraso. **§ 4º.** Verificada a mora do acionista a Sociedade procederá na forma prevista no artigo 107 da Lei nº 6.404/76. **Título III – Das Assembleias Gerais. Art. 7º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **§ 1º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 2º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 5 dias, dispensada a convocação quando comparecerem a totalidade dos acionistas. **§ 3º.** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado. **§ 4º.** A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global da remuneração dos administradores, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, se instalado. **§ 5º.** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por qualquer membro da Diretoria Executiva, ou ainda pelo representante do Acionista Controlador, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Título IV – Da Administração: Art. 8º.** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. **Art. 9º** Somente poderão ser eleitos para membros dos órgãos de administração pessoas naturais. Os membros do Conselho de Administração poderão ser acionistas ou não, residentes no País ou não, e os membros da Diretoria Executiva poderão ser acionistas ou não, residentes no País. **Art. 10.** Os administradores serão investidos em seus cargos mediante termos de posse lavrados nos livros de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva. **Art. 11.** Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos na Diretoria Executiva. **Art. 12.** Os mandatos dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se estenderão até a investidura de seu substituto. **Art. 13.** A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês de assessoramento com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente. **Capítulo I – Do Conselho de Administração: Art. 14.** O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros efetivos, e 9 membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Art. 15.** O Conselho de Administração terá 1 Presidente eleito pela maioria dos votos dos presentes à Assembleia Geral que nomear os membros do Conselho de Administração. **§ 1º.** No caso de impedimentos temporários, ausências, destituição, morte: **(a)** do Presidente – será designado o seu substituto pelos Conselheiros Efetivos, sendo necessariamente, um membro dentre estes; **(b)** do Conselheiro Efetivo – será designado o seu substituto pelos Conselheiros Efetivos, dentre os Conselheiros Suplentes. Tais designações serão "ad referendum" da primeira Assembleia Geral que se realizar. **§ 2º** As substituições previstas neste artigo que impliquem na acumulação de cargos, não implicarão na cumulação dos honorários e demais vantagens, nem do direito de voto do substituído. **Art. 16.** O Conselho de Administração reunir-se-á no mínimo trimestralmente, devendo as reuniões serem realizadas na sede da Sociedade, ou, caso todos os Conselheiros decidam, em outro local. Os membros do Conselho de Administração poderão, ainda, se reunir por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação, que serão realizados em tempo real, e considerados como em uno. **§ 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por 1 Secretário nomeado por quem as presidir e todas as suas deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio, devendo ser publicadas aquelas que produzirem efeito perante terceiros. **§ 2º.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dentre os membros presentes, ressalvados nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade, as matérias para as quais se exija quórum qualificado. **§ 3º.** O quórum será considerado válido para instalação das reuniões do Conselho de Administração, desde que 5 de 9 Conselheiros estejam. **§ 4º.** É admissível, para fins do caput desse Artigo, o voto exercido por fac-símile, por email ou por meio de instrumento particular de mandato, desde que outorgado a qualquer dos demais conselheiros. **Art. 17.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pelo Estatuto Social: **I** – cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; **II** – fixar a orientação geral dos negócios e operações da Sociedade; **III** – eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, bem como determinar as suas atribuições; **IV** – fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos; **V** – escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; **VI** – manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva e as demonstrações financeiras da Sociedade e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; **VII** – deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76, nos 3 primeiros meses seguintes ao término do exercício social; **VIII** – submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como examinar e deliberar sobre os balanços semestrais, ou sobre balanços levantados em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral; **IX** – submeter à Assembleia Geral propostas objetivando o aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações e reforma do Estatuto Social; **X** – apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Sociedade; **XI** – deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes; **XII** – autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias em valores superiores a 3% do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, bem como autorizar a constituição de joint ventures ou realização de alianças estratégicas com terceiros; **XIII** – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, sempre que excederem 3% do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária; **XIV** – deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria Executiva, bem como convocar os membros da Diretoria Executiva para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; **XV** – deliberar sobre os atos das sociedades controladas da Sociedade, sempre que se referirem às matérias de competência do Conselho de Administração previstas neste Estatuto Social e na lei; **XVI** – nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria, preencher as vagas que se verificarem por morte, renúncia ou destituição e aprovar o Regimento Interno do órgão, observadas as disposições do Título VI deste Estatuto Social. **XVII** – acompanhar e aprovar a celebração de acordo comerciais, financeiros ou imobiliários entre a Companhia, de um lado, e outra, direta ou indiretamente seus administradores, membros dos conselhos estatutários, e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes até o segundo grau; bem como seus controladores, outras sociedades sob controle comum ou sociedades ligadas, desde que referente às seguintes operações: I – às operações referentes à incorporação ou à desincorporação de ativos para fins de aumento ou de redução de capital social; II – aos participantes de planos ou segurados que, nessa condição, realizarem operações com supervisionada, quando estas estiverem no exercício exclusivo de seu objeto social, segundo regulamentação específica editada pela Susep; III – às operações de prestações de serviços, desde que a remuneração contratada seja compatível com os valores praticados no mercado e cujos contratos sejam aprovados e acompanhados pelo Conselho de Administração e pela diretoria da supervisionada; IV – às operações que, respeitadas as normas vigentes, forem contratadas entre supervisionadas, em decorrência de acordo operacional cujo objeto exclusivo seja o fomento da comercialização de produtos regulamentados no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados; e V – aos contratos de transferência de risco realizados entre sociedades seguradoras e resseguradores. **Art. 18.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: **I** – convocar e presidir as suas reuniões; **II** – convocar a Assembleia Geral dos acionistas; **III** – orientar a preparação das reuniões do Conselho; **IV** – acompanhar a execução das medidas que o Conselho recomendar ou determinar à Diretoria Executiva; **V** – designar tarefas especiais aos Conselheiros; e **VI** – convocar, quando o órgão estiver em funcionamento, os conselheiros fiscais para assistir as reuniões do Conselho de Administração cuja pauta incluir matérias sobre as quais o Conselho Fiscal deva opinar. **Capítulo II – Da Diretoria Executiva. Art. 19.** A gestão e a representação da Sociedade competem a uma Diretoria Executiva, composta de no mínimo 2 e no máximo 10 Diretores, sendo: 1 Diretor Presidente; 1 Diretor responsável pelos controles internos e os demais Diretores Executivos, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **Parágrafo único.** Na eleição de novo membro da Diretoria Executiva, ou de substituto, na hipótese de vacância, se iniciará um novo prazo de mandato. **Art. 20.** Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, aplicar-se-ão os seguintes critérios: I – o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor por ele indicado ou, na ausência dessa indicação, por um Diretor indicado em reunião de Diretoria Executiva; e II – os demais Diretores serão substituídos pelo Diretor que o Diretor Presidente designar. **§ 1º.** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, a juízo do Conselho de Administração, deixar de exercer as funções por 30 dias consecutivos. **§ 2º.** O Conselho de Administração poderá deixar de preencher ou substituir qualquer cargo de Diretor, exceto o de Diretor Presidente. **§ 3º.** As substituições previstas neste artigo que impliquem na acumulação de cargos, não implicarão na cumulação dos honorários e demais vantagens, nem do direito de voto do substituído, admitindo-se, todavia, que quando um dos membros da Diretoria Executiva estiver substituindo o Diretor Presidente, terá ele direito de voto de qualidade. **Art. 21.** A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quem ele designar. Suas reuniões serão secretariadas por 1 Secretário nomeado por quem as presidir e suas deliberações serão válidas quando tomadas pela maioria dos presentes, devendo constar de atas lavradas em livro próprio. **Parágrafo único.** O Diretor Presidente, nas reuniões da Diretoria Executiva, tem, além de seu voto pessoal, o voto de desempate. É admitido o voto escrito antecipado de qualquer Diretor ausente. **Art. 22.** A Diretoria Executiva está investida de todos os poderes necessários à realização dos fins sociais, especialmente para transigir, renunciar, desistir, prestar aceite, caução, aval e fiança, confessar dívidas, dar quitação, firmar compromissos, fazer acordos, contrair e conceder empréstimos, repassar financiamentos, celebrar contratos, onerar e alienar bens sociais, móveis, imóveis ou participações societárias permanentes e adquirir bens dessa natureza. **Art. 23.** As seguintes matérias dependerão de aprovação da Diretoria Executiva, por deliberação de seus membros: **I** – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; **II** – nomear representantes e correspondentes, no País e no exterior; **III** – executar, dentro da orientação geral estabelecida pelo Conselho de Administração, os negócios e operações, fixando sua programação com autonomia pertinente aos interesses da Companhia; **IV** – aprovar regulamentos e planos de administração; **V** – deliberar sobre o manual de organização e sobre a estruturação do quadro de pessoal, fixando padrões de vencimentos e outras eventuais vantagens; **VI** – nomear ou contratar representantes ou agentes e correspondentes particulares e resolver sobre sua destituição; **VII** – apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de cada exercício ao Conselho de Administração, após manifestação do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, para posterior submissão à Assembleia Geral; **VIII** – apresentar ao Conselho de Administração proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, inclusive o valor dos dividendos; **IX** – consultar e solicitar, pareceres ao Conselho Fiscal, quando em funcionamento; **X** – autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias com terceiros, compreendidos entre 1% e 3% do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária; **XI** – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, sempre que compreenderem entre 1% e 3% do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária; **XII** – autorizar a abertura ou encerramento de dependências; **XIII** – autorizar a representação da Sociedade por 1 Diretor ou 1 procurador individualmente; **XIV** – deliberar sobre operações e aplicações de recursos, podendo, se conveniente, fixar normas e limites cadastrais ou orçamentários a serem observados; **XV** – aprovar o Plano Trienal de Negócios da Companhia, proposto pelo Diretor Presidente; **XVI** – deliberar sobre a criação, alteração e extinção dos Comitês da Sociedade, técnicos ou consultivos, permanentes ou não, definindo suas respectivas responsabilidades e competências, bem como eleger e destituir seus membros. **Art. 24.** Compete ao Diretor Presidente: **I** – presidir as reuniões da Diretoria Executiva; **II** – coordenar as atividades dos demais membros da Diretoria Executiva; **III** – zelar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva; **IV** – superintender, coordenar e orientar as atividades sociais; **V** – fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; **VI** – autorizar planos de expansão e investimento da Sociedade, manifestando-se sobre os orçamentos apresentados e examinando a sua execução; **VII** – propor, implementar e revisar o Plano Trienal de Negócios da Companhia, desde que aprovado pela Diretoria Executiva, conforme inciso XV do Art. 23 deste Estatuto. **Art. 25.** São atribuições do Diretor responsável pelos controles internos: **I** – orientar e supervisionar: **a)** a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, nos termos do art. 14, inciso I da Resolução CNSP nº 416/2021; e **b)** as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; **II** – prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos com os recursos necessários para que possam desempenhar as suas respectivas atividades, em especial quanto a: **(a)** os recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; e **(b)** acesso irrestrito e tempestivo às informações necessárias para a realização de suas análises; **III** – informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** riscos novos ou emergentes; **(b)** níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; **(c)** ações relativas à gestão de riscos; e **(d)** deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento. **§ 1º.** O Diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio; **§ 2º.** O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos ou o Conselho de Administração, quando existente, ou com o Diretor Presidente ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores; **§ 3º.** O Diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada; **§ 4º.** É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Art. 26.** Compete aos demais Diretores Executivos colaborar com o Diretor Presidente nos encargos que lhe são afetos, desempenhando as funções que lhe forem atribuídas por eles ou pela Diretoria Executiva. **Art. 27.** Como regra geral e ressalvados os casos dos parágrafos subsequentes, a Sociedade se obriga, validamente, sempre que representada por 2 membros quaisquer da Diretoria Executiva em conjunto; por 1 membro da Diretoria Executiva em conjunto com 1 procurador, ou por 2 procuradores, em conjunto, no limite dos respectivos mandatos. **§ 1º.** Os atos descritos nos artigos 17 e 23 poderão ser praticados somente depois de autorizados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva, conforme o caso. **§ 2º.** A Sociedade será representada por apenas um Diretor ou um procurador: **I** – nos casos em que a Diretoria Executiva tiver autorizado tal representação singular, desde que a Sociedade seja representada pelo Diretor designado para a prática do respectivo ato; **II** – quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Sociedade, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Sociedade e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza; **III** – nos casos em que a natureza do ato imponha representação singular como o depoimento pessoal. **§ 3º.** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: **I** – todas as procurações terão de ser assinadas por 2 Diretores, em conjunto, ressalvados os atos de representação singular; **II** – exceto nos casos de representação judicial ou similar, todas as procurações serão por prazo certo e terão os poderes especificados, no instrumento de mandato. **§ 4º.** Serão nulos e não gerarão responsabilidade para a Sociedade os atos praticados em desconformidade às regras deste artigo. **Título V – Do Conselho Fiscal. Art. 28.** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente, instalando-se nos exercícios sociais em que for convocado pelos acionistas, com a composição de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que o instalar, que lhe fixará a respectiva remuneração. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal terão as funções e atribuições previstas em lei, e serão substituídos nos casos de impedimentos, faltas ou vacância pelos respectivos suplentes. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos a partir da instalação do Conselho até a primeira Assembleia Geral Ordinária, que se realizar após a sua eleição. **Título VI – Do Comitê de Auditoria. Art. 29.** A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dentre pessoas que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição por mais 2 anos, nos termos da legislação aplicável. **§ 1º.** O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. **§ 2º.** Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: **I** – estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; **II** – recomendar, à administração da supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; **III** – revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras; **IV** – avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade supervisionada, além de regulamentos e códigos internos; **V** – avaliar a aceitação, pela administração da supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pela auditoria interna, ou as justificativas para a sua não aceitação; **VI** – avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; **VII** – recomendar à Diretoria Executiva da Sociedade, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **VIII** – reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor Presidente da supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado ou grupo e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; **IX** – verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Executiva; **X** – reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração da Sociedade, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; **XI** – elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis; e **XII** – outras atribuições determinadas pela Susep. **§ 3º.** Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere o inciso XI deste Artigo. **Título VII – Do Exercício Social, Balanços e Dividendo Obrigatório. Art. 30.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, serão levantados balanços, com obediência às prescrições legais e regulamentares aplicáveis. **§ 1º.** Fica facultado à Diretoria Executiva: I – declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral; **II** – determinar o levantamento de balanços trimestrais, bimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 19 do artigo 182 da Lei nº 6.404/76; e **III** – declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 2º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho de Administração, apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância ao disposto neste Estatuto Social e na Lei. **§ 3º.** A Diretoria Executiva poderá propor, e a Assembleia Geral deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício uma parcela de ao menos 5% para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: **I** – sua constituição não prejudicará o direito de os acionistas receberem o pagamento do dividendo obrigatório previsto no § 4º, infra; **II** – seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso; e **III** – a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Sociedade, independentemente das retenções de lucro vinculados ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: **a)** na absorção de prejuízos, sempre que necessário; **b)** na distribuição de dividendos, a qualquer momento; **c)** nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações autorizadas por lei; e **d)** na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. **§ 4º.** Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido, obedecido ao mínimo obrigatório de 25% sobre ele incidente com os seguintes ajustes: **I** – O acréscimo das seguintes importâncias: **a)** resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; **b)** resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para reserva de lucros a realizar; e **II** – o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. **§ 5º.** Do valor do dividendo obrigatório de cada exercício, será deduzido, previamente, o dividendo intermediário ou intercalar, declarados na forma deste Estatuto Social. **§ 6º.** A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o § 4º. supra. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos do referido § 4º, poderá ser paga, por deliberação da Assembleia Geral, aos membros da Diretoria Executiva, uma participação no lucro semestral. **§ 7º.** A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho de Administração, destinar à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Sociedade, submetido pela Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho de Administração, à aprovação da Assembleia Geral e por esta revisto anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos. **§ 8º.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas constituídas em balanços semestrais ou intermediários. **§ 9º.** Por deliberação da Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho de Administração, poderão ser pagos, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, juros sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, cujo valor poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios de que trata o § 4º deste artigo, nos termos da legislação vigente. **Art. 31.** Os dividendos não reclamados em 3 anos prescrevem em favor da Sociedade. **Título VIII – Da Liquidação. Art. 32.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. **Título IX – Das Disposições Gerais. Art. 33.** Nos casos omissos neste Estatuto, recorrer-se-á aos princípios de Direito e às leis, decretos, resoluções e demais atos baixados pelas autoridades competentes. São Paulo (SP), 31/03/2022. **Euds Pereira Furtado** – Procurador. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 696.200/22-3 em 22/12/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

# VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 10ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 10ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 23 de janeiro de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Recebíveis Imobiliários da 10ª Emissão, Série Única da Emissora, celebrado em 29 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a transferência da totalidade das Quotas Alienadas de emissão da Glasgow Incorporações e Participações Ltda. ("SPE 2") detidas pelo Antonio Mario Yunes no montante de 0,6% (zero vírgula seis por cento), Cristiano Chammas Yunes no montante de 0,2% (zero vírgula dois por cento) e Rodrigo Chammas Yunes no montante de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ("Fiduciantes Pessoas Físicas"), para a AMY ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. e que atualmente detém 99% (noventa e nove por cento) das cotas da SPE 2, de modo que com formalização e aprovação da presente Assembleia a AMY em conjunto com as Fiduciantes Pessoas Físicas deverão formalizar a transferência das cotas e enviar à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, a cópia do livro de registro de cotas refletindo a titularidade da AMY de 100% (cem por cento) do capital social da SPE 2, sendo certo será mantida como garantia da Emissão a totalidade das cotas da SPE 2 após a transferência de titularidade ("Transferência de Cotas"); **b)** Caso aprovado o item (i) acima, anuir previamente com a Transferência de Cotas da SPE 2 de forma a não incidir em Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto nos itens (e) e (p) da cláusula 6.4.2 do Termo de Securitização e dos itens (e) e (p) da cláusula 6.1.2 do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Nota Comercial, Em Série Única, para Colocação Privada, da Glasgow Incorporações e Participações Ltda."* ("Escritura de Emissão"), como também do Vencimento Antecipado previsto nos itens (k) e (v) do subtítulo "Do Vencimento Antecipado" da *"Cédula de Crédito Bancário nº 10012204009600"* ("CCB"); **c)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos CRI em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRI em circulação, conforme cláusula 14.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas em primeira convocação por Titulares dos CRI, que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação presentes na Assembleia, conforme cláusula 14.8 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos utilizados neste Edital de Convocação iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste Edital de Convocação, terão os significados que lhes são atribuídos no Termo de Securitização e demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 28 de dezembro de 2022. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

## ABERTURA DE LICITAÇÕES

**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS - CAS - DIVISÃO DE SUPRIMENTOS**

**Encontram-se abertos no Gabinete, os seguintes pregões:**

**Pregão Eletrônico nº 002/2023-SMS.G,** processo **6018.2022/0087789-9**, destinado ao **registro de preços** para o fornecimento de **Medicamentos,** para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Licitação, Pesquisa de Preços e Compras/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Medicamentos, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9h30min** do dia **13 de janeiro de 2023,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da **13ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.

**Pregão Eletrônico nº: 003/2023-SMS.G,** processo **6110.2020/0022784-0,** destinado ao **registro de preços** para o fornecimento de **Catéter Intravenoso Periférico Safety Valvulado,** para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Licitação, Pesquisa de Preços e Compras/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Material Médico Hospitalar, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **10h30min** do dia **17 de janeiro de 2023,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da **1ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.

**Pregão Eletrônico nº: 004/2023-SMS.G,** processo **6018.2022/0015802-7**, destinado ao **registro de preços** para o fornecimento de **Lanceta para Lancetador para Punção Digital, com Lancetador em Regime Comodato,** para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Licitação, Pesquisa de Preços e Compras/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Material Médico Hospitalar, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **10h30min** do dia **19 de janeiro de 2023,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da **1ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.

**Pregão Eletrônico nº: 1049/2022-SMS.G,** processo **6018.2022/0091920-6**, destinado à **Aquisição de Vacina Pneumocócica 13-Valente (Conjugada),** para a SMS/COVISA/G/PMI - Programa Municipal de Imunizações, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9h30min** do dia **10 de janeiro de 2023,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da **2ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.

**Documentação - Pregão Eletrônico:** Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, www.comprasnet.gov.br, até a data de abertura, conforme especificado no edital.

**Retirada de Editais:** Os editais dos pregões acima poderão ser consultados e/ou obtidos nos endereços: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br; www.comprasnet.gov.br, quando pregão eletrônico; ou, no gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, na Rua General Jardim, 36 - 3º andar - Vila Buarque - São Paulo/SP - CEP 01223-010, mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo.

# Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

CNPJ nº 27.665.207/0001-31 - NIRE nº 3530013990-9

**Extrato da 426ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 10/02/2022**

Em 10/02/2022, às 18h30, na Sede de forma virtual e os membros do Conselho de Administração proferiram seus votos por meio eletrônico, conforme previsto no Art. 18, §3º, do Regimento Interno do Conselho, sob a presidência do Sr. Fausto de Andrade Ribeiro, que convidou a mim, Daniela Ramos Scarin, como Secretária. **I. Deliberações: 1.1. Renúncia de Membro Titular do Comitê de Auditoria:** O Conselho de Administração tomou conhecimento do pedido de renúncia feito no dia 10/02/2022 do membro titular do Comitê de Auditoria, **Sr. Samir Soares dos Santos.** O Conselho reconheceu a dedicação e o desempenho, bem como o agradeceu pelo período em que participou do Comitê de Auditoria. **1.2. Eleição de Membros do Comitê de Auditoria:** O Conselho de Administração elegeu nesta data, por unanimidade, e em complemento à 411º RCA, realizada em 15/07/2021, com mandato até 07/05/2022, conforme §4º, artigo 29 do Estatuto Social, para compor o Comitê de Auditoria, conforme indicações realizadas em 16/12/2021, os membros abaixo qualificados: Membro indicado pela BB Seguros Participações S/A: eleito o Sr. **Sergio Iunes Brito,** CI nº 686.487 SSP/DF, CPF nº 270.690.521-20. Membro indicado em comum acordo entre os acionistas: eleito o Sr. **Marvio Sarmento Botelho,** RG nº 07811957-5 SSP/RJ e CPF nº 884.756.627-49. Nada mais. ***Daniela Ramos Scarin** - Secretária.* **JUCESP** nº 697.166/22-3 em 22/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

# SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/ME Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485

**COMPANHIA ABERTA**

**CERTIFICAÇÃO - ATA DA 267ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2022**

Certificamos que a Ata da 267ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21.12.2022, às 8 horas, realizada por videoconferência, e publicada no jornal Valor Econômico na versão Impressa e Digital na data de 22.12.2022, foi registrada junto a **Jucesp** sob nº 697.484/22-1 em sessão de 26.12.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

# GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

## SESP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**AVISO DE ABERTURA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2022/SESP-MT**

**PROCESSO: SESP-PRO-2022/36008 E SIAG Nº 0036008/2022**

A Secretaria de Estado de Segurança Pública vem a público informar a abertura do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2022/SESP-MT**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no preparo e fornecimento de alimentação, consistente em café da manhã, almoço e jantar em todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento de reeducandos das Unidades Penais (masculinas) de Comodoro-MT, Tangará da Serra - MT, Água Boa-MT e Juína-MT.

**LANÇAMENTO E ENVIO DA (S) PROPOSTA (S) NO SIAG**: 28/12/2022 a 10/01/2023, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão em que o horário máximo de aceitação estará condicionado a 30 minutos antes do início da mesma, ou seja, até as 08h00min - Horário local (Cuiabá/MT).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS**: 10/01/2023 às 08h30min (horário de Cuiabá-MT), no Portal de Aquisições da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso – SEPLAG/MT. Link: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/**

**EDITAL**: Disponibilizado no Portal de Aquisições da SEPLAG/MT, acessível por meio do Link: **https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp**

**ESCLARECIMENTOS: pregao@sesp.mt.gov.br**

**TELEFONES PARA CONTATO**: (65) 3613-5536 e 3613-8146.

Cuiabá-MT, 27 de dezembro de 2022.

*(ORIGINAL ASSINADO)*

**CARLOS GEORGE DE CARVALHO DAVIM**

Secretário de Estado de Segurança Pública em Subst. Legal

SESP-MT

## EDITAL DO IPTU 2023
## CALENDÁRIO DE ENTREGA DAS NOTIFICAÇÕES

**A PREFEITURA DE SÃO PAULO, nos termos do § 2º do artigo 10 da Lei nº 14.107, de 12/12/05, com a redação da Lei nº 14.865, de 29/12/08, comunica que os proprietários e/ou possuidores de imóveis localizados neste Município serão notificados dos lançamentos do IPTU relativos ao exercício de 2023 por meio da entrega das NOTIFICAÇÕES, pelo Correio, nas datas constantes da relação abaixo:**

| Vencimento da primeira parcela ou à vista | Postagem no Correio | Limite para recebimento pelo contribuinte | Período para emitir 2ª via pela Internet ou efetuar a comunicação nas Subprefeituras | |
|---|---|---|---|---|
| 01/02/2023 | 19/01/2023 | 24/01/2023 | 26/01/2023 | 31/01/2023 |
| 02/02/2023 | 19/01/2023 | 24/01/2023 | 26/01/2023 | 01/02/2023 |
| 03/02/2023 | 19/01/2023 | 26/01/2023 | 27/01/2023 | 02/02/2023 |
| 04/02/2023 | 20/01/2023 | 27/01/2023 | 30/01/2023 | 03/02/2023 |
| 05/02/2023 | 20/01/2023 | 27/01/2023 | 30/01/2023 | 03/02/2023 |
| 06/02/2023 | 20/01/2023 | 27/01/2023 | 30/01/2023 | 03/02/2023 |
| 07/02/2023 | 24/01/2023 | 30/01/2023 | 31/01/2023 | 06/02/2023 |
| 08/02/2023 | 24/01/2023 | 31/01/2023 | 01/02/2023 | 07/02/2023 |
| 09/02/2023 | 26/01/2023 | 01/02/2023 | 02/02/2023 | 08/02/2023 |
| 10/02/2023 | 27/01/2023 | 02/02/2023 | 03/02/2023 | 09/02/2023 |
| 11/02/2023 | 27/01/2023 | 03/02/2023 | 06/02/2023 | 10/02/2023 |
| 12/02/2023 | 30/01/2023 | 03/02/2023 | 06/02/2023 | 10/02/2023 |
| 13/02/2023 | 30/01/2023 | 03/02/2023 | 06/02/2023 | 10/02/2023 |
| 14/02/2023 | 01/02/2023 | 06/02/2023 | 07/02/2023 | 13/02/2023 |
| 15/02/2023 | 02/02/2023 | 07/02/2023 | 08/02/2023 | 14/02/2023 |
| 16/02/2023 | 02/02/2023 | 08/02/2023 | 09/02/2023 | 15/02/2023 |
| 17/02/2023 | 06/02/2023 | 09/02/2023 | 10/02/2023 | 16/02/2023 |
| 18/02/2023 | 06/02/2023 | 10/02/2023 | 13/02/2023 | 17/02/2023 |
| 19/02/2023 | 06/02/2023 | 10/02/2023 | 13/02/2023 | 17/02/2023 |
| 20/02/2023 | 06/02/2023 | 10/02/2023 | 13/02/2023 | 17/02/2023 |
| 21/02/2023 | 06/02/2023 | 10/02/2023 | 13/02/2023 | 17/02/2023 |
| 22/02/2023 | 06/02/2023 | 10/02/2023 | 13/02/2023 | 17/02/2023 |
| 23/02/2023 | 09/02/2023 | 15/02/2023 | 16/02/2023 | 22/02/2023 |
| 24/02/2023 | 09/02/2023 | 16/02/2023 | 17/02/2023 | 23/02/2023 |
| 25/02/2023 | 10/02/2023 | 17/02/2023 | 22/02/2023 | 24/02/2023 |
| 26/02/2023 | 10/02/2023 | 17/02/2023 | 22/02/2023 | 24/02/2023 |
| 27/02/2023 | 10/02/2023 | 17/02/2023 | 22/02/2023 | 24/02/2023 |
| 28/02/2023(*) | 10/02/2023 | 17/02/2023 | 22/02/2023 | 27/02/2023 |

*(*) em fevereiro essa data de vencimento valerá também para os optantes pelo vencimento nos dias 29 e 30, prevalecendo o dia de opção para os meses seguintes.*

*Não recebendo a notificação até a data limite, o contribuinte poderá, no período indicado ao lado, emitir 2ª via da notificação pela internet em* www.prefeitura.sp.gov.br/iptu *ou comunicar o não recebimento da notificação em qualquer das Subprefeituras. Caso a comunicação não seja efetuada, o contribuinte será considerado notificado nos termos do § 2º do artigo 10 da Lei nº 14.107, de 12/12/05, com a redação da Lei nº 1t4.865, de 29/12/08.*

**Endereço das Subprefeituras:**

| Subprefeitura | Endereço |
|---|---|
| Aricanduva/Vila Formosa/Carrão | Rua Atucuri, 699 |
| Butantã - DESCOMPLICA | Rua Dr. Ulpiano da Costa Manso, 201 |
| Campo Limpo - DESCOMPLICA | Rua Nsa. Sra. do Bom Conselho, 59/65 |
| Capela do Socorro | Rua Cassiano dos Santos, 499 |
| Casa Verde | Av. Ordem e Progresso, 1001 |
| Cidade Ademar | Av. Yervant Kissajikian, 416 |
| Cidade Tiradentes - DESCOMPLICA | Rua Juá Mirim, s/nº |
| Ermelino Matarazzo | Av. São Miguel, 5550 |
| Freguesia do Ó/Brasilândia | Av. João Marcelino Branco, 95 |
| Guaianases | Rua Hipólito de Camargo, 479 |
| Ipiranga | Rua Lino Coutinho, 444 |
| Itaim Paulista | Av. Marechal Tito, 3012 |
| Itaquera | Rua Augusto Carlos Baumann, 851 |
| Jabaquara - DESCOMPLICA | Av. Eng. Armando Arruda Pereira, 2314 |
| Jaçanã/Tremembé | Av. Luís Stamatis, 300 |
| Lapa | Rua Guaicurus, 1000 |
| M'Boi Mirim | Av. Guarapiranga, 1695 |
| Mooca | Rua Taquari, 549 |
| Parelheiros | Estrada Ecoturística de Parelheiros, 5252 |
| Penha - DESCOMPLICA | Rua Candapuí, 492 |
| Perus | Rua Ylidio de Figueiredo, 349 |
| Pinheiros | Av. das Nações Unidas, 7123 |
| Pirituba/Jaraguá | Rua Dr. Carlos Afrânio da Cunha Matos, 67 |
| Santana/Tucuruvi - DESCOMPLICA | Av. Tucuruvi, 808 |
| Santo Amaro | Praça Floriano Peixoto, 54 |
| São Mateus - DESCOMPLICA | Av. Ragueb Chohfi, 1400 |
| São Miguel - DESCOMPLICA | Rua D. Ana Flora Pinheiro de Sousa, 76 |
| Sapopemba | Av. Sapopemba, 9064 |
| Sé | Rua Álvares Penteado, 49 |
| Vila Maria/Vila Guilherme - DESCOMPLICA | Rua General Mendes, 111 |
| Vila Mariana | Rua José de Magalhães, 500 |
| Vila Prudente | Av. do Oratório, 172 |

*O vencimento será:*
- *no dia escolhido, para os contribuintes que fizeram opção via atualização cadastral (Lei nº 14.089, de 22/11/2005);*
- *no dia 09 ou no dia 14, para os contribuintes que não fizeram opção de dia de vencimento; ou*
- *no dia 20, para os contribuintes que optaram pela notificação por Administradoras de Imóveis, vencendo a primeira parcela no mês de março.*

*O pagamento, à vista ou das parcelas, poderá ser efetuado por meio de 2ª via do boleto emitida pela Internet, disponível a partir do dia 15 de janeiro de 2023 em* www.prefeitura.sp.gov.br/iptu.
*Os vencimentos nos dias em que não haja expediente bancário serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte, sem a cobrança de qualquer acréscimo.*
*A postagem das notificações para os contribuintes isentos ocorrerá a partir do dia 23 de fevereiro de 2023.*
*O não pagamento de qualquer parcela do IPTU sujeita o contribuinte à inscrição no CADIN municipal.*

**Informações pelo telefone 156 e pela Internet em www.prefeitura.sp.gov.br/iptu**

## ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

**SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 47ª E 48ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 47ª e 48ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Emissora"), e a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Segunda Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("2ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **27 de janeiro de 2023, às 15 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 2ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 2ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 2ª AGT tem como objetivo deliberar sobre as demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 2ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e agentefiduciario@framcapital.com. A 2ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 13.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI representando a maioria dos CRI em Circulação presentes na 2ª AGT, conforme cláusula 13.8. do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 28 de dezembro de 2022. Diretor de Relação com Investidores

## LET'S RENT A CAR S.A.

CNPJ nº 00.873.894/0001-24

**Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Let's Rent a Car S.A., realizada em 31 de outubro de 2022**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada exclusivamente de forma digital e remota, aos 31 dias do mês de setembro de 2022, às 10:00 horas, nos termos do artigo 71, §2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"). **2. Convocação:** Dispensada a publicação de edital de convocação, em virtude da presença da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação emitidas pela Emissora nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição, da Let's Rent a Car S.A.", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, ("Escritura de Emissão", "Emissão", "Debêntures" e "Debenturistas", respectivamente), nos termos do artigo 71 e 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Presença:** Presentes (i) representantes legais do Debenturistas, conforme verificou-se a lista de presença; (ii) representantes da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"); e (iii) representantes da Emissora. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. Alan Frota Barreto ("Presidente"), eleito(a) pelos Debenturistas presentes, e secretariada pelo Sr. Rafael Casemiro Pinto ("Secretário"). **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Anuência prévia para que pelo período compreendido entre o segundo trimestre de 2022 e o quarto trimestre de 2022, ou seja até 31 de dezembro de 2022 ("Período de renúncia"), o termo "EBITDA", cuja definição está prevista na Cláusula 6.2.1.1, alínea "(ii)" da Escritura de Emissão, passe a abranger, em caso de incorporação e/ou aquisição de novas sociedades pela Companhia, o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses de tais sociedades para a apuração dos Índices Financeiros; e (ii) Autorização à Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário para realização de todos os atos e celebração de todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens (i) e (ii) acima. **6. Deliberações:** Após apreciarem a ordem do dia, os Debenturistas deliberaram, por unanimidade, pela aprovação na íntegra dos itens descritos na Ordem do Dia acima, desde já, dispensando a necessidade de nova descrição dos referidos itens. A Emissora informa que a presente Assembleia atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para sua realização, conforme determina a Resolução CVM 81. As deliberações acima devem ser interpretadas restritivamente como liberalidade dos Debenturistas e, portanto, não devem ser interpretadas como novação, precedente ou renúncia de qualquer direito dos Debenturistas e/ou deveres da Emissora, decorrentes de lei e/ou previstos na Escritura de Emissão, sendo a sua aplicação exclusiva e restrita para o aprovado nesta Assembleia. Os termos em letra maiúscula que não se encontrem aqui expressamente definidos terão o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão, conforme aplicável. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente, Secretário, Emissora, Agente Fiduciário e Debenturistas. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, §2º, da Resolução CVM 81, registrou a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas na lista de presença ao final desta ata. Araraquara/SP, 31 de outubro de 2022. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Allan Frota Barreto** - Presidente, **Rafael Casemiro Pinto** - Secretário. JUCESP nº 698.272/22-5 em 23/12/2022.

## AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

**P.G 31.47.025 – Pregão Eletrônico 025/2022** – Contratação de empresa para a prestação de serviços na área de pronto-atendimento à saúde dos empregados / estagiários da CDHU que atuam no prédio sede da CDHU na Capital, Baixada Santista e demais escritórios no interior do Estado, e de administração e gerenciamento dos serviços de segurança do trabalho, com Técnico (a) de Segurança do Trabalho e medicina ocupacional, Médico (a) do Trabalho, Assistente Social, Psicólogo (a) do Trabalho e Profissional da área de Enfermagem, bem como desenvolvimento, implementação e aplicação de ginástica laboral nas dependências da Companhia, com vistas ao atendimento do quadro funcional da CDHU.

Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 29/12/2022 – Abertura: 10/01/2023 às 09h – OC: **253101250952022OC00036**.

A abertura da sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por intermédio do Sistema Pregão Eletrônico de Contratação – BEC/SP; **www.bec.sp.gov.br**. O edital estará disponível nos sítios **www.bec.sp.gov.br** e **www.cdhu.sp.gov.br**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 344/2022 - Oferta de Compra nº 090102000012022OC00537** referente ao processo **SES-PRC-2022/46421**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR EM SAÚDE, NA MODALIDADE INTERNAÇÃO DOMICILIAR, EM CUMPRIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", **cuja abertura está marcada para o dia 24/01/2023 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 29/12/2022**, o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br.

# Logicalis Latin America Holding S.A.

CNPJ nº 35.236.183/0001-23

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 28/02/2021** *(Em Milhares de reais)*

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis na sede da companhia.

| Balanço patrimonial | Consolidado 2021 | Controladora 2021 | Controladora 2020 (Não auditado) |
|---|---|---|---|
| **Ativo/Circulante** | **1.885.077** | **11.237** | – |
| Caixa e equivalentes de caixa | 284.177 | 315 | – |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24.506 | – | – |
| Contas a receber de clientes | 820.381 | – | – |
| Ativos relacionados a contratos com clientes | 352.982 | – | – |
| Estoques | 127.742 | – | – |
| Impostos a recuperar | 195.685 | 252 | – |
| Partes relacionadas | 3.925 | – | – |
| Despesas antecipadas | 26.066 | 10.670 | – |
| Outros ativos | 49.615 | – | – |
| **Não circulante** | **253.442** | **609.206** | – |
| Depósitos judiciais | 217 | – | – |
| Contas a receber de clientes | 8.827 | – | – |
| IR e CS diferidos | 90.329 | – | – |
| | **99.373** | – | – |
| Investimento | 7.516 | 607.645 | – |
| Ativo de direito de uso | 58.044 | – | – |
| Intangível | 61.284 | 101 | – |
| Imobilizado | 27.225 | 1.460 | – |
| **Total do ativo** | **2.138.519** | **620.442** | – |

| Balanço patrimonial | Consolidado 2021 | Controladora 2021 | Controladora 2020 (Não auditado) |
|---|---|---|---|
| **Passivo e patrimônio líquido/Circulante** | **1.392.039** | **30.903** | – |
| Fornecedores | 436.771 | 37 | – |
| Instrumentos financeiros derivativos | 698 | – | – |
| Salários e encargos sociais a recolher | 95.572 | – | – |
| Empréstimos e financiamentos | 250.206 | – | – |
| Duplicatas descontadas | 72.767 | – | – |
| Passivo de arrendamentos | 19.601 | – | – |
| Impostos a recolher | 81.567 | 19 | – |
| IR e CS a recolher | 28.480 | 28 | – |
| Passivos relacionados a contratos com clientes | 137.116 | – | – |
| Partes relacionadas | 4.140 | 19.281 | – |
| Receitas diferidas | 230.430 | – | – |
| Dividendos a pagar | 11.214 | 11.214 | – |
| Outros passivos | 23.476 | 324 | – |
| **Não circulante** | **156.942** | – | – |
| Empréstimos e financiamentos | 95.824 | – | – |
| Passivos de arrendamentos | 46.756 | – | – |
| Remuneração baseada no plano SAR e CSP da PLLAL | 7.260 | – | – |
| Provisão para contingências | 7.101 | – | – |
| **Patrimônio líquido** | **589.539** | **589.539** | – |
| Atribuível aos acionistas da Companhia | | | |
| Capital social | 560.851 | 560.851 | – |
| Reserva legal | 2.406 | 2.406 | – |
| Reserva de lucros | 35.052 | 35.052 | – |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (8.221) | (8.221) | – |
| | **590.088** | **590.088** | – |
| Participação dos não controladores | 549 | 549 | – |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **2.138.519** | **620.442** | – |

| Demonstrações do resultado | Consolidado 2021 | Controladora 2021 | Controladora 2020 (não auditado) |
|---|---|---|---|
| Receita líquida de vendas e serviços | 2.120.636 | – | – |
| Custo das vendas e serviços prestados | (1.662.248) | – | – |
| **Lucro bruto** | **457.388** | – | – |
| Despesas gerais e administrativas | (293.615) | (353) | – |
| Despesas com vendas | (24.791) | – | – |
| Depreciação e amortização | (26.321) | (13) | – |
| Impacto hiperinflação Argentina | (21.505) | – | – |
| Resultado de equivalência patrimonial | 836 | 55.015 | – |
| Outras receitas, líquidas | 4.111 | – | – |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro | 97.104 | 54.649 | – |
| Resultado financeiro | | | |
| Despesas financeiras | (37.674) | (2.041) | – |
| Receitas financeiras | 12.924 | 3 | – |
| Variações cambiais, líquidas | 15.932 | (9) | – |
| Lucro antes do IR e da CS | 88.286 | 52.603 | – |
| IR e CS | | | |
| Correntes | (61.162) | (4.479) | – |
| Diferidos | 21.000 | – | – |
| Lucro líquido do exercício | 48.124 | 48.124 | – |
| **Atribuível a** | | | |
| Acionistas da Companhia | 47.575 | 47.575 | – |
| Participação dos não controladores | 549 | 549 | – |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 48.124 | 48.124 | – |

| Demonstrações do resultado abrangente | Consolidado 2021 | Controladora 2021 | Controladora 2020 (Não auditado) |
|---|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 48.124 | 48.124 | – |
| Ajustes de conversão cambial | (8.221) | (8.221) | – |
| Resultado abrangente do exercício | 39.903 | 39.903 | – |
| **Atribuível a** | | | |
| Acionistas da Companhia | 39.903 | 39.903 | – |
| Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia | 39.903 | 39.903 | – |

| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | Total do patrimônio líquido | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1º/03/2020** | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 47.575 | – | 47.575 | 549 | 48.124 |
| Reserva legal | – | 2.406 | – | (2.406) | – | – | – | – |
| Aprovação de dividendos mínimos propostos | – | – | – | (11.214) | – | (11.214) | – | (11.214) |
| Transferência para retenção de lucros | – | – | 33.955 | (33.955) | – | – | – | – |
| Aumento do capital social | 623.818 | – | – | – | – | 623.818 | – | 623.818 |
| Redução de capital | (62.967) | – | – | – | – | (62.967) | – | (62.967) |
| Outros resultados abrangentes | – | – | – | – | (8.221) | (8.221) | – | (8.221) |
| **Saldos em 28/02/2021** | **560.851** | **2.406** | **33.955** | – | **(8.221)** | **588.991** | **549** | **589.540** |

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

| | Consolidado 2021 | Controladora 2021 | Controladora 2020 (não auditado) |
|---|---|---|---|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | 48.124 | 48.124 | – |
| **Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:** | | | |
| Depreciação e amortização | 38.986 | 13 | – |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões | 984 | – | – |
| Provisão para estoques | 8.976 | – | – |
| IR e CS corrente e diferidos | 40.162 | 4.479 | – |
| Ganhos em operações de derivativos | 4.656 | – | – |
| Variação cambial de empréstimos e financiamentos | 35.289 | – | – |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 16.164 | – | – |
| Provisão para riscos legais, líquida de reversões | (571) | – | – |
| Resultado de equivalência patrimonial | (836) | (55.015) | – |
| Ganho de bens do ativo imobilizado e intangível baixados | 17.399 | – | – |
| Ganho de bens do ativo de direito de uso baixados | 16.336 | – | – |
| **Redução (aumento) nos saldos de ativos:** | | | |
| Contas a receber de clientes | 64.610 | – | – |
| Partes relacionadas | (2.378) | – | – |
| Estoques | 70.218 | – | – |
| Impostos a recuperar | (69.966) | – | – |
| IR e CS | (5.884) | (252) | – |
| Custos antecipados de projetos | (110.627) | – | – |
| Instrumentos financeiros derivativos | (43.875) | – | – |
| Outros ativos | (21.021) | (10.670) | – |
| **Aumento (redução) nos saldos de passivos:** | | | |
| Fornecedores | 148.393 | 37 | – |
| Partes relacionadas | 2.921 | 19.281 | – |
| Passivos relacionados a contratos com clientes | 31.979 | – | – |
| Impostos a recolher | 48.083 | 19 | – |
| IR e CS | 7.252 | 1.541 | – |
| Remuneração baseada no plano SAR e CSP da PLLAL | (485) | – | – |
| Receitas diferidas | 19.617 | – | – |
| Outros passivos | 59.894 | 552.953 | – |
| **Caixa gerado pelas atividades operacionais** | **423.399** | **560.509** | – |
| IR e CS pagos | (45.507) | (5.991) | – |
| Valor pago na liquidação de instrumentos financeiros derivativos | (8.647) | – | – |
| Valor recebido na liquidação de instrumentos financeiros derivativos | 41.989 | – | – |
| Juros pagos de financiamentos | (13.399) | – | – |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **397.835** | **554.518** | – |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | (55.734) | (1.460) | – |
| Aquisição de bens do ativo intangível | (7.201) | (114) | – |
| Investimentos | (6.680) | (552.630) | – |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | **(69.615)** | **(554.204)** | – |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos e duplicatas descontadas | 648.872 | – | – |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos e duplicatas descontadas | (793.133) | – | – |
| Pagamentos de arrendamentos | (32.756) | – | – |
| Dividendos pagos | (62.967) | – | – |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento** | **(239.984)** | – | – |
| **Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa** | **88.235** | **315** | – |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | – | – | – |
| Caixa advindo de reestruturação societária | 195.943 | – | – |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 284.177 | 315 | – |
| **Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa** | **88.234** | **315** | – |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**1. Contexto operacional:** A Logicalis Latin America Holding S.A. ("Logicalis Latin America" ou a "Companhia") e suas controladas (coletivamente, o "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na cidade de São Paulo e representa a holding do Grupo. A Companhia tem por atividade preponderante a participação em outras sociedades, enquanto as demais sociedades do Grupo possuem como objeto social: o provimento de serviços, soluções e comunicação de tecnologia da informação na América Latina. A Companhia foi constituída em 09 de outubro de 2019, em conformidade com a legislação societária brasileira, como uma subsidiária da Logicalis Group Limited ("LGL"), que detém 65% de suas ações ordinárias, e possui como controladora final a Datatec Limited, companhia aberta na África do Sul. A participação remanescente da Companhia, correspondente 35%, pertence a Promon S.A. **1.1. Reorganização societária:** Em 30 de junho de 2020, com o objetivo de otimizar a sua estrutura organizacional, a Administração do Grupo decidiu aprovar um aumento de capital social na Companhia mediante: (i) aporte de R$ 623.818 em contrapartida à emissão de 673.502.568 novas ações referente à participação acionária detida pela LGL e Promon S.A. ("Promon") na Promon-Logicalis Latin America Limited ("PLLAL"). Em decorrência desta transação e consequente aquisição de controle da PLLAL, a Administração elaborou demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2021. Esta transação foi registrada com base no valor contábil de ativos e passivos em 31 de maio de 2020. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações Lei nº 6.404. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação da demonstração contábil estão definidas na nota 4, bem como suas mudanças na nota 3. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que podem afetar a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). **2.3. Base de consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **a) Controladas:** A Companhia consolida as demonstrações financeiras de suas controladas. Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e continuam sendo consolidadas até a data em que o controle deixa de existir. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessar. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. **b) Transações eliminadas na consolidação:** Todas as transações intragrupo entre membros da Companhia são totalmente eliminadas na consolidação. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma, mas apenas na extensão em que não haja evidência de redução ao valor recuperável. **c) Participação de acionistas não controladores:** A Companhia reconhece qualquer participação de não controladores, na proporção da participação não controladora nos ativos líquidos identificáveis da entidade investida. As transações com acionistas não controladores que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais - ou seja, como transações com proprietários na qualidade de proprietários. **d) Perda de controle:** Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou valor justo através do resultado, dependendo do nível de influência retido. **e) Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulado.

**A Diretoria**

**Adriano Martins do Monte** - Contador - CRC: 1SP161298/O-0

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de novembro de 2022, sem ressalva.



# Logicalis Latin America Holding S.A.

CNPJ: 35.236.183/0001-23

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 28/02/2022** *(Em Milhares de reais)*

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis na sede da companhia.

| Balanço patrimonial | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo/Circulante** | **15.289** | **11.237** | **1.650.684** | **1.885.079** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.258 | 315 | 165.435 | 284.177 |
| Instrumentos financeiros derivativos | – | – | 4.314 | 24.506 |
| Contas a receber de clientes | – | – | 826.213 | 820.381 |
| Ativos relacionados a contratos com clientes | – | – | 308.005 | 352.982 |
| Estoques | – | – | 127.302 | 127.742 |
| Impostos a recuperar | 179 | 252 | 152.530 | 195.685 |
| Partes relacionadas | – | – | 6.230 | 3.925 |
| Despesas antecipadas | 9.852 | 10.670 | 23.162 | 26.066 |
| Outros ativos | – | – | 37.493 | 49.615 |
| **Não circulante** | **626.239** | **609.206** | **232.816** | **253.442** |
| Depósitos judiciais | – | – | 263 | 217 |
| Contas a receber de clientes | – | – | 7.858 | 8.827 |
| IR e CS diferidos | – | – | 101.755 | 90.329 |
| | – | – | **109.876** | **99.373** |
| Investimento | 623.003 | 607.645 | 4.376 | 7.516 |
| Ativo de direito de uso | – | – | 49.335 | 58.044 |
| Intangível | 176 | 101 | 43.024 | 61.284 |
| Imobilizado | 3.060 | 1.460 | 26.205 | 27.225 |
| **Total do ativo** | **641.528** | **620.443** | **1.883.500** | **2.138.521** |

| Balanço patrimonial | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Passivo e patrimônio líquido** | | | | |
| **Circulante** | **30.482** | **30.904** | **1.129.823** | **1.392.041** |
| Fornecedores | – | 37 | 319.313 | 436.771 |
| Instrumentos financeiros derivativos | – | – | 13.679 | 698 |
| Salários e encargos sociais a recolher | 8 | – | 94.310 | 95.572 |
| Empréstimos e financiamentos | – | – | 206.760 | 250.206 |
| Duplicatas descontadas | – | – | 10.536 | 72.767 |
| Passivo de arrendamento | – | – | 20.151 | 19.601 |
| Impostos a recolher | 15 | 19 | 43.041 | 81.567 |
| IR e CS a recolher | – | 28 | 19.292 | 28.480 |
| Passivos relacionados a contratos com clientes | – | – | 113.770 | 137.116 |
| Partes relacionadas | 25.473 | 19.281 | 9.317 | 4.140 |
| Receita diferida | – | – | 236.027 | 230.430 |
| Dividendos a pagar | 3.841 | 11.214 | 3.841 | 11.214 |
| Outros passivos | 1.145 | 325 | 39.786 | 23.479 |
| **Não circulante** | – | – | **142.631** | **156.941** |
| Empréstimos e financiamentos | – | – | 103.318 | 95.824 |
| Passivo de arrendamento | – | – | 32.303 | 46.756 |
| Remuneração baseada no plano SAR e CSP | – | – | 2.107 | 7.260 |
| Provisão para riscos legais | – | – | 4.903 | 7.101 |
| **Patrimônio líquido** | **611.046** | **589.540** | **611.046** | **589.540** |
| Atribuível aos acionistas da Companhia | | | | |
| Capital social | 560.851 | 560.851 | 560.851 | 560.851 |
| Reserva legal | 3.215 | 2.406 | 3.215 | 2.406 |
| Reserva de lucros | 43.807 | 33.955 | 43.807 | 33.955 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 2.440 | (8.221) | 2.440 | (8.221) |
| | **610.313** | **589.991** | **610.313** | **589.991** |
| Participação dos não controladores | **733** | **549** | **733** | **549** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **641.528** | **620.443** | **1.883.500** | **2.138.521** |

| Demonstrações do resultado | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Operações continuadas** | | | | |
| Receita líquida de vendas e serviços | – | – | 3.076.835 | 2.120.636 |
| Custo das vendas de serviços prestados | – | – | (2.459.876) | (1.662.248) |
| **Lucro bruto** | – | – | **616.959** | **458.388** |
| Despesas gerais e administrativas | (3.484) | (353) | (415.072) | (293.615) |
| Despesas com vendas | – | – | (36.726) | (24.791) |
| Depreciação e amortização | (68) | (13) | (30.240) | (26.321) |
| Impairment de ativo não financeiro | – | – | (8.426) | – |
| Impacto hiperinflação | – | – | (28.640) | (21.505) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 20.508 | 55.015 | (8.694) | 836 |
| Outras receitas, líquidas | – | – | 12.660 | 4.111 |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro** | **16.956** | **54.649** | **101.821** | **97.104** |
| **Resultado Financeiro:** Receitas financeiras | 18 | 3 | 3.610 | 12.924 |
| Despesas financeiras | (798) | (2.041) | (66.027) | (37.674) |
| Variações cambiais, líquidas | (4) | (9) | (15.416) | 15.932 |
| **Lucro operacional e antes do IR e da CS** | **16.172** | **52.602** | **23.988** | **88.286** |
| **IR e CS:** Correntes | – | (4.479) | (21.541) | (61.162) |
| Diferidos | – | – | 13.725 | 21.000 |
| **Lucro líquido do exercício** | **16.172** | **48.124** | **16.172** | **48.124** |
| **Atribuível a:** Acionistas da Companhia | 15.988 | 47.575 | 15.988 | 47.575 |

| Demonstrações do resultado | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Participação dos não controladores | 184 | 549 | 184 | 549 |
| Lucro líquido do exercício | **16.172** | **48.124** | **16.172** | **48.124** |
| Lucro por ação | **64,07** | **21,53** | **64,07** | **21,53** |

| Demonstrações do resultado abrangente | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 16.172 | 48.124 | 16.172 | 48.124 |
| Ajustes de conversão cambial | 10.661 | (8.221) | 10.661 | (8.221) |
| **Resultado abrangente total do exercício** | **26.833** | **39.903** | **26.833** | **39.903** |
| **Atribuível a:** Acionistas da Companhia | 26.649 | 39.354 | 26.649 | 39.354 |
| Participação dos não controladores | 184 | 549 | 184 | 549 |
| Total do resultado abrangente do exercício | **26.833** | **39.903** | **26.833** | **39.903** |

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | Total do patrimônio líquido | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1º de março de 2020** | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 47.575 | – | 47.575 | 549 | 48.124 |
| Reserva legal | – | 2.406 | – | (2.406) | – | – | – | – |
| Aprovação de dividendos mínimos propostos | – | – | – | (11.214) | – | (11.214) | – | (11.214) |
| Transferência para retenção de lucros | – | – | 33.955 | (33.955) | – | – | – | – |
| Aumento do capital social | 623.818 | – | – | – | – | 623.818 | – | 623.818 |
| Redução de capital | (62.967) | – | – | – | – | (62.967) | – | (62.967) |
| Outros resultados abrangentes | – | – | – | – | (8.221) | (8.221) | – | (8.221) |
| **Saldos em 28 de fevereiro de 2021** | **560.851** | **2.406** | **33.955** | – | **(8.221)** | **588.991** | **549** | **589.540** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 15.988 | – | 15.988 | 184 | 16.172 |
| Reserva legal | – | 809 | – | (809) | – | – | – | – |
| Aprovação de dividendos mínimos propostos | – | – | – | (3.841) | – | (3.841) | – | (3.841) |
| Transferência para retenção de lucros | – | – | 11.338 | (11.338) | – | – | – | – |
| Dividendos adicionais pagos referentes ao exercício de 2021 | – | – | (1.486) | – | – | (1.486) | – | (1.486) |
| Outros resultados abrangentes | – | – | – | – | 10.661 | 10.661 | – | 10.661 |
| **Saldos em 28 de fevereiro de 2022** | **560.851** | **3.215** | **43.807** | – | **2.440** | **610.313** | **733** | **611.046** |

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

| | Controladora 2022 | Controladora 2021 | Consolidado 2022 | Consolidado 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido do exercício | **16.172** | **48.124** | **16.172** | **48.124** |
| **Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:** | | | | |
| Depreciação e amortização | 81 | 13 | 34.930 | 38.986 |
| Provisão para crédito de perda esperada, líquidas de reversões | – | – | (110) | 984 |
| Provisão para estoques | – | – | (3.182) | 8.976 |
| IR e CS correntes e diferidos | – | 4.479 | 7.816 | 40.162 |
| Ganhos em operações de derivativos | – | – | 24.506 | 4.656 |
| Variação cambial de empréstimos e financiamentos | – | – | (20.601) | 35.289 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | – | – | 19.532 | 16.164 |
| Provisão para riscos legais, líquida de reversões | – | – | (2.199) | (571) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (20.508) | (55.015) | 8.694 | (836) |
| Impairment de ativo não financeiro | – | – | 11.097 | – |
| Ganho de bens do ativo imobilizado e intangível baixados | 2.334 | – | 9.409 | 17.399 |
| Ganho (perda) de bens do ativo de direito de uso baixados | – | – | (3.850) | 16.336 |
| **Redução (aumento) nos saldos de ativos:** | | | | |
| Contas a receber de clientes | – | – | (4.754) | 64.610 |
| Partes relacionadas | – | – | (2.305) | (2.378) |
| Estoques | – | – | 3.621 | 70.218 |
| Impostos a recuperar | 73 | – | 43.155 | (69.966) |
| IR e CS | – | (252) | 2.299 | (5.884) |
| Ativos relacionados a contratos com clientes | – | – | 44.977 | (110.627) |
| Instrumentos financeiros derivativos | – | – | 40.475 | (43.875) |
| Outros ativos | 818 | (10.668) | 14.979 | (21.024) |
| **Aumento (redução) nos saldos de passivos:** | | | | |
| Fornecedores | (37) | 37 | (117.458) | 148.393 |
| Partes relacionadas | 6.192 | 19.281 | 5.177 | 2.921 |
| Passivos relacionados a contratos com clientes | – | – | (23.346) | 31.979 |
| Impostos a recolher | (3) | 19 | (38.527) | 48.083 |
| IR e CS | (28) | 1.540 | 1.852 | 7.252 |
| Remuneração baseada no plano SAR e CSP | – | – | (5.153) | (485) |
| Receita diferida | – | – | 5.597 | 19.617 |
| Instrumentos financeiros derivativos | – | – | 8.667 | – |
| Outros passivos | (11.877) | 552.952 | 14.533 | 58.894 |
| **Caixa gerado pelas atividades operacionais** | **(6.777)** | **560.510** | **96.003** | **423.397** |
| IR e CS pagos | – | (5.991) | (32.581) | (45.507) |
| Valor pago na liquidação de instrumento financeiro derivativo | – | – | (43.152) | (8.647) |
| Valor recebido na liquidação de instrumento financeiro derivativo | – | – | 2.677 | 41.989 |
| Juros pagos financiamento | – | – | (15.293) | (13.399) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **(6.777)** | **554.519** | **7.654** | **397.833** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | | | |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | (3.060) | (1.460) | (27.414) | (55.734) |
| Aquisição de bens do ativo intangível | (1.030) | (114) | (3.509) | (7.201) |
| Investimentos | 15.810 | (552.630) | 5.107 | (6.680) |
| **Caixa aplicado nas atividades de investimento** | **11.720** | **(554.204)** | **(25.816)** | **(69.615)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos e duplicatas descontadas | – | – | 569.619 | 648.872 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos e duplicatas descontadas | – | – | (630.247) | (793.133) |
| Pagamentos de arrendamentos | – | – | (27.252) | (32.756) |
| Dividendos pagos | – | – | (12.700) | (62.967) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | **–** | **–** | **(100.580)** | **(239.984)** |
| **Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa** | **4.943** | **315** | **(118.742)** | **88.234** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 315 | – | 284.177 | – |
| Caixa advindo de reestruturação societária | – | – | – | 195.943 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 5.258 | 315 | 165.435 | 284.177 |
| **Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa** | **4.943** | **315** | **(118.742)** | **88.234** |

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**1. Contexto operacional:** A Logicalis Latin América Holding S.A. ("Logicalis Latin América" ou a "Companhia") e suas controladas (coletivamente, o "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na cidade de São Paulo e representa a holding do Grupo. A Companhia tem por atividade preponderante a participação em outras sociedades, enquanto as demais sociedades do Grupo possuem como objeto social: o provimento de serviços, Integração de Sistema de Telecomunicações e Tecnologia da informação, com objetivo mútuo de reforçar seu posicionamento como provedores de soluções tecnológicas de alto valor agregado para as corporações de distintos setores, nos principais mercados da América Latina. A Companhia foi constituída em 09 de outubro de 2019, em conformidade com a legislação societária brasileira, como uma subsidiária da Logicalis Group Limited ("LGL"), que detém 65% de suas ações ordinárias, e possui como controladora final a Datatec Limited, companhia aberta na África do Sul. A participação remanescente da Companhia, correspondente a 35%, pertence a Promon S.A. **1.1. Reorganização societária -** Em 30 de junho de 2020, com o objetivo de otimizar a sua estrutura organizacional, a Administração do Grupo decidiu aprovar um aumento de capital social na Companhia mediante: (i) aporte de R$ 623.818 em contrapartida à emissão de 673.502.568 novas ações referente à participação acionária detida pela LGL e Promon S.A. ("Promon") na Promon-Logicalis Latin América Limited ("PLLAL"). Esta transação foi registrada com base no valor contábil de ativos e passivos em 31 de maio de 2020. **2. Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e conforme com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações Lei nº 6.404. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação da demonstração contábil estão definidas na nota 4, bem como suas mudanças na nota 3. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que podem afetar a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais -** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas -** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). **2.3. Base de consolidação** - As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **i) Controladas -** A Companhia consolida as demonstrações financeiras de suas controladas. Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e continuam sendo consolidadas até a data em que o controle deixa de existir. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessar. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. **ii) Transações eliminadas na consolidação -** Todas as transações intragrupo entre membros da Companhia são totalmente eliminadas na consolidação. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma, mas apenas na extensão em que não haja evidência de redução ao valor recuperável. **iii) Participação de acionistas não controladores -** A Companhia reconhece qualquer participação de não controladores, na proporção da participação não controladora nos ativos líquidos identificáveis da entidade investida. As transações com acionistas não controladores que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais - ou seja, como transações com proprietários na qualidade de proprietários. **iv) Perda de controle -** Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou valor justo através do resultado, dependendo do nível de influência retido. **v) Coligadas -** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulado.

**A Diretoria**

**Adriano Martins do Monte -** Contador - CRC: 1SP161298/O-0

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de novembro de 2022, sem ressalva.

ENTENDA
O MUNDO
EM QUE
VIVEMOS
CONHEÇA A COLEÇÃO
AS GRANDES IDEIAS
DE TODOS OS TEMPOS
Mais de 1,9 milhão de exemplares
vendidos no Brasil
Para leitores curiosos,
estudantes e até especialistas
Ricamente ilustrados
Linguagem acessível
Temas e discussões importantes
Infográficos que descomplicam
teorias complexas
GLOBOLIVROS
O LIVRO DAS RELIGIÕES
O LIVRO DOS NEGÓCIOS
O LIVRO DA FILOSOFIA
O LIVRO DA HISTÓRIA NEGRA
O LIVRO DA LITERATURA
O LIVRO DO FEMINISMO
O LIVRO DA MITOLOGIA
O LIVRO DA ECOLOGIA
O LIVRO DO CINEMA
O LIVRO DA HISTÓRIA
O LIVRO DA PSICOLOGIA
O LIVRO DA ARTE
O LIVRO DA FÍSICA
O LIVRO DA POLÍTICA
O LIVRO DA MÚSICA CLÁSSICA
O LIVRO DA MATEMÁTICA
O LIVRO DA SOCIOLOGIA
O LIVRO DA CIÊNCIA
O LIVRO DA BÍBLIA
O LIVRO DA ECONOMIA
O LIVRO DA BIOLOGIA